

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

PAPUCIDES BOSCO TIAGO NTELA

**ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE
CASO DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO NO DISTRITO DE
MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO**

**SÃO PAULO
2013**

PAPUCIDES BOSCO TIAGO NTELA

ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE
CASO DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO NO DISTRITO DE
MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho.

Versão Original

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação da USP)

SÃO PAULO
2013

PAPUCIDES BOSCO TIAGO NTELA

ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE
CASO DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO NO DISTRITO DE
MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho.

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação da USP)

SÃO PAULO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

NTELA, Papucides Bosco Tiago.
Ecoturismo em áreas protegidas em Moçambique:
Estudo de caso da Reserva Especial de Maputo no distrito de
Matutuíne, província de Maputo. Papucides Bosco Tiago Ntela,
Orientador Luiz Carlos Beduschi Filho.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós de Graduação em
Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo

1. Turismo Sustentável. 2. Áreas protegidas e Conservação Ambiental
3. Reserva Especial de Maputo. 4. Moçambique Título

**ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE
CASO DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO NO DISTRITO DE
MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO**

Aluno: Papucides Bosco Tiago Ntela
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho
Instituição: PROCAM/USP

Parecer da Comissão Julgadora

Membros da Comissão Julgadora

Professor Doutor
Instituição:

Professor Doutor
Instituição:

Professor Doutor
Instituição:

Professor Doutor
Instituição:

Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho
Instituição: Universidade de São Paulo
Presidente da Comissão Julgadora

Dissertação defendida e aprovada em ____ de _____ de 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

Este trabalho é dedicado com muito carinho, aos meus pais, Bosco Tiago Ntela e Josefina João Nkanhamala, que estão sempre presentes em todas as fases e aventuras da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luiz Carlos Beduschi Filho pela excelente orientação durante o trabalho de elaboração da dissertação. A dissertação não teria sido realizada sem o apoio constante e orientação cuidadosa do professor. As suas críticas sempre foram precisas, como as palavras de apoios oferecidas nos momentos certos, foram fundamentais para o processo de iniciação acadêmica onde não se tinha a noção de como iniciar uma pesquisa no âmbito acadêmico. Agradeço ao Beduschi pela generosidade e disponibilidade em momentos difíceis da vida no Brasil, por receber a atenção devida e em momentos oportunos.

Os professores Evandro Mateus Moretto e Paulo Sinisgalli que contribuíram de forma especial durante o comitê de orientação com sugestões de leituras e recomendações relevantes para a redação final da dissertação.

A Fundação Ford pela bolsa de estudo concedida e pelo apoio à realização da pesquisa. Aos professores, colegas e funcionários do PROCAM, pela agradável convivência.

A Imelda Albertina de Manual Mandlaze que incansavelmente foi uma verdadeira companheira que contribuiu decisivamente para que essa dissertação fosse terminada. A minha mãe Josefina João Nkanhamala, meus irmãos Biuth, Bernadete, Helder e Ângela. Agradeço aos meus filhos, Irmile, Júnior, Josefina, Kafline que, mesmo de longe, sempre me apoiaram nessa empreitada. Agradeço também ao Carlos Subuhana, Tiago Mayer, Everson e Francisco Chicamisse, Paulo Telles, André Suaiden que proporcionaram uma convivência harmonizada.

Por último agradeço a Mariamo Paulo Afonso Salimo, minha esposa e companheira de todos os momentos, pelo carinho, amor e confiança que sempre me ofereceu, embora distante sempre me amparou e sem sua dedicação teria sido difícil concluir a dissertação. Por você partilhar a sua vida comigo, muito obrigado!

RESUMO

NTELA, Papucides Bosco Tiago - **Ecoturismo em Áreas Protegidas em Moçambique: Estudo de caso da Reserva Especial de Maputo no distrito de Matutuíne, província de Maputo.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os efeitos das mudanças institucionais no desenvolvimento do turismo, com ênfase nas suas relações com a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico no distrito de Matutuíne. A Reserva Especial de Maputo no distrito de Matutuine é uma área protegida em Moçambique classificada na categoria IV de gestão de áreas protegidas da IUCN. Atualmente os desafios de conservação e gestão da Reserva Especial de Maputo se multiplicaram ao incorporarem a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro e área de conservação do Futi como uma única área protegida. A Reserva Especial de Maputo é também considerada uma área de conservação transfronteiriça da região dos Libombos que é a atual categoria VI da IUCN na nova classificação das categorias das áreas protegidas em Moçambique. Em conclusão esta situação torna a categoria da Reserva Especial de Maputo confusa e complexa dentro das categorias de unidades de conservação e objetivos de gestão das áreas protegidas internacionalmente aceites de acordo com IUCN. A Reserva Especial de Maputo em Moçambique é a única área protegida que congrega área de conservação terrestres e marinho, se tornando numa unidade de conservação ecologicamente mais importante de Moçambique e da região. A Reserva Especial de Maputo é uma unidade de conservação com potencial para o turismo, e para o avanço no desenvolvimento socioeconômico do distrito de Matutuíne e de Moçambique. Este trabalho questiona se algumas mudanças institucionais vigentes em Moçambique, tais como, unificação da rede das áreas de conservação, criação da ANAC, política atual de conservação, modelo de concessões de turismo em áreas protegidas, adoção de parcerias públicas ou privadas, provocam alterações significativas na gestão territorial no distrito de Matutuíne no sentido do aumento da conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico induzido pelo turismo na região.

Palavras-chaves: Ecoturismo. Desenvolvimento e Turismo Sustentável. Conservação Ambiental. Áreas Protegidas. Incentivos e instituições. Participação. Reserva Especial de Maputo. Moçambique.

ABSTRACT

NTELA, Papucides Bosco Tiago - **Ecotourism in Protected Areas in Mozambique: Case of study of the Maputo Special Reserve in Matutuíne District, Maputo Province**. 2013. Dissertation (Master) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The overall goal of the research was to analyze the effects of institutional changes in tourism development, with emphasis on its relationship with environmental conservation and socioeconomic development in the district of Matutuíne. The Maputo Special Reserve is a protected area in the category IV classified by IUCN. Currently the challenges in conservation and management of the Maputo Special Reserve was multiplied by incorporating the Ponta de Ouro Partial Marine Reserve and Futi conservation area as a single protected area in Mozambique. The Maputo Special Reserve is also considered as Transfrontier conservation area in the Libombos region which is the current category VI in the new protected areas classification in Mozambique. In conclusion makes the Maputo Special Reserve as confusing and complex category within the conservation categories and management objectives of protected areas in accordance with internationally accepted IUCN. The Maputo Special Reserve in Mozambique is the only protected area that have at some time land and marine conservation area, becoming the most important ecologically conservation areas of Mozambique and in the region. The Maputo Special Reserve is also a protected area with potential for tourism, and to advance the social and economic development of the Matutuíne district and Mozambique as country. The most important questions for the research whether some institutional changes in Mozambique, such as unified network of conservation areas, creation of ANAC, the current policy of conservation and the Strategy of implementation, tourism concessions model in the protected areas, implementation and adoption of public and private development partner or joint venture in conservation and tourism management in the Maputo Especial Reserve cause significant changes in the natural resource management in the Matutuíne district towards increased environmental conservation and socioeconomic development induced by tourism in the region.

Keywords: Ecotourism. Development and sustainable tourism. Environmental Conservation. Protected Areas. Incentives and institutions. Participation. Maputo Special Reserve. Mozambique.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACTF	Áreas de Conservação Transfronteiriça
ACTFDT	Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AICM	Associação de Investigação Costeira e Marinha
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
AWF	African Wildlife Foundation
AZC	Associação Comunitária Ahi Zamene Chemucane
CCD	Conselho Consultivo Distrital
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEF	Community Enterprise Fund.
CGAC	Conselho de Gestão das Áreas de Conservação
CITES	Convenção Internacional de Comercio de Espécies Ameaçadas
CLGRN	Comitê Local de gestão de Recursos Naturais
COGEP	Conselho de Gestão Participativa
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDES	Conselho Nacional de desenvolvimento Sustentável
CPI	Centro de Promoção de Investimento
DNAC	Direção Nacional das Áreas de Conservação
DNAIA	Direção Nacional da Avaliação de Impacto Ambiental
DNGA	Direção Nacional de Gestão Ambiental
DNP	Direção Nacional de Planificação
DNTF	Direção Nacional de Terras e Floresta
DPA	Direção Provincial da Agricultura
DPCCA	Direção Provincial para Coordenação e Ação Ambiental
DPICT	Direção Provincial de Indústria, Comércio e Turismo.
DPPF	Direção Provincial de Planos e Finanças
DPT	Direção província do Turismo
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terras
EACH	Escola de Artes Ciências Humanas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAEF	Faculdade da Agronomia e Engenharia Florestal
FANATURA	Instituto Brasileiro de Desenvolvendo Florestal à Fundação Pró-Natureza
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GEF	Global Environment Facility
GoM	Governo de Moçambique
IACM	Instituto de Aviação Civil de Moçambique
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IFC	International Finance Corporation
IGEP	Instituto de Gestão de Participação do Estado
INAMAR	Instituto Nacional da Administração Marítima
INATUR	Instituto Nacional do Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza

MAE	Ministério da Administração Estatal
MCCD	Membro do Conselho Consultivo Distrital
MCGP	Membro do Conselho de Gestão Participativa
MCNCB	Membro do Conselho Nacional de Conservação e Biodiversidade
MCRN	Manejo Comunitário de Recursos Naturais
MICOA	Ministério para Coordenação e Ação Ambiental
MICT	Ministério da Indústria Comércio e Turismo
MINAG	Ministério da Agricultura
MITUR	Ministérios do Turismo de Moçambique
MMA	Ministério do Meio Ambiente Legal
MLD	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MPCCD	Membro Permanente do Conselho Consultivo Distrital
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicação
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORAM	Organização Rural de Ajuda Mutua
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PEDD	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Distrito
PIB	Produto Interno Bruto
PIU	Unidade de Implementação do Projeto
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPF	Peace Park Foundation
PROCAM	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
RAMSAR	Convenção Internacional sobre Áreas húmidas e habitats aquáticos
REM	Reserva Especial de Maputo
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RMPPPO	Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro
SADAC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDAE	Serviço Distrital de Atividade Económica
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SP	São Paulo
SPFFB	Serviços Provinciais de Florestal e Fauna e Bravia
UC	Unidade de Conservação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNWTO	World Tourism Organization
USAID	Agência Internacional Americana de Desenvolvimento
USP	Universidades de São Paulo
WTTC	World Travel & Tourism Council
WWF	World Wildlife Fund.
ZIMOZA	Zimbabwe – Moçambique –Zâmbia.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E ANEXO.

TABELA

Tabela 1.	Principais destinos Mundiais, visão 2020.	45
Tabela 2.	Número de áreas protegidas criadas por década no mundo	63
Tabela 3.	Matriz de objetivos de gestão e categorias de gestão da área protegidas da IUCN	71
Tabela 4.	Áreas de conservação estabelecidas desde a década de 60	78
Tabela 5.	Enquadramento de áreas protegidas no Brasil e Peru segundo IUCN	85

QUADROS

Quadro 1	Definições, categorias e funções de áreas protegidas segundo a IUCN.	68
Quadro 2.	Classificação geral de bens	156

ANEXOS

Anexo 1	Categorias das áreas protegidas segundo as categorias da IUCN.	243
Anexo 2	Áreas de conservação em Moçambique e sua evolução	244
Anexo 3	Mapa de localização das áreas de conservação de Moçambique. parques e reservas, e coutadas oficiais.	245
Anexo 4	Recategorização das áreas de conservação em Moçambique	246
Anexo 5	Quadro descritivo das categorias para áreas de conservação do domínio público	248
Anexo 6	Alguns exemplos de áreas protegidas segundo IUCN	249
Anexo 7	Descrição de abordagens do quadro da gestão das áreas de conservação.	250
Anexo 8	Mapa de localização das áreas de conservação transfronteiriça em Moçambique	251
Anexo 9	Relação dos entrevistados	252
Anexo 10	Roteiro de entrevista semiestructural aplicado às instituições e, profissionais envolvidos na conservação.	253
Anexo 11	Roteiro de entrevista e questões dirigido ao conselho de gestão participativa da reserva especial de Maputo.	254
Anexo 12	Convite para participação no workshop internacional de concessões do turismo em áreas protegidas	255
Anexo 13	Análise das atas das reuniões realizados no âmbito da gestão da envolvendo as comunidades locais entre 2008 & 2010.	256
Anexo 14	Mapa de localização RMPPO e REM	260
Anexo 15	Mapa de distribuição e localização das comunidades locais a afetadas pela conservação em Matutuíne.	261
Anexo 16	Estrutura institucional para gestão da rede de unidades de conservação em Moçambique	262
Anexo 17	Quadro resumo do papel das entidades públicas interessadas	263
Anexo 18	Arranjo institucional montado na Reserva Especial de Maputo	264
Anexo 19	Valor de 20% das taxas canalizadas para comunidades locais na REM	265

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Tipologia de Mieczkowski	29
Figura 2.	Chegada de turistas internacionais entre 2008 e 2012	41
Figura 3.	Chegadas de turistas internacionais no mundo entre 1950 e 2007	42
Figura 4.	Principais destinos mundiais Turísticos	43
Figura 5.	Principais mercados emissores.	44
Figura 6.	Chegadas internacionais de turistas (1950 -2020), visão 2020.	45
Figura 7	Tendência atual do Turismo, Visão 2020.	46
Figura 8.	Áreas protegidas (%) no mundo de acordo com IUCN	64
Figura 9.	Resumo histórico da evolução das áreas protegidas em Moçambique	76
Figura 10.	Mapa de Moçambique	122
Figura 11.	Mapa do distrito de Matutuíne e localização da REM	124
Figura 12	Mapa da Reserva Especial de Maputo	127
Figura 13.	Vista parcial da área da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro	130
Figura 14.	População de Elefantes (<i>Loxodonta africana</i>) na REM	132
Figura 15.	Rinocerontes Brancos (<i>Ceratotherium simum</i>), extinta na REM.	133
Figura 16.	População de Hipopótamo (<i>Hippopotamus amphibius</i>) na REM	133
Figura 17.	Vista parcial da topografia e cobertal vegetal da REM	134
Figura 18.	Vista parcial da Lagoa Chingute e cobertura vegetal na REM	134
Figura 19.	Vegetação arbórea misturada gramínea e savana aberta na REM	135
Figura 20.	Número de residentes locais empregue na REM	138
Figura 21.	Número de residentes locais empregue em atividades de turismo e conservação na Reserva Especial de Maputo	139

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	x
LISTA DE TABELAS, QUADROS E ANEXOS.	xii
LISTAS DE FIGURAS	xiii

CAPITULO - 1

INTRODUÇÃO	17
1. ECOTURISMO: CONCEITOS E EVOLUÇÃO, DIFERENTES ABORDAGENS E CONSENSOS.	23
1.1. Contextualização e evolução	23
1.2. Ecoturismo: conceitos, abordagens e consensos.	28
1.3. Importância do turismo em contexto global	35
1.3.1. Tendência atual do turismo: contexto de Moçambique, regional e âmbito global.	39
1.3.2. Perspectivas de longo prazo do turismo em escala mundial	44
1.4. Contribuição do ecoturismo e suas implicações na economia global	46
1.5. Ecoturismo em unidades de conservação	49
1.5.1. A prática de viagem e do turismo orientado para a natureza: breve histórico e contextualização	49
1.5.2. Efeitos do Turismo em contexto global: mundialização e complexidade	51
1.6. Conservação e áreas naturais protegidas	60
1.6.1. Áreas Naturais Protegidas: história e desafios	60
1.6.2. Conceitos, tipologia e classificação das áreas de conservação.	65
1.6.3. Objetivos e sistema de categorias da IUCN de gestão de áreas protegidas	69
1.7. Áreas naturais protegidas em Moçambique: contextualização histórica, evolução e suas implicações.	75
1.7.1. Reserva Especial de Maputo uma categoria de conservação dentro da gestão de áreas protegidas em Moçambique: “uma complexidade ou confusão”	79
1.7.2. Análise comparativa do contexto do Brasil e âmbito global	82
1.8. O novo paradigma para as áreas de conservação em Moçambique: “novas soluções para problemas modernos”	90
1.8.1. Reserva Especial de Maputo, uma área de conservação transfronteiriça.	94
1.8.2. Decadência da primeira fase do projeto da ACTF e implementação da segunda fase	98
1.9. Áreas protegidas: questões emergentes e novos rumos?	104
1.9.1. Soluções e desafios	104
1.9.2. O futuro das áreas protegidas e as áreas protegidas no futuro	108

CAPITULO – 2

2. OBJETIVOS, PERGUNTA E HIPÓTESE E METODOLOGIA DA PESQUISA.	112
2.1. Objetivos da pesquisa	112
2.2. Pergunta da pesquisa	112
2.3. Hipótese	112
2.4. Metodologia da pesquisa	113
2.4.1. Pesquisa e procedimentos de campo	114
2.4.2. Realização de entrevistas	115
2.4.3. Aplicação de questionário	117
2.4.4. Observações e participação	118
2.4.5. Revisão bibliográfica e pesquisa documental	119
2.4.6. Análise de resultados	120

CAPITULO – 3

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO	122
3.1. Descrição e localização da Reserva Especial de Maputo	127
3.2. Motivação e etapas da criação e desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo	128
3.3. Importância da Reserva Especial de Maputo	131
3.3.1. Diversidade biológica	131
3.3.2. Potencial Turístico da Reserva Especial de Maputo	136
3.3.3. Reserva Especial de Maputo e prioridades para conservação	140
3.3.4. Desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo	142
3.4. Estrutura tradicional e aspectos socioculturais	144
3.4.1. História e aspectos socioculturais	144
3.4.2. Políticas de terra colonial	145
3.5. População e atividades econômicas	148
3.5.1. População	148
3.5.2. Atividades econômicas	149

CAPITULO – 4

4. GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: TEORIAS, ABORDAGENS E CONTRAPONTO.	153
4.1. Recursos naturais de uso comum – dilemas, conceitos e suas implicações para a gestão de recurso natural.	153
4.2. Teorias sobre a gestão de recurso de uso comum	158
4.2.1. Os Modelos tradicionais: influência dos três modelos sobre os comuns	161
4.2.1.1. Tragédia dos comuns	162

4.2.1.2. O jogo de dilema dos prisioneiros	163
4.2.1.3. A lógica da ação coletiva	164
4.2.2. O Estado como a única via de soluções	166
4.2.3. Privatização como única solução: “uma solução através do mercado”	168
4.2.4. A “única” solução?	170
4.2.5. Uma solução alternativa	172
4.3. Em busca de instituições eficazes	175
4.4. Ação coletiva, instituições e papel de diferentes atores.	180
4.4.1. Atores individuais: um foco inicial de análise	180
4.4.2. Teoria geral da ação coletiva	184
4.4.3. Segunda teoria geral da ação coletiva	185
4.4.4. Teoria de grupos e organização: “a finalidade da organização”	188

CAPITULO - 5

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	194
5.1. Quadro político e institucional das áreas de conservação e sua implementação em Moçambique	194
5.2. Desenvolvimento de um Sistema Unificado de rede de unidades de conservação de Moçambique.	199
5.3. Instituições privadas, comunidades locais e implementação de parcerias como fator de desenvolvimento das unidades de conservação em Moçambique.	202
5.4. Arranjo institucional montado e papel dos diferentes atores na Reserva Especial de Maputo	205
5.5. Inventivos e partilha de benefício para gestão de participativa das unidades de conservação em Moçambique	213

CAPITULO – 6

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
--------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	236
-----------------------------------	-----

ANEXOS	243
---------------	-----

CAPITULO - 1

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno cujas origens se perdem no tempo. A partir da década de 1970 verifica-se o seu mais acentuado crescimento assumindo, atualmente, um caráter universal e uma dimensão que coloca a par das atividades econômicas mais relevantes (GOMES DE OLIVEIRAS RAMOS, 1999). Por outro lado, o turismo surge como atividade econômica, social e cultural das mais expressivas nas sociedades ditas pós-industriais, fruto de uma nova conjuntura global, do avanço tecnológico e informacional e das mudanças culturais, transformando-se num fenômeno característico da modernidade e numa das atividades mais importantes do mundo contemporâneo (LIMA, 2002). Segundo Gomes de Oliveiras Ramos (1999), o efeito dinamizador e diversificador da produção turística, que asseguram sempre um efeito de arrastamento para outros setores econômicos, conjuga-se com efeitos multiplicadores dos investimentos turísticos e por isso, o turismo é considerado, pela maioria das regiões, como um meio privilegiado de desenvolvimento, sendo frequentemente considerado como alternativa às atividades econômicas tradicionais em declínio. Por outro lado, é suposto induzir a transferência de rendimentos de regiões mais desenvolvidas para as mais desfavorecidas, impulsionando o seu desenvolvimento e contribuindo para atenuar o desequilíbrio regional constituindo, deste modo, um instrumento corretor de assimetrias regionais. Além disso, o incremento do turismo obriga e justifica o lançamento de infraestruturas e de equipamentos sociais que, de outro modo, poderiam não ser prioritários, contribuindo por esta via, para o bem-estar das populações locais e transformando-se no fator de coesão social. Finalmente, as características de intransferibilidade e imobilidade que assumem os recursos turísticos como a atividade que melhor pode aproveitar os recursos locais, seja eles naturais, humanos, históricos culturais. Salienta-se, a este propósito, que o turismo é uma atividade que não paga matéria-prima, consumindo fundamentalmente os bens do domínio público ou coletivo.

O turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade. Superou setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. É um setor que tende a crescer 7.5 % ao ano nos próximos 10 anos, movimenta cerca de US\$ 3,4 trilhões (10,9% do PIB mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global) e um número

incalculável de atividades correlatas (WTTC apud DIAS, 2008). No final do século XX, o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, caracterizando-se por crescimento espetacular (DIAS, 2008a). Segundo OMT citado por Dias (2008), entre 1950 e 2000, os deslocamentos internacionais de turistas passaram de 25 milhões a 699 milhões por ano, representando uma taxa de crescimento aproximado de 5% ano. Esses números referem-se apenas ao turismo internacional, podemos supor que devem ser muito mais expressivo se considerarmos os turistas que se deslocam dentro do seu próprio país. Segundo UNWTO (2012), as projeções feitas entre Janeiro e junho de 2012, mais de 467 milhões de viajantes internacionais tiveram vários destino a nível mundial, 22 milhões (+ 5 %), mais dos 445 milhões registrados em igual período de 2011. Segundo Dias (2008a), o movimento na economia gerado por esse enorme fluxo de pessoas é extraordinário e difícil de ser dimensionado, pois o turismo produz efeitos nos mais diferentes setores produtivos. Este autor nos informa que o turismo, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos positivos e negativos, que devem ser avaliados frequentemente devido a sua intensa dinâmica e capacidade de estar em constante mutação.

Um destino turístico pode ter um “boom” de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com cresceu. Nesse aspeto, o turismo, mais que outra atividade, fica dependente do planejamento e do contínuo monitoramento do espaço geográfico onde se desenvolve a atividade. Ainda segundo Dias (2008a), estamos presenciando verdadeira revolução propiciada pelo incremento de serviços e pelo aumento do processo de globalização. Em ambos os processos, o turismo assume papel primordial e, tal qual as indústrias do passado, é altamente dependente de recursos naturais. Desse modo, a relação turismo e meio ambiente tem relevância dentro de uma perspectiva de desenvolvimento que não repita os erros do passado.

Segundo Gomes de Oliveiras Ramos (1999), a conscientização de que o turismo pode constituir para um importante vetor de desenvolvimento do mundo rural, e neste contexto as áreas protegidas constituem parcelas do território com particularidades muito específicas e com condições para poder afirmar um modelo de desenvolvimento sustentável. As vulnerabilidades a que estas áreas estão sujeitas aconselham a configuração de modalidades turísticas de forma mais ajustada às suas características ambientais, o que sugere a necessidade de conhecimento científico na interface Turismo - Ambiente e de integração dos resultados nas ações e medidas de desenvolvimento a promover para essas áreas. Ainda de acordo com este ator, os primeiros

modelos de análise de impacto do turismo sobre o desenvolvimento concentraram-se na verificação da expansão espacial da sua influência, desde os grandes centros até as comunidades rurais mais remotas. Contudo, a sobreutilização e o desajuste de determinadas infraestruturas e práticas às características turísticas de certas áreas mais vulneráveis dos territórios, como áreas de interesse para a conservação da natureza, poderá assumir contornos graves, na medida em que, o desrespeito pelas características culturais e a degradação de recursos naturais produzidos pela prática e densidade de determinadas estratégias de desenvolvimento do turismo não só reduzem os valores patrimoniais existentes, como comprometem a sustentabilidade do próprio desenvolvimento, pelo esgotamento e destruição dos fatores de atratividade.

Segundo Lima (2002), a demanda por turismo orientado para natureza, para áreas naturais de grande beleza cênica e relativamente bem preservadas, tem crescido em todo o mundo. Assim as áreas protegidas figuram nos principais roteiros ecoturísticos demandado pelos fluxos nacionais e internacionais.

Segundo Henrique da Silva & Britto de Azevedo (2011), no entanto, a partir do aumento da questão ambiental e a valorização do contato com a natureza, surge em todo mundo um fluxo crescente de visitas a áreas naturais protegidas. O ecoturismo passa então, a designar um novo seguimento que busca conciliar a visitação turística e conservação de áreas naturais por meio de educação ambiental para turistas e moradores locais. Além disso, pressupõe trazer outros benefícios para a comunidade anfitriã, além de possibilitar seu envolvimento direto no planejamento dessa atividade. Nesse sentido, as unidades de conservação, espaços com características naturais relevantes instituídos pelo poder público com objetivo de conservação, passam a ser vistas como alternativas para o desenvolvimento regional uma vez que também preconizam o envolvimento das comunidades do entorno em sua gestão. Entretanto, apesar de forte potencial vislumbrado para essas unidades de conservação, poucas tem conseguido alcançar os objetivos de desenvolvimento e integração de suas comunidades.

Na Reserva Especial de Maputo, uma área protegida em Moçambique, os problemas se referem a uma serie de limitações como falta de pessoal capacitado, recursos escassos para efetivar as indenizações, infraestrutura inadequada e ausência de ações voltadas para o envolvimento da população na conservação e gestão destas áreas. Atuais desafios consistem promover conservação ambiental e o desenvolvimento local induzido pelo ecoturismo. Entretanto, estes acontecem no contexto em que ocorrem mudanças institucionais das áreas de

conservação em Moçambique através de reformas da legislação e do quadro institucional, também a unificação e criação de sistema nacional das área de conservação, criação de novas formas estruturais de incentivos institucionais e econômicos para conservação.

Esses desafios também contemplam a reestruturação e organização das unidades de conservação em Moçambique e, simultaneamente, desenho de mecanismos institucionais como uma nova configuração para a participação de vários atores através de introdução de modelos de concessões de turismo e desenvolvimento de parcerias para gestão das áreas protegidas. Para além da definição de mecanismo institucionais para financiamento, reestruturação e organização das unidades de conservação, decorre simultaneamente o desenvolvimento de quadro legal e institucional que busca fazer frente aos atuais desafios do desenvolvimento do ecoturismo nas áreas protegidas.

A pesquisa tem como tema central o ecoturismo em áreas naturais protegidas em Moçambique. Para a investigação foi realizado um estudo de caso na Reserva Especial de Maputo, localizada no distrito de Matutuíne na província de Maputo na região sul de Moçambique. A mesma teve como objetivo geral analisar os efeitos das mudanças institucionais no desenvolvimento do turismo, com ênfase nas suas relações com a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico no distrito de Matutuíne.

Para tanto foram definidos dois objetivo específicos: 1 - analisar e investigar o papel da atividade turística na promoção da conservação e manejo do patrimônio natural, na difusão da educação conservacionista e no desenvolvimento e retorno socioeconômico para a comunidade local; e 2- analisar os fatores condicionantes associados à criação das relações sinérgicas entre os diferentes seguimentos no âmbito do conselho de gestão participativo da Reserva Especial de Maputo, desde sua formação até ao momento atual, assim como a contribuição desta organização para a implementação do plano de manejo e gestão dos recursos naturais na região.

Partindo da constatação de que as mudanças institucionais em curso em Moçambique, tanto no setor do turismo como no setor ambiental, podem provocar alterações significativas na gestão do território no distrito de Matutuíne, a pesquisa colocou-se a seguinte pergunta: tais mudanças institucionais estão contribuindo para aliar a conservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico induzido pelo turismo na região?

A principal hipótese de trabalho é que a incorporação de novos atores na arquitetura institucional voltada à gestão do território, associando turismo e conservação ambiental,

representa um potencial inovador e indutor de novas dinâmicas que conciliem o desenvolvimento socioeconômico a conservação de recursos naturais em Matutuíne.

Abaixo segue uma descrição do conteúdo de cada um dos próximos capítulos que compõe o presente o texto.

O primeiro capítulo da dissertação se dedica à apresentação das questões introdutória sobre a pesquisa, apresentado conceitos e contrapontos sobre o ecoturismo, unidade de conservação e conservação ambiental. Foca também as questões sobre a importância e evolução do turismo na escala global, seus efeitos embasado em atuais debate sobre o papel do turismo na economia global, desenvolvimento local e implicações ambientais.

Trata questões sobre a áreas de conservação em Moçambique, contextualização histórica incluindo as implicações sobre a gestão da áreas protegidas. Apresenta um debate sobre atuais paradigmas de gestão das áreas protegidas e novas soluções para problemas modernos. É ainda apresentado neste capítulo questões sobre as categorias de conservação segundo IUCN, conceitos e diretrizes para definição de objetivo de gestão e outros parâmetros reconhecidos e aceites internacionalmente. É apresentado um debate e uma análise comparativa sobre as categorias de conservação em contexto global e sua implicações nos países membros. Aborda também sobre a unificação de rede nacional das áreas protegidas em Moçambique e as reformas institucional decorrente deste processo que cria uma agência pública para gestão das áreas de conservação

O segundo capítulo apresenta os objetivos, a pergunta e hipótese da pesquisa. Aborda questões da metodologia e procedimento de campo utilizado durante a pesquisa embasado nas técnicas de pesquisa qualitativa e estudo de caso

O terceiro capítulo dedica-se a apresentação da descrição e caracterização da área de estudo, Reserva Especial de Maputo localizada no distrito de Matutuíne, na província de Maputo na região sul de Moçambique.

O quarto capítulo se dedica a apresentação das questões teóricas que embasam o estudo. Foca questões sobre o dilema dos comuns centrado sobre a utilização e gestão de recursos naturais, capital social e suas implicações. Apresenta definições e conceitos, ponto e contrapontos sobre aplicação desses conceitos centrado em arranjos de instituições, atores e ação coletivas, organização e incentivos para recurso uso comuns e seus dilemas.

O quinto capítulo se dedica a apresentação e discussão de evidências empírica resultadas nas constatações e observações diretas de campo obtidas durante a realização da pesquisa em

Moçambique. Debate sobre o papel dos atores envolvidos na Reserva Especial de Maputo identificando as instituições dentro da sua organização institucional montada para conservação e gestão da unidade de conservação. Debate e analise os incentivos montados e sua implicação para Reserva Especial de Maputo tais como os incentivos institucionais e econômicos para turismo e a conservação em Matutuíne. Debate ainda sobre os modelos de concessões do turismo e sua aplicação na Reserva Especial de Maputo, implementação de parcerias e a estratégias para sua efetivação. Neste, debate-se e analisa-se o arranjo institucional da Reserva Especial de Maputo montado que garante a entrada de novos atores, funcionamento do conselho de gestão participativa, articulação das comunidades locais com conselho de gestão e as autoridades gestora da reserva dentro do quadro de tomada de decisões para uma gestão participativa.

O sexto capítulo dedica-se apresentação das considerações finais do estudo desenvolvido, apresentando possível contribuição para se pensar em questões de desenvolvimento do turismo em áreas protegidas em Moçambique que permitam conciliar a conservação ambiental e desenvolvimento territorial englobando, dentre outras questões, o desenvolvimento de um quadro institucional para viabilizar as áreas protegidas, criação de incentivos para conservação e surgimento de novos atores, implementação de modelos de concessões e definição de parceria estratégicas para gestão das unidades de conservação, geração de benefício multifacetados para as comunidades locais e outras partes interessadas, criação de um capacidade técnica institucional nacional através do sistema unificado de gestão das unidade de conservação, adoção de mecanismos financeiros e econômicos institucionais para as áreas protegidas em Moçambique.

1. ECOTURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DEFINIÇÕES E CONCEITOS DIFERENTES ABORDAGENS E CONSENSOS

1.1. Definições e conceitos

Segundo Dias, (2008a), é importante diferenciar as viagens de modo geral do turismo em particular. E para isso temos que entender principalmente como surgiram as palavras turismo e turistas. No início do século XIX começa a ser utilizado a palavra turismo e turistas. No dicionário inglês *The Shorter Oxford English Dictionary*, publicado entre os anos 1810 e 1811, encontravam-se as seguintes definições: (i) Turismo: a teoria e a prática de viajar, por prazer; (ii) Turistas: pessoas que faz uma ou mais excursões, especialmente alguém que faz isso por recreação. Alguém que viaja por prazer ou cultura, visitando vários lugares por seus objetivos de interesse, paisagem etc. Um dos primeiros teóricos do turismo foi *Herman von Schullern zu Schattendofen*, que em seu livro *Turismo e Economia Nacional*, publicado 1911, definiu o turismo como o “conceito que compreende todos os processos especialmente os econômicos, que se manifesta na afluência, permanência e regresso dos turistas, dentro e fora de um determinado municípios, país ou Estado”. Como economista, *Von Schullern* privilegiou os aspectos econômicos, antecipando-se à conceituação atualmente aceita, que nos anos seguintes seria deixada um pouco de lado, privilegiando-se nas definições aspectos do tráfego de pessoas. No período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais (1919-1938), cresce o interesse no turismo como matéria de pesquisa nas universidades, principalmente sob viés econômicos. Nesse período, assume fundamental importância o papel desempenhado pela chamada escola de Berlim, pelos esforços empreendidos em procurar sistematizar os conhecimentos da atividade turística através da utilização da pesquisa respaldada por métodos científicos adotados pela ciência da sociedade da época. Entre seus principais expoentes encontra-se nomes importantes do pensamento teórico do turismo mundial, como *Glucksmann*, *Bormann*, *Schwink*, *Benschidt*, *Robert Glucksmann*, na revista *Verker und Bader* em 1929, definia o turismo como “uma superação do espaço por pessoas que afluem a um lugar onde não possuem lugar fixo de residência”. Em 1942, os professores da universidade de Berna *Walter Hunziker e Kurt Krapf* elaboram a definição que foi mais aceita e posteriormente foi adotada pela *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST)* que tem o seguinte texto:

[...] Turismo é o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que esses deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

Segundo Dias (2008a) citando OMT (2001), o turismo é entendido como soma de fenômenos e de relações que surgem das viagens e das instâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada.

Segundo Oliveira (2000), no final do século XIX e início do século XX, surgiu um número expressivo de conceitos que visam o fenômeno turístico. Quase todos perderam a validade, por fraqueza de fundamentação ou por falta de atribuições de autoria responsável. O mais antigo conceito ainda utilizado pertence ao economista austríaco *Herman von Schullard*, que em 1910, conceitua o turismo como:

[...] A soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com as entradas, permanência e o deslocamento de estrangeiro para fora e dentro de um país, cidade ou região.

Segundo Oliveira (2000), a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu o turismo como:

[...]. O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Para o Oliveira (2000), denomina-se turismo o conjunto dos resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos em uma localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontâneas e sem fins lucrativos. Dois outros pesquisadores, Mathieson & Wall (1990) citado por Oliveira (2002), definiram o turismo como o movimento temporário de pessoas para locais de destinos distintos de seus lugares de trabalho e de morada, incluindo também as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destinos e as facilidades para promover suas necessidades.

Segundo Dias (2008a), com a crescente importância do turismo nas economias nacionais de muitos países, aumentou a necessidade de melhorar e ampliar as estatísticas de turismo e de integrá-la com outras atividades econômicas. Assim, de acordo com a Organização Mundial do

Turismo (OMT), o turismo é descrito como atividade que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadias em lugar distinto do seu entrono habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, por negócios e outros motivos, não relacionados com exercício uma atividade remunerada no lugar visitado. Nesta definição incluem-se todas as atividades dos visitantes, como turistas (visitantes que pernoitam) excursionista (visitantes de um dia). O conceito do turismo adotado pela OMT pode ser utilizado para identificar tanto o turismo entre países como o turismo dentro do próprio país. Dentre as definições de turismo há alguns elementos comuns que se encontram em todas elas que são: há sempre um deslocamento físico de pessoas; o turismo não implica necessariamente alojamento no destino; a estada no destino nunca é permanente; o turismo compreende tanto a viagem como todas as atividades realizadas anteriormente em função da intenção de viajar, e as atividades realizadas durante a permanência no destino escolhidos; o turismo compreende também todos os produtos e serviços criados para satisfazer às necessidades dos turistas.

De acordo com Dias (2008a), o conceito de turismo pode ser analisado em duas vertentes: 1- como um sistema econômico formado por uma serie de empresas públicas e privadas que oferecem uma variedade de serviços turísticos, e produtos voltados para lazer, entretenimento etc. Esse conjunto de empresa voltadas para o entendimento das necessidades dos turistas que gerem produtos integrados para o seu consumo convencionamos denominar indústria turística; 2- como prática social cultural orientada para atender às necessidades psicológicas dos turistas, que geram incontáveis interações sociais em diversos agentes (residentes, funcionários das empresas turísticas - viajantes, turistas, agentes públicos - turistas etc.), provocando mudanças sociais e culturais.

Segundo Beni (2001), o turismo pode ser entendido desde o campo acadêmico, empresarial e órgãos governamentais gerando definições de natureza econômica, a técnica e a holística. Segundo este autor, a definição econômica, foi inicialmente apresentado Herman von Schillem em 1910 como “a soma de operações, principalmente de natureza econômica que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. O Departamento Australiano de Turismo e Recreação em 1975 define o turismo, como uma importante indústria nacional identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins. Ansett Airlines of Australia em 1977 informa

que o turismo refere-se à provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços relacionados para viajantes domésticos e do exterior. Compreende viagens para todos os propósitos, desde recreação até negócios. Robert McIntosh, em 1977, o turismo envolve mais do que os componentes empresárias, mas apresenta uma faceta qualitativa: “Turismo pode ser definido como ciência, a arte e atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejo”.

Segundo Beni (2001), existe uma grande controvérsia na definição econômica precisa do turismo. Alguns autores tratam como indústria e parece ser este qualificativo de maior uso na literatura comum, não científica. Outros tratam como um fenômeno econômico e social, setor econômico ou atividade social econômica. Por exemplo, Alberto Sessa (1993) apud Beni (2001), definiu o turismo não como uma atividade terciária, mais como uma atividade industrial real porque nele existe um processo de transformação de matéria-prima para elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado. Philip Kotler (1995) apud Beni (2001) demonstra como os setores tradicionais da indústria estão em processo de estagnação e como a nova era dos serviços irá comandar o novo século. Afirma pujança da indústria de trilhões de dólares para justificara a importância do setor, mas também revela dificuldade de definir um campo tão complexo como o turismo.

Ainda de acordo com Beni (2001) citando Palomo (1991), define o turismo como atividade econômica pelos seguintes motivos: A propensão a viajar é um ato humano; A recreação é uma atividade desenvolvida por indivíduos, isolados ou agrupados; Os deslocamentos são atos que compreende gasto e receitas; O consumo de bens e serviços turísticos pode-se enquadrar em mais de uma atividade econômica; A geração de riqueza por meio de um processo produtivo é clara e tipicamente uma atividade econômica. Turismo é indústria porque esta é um conjunto de operações necessárias para a transformação de matérias-primas. Afirma que a realidade é uma agregação de valores aos diferenciais turísticos naturais e culturais, e não uma transformação tangível e concreta na matéria-prima original. O produto turístico final para a venda e pós-venda é de natureza composta e agregada. O processo de agregação de valores inicia-se na aquisição dos atrativos turísticos, continua nos meios de transportes, hospedagem, alimentação, serviços de recreação e entretenimentos, e termina na fruição do roteiro.

De acordo com Beni (2001), a definição técnica do turismo estão centradas nas características dos mercados turísticos e das viagens do turistas que geram estatísticas comparáveis pelas organizações governamentais e empresarias. Devido a preocupação com a mensuração do tamanho e natureza de mercados turísticos e também por causa das dificuldades de se chegar a consensos, provocados pelos múltiplos aspectos do turismo, muitas de suas definições são construídas por meio de uma definição particular de “turista” para, depois, serem estendidas, por implicações, por dedução ao turismo em geral. Isso é patente em proposta em caminhadas pelos governos. Surgem, porém confusões com estes tipos de procedimento, devendo se observar que, em todos os esforços para definir o turismo, faz se necessário diferenciar “conceito” de “definições técnicas”. O conceito fornece uma estrutura especulativa, teórica, que identifica as características essenciais e distingue o turismo de outros fenômenos similares, frequentemente relacionados, embora diferentes. As várias definições técnicas de “turista” fornecem conceitos para uma definição geral de aplicação internacional e interna; estas podem muito bem ser integradas na estrutura da definição do turismo. Assim, Beni (2001), Hunziker & Krapf em 1942 definiram o turismo como a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória. Essa definição foi amplamente reconhecida por várias organizações internacionais ligadas ao turismo, por exemplo, a Organização Mundial do Turismo e IUCM.

A definição holística do turismo caracteriza um campo de estudo, pois reconhece que o turismo abarca muitos aspectos que se centralizam nos turistas. Este conceito permite abordagens interdisciplinares e multidisciplinares do estudo do turismo. Este autor dá uma definição holística de turismo como sendo o estudo do homem longe de seu local de residência, a indústria que satisfaz a necessidade, e os impactos que ambos, eles e a indústria geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora (BENI, 2001). Segundo esse mesmo autor, como visto, são vários os autores que definiram o turismo. Mas quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidências se apresentarão a amplitude e a extensão do fenômeno do turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes. Muitos autores chegam a considerar a extrema dificuldade para uma definição precisa e abrangente de turismo, levando em conta que o fenômeno é tão grande e complexo que se torna praticamente impossível expressá-la correntemente, e por isso, preferem observar

invariavelmente seus aspectos parciais ou pelo menos, algumas das suas realidades isoladas. Em suma, o fato de turismo encontrar-se ligado, praticamente, a quase todos os setores da atividade social humana é a principal causa da grande variedade do conceito, todos eles válidos enquanto se circunscrevem aos campos em que é estudado. Implicando destas na dificuldade em dizer que esse ou aquele conceito é errôneo ou inadequado quando se pretende conceituar o turismo sob uma ótica diferente, já que isso levaria a discussões estéreis. Estas colocariam justamente em evidência as limitações conceituais existentes sobre o fenômeno. Por isso a conceituação do turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudos, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em contextos vários da realidade social.

1.2. Ecoturismo: conceitos, abordagens e consensos.

Segundo o Governo do São Paulo (2010), embora o termo ecoturismo seja recente, a ação de visitar ambientes naturais, é uma prática que remota há muitos séculos e vai além do explorador e do naturalista. O termo ecoturismo começou a ser utilizado no indício da década de 1980. Ele surgiu como um conceito de atividade diferente, onde o turista também é responsável pelo ambiente e sociedade que visita, em oposição ao modelo de turismo de massa desenvolvido desde o pós-guerra, até então. O termo ecoturismo passou a ser popularizado, muito além de seus limites conceituais, para tornar-se sinônimo de qualquer atividade em áreas naturais, desde o turismo educacional até os esportes de aventura. O ecoturismo ou turismo ecológico é um tipo de turismo que promove maior contato do homem com a natureza e com seus habitantes para sensibilizá-lo e conscientizá-lo quanto à importância da preservação e da conservação do meio ambiente e das tradições culturais, por meio de práticas e atitudes sustentáveis. O ecoturismo representa uma nova forma de usufruir os locais visitados, sejam eles florestas, áreas costeiras, unidades de conservação e outros ecossistemas. Ele é, também, o respeito e a responsabilidade com a biodiversidade encontrada na região visitada e com o patrimônio natural e cultural existente.

Segundo Dias (2008b), há certa imprecisão quanto ao significado do ecoturismo. Há muitos termos e expressões utilizados que alguns consideram como sinônimo ou explicativos, como por exemplo: turismo de natureza, turismo orientado ou baseado na natureza, turismo de áreas rurais,

turismo verde, turismo alternativo, turismo sustentável, turismo rural etc. Esses termos compartilham, sem dúvida, alguns conceitos gerais, mais não são exatamente sinônimos de ecoturismo. O ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e a natureza, mas deve refletir os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos socioculturais centrados particularmente na equidade social.

Segundo Laskoski (2006), de acordo com a tipologia de Mieczkowski a primeira categoria é o turismo convencional (Figura 1). A segunda categoria é o turismo alternativo, sendo devido em diversos tipos para atender um público de menor quantidade com interesse específicos. Para Laskoski (2006), o ecoturismo é formado pela sobreposição dos conceitos de turismo cultural e agroturismo. Entretanto o turismo cultural e agroturismo também estão relacionados com outras formas de turismo. Portanto o ecoturismo pode ser alternativo, pois essa atividade apresenta aspectos culturais, educacionais, de aventura e de agroturismo. Ainda segundo este autor, o conceito de ecoturismo e sua origem têm apresentado diversas explicações que são frequentemente questionadas ou redefinidas.

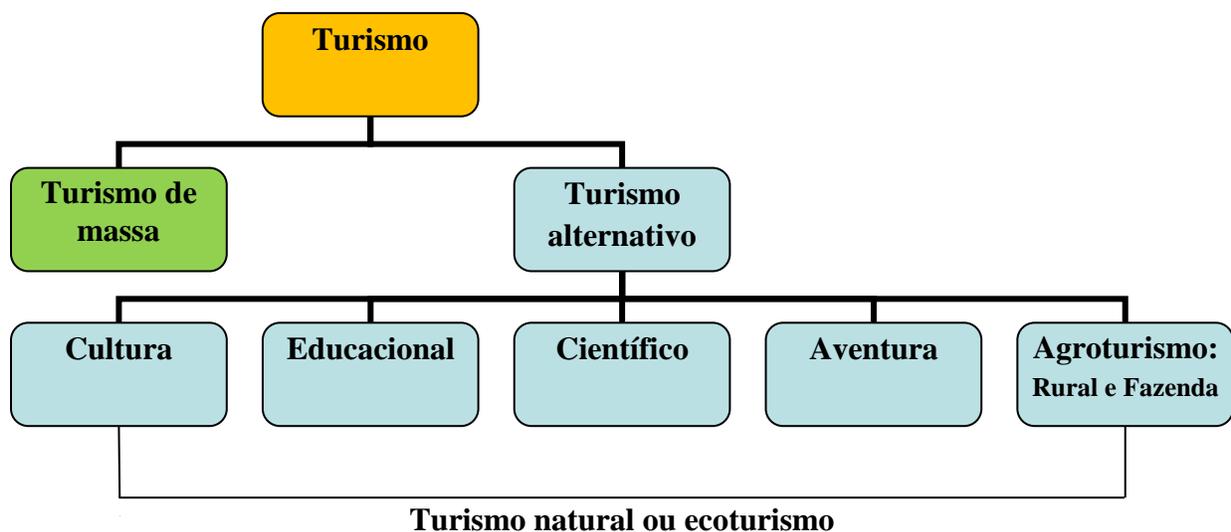


Figura 1. Tipologia de Mieczkowski
 Fonte: Laskoski (2006).

Segundo Laarman & Durst (2002) apud Laskoski (2006), ecoturismo é definido como um turismo na natureza no qual o “viajante” é atraída a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da historia natural desse destino, combinando a educação, recreação e aventura. Ainda de acordo com este autor, em 1993, identificaram uma diferença conceitual entre o

ecoturismo e o turismo de natureza e estabeleceram um escopo mais estreito e outro mais amplo para essa definição. O conceito mais estreito descreve a atividade de pessoas que promovem atividade turística orientada à natureza. No conceito mais amplo, aplica-se ao turismo que utiliza recursos naturais, focalizando ambientes relativamente intocados como: reserva selvagens, parques e habitats protegidos.

Laskoski (2006), diz que muitos autores afirmam que a relação existente entre o ser humano e natureza resulta em impactos negativos ao meio ambiente. Portanto, o ecoturismo deve ser caracterizado como uma atividade do turismo com finalidade de conservar e desenvolver o meio ambiente utilizado na atividade. Segundo este autor, considerando essa variação conceitual, o importante é extrair componentes que repetem em várias conceituações, enfatizando os conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Neste sentido, segundo Laskoski (2006) citando Zacchi (2004) o grupo de trabalho interministerial, formado pelos Ministério da Indústria e Turismo, Ministério do Ambiente e da Amazônia Legal, EMBRATUR, IBAMA, chegou a seguinte definição:

[...] Ecoturismo é segmento da atividade turísticas que utiliza forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Segundo Firmino (2007), Dias (2008a), a definição adotada oficialmente em 1996 pela IUCN a partir da definição de Ceballos-Lascrain (1996), o ecoturismo é considerado como a forma de turismo “ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna selvagem) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais”.

Segundo Dias (2008a) baseado na definição anterior, podemos afirmar que o ecoturismo é uma atividade das formas mais sustentáveis do turismo e pode-se constituir no eixo de implantação de uma política de desenvolvimento turísticos sustentáveis. Entre as principais características do ecoturismo estão: inclui elementos educacionais e de interpretação; em geral, embora não exclusivamente, ser organizado para pequenos grupos por empresas especializadas,

pequenas e de forma geral de propriedade local; a organização, administração e comercialização de passeios, também por operadores internacionais e quase sempre em grupos reduzidos; reduzir todas as possibilidades de impactos negativos sobre o entorno natural e sociocultural; contribuir para a proteção das zonas naturais de várias formas: gerando benefícios econômicos, oferecendo alternativas de empregos e renda para as comunidades locais e incrementando a consciência ecológica.

De acordo como Governo do Estado de São Paulo (2010), em 1994, o Ministério da Indústria, Comercio e Turismo (MICT) e Ministério do Meio Ambiente Legal (MMA), em conjunto com os representantes do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de empresários e consultores, criam as diretrizes para uma Política Nacional do ecoturismo e estabeleceu o seguinte o conceito para atividade: segmento da atividade turísticas que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Segundo a OMT (2002) apud Governo do Estado de São Paulo (2010), definiu o ecoturismo como: todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve.

Segundo Dias (2008b), há ainda certa imprecisão quanto ao significado do termo ecoturismo. Há muitos termos e expressões utilizadas que alguns consideram como sinônimo ou explicativas, com, por exemplo: turismo de natureza, turismo orientado ou baseado na natureza, turismo de áreas rurais, turismo de aventura, turismo verde, turismos alternativo, turismo sustentável, turismo rural etc. Esses termos compartilham alguns conceitos gerais, mas não são necessariamente sinônimos de ecoturismo. O ecoturismo não se reduz a uma atividade que une turismo e a natureza, mas deve refletir também os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos socioculturais centrados particularmente na equidade social. Todavia, são necessários, alguns esclarecimentos conceituais, particularmente, sobre o significado de alguns termos como: turismo sustentável, turismo de natureza e ecoturismo.

Ainda segundo Dias (2008b), o turismo sustentável pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto,

reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de equilíbrio entre os eixos básicos que se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social. Um dos conceitos mais debatidos no final do século XX, o conceito de desenvolvimento sustentável, originou-se no debate sobre o esgotamento dos recursos naturais e ampliou-se nos últimos anos englobando a cultura e a preservação da diversidade étnica e social. O turismo pode-se consolidar cada vez mais como a principal atividade econômica mundial, desde que baseado na exploração sustentável dos recursos naturais e culturais.

Segundo o Governo do São Paulo (2010), atualmente, o ecoturismo em seu conceito amplo, é o segmento turístico que mais cresce no mundo. Este crescimento está relacionado ao aumento da consciência ambiental da sociedade, principalmente, a partir das últimas décadas do século XX, quando os turistas passaram a se relacionar de forma diferente com o local visitado, buscando ambientes naturais conservados e um maior envolvimento com as comunidades locais. A atividade aparece, também, como uma alternativa de apoio ao desenvolvimento sustentável frente às outras atividades, potencialmente, mais impactante; principalmente para aquelas comunidades inseridas em ambientes naturais conservados ou que apresentam maior fragilidade. Porém, apenas por meio de um processo de planejamento, o ecoturismo pode funcionar, efetivamente, como uma ferramenta para o alcance do desenvolvimento equilibrado. Esse planejamento, associado à conscientização ambiental, fará com que as pessoas tenham, atitudes que assegurem as condições necessárias para que estas e as próximas gerações usufruam dos recursos naturais de modo pleno, saudável, equilibrado e harmônico no caminho da sustentabilidade ambiental. De acordo com Laskoski (2006), como o ecoturismo depende de uma atividade com desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que existe a necessidade de encontrar a intercessão entre o desenvolvimento econômico, ecológico e comunitário nessa atividade. De acordo com Swarbrooke (2000) citado por Dias (2008b), o ecoturismo pode ser uma forma de turismo sustentável se adequadamente gerenciado.

Segundo Dias (2008b), todos os seguimentos do turismo devem almejar alcançar a sustentabilidade de como objetivo primordial. Não pode ser confundido com o turismo de natureza ou com ecoturismo. O turismo de natureza, no entanto, busca desfrutar os valores naturais de um território, mas não implica, necessariamente, atitude particular dos turistas. O turismo de natureza pode apresentar-se como insustentável. E ecoturismo, segundo uma

definição mais utilizadas, é a “viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem-estar da população local”. É praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área. Eles procuram compreender as relações existentes nos ecossistemas, respeitá-las e mantê-la o mais intactas possível, em harmonia com as populações locais. O ecoturismo pode ser entendido como turismo sustentável praticado em áreas naturais. De acordo com esse autor, na declaração de Québec sobre o ecoturismo, foram estabelecidos os princípios específicos que diferencia do conceito mais amplo de turismo sustentável. Esses princípios específicos são: contribuir ativamente à conservação do patrimônio natural e cultural; inclui as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento, exploração e contribui a seu bem-estar; interpreta o patrimônio natural e cultural do destino para os visitantes; é melhor aos viajantes independentes, bem como aos circuitos organizados para grupos de tamanho reduzido. Objetivando consolidar a ideia e operacionalizar o conceito de um ponto de vista global, várias organizações internacionais têm elaborado definições desde que a palavra surgiu no início da década de 80.

De acordo com o (WOOD, 2002) apud Dias (2008b), o ecoturismo tem sido definido pelo mercado turístico baseado na natureza, mas ele também tem sido formulado como ferramenta de desenvolvimento sustentável pelas ONGs, especialistas em desenvolvimento e acadêmicos desde 1990. O termo ecoturismo, portanto, refere-se por um lado a um conceito que apresenta um conjunto de princípios e, por outro lado, a um segmento específico de mercado.

Segundo Dias (2008b), a palavra ecoturismo citado por Hetzer (1965), indica quatro condições para o turismo responsável ou alternativo: Impacto ambiental mínimo; Impacto mínimo sobre e máximo as culturas anfitriãs; Máximo benefício econômico para as comunidades locais do país anfitrião; Máximo de satisfação recreativa para os turistas participantes. Afirmava, ainda, que se o turismo realizar ao menos essas quatro condições poderia constituir-se numa atividade saudável e compensadora para o turista, um investimento com resultados econômicos para a área receptora e manteria as características de meio ambiente; seria, portanto, um turismo ecológico ou ecoturismo.

Segundo Dias (2008b), embora Hetzer em 1965 tenha empregado a palavra ecoturismo e definido em linhas gerais o que entendia, baseado nas quatro condições que deveriam ser cumpridas, o mesmo termo foi antes utilizados por vários atores, como por exemplo, o arquiteto e ambientalista mexicano Héctor Cabellos-Lascuráin em 1993, considerado o criador do termo

ecoturismo. No mesmo ano de 1993, Ceballos- Lascuráin definiu pela primeira vez o ecoturismo numa apresentação que fez na cidade do México para o Pronatura, e posteriormente publicado e popularizado no livro *Ecoturism: the potencial and pitfall* (BOO, 1990 apud DIAS 2008b). Essa definição afirma que:

[...] O ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbada com objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar sua paisagem, sua flora e fauna selvagem, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes como as passadas) que ali se possa encontrar. Nestes termos, o ecoturismo implica um enfoque científico estético ou filosófico, sem que isto signifique que o ecoturista deva ser um cientista, um artista ou um filósofo profissional. O relevante aqui é a pessoa que prática o ecoturismo tem a oportunidade de estar imersa na natureza de maneira muito diferente daquela que usualmente se apresenta na vida urbana cotidiana. Essa pessoa com o tempo adquirirá uma consciência e um conhecimento do meio ambiente natural (e por extensão, do cultural) convertendo-se assim em alguém genuinamente envolvido nos temas conservacionistas.

Ainda segundo Dias (2008b) no ano de 1993, Ceballos- Lascuráin fez uma revisão dessa definição inicial que publicou em seu livro *Tourism, Ecoturism and protected area* editado pela IUCN em 1996, adotada, oficialmente, essa definição ficou com o seguinte texto:

[...] O ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável, que consiste em viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna selvagem) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais.

A sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) de forma bastante simplificada definiu ecoturismos (WOOD, 2002 apud DIAS, 2008b) como: “a viagem responsável para as áreas naturais que conserva o meio ambiente e mantém o bem-estar da população local”.

O ecoturismo, diferentemente do turismo tradicional, requer pouco investimento em infraestrutura e alto investimento em capacitação, conhecimento, organização e informação. Isso decorre de fato de que o ecoturismo exige maior preparação e capacidade para enfrentar a concorrência, que se baseia na de recursos excepcionais, daí o alto preço que pagam os ecoturistas para desfrutar desses recursos, pois, diferentemente dos centros tradicionais de praia que oferecem uma oferta padronizada, a possibilidade de substituir um recurso natural único é

quase impossível (BRINGAS; OJEDA, 2000 apud DIAS, 2008b). Segundo Ejzman (2001) apud Dias (2008b) como vimos, há várias definições do ecoturismo, entre essas, as mais citadas e atualizadas pela clareza das suas colocações são: a do Programa do Turismo da IUCN; a da sociedade Internacional de Ecoturismo e a do Congresso de Ecoturismo desenvolvido em Beilze em 1992 em que se definiu o conceito como:

[...] Turismo dedicado ao desfrute da natureza de forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração das comunidades locais e com um mínimo impacto para os recursos, sobre a base de apoiar os esforços dedicado à preservação e manejo de áreas naturais onde se desenvolve ou daquelas prioritárias para a manutenção da biodiversidade.

1.3. Importância do turismo em contexto global

Segundo Dias (2008b), no final do século XX, o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, caracterizando-se por um crescimento espetacular. De acordo com Oliveira (2000), o turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrente do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade seja incluída na programação política econômica de todos os países. O turismo, que era para muitos países uma atividade secundária, passou a receber atenção especial em razão de ser uma fonte geradora de receitas e a exigir metódica e delicada manipulação, consolidando o conceito de “indústria normal”. Assim, o turismo pode ser considerado como indústria por muitas razões. Pela existência de uma organização dentro do setor que promove as viagens e beneficia os locais receptores, pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. O turismo aproveita os bens da natureza sem consumi-los, nem esgota-los; emprega uma grande quantidade de mão de obra; exige investimento de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais; proporciona ingressos de divisas na balança de pagamento; origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia do país; valoriza imóveis e impulsiona a construção civil.

Segundo Wahab (1977) apud Oliveira (2000), o turismo é uma destas novas indústrias que são capazes de propiciar um rápido crescimento econômico em ofertas de empregos, renda, nível de vida e ativação de outros setores produtivos do país receptor.

Segundo Oliveira (2000), em 1996, a OMT divulgou que turismo teve um crescimento de 4,5 % em número de viagens internacionais, acima de 3,8% de 1995 em relação 1994. Quanto a entrada de divisas nas nações, o incremento foi ainda maior de 7,6%, superando US\$ 423 bilhões. Em todo mundo, nada menos que 592 milhões de viajantes deslocaram-se entre os países em 1995. Desde 1970, esse número aumentou 257 % e praticamente dobraria nos próximos 10 anos, superando de 1 bilhão de turísticas em 2010. Ainda segundo Dias (2008b), Oliveira (2000), para 2020, as estimativas da OMT apontam para mais de 1,6 bilhões de viagens internacionais.

De acordo com OMT (2002) apud Dias (2008b), entre 1950 à 2000, os descolamentos internacionais de turistas passaram de 25 milhões a 699 milhões por ano, representando uma taxa de crescimento aproximado de 5% ao ano. Esses números referem-se apenas ao turismo internacional; entretanto, pode ser muito mais expressivo se consideramos o turismo que se realiza dentro do próprio país. Segundo Oliveira (2000), uma das razões desse quadro favorável tem sido a popularização das viagens internacionais entre os turistas originários dos países desenvolvidos. De acordo com OMT (2002), a atividade continuaria a crescer num ritmo de, pelo menos 4 % ao ano, atingido no ano de 2000, 700 milhões de chegadas e US\$ 600 bilhões em divisas.

Segundo PANROTAS (1998) apud Dias (2008b), o turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade, já tendo atingido o *status* de principal atividade econômica no mundo. Superou setores tradicionais como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. É o setor que tende a crescer 7.5 % ao ano nos próximos 10 anos. Movimenta cerca de US\$ 3.4 trilhões (10,9 % do PIB mundial), e emprega 204 milhões de pessoas (10 % da força de trabalho global) e um número incalculável de atividade correlatas.

Segundo Oliveira (2000), as expectativas são de que o número de empregos no setor cresça, em termos mundiais, de estimados 255 milhões, em 1996, para 385 milhões em 2006. Ainda de acordo com este autor, a Comissão Europeia através do seu Órgão Executivo da União Europeia, o turismo deveria criar entre 2,2 milhões e 3,3 milhões de empregos até 2010, com uma taxa de crescimento de 1 % a 1,5 %. Em 1999, o setor empregava 9 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, a indústria do turismo contribuiu com mais de US\$ 3,5 trilhões em termos de receitas globais em 1996 soma que alcançaria a casa dos US\$ 7,1 trilhões em 2006. Na Europa, o ingresso de recurso do turismo aumentou 8,9 % nos seis primeiros meses de 1998, em comparação ao mesmo período de 1997. Afirma ainda que, o turismo representa uma

engrenagem econômica que gera rendas substanciais e emprego. Governos em todo mundo enfrentam hoje uma crise, criada justamente pela estagnação desses dois fatores. Nesse clima, o crescimento do turismo oferece a oportunidade de reconstruir-se a vitalidade econômica. Ao dar apoio a essa atividade, os governos beneficiam-se das vantagens financeiras oferecidas pelo gerador mundial de empregos. Diz ainda que, os governos começam a considerar o turismo como prioridade estratégica para o novo milênio.

Segundo Wanhill (1997) apud Brouwer (1998), MITUR (2004), tanto na África Austral quanto no mundo em geral, o turismo é setor econômico que mais cresce na atualidade. A prosperidade econômica dos países em geral e o custo baixo dos transportes tem contribuído em termos reais para o crescimento do setor.

De acordo com Bruyne (1997) apud Brouwer (1998), como resultado, as chegadas internacionais de turistas cresceu em torno de 7,5 % por ano, de 25 milhões em 1950 para 567 milhões em meados de 1990. Em 1990, aproximadamente 3 milhões de turistas visitaram a região da África Austral. Em 1996, este número triplicou para 8,3 milhões e, com previsões de nos próximos 10 anos um crescimento superior a 22,5 milhões.

Segundo Brouwer (2008) Moçambique arrecadaria potencialmente por ano US\$ 80 milhões diretamente da atividade do turismo. E de acordo com MITUR (2004) as receitas geradas pelo setor do turismo atingiriam US\$ 476 bilhões em 2000, o que significa um crescimento de 4,5 % em comparação com o ano de 1999. Em 2001, as receitas proveniente do turismo atingiram US\$ 682 milhões. De ponto de vista histórico, o fluxo do turismo tem sido polarizado entre e no seio da Europa Ocidental e Estados Unidos da América. Só a Europa abocanhava mais de 406 milhões de chegadas em 2000, o que equivale a 58 % do turismo internacional. No mesmo período, a África recebeu 28 milhões de chegadas, o equivalente a 4 % do negócio mundial neste domínio. A diferença entre os destinos de eleição constituídos pela Europa e pelas Américas em comparação com África é enorme. O extremo Oriente e o Pacífico, por sua vez continuou a dar sinais de grande crescimento em relação ao turismo externo e, presentemente, acolhe 15 % das chegadas internacionais. O conjunto constituído por África, Médio Oriente e Ásia do Sul detém, aproximadamente, 5 % das chegadas internacionais. O aumento crescente do acesso às viagens e as mudanças nas preferências do consumidor têm resultado numa mudança nos padrões de viagens. De maneira geral, à medida que se melhora o acesso por intermédio dos transportes e tecnologia de informação, se desenvolvem atrações

turísticas, facilidades e serviços e tornam-se conhecidos e desejáveis como destinos turísticos, os países em desenvolvimento vê a sua participação na captação de turísticas internacionais a crescer. Os países de G7 (por exemplo, Reino Unido, EUA, Alemanha, França, Itália, Canadá, Japão) continuaram a ser responsáveis pela oferta da maioria dos turistas internacionais no futuro próximo. Ao contribuir com 16 % do mercado em 2000, o que significou um crescimento de 1 % quando comparado com 1999, a região do extremo Oriente e ou do Pacífico tem sido o que tem estado a crescer de forma mais rápida, nos últimos anos. Em relação à África existem poucas evidências sobre o crescimento do turismo, a quota do mercado pelo continente cresceu em 1 % ao longo do período de 15 anos.

Ainda de acordo com MITUR (2004), as chegadas turísticas aos países da região da SADC totalizaram 10,7 milhões em 2001, o que representa 1,6 % das chegadas a nível mundial. Calcula-se que nas próximas décadas, à medida que o impacto do setor se desdobra pela economia da região, serão criados 1,6 milhões de novos postos de trabalho. Prevê-se ainda que o crescimento do turismo anual alcance 6,5 % na África e 7,8 % na África Austral, isto é, bem acima do crescimento médio do mundo previsto de 4,1 %.

Segundo Firmino (2007) estes resultados evidencia a tendência para os fluxos turísticos internacionais que podem ser reforçados em períodos de ameaça de ataques terroristas, em destinos distantes do país de origem dos turistas. Em termos estratégicos, pode-se perguntar se devemos apostar em mercados com poder de compra médio e médio superior (a Europa) ou mercados com poder de compra elevado (América do Norte) no que concerne aos mercados e segmentos que os países em desenvolvimento.

Segundo Faye & Fletcher (2002) apud Firmino (2007) identificam as tendências da globalização com impacto no setor do turismo, nomeadamente as consequências do desmantelamento das pressões protecionistas, com efeitos nos países receptor ao nível de investimento, formação, emprego, pagamentos, impostos, preços e benefícios nos serviços de outros setores. Entretanto, as trocas de serviços entre os países estão a associados á paz mundial.

Ainda de acordo com Firmino (2007), mesmo nas regiões menos desenvolvidas do mundo, o turismo tem conhecido um assinalável crescimento devido a muitos fatores, entre os quais, os investimentos massivos orientados para o turismo, a promoção e o marketing.

1.3.1. Tendência atual do turismo: contexto de Moçambique, âmbito regional e global.

Segundo OMT (2005) apud Matimbe (2006), Banco Mundial & IFC (2006) a África Subsaariana registrou um crescimento assinalável no turismo nas duas últimas décadas. As chegadas internacionais aumentaram de 1,5 % em 1970 para 4,5 % em 2003. Essa tendência deverá continuar no período 2005-2020, aumentando a quota de África para 5 % de total de chegadas internacionais até 2020. O crescimento na África Austral e Oriental é responsável por 15 milhões, ou seja, 52 % do total de chegadas à África. Em Moçambique desde o acordo de paz de 1992, as chegadas internacionais de turistas cresceram rapidamente de 240 mil em 1999 para cerca de 470 mil em 2004, tendo registrado uma taxa de crescimento anual de 13 %. Esta taxa é, contudo baixa em termos absolutos, tanto para África bem como para Moçambique.

Segundo MITUR (2004, 2008), em 2001 e 2002, cerca de 400 mil e 900 mil turistas tiveram como destino de preferência Moçambique, majoritariamente dos países. Enquanto África do Sul recebeu, no mesmo ano, 6 milhões de turistas, e prevê receber 30 milhões de entradas até 2020. Em média Moçambique atrai um número 6 vezes menor de viajantes em relação ao resto da África. Em 2003, 42 % do total de turistas que escalaram Moçambique foram viajantes a negócios; ao todo 70 % motivados por laços pessoais; os restantes escalaram o país para lazer, recreação e férias, apesar de ser um mercado reduzido quando comparado aos países vizinhos. Os turistas internacionais são predominantemente de negócios ou de visita a amigos e familiares e uma parte de turistas de lazer. O turismo de lazer, a procura de ambientes tropicais que incluem as praias, a fauna selvagem, cultura e o turismo de negócios são segmentos que continuam a dominar as motivações de viagens para destinos turísticos dos países em via de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique. Com exceção do Malawi, que tem recursos turísticos limitados, todos os outros países que fazem fronteira com Moçambique estão entre os 10 maiores destinos turísticos africanos. Isto serve para mostrar que Moçambique está a sub utilizar os seus recursos turísticos se comparando com os países região. Segundo Matimbe (2006), contrastando com os padrões observados noutros países de África, a maioria das chegadas de visitantes internacionais a Moçambique são regionais.

Segundo MITUR (2004, 2008), a contribuição do turismo é relativamente ainda muita baixa para Moçambique. Ou seja, o turismo contribui entre 1,2% a 2,5% para PIB - Produto Interno Bruto e representa 0,9 % de total de receitas registradas em Moçambique. Enquanto que

para África do Sul, o setor contribui com cerca de 8 % para economia local, e na África Subsaariana com uma média de 6% e, no mundo, como uma média de 10,2. Ainda segundo essa mesma fonte, mesmo se partir do pressuposto de diferença de métodos do cálculo, torna-se claro que existe uma oportunidade considerável para Moçambique participar no crescimento internacional e regional. Como um setor de investimento previdente, o turismo está a sair-se bem. Respondeu com 16 % de aplicações de investimentos totais em Moçambique durante o período de 1998 à 2002. Com um investimento total de US\$ 1,3 bilhões, o turismo passa a ser o terceiro maior setor em investimento no país, depois da Indústria (33 %) e Energia e Recursos Naturais (18 %).

Segundo Matimbe (2006), a média internacional de receitas por chegadas varia muito pelo mundo. Em África, as receitas do turismo internacional mantêm-se inferior à média mundial de US\$ 404 em 2002. Moçambique apresenta receitas internacionais por chegadas de US\$ 240 à média mundial de US\$ 675, sendo que a estadia em média para Moçambique de 2 a 3 dias comprados com outros países ao nível da África de 8 dias média, como no Kenya por exemplo.

Segundo UNWTO (2012), as perspectivas futura do turismo mundial, incluindo a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social, são cada vez mais importantes. Existe um volume significativos de procura estimulada pelo aumento do rendimento disponível, das motivações para viajar, do crescimento exponencial dos mercados emergentes acompanhado pelo crescimento continuado dos mercados tradicionais, das mudanças demográficas, sociais e tecnológicas, da diversificação de destinos e da crescente liberalização do setor. Ao nível internacional, dos cerca de 900 milhões de chegadas de turistas internacionais que se registram anualmente, apenas cerca de 50 % tem como motivação de visita as férias e o lazer, enquanto cerca de 16 % viajam por motivos profissionais e 27 % por razões de visita familiar e amigos ou outras. Mais de 22 milhões de chegadas internacionais de turistas foram registradas durante o primeiro semestre de 2012. Ainda de acordo UNWTO (2012), durante o primeiro semestre de 2012 a demanda internacional do turismo continuo demonstrar resiliência. Entre janeiro e Junho do mesmo ano, foi registrado 22 milhões (+5 %) mais de chegados de turistas internacionais para diferentes destinos em todo mundo comparativamente com igual período registrado em 2011 (Figura 2).

As chegadas internacionais registradas em Junho de 2012 totalizaram cerca de US\$ 467 milhões, aproximadamente 5 % mais em igual período de 2011. Em anos normais os primeiros

seis meses são contabilizados aproximadamente 45 % do volume total do ano, considerando que os meses de julho e agosto, que são as épocas de pico tradicionalmente nos países do hemisfério norte, que majoritariamente atraem mais turistas (UNWTO, 2012).

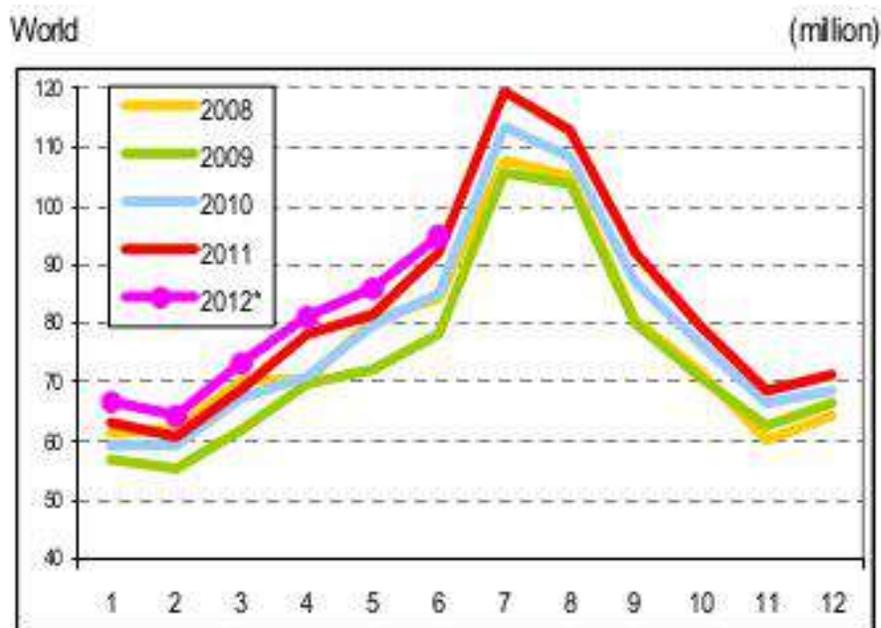


Figura 2. Chegada de turistas internacionais entre 2008 a 2012
Fonte: UNWTO (2012).

Segundo UNWTO (2012), vários países tem fornecido informações sobre as chegadas de turistas internacionais. Grande parte desse registraram aumento de chegadas de turistas, em 34 % apontam para o dobro de crescimento, e apenas 16 % dos países apresentam um decréscimo. Não obstante, a demanda de chegada de turistas internacionais ter apresentado a uma tendência de decrescente ligeira, se espera que até final do ano de 2012, supere 1 bilhão. Segundo essa mesma fonte, as expectativas em termos de crescimento esta na ordem de 3 % e 4 % desde o princípio de 2012. Em 2011, a chegada de turistas internacionais cresceu por volta de 5 % alcançando 990 milhões. As receitas derivadas do turismo internacional (incluindo transportes e exportação derivado do turismo) totalizaram US\$ 1,2 trilhões, ou seja, perto de 6 % das exportações de bens e serviços a nível mundial.

Segundo Sandra Carvão (2009), a maioria das chegadas de turistas internacionais verifica-se em destinos como Europa (54 %), da Ásia (21 %) e da América (15 %). E tal como acontece em nível de chegadas de turistas internacionais, as receitas geradas pelo turismo internacional

encontram-se igualmente concentradas nos destinos da Europa (51 %), da Ásia (20 %) e da América (21 %), que apesar de representar 15 % das chegadas de turistas gera ainda cerca de 21 % das receitas globais. O turismo internacional moveu quase 900 milhões de turistas (US\$ 733 bilhões de receitas em 2006). É assim, um dos principais setores de exportação ao nível global, representando cerca de 30% das exportações mundiais de serviços, alcançando percentagens superiores a 50% em países onde o turismo tem um papel econômico muito mais importante como sejam as ilhas. É importante realçar que, ao falar de turismo internacional falamos do turismo intrarregional já que a maioria dos turistas internacionais que se registram nas regiões mais visitadas são na verdade resultados do forte mercado intrarregional. Ainda de acordo com Sandra Carvão (2009), o turismo é igualmente um dos setores mais dinâmico a nível mundial. Entre 1950 e 2007, o turismo internacional, medido em chegadas de turistas internacionais, cresceu a uma taxa de 6,5 % ao ano, atingindo cerca de 900 milhões (Figura 3). Esta tendência foi acompanhada pelo aumento de peso dos destinos asiáticos e perda de quota por parte de destinos americanos, em menor medida, dos destinos europeus.



Figura 3. Chegada de turistas internacionais entre 1950-2007
Fonte: OMT, 2008 apud SANDRA CARVÃO, 2009.

Segundo Sandra Carvão (2009), na lista dos principais destinos dominam a França, Espanha e EUA. No que se refere aos mercados emissores, a lista é dominada pelos mercados tradicionais da Alemanha, EUA, Reino Unido, França e Japão. Mas merece destaque a posição

da china, 6º principal mercado do mundo em termos de gasto turístico no estrangeiro, com US\$ 24 bilhões gerados em turismo internacional em 2006 (Figura 4).



Figura 4. Principais destinos mundiais Turísticos.
 Fonte: OMT, 2008 apud SANDRA CARVÃO, 2009.

Segundo Sandra Carvão (2009), é igualmente importante mencionar o crescimento dos mercados emissores emergentes da Rússia e da República da Coreia, que ocupam as posições 9ª e 10ª respectivamente na lista dos principais mercados emissores em termos de gasto em turismo estrangeiro. Igualmente importante no momento de analisar os mercados emissores é analisar os destinos principais de visitas dos turistas desses mercados.

Este fator é essencialmente importante no caso do mercado chinês, que recentemente tem sido considerado como um dos principais mercados emergentes a nível mundial. Se bem se trata de um mercado com um significativo crescimento nos últimos dez anos (quer em número de viagens ao estrangeiros, quer de gestão em turismo internacional), é importante ressaltar que a maioria dos 35 milhões de viagens com origem no mercado chinês tem como destinos as regiões administrativas especiais chinesas de Macau e Hong Kong, as quais recebem 70 % de total de saídas do mercado chinês (Figura 5).



Figura 5. Principais mercados emissores.
 Fonte: OMT, 2008 apud SANDRA CARVÃO, 2009.

Ainda segundo a UNWTO (2012), em termos de saída de mercado, e entre os 10 dez maiores países com despesa em viagem para exterior cresceram significativa e com maior destaque para China (+30 %), a Federação da Rússia (+15 %), USA (+9 %), Alemanha (+6 %) e Canadá (+6 %). No Japão, um aumento de 8 % com gasto com turismo no exterior confirma a retomada deste importante mercado. Por outro lado, o crescimento foi comparativamente menor ou negativo na Inglaterra, Austrália, Itália e França.

1.3.2. Perspectivas de longo prazo do turismo em escala mundial

Segundo Sandra Carvão (2009), as previsões de longo prazo de acordo OMT indicavam que o número de turistas internacionais antigeria 1.6 bilhões em 2002, representando um crescimento anual de 4 %. A previsão aponta para destinos como África, Ásia e Médio Oriente um crescimento a média, enquanto destinos mais maduros da Europa e da América permaneceram menor que a média mundial (Figura 6).

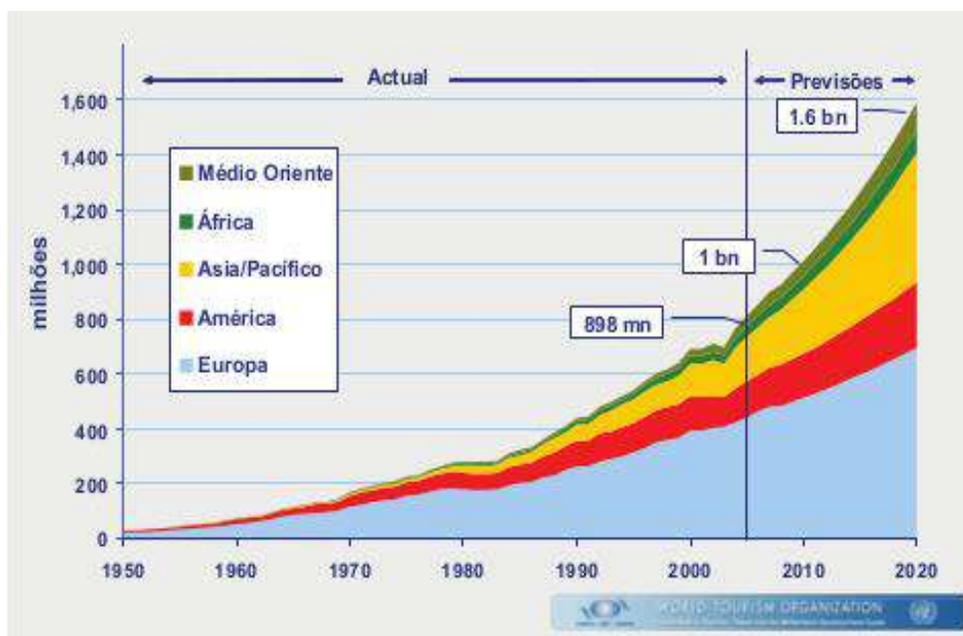


Figura 6. Chegadas de turistas internacionais de 1950-2020: situação atual e previsões do turismo visão 2020.
Fonte: OMT (2008). Apud Sandra Carvão (2009)

Segundo Sandra Carvão (2009), no que se refere aos principais destinos mundiais, as previsões são de que a China ocupe em 2020 o 1º lugar como destino mais visitado do mundo, retirando essa posição à França (Tabela 1).

Tabela 1. Principais destinos Mundiais, visão 2020.

	País	Turistas (milhões)	Crescimento (%)
1	China	130	7.8
2	França	106	2.3
3	EUA	102	3.5
4	Espanha	74	2.6
5	Hong Kong (China)	57	7.1
6	Reino Unido	54	2.1
7	Itália	52	3.4
8	México	49	3.6
9	Federação da Rússia	48	6.8
10	República Checa	44	4.0

Fonte: OMT- Organização Mundial de Turismo (2008) apud Sandra Carvão (2009).

Segundo Sandra Carvão (2009), apesar dessas previsões publicadas em finais da década de 1990, tendo como base de previsão o ano de 1995, o desenvolvimento posterior do turismo internacional prova que em longo prazo está previsão é ainda válida já que há períodos de menor

crescimento, como o verificado entre 2001 e 2003, seguem-se períodos de crescimento acima da média como tem sido o caso da curva de crescimento entre os anos 2004 e 2007 que é de 4,4 % ao ano (Figura 7).

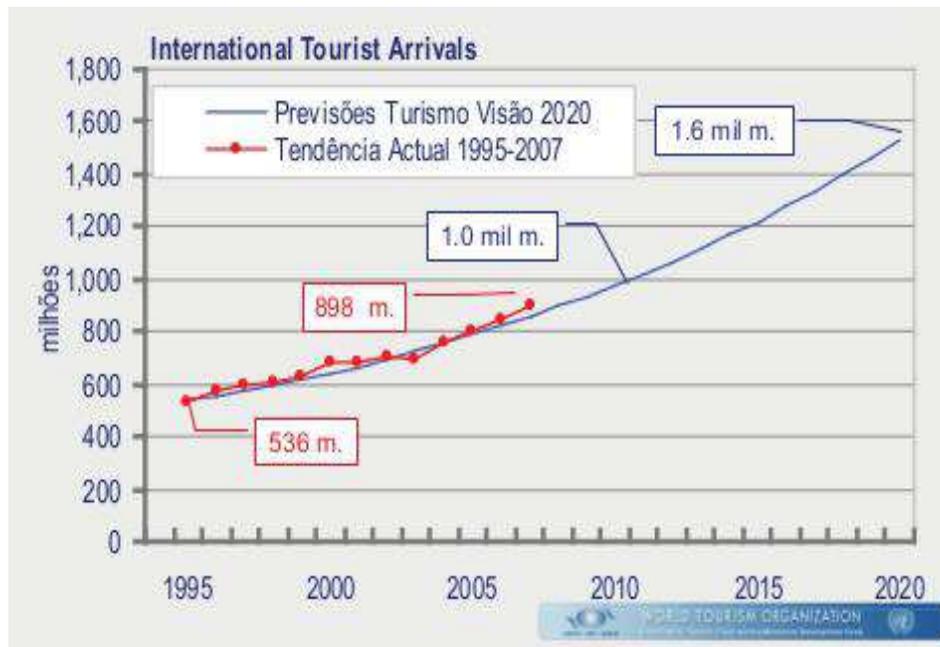


Figura 7. Tendência atual VS Previsões do Turismo. Visão 2020
Fonte: OMT (2008). Apud Sandra Carvão (2009)

Segundo Sandra Carvão (2009), no que se refere as previsões efetuadas para os destinos turísticos individuais, verifica-se, no entanto, que o desenvolvimento atual varia de forma mais significativa às previsões iniciais. Dentre os principais destinos para 2020, destacam destinos como a Espanha, Itália, França, Rússia ou Hong Kong (China) que crescem até a data por cima das previsões. Pelo contrário, destinos como os EUA, o México ou Canadá (estes dois últimos com grande dependência do mercado emissor dos EUA), apresentam um crescimento muito menor que o previsto.

1.4. Contribuição do ecoturismo e suas implicações na economia global

Segundo Dourojeanni & Pádua (2001), DIAS (2008a), dentre todas as variantes de turismo voltado para a natureza, é o ecoturismo hoje o que tem maior crescimento relativo,

tornando-se muitas vezes uma opção, por si só, de desenvolvimento de regiões, localidades e países, que apresentam natureza preservada.

Segundo Dias (2008a), as áreas naturais protegidas encontram no turismo, de modo geral, mas principalmente no ecoturismo, uma forma de inserção nas economias locais, viabilizando-se economicamente e trazendo benefícios as comunidades que vivem no seu entorno. O ecoturismo cresceu significativamente no final do século XX (anos 90), associado ao crescente aumento da consciência ecológica, que incorporou definitivamente como um dos mais importantes valores da humanidade a partir da realização no Rio de Janeiro da Conferência da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento, e que produziu uma série de documentos contendo diretrizes a serem seguidas pelas nações para que o homem mantenha o planeta habitável para as próximas gerações.

De acordo com o Governo de São Paulo (2010), para compreender o cenário do ecoturismo é necessário entender as tendências do amplo mercado em que ele está inserido, o do turismo. Classificado como um dos cinco principais itens geradores de receita na economia mundial, o turismo vem registrando taxas de crescimento, em receitas, de 4 % ao ano, desde 2004. Ainda segundo esta fonte, países em que a atividade turística ultrapassa 2 % do PIB, ela passa a ser um segmento sólido e confirma a contribuição para o desenvolvimento econômico nacional.

Segundo Lima (2002), devido a problemas de classificação, a falta de estatísticas atualizadas sobre o tamanho real do mercado, e quase inexistência de perfis dos usuários, fica difícil avaliar, em termos precisos, qual tem sido o crescimento da demanda do ecoturismo no mundo. No entanto, as estimativas apresentadas por Pires (1998) apud Lima (2002), para o mercado de ecoturismo, ampliadas as diversas fontes, são bastantes representativas: público de 50 milhões de participantes no mundo; crescimento anual em escala mundial estimado na ordem de 20 %; 5% a 8 % do fluxo mundial de turismo, com previsão de crescimento de 15 % anual em 2005; as viagens orientadas à natureza representam 10 % de americanos e europeus; 4 a 6 milhões de americanos fazem turismo natureza por ano, fora de seu país. Ainda de acordo com Amaral (2002) apud Dias (2008a) o fluxo de pessoas envolvidas com ecoturismo aumentou 20 % ao ano, enquanto o turismo convencional cresce 7,5 %. Segundo Laskoski (2006), Dia (2008a), a escolha por destinos ecológicos representa 5% a 8 % do turismo mundial, devendo chegar a 10

% na próxima década. Em termos de investimento no ecoturismo, este cresceu 90 % nos últimos 15 anos, e tendem a aumentar sensivelmente nesta década (DIAS, 2008a).

Segundo o Governo de São Paulo (2010), a OMT, em 2004, o crescimento do segmento do ecoturismo foi três vezes maior que do setor turístico como um todo. Além disso, pesquisas mostram que os empreendimentos voltados para esse segmento contribuem mais para o desenvolvimento local, enquanto 80 % da receita arrecadada com a venda de pacotes tradicionais vão para empresas multinacionais (companhias aéreas, cadeias de hotéis, etc.) As pousadas ecológicas contratam mão de obra e compram insumos da localidade deixando, em alguns casos, até 95 % de sua receita na economia local. Outros dados mostram que os ecoturistas gastam mais que turistas tradicionais. Nos últimos anos, com o crescimento da importância da questão ambiental, os viajantes têm-se mostrado mais conscientes dos impactos causados pela visitação.

Para Ruschmann (1997) apud Lima (2002), os ambientalistas naturais conservadores ganham força no contexto turístico internacional e constituirão uma grande força mercadológica do século XXI. Neste contexto, Western (1995), citado por Lima (2002), argumenta que o turismo de natureza é força motriz de muitas de muitas ilhas tropicais do Pacífico, Caribe e Índico.

Cater (1993) apud Lima (2002), por sua vez, comenta que o ecoturismo, como setor da indústria turística que apresenta o mais rápido crescimento, surge como um investimento alternativo e como um grande negócio. Contudo, afirma que as estimativas do seu significado em termos de gastos com o turismo global variam consideravelmente, de US\$ 10 bilhões a mais de US\$ 200 bilhões. Pode-se citar exemplos da importância para alguns países da atividade de ecoturismo em unidades de conservação. O sistema Nacional de Parques dos Estados Unidos, composto por 376 áreas protegidas, recebe, por ano, mais de 270 milhões de visitantes que geram receitas de US\$ 10 bilhões e 200 mil empregos. Comparando com outras áreas no mundo, o parque mais visitado dos Estados Unidos, o *Great Smoky Mountains* recebeu 9,2 milhões de visitantes em 1996. Já o Canadá espera gerar US\$ 6,5 bilhões do PIB anual através de gastos dos participantes em atividades relacionadas com vida selvagem (IUCN, 1998 apud LIMA, 2002).

Segundo Laskoski (2006), alguns dos principais destinos de ecoturismo no mundo, são a seguir destacados: Quênia desenvolveu um modelo de valoração sobre a atração turística dos animais do Parque nacional Amboseli; Ruanda, o Parque Nacional dos Volcans, cuja atração principal são os gorilas; Estados Unidos, nos Parques Nacionais, cerca de 30 % dos visitantes são

americanos, que viajam com finalidade de observar e fotografar a fauna; Costa Rica, pequeno país da América Central, recebe mais de 260 mil ecoturistas por ano, faturando cerca de US\$ 600 milhões, com essa modalidade de turismo; Peru, o maior concorrente do Brasil, na disputa pelo mercado de ecoturistas. Possui boas infra-estruturas, confortáveis hotéis de selva, parques administrados por pessoal bem treinado, ingressos com custos reduzidos, e tarefas áreas bem baratas, situação radicalmente oposta à do Brasil. No Brasil, pressupõe-se que o ecoturismo alcance meio milhão de turistas por ano. Entretanto, calcula-se que a participação dos turistas nacional, na região, antes em torno de 10 % do total, tenha triplicado, nos três anos.

1.5. Ecoturismo em unidades de conservação

1.5.1. A prática de viagens e do turismo orientado para a natureza: breve histórico e contextualização

Segundo Lima (2002), já é muito antigo o hábito de empreender viagens a natureza, movido pelo interesse de conhecer, dominar, explorar, mas também de observar e estudar o mundo natural e cultural, bem como de aproveitar de seus benefícios físicos, psicológicos e espirituais. Embora o ecoturismo seja uma manifestação do presente século é possível encontrar exemplo em épocas anteriores que, de alguma forma, se relacionaram com esta modalidade de turismo. No histórico de viagem, vale salientar que, além dos primeiros navegadores, os exploradores, cientistas, artistas e naturalistas que empreenderam viagem e expedições e regiões remotas e selvagens do velho e novo mundo como, por exemplo, Alexander von Humbort, Charles Darwin, Karl von Liné, Alfred Wallace, James Cook, Johann von Spix, Karl von Martins, entre muitos outros.

Segundo Pison (1984) apud Lima (2002) naturalistas e humanistas do Renascimento abrem um movimento cultural que adquire seu máximo no romantismo, na ilustração, no cientificismo dos séculos XVII & XIX, a viagem a natureza, que se estende a regiões remotas com a expansão colonial europeia. Esse movimento possui várias facetas que se entrelaçam: científica, artísticas, literária, exploratória, desportiva, utilitárias, ociosa e também educativa. De acordo com Lima (2002) citando Pires (1998), de uma certa forma, entre os diversos tipos de motivações e de turismo existente na atualidade, essas iniciativas remotas podem ser

reconhecidas como os primeiros indícios ou antecedentes das viagens contemporânea orientada para a natureza.

Já no século XII era costume os ricos cidadão das grandes cidades manter uma propriedade rural nas cercanias; e no final da idade média, a ideia de uma segunda residência no campo foi tornando mais familiar aos habitantes das cidades. Assim o progressivo sentimento de atração ao campo, à natureza, às áreas incultas refletia um anseio que aumentaria constantemente com a expansão das cidades e das indústrias, proporcionando uma espécie de fuga da agitação crescente e da poluição (LIMA, 2002). Segundo Serrano (1997a) apud Lima (2002) no período que vai do século XVI ao XIX, o questionamento antropocentrismo e a consequente mutação de postura que ele desencadeia irão propiciar novas relações do homem com animais e plantas e a idealização da vida no campo e da sua imagem. Já Thomas (1983) apud Lima (2002) acrescenta afirmando que, muitos foram os que, a partir do século XVII, principalmente na Inglaterra, se interessaram em números cada vez maior pelo mundo da natureza, pelo estudo da história natural e, também, por curiosidade, prazer ou satisfação emocional. Porém, este movimento não foi exclusivo dos ingleses, pois embora demorasse muito para atingir as classes médias da Itália e Espanha, difundiu igualmente na França e Alemanha.

Segundo Lima (2002), a partir desse momento, o mundo natural passa a ser estudado por seus valores intrínsecos e não apenas utilitário, um movimento que leva à constituição da história natural, com suas práticas de coleta e observação da natureza. De acordo com Lima (2002) citando Thomas (1983), à difusão da mística da natureza entre os teólogos e filósofos veio se somar a convicção, de uma minoria cada vez mais ampla, de que as montanhas davam prazer porque ofereciam ar mais puro e as melhores vistas, além de exerce um salutar poder espiritual sobre o homem. No decorrer do século XVIII a paixão pelo cenário montanhoso, principalmente do continente europeu, tomou conta do público que gostava de viajar. Para tanto contribuíram os melhoramentos nos transportes e nas comunicações no século XVIII, tornando as áreas naturais e as viagens mais acessíveis e confortáveis e refletindo no crescimento do turismo. Porém, estes avanços apenas de certa forma explicariam esse novo gosto pela natureza selvagem.

Nesta linha de raciocínio, ao tratar da questão da atualidade, Serrano (1997b) citado por Lima (2002) observa que esse desejo que ela denomina o “desejo contemporâneo de retorno à natureza”, se tem refletido em anseio do tipo valorização e busca para garantir a perpetuação dos saberes das comunidades tradicionais; obsessão pela proteção pela natureza, ou, ainda, a procura

de reencontro com a natureza por meio das viagens e do turismo, em particular em sua versão “ecológica” ou “ambiental”.

Ainda segundo Lima (2002), o surgimento da figura dos parques nacionais norte-americanos está diretamente relacionado com essas viagens e com a nova forma de estar no mundo e de se relacionar com ele. Por sua vez a própria ideia da proteção ambiental surge associada a ideia de contemplação, do lazer e, por extensão, do turismo. Também Western (1995) apud Lima (2002) destaca que os primeiros visitantes que há um século chegaram aos parques nacionais norte-americanos de Yellowstone e Yosemite foram os ecoturistas pioneiros, precursores dos milhares de ecoturistas atuais. Estes parques nacionais, sendo criados ainda no final do século XIX, representavam os primeiros espaços naturais protegido destinados a oferecer o contato com a natureza e com a paisagem espetacular e cenários únicos como alternativa à urbanização crescente que já se verifica na época. Lima (2002) observa-se assim, uma expressiva mudança no século XX nos valores em relação à natureza e, conseqüentemente, às viagens orientadas para as áreas naturais. Mais recentemente, da década de 70 para cá essa tendência toma um novo impulso, em grande parte influenciada pelas ideias de contracultura e do movimento ambientalistas, pelos efeitos negativos de turismo de massa, pelo estresse e a qualidade de vida dos espaços urbanos do mundo contemporâneo globalizado, pela nova consciência da infinidade dos recursos naturais e dos riscos de sobrevivência da humanidade. Por outro lado de ter um seu papel, o marketing, o modismo e os ideais consumistas característicos da sociedade atual, amplamente veiculada pela mídia.

1.5.2. Efeitos do Turismo em contexto global: mundialização e complexidade

O turismo foi durante muito tempo considerado uma atividade econômica limpa não poluente, geradora de amplo leque de oportunidades e de empresas que não lançam fumaça na atmosfera, como as fábricas características da Revolução Industrial. Embora esse cenário tenha-se alterado nos anos recentes, com os diversos estudos do impacto provocado pelo turismo nas comunidades e ecossistemas, há muita contribuição potencial efetiva do turismo para o gerenciamento do meio ambiente (DIAS, 2008b). Segundo Lima (2002), são bastantes complexos e contraditórios os efeitos do turismo, havendo entre os especialistas uma discussão crítica sobre esta atividade enquanto estratégias de desenvolvimento, principalmente para os

países em desenvolvimento. Ainda é considerável polêmica e as expectativas existentes acerca dos propalados benefícios do turismo e de seus impactos para a conservação ambiental e para as populações em redor ou vizinhas das áreas visitação.

De modo geral, o turismo tem sido difundido pelos governos como alavanca da retomada do crescimento econômico, sobre tudo por oferecer as qualidades de grande empregador de mão de obra, rápida instalação e retorno econômico, além da relativa menor necessidade de infra-estruturas quando comparado, por exemplo, com aquela necessária à indústria de base (MARETTI, 1994 apud LIMA, 2002).

Segundo Mendonça (1996) estas reflexões sobre o impacto gerado pelo turismo são muito importantes, pois se contrapõem aos entusiastas do turismo que estão fascinados com a ideia de que hoje esta atividade movimenta, no mundo, US\$ 3.4 trilhões por ano, empregando cerca de 212 milhões de pessoas. É atraente pensar que qualquer pessoa que disponha de algumas centenas de dólares e duas semanas de férias possa alcançar qualquer parte do planeta. As projeções ainda mais alentadoras, pois se espera para as próximas década a criação de 338 milhões de emprego movimentando US\$ 7.2 milhões.

De acordo com Cazes et al. (1996), visto pelo lado dos países em desenvolvimento, a oportunidade turística é menos frequentemente ocultada nas estratégias de desenvolvimento, sobretudo porque ela representa, geralmente, uma alternativa decisiva, um último recurso ante as desilusões encontradas pelos outros setores econômicos. No plano geral, as receitas turísticas internacionais brutas do mundo subdesenvolvido podem ser atualmente avaliadas em mais de US\$ 100 bilhões, seja, cerca de duas vezes mais que o montante anual da ajuda ao desenvolvimento e um terço mais que os que os aportes privados totais. Estudos detalhados das destinações dos países do terceiro mundo demonstram, também, que o turismo tornou-se não somente a primeira (até mesmo a única) fonte econômica, mas também o setor mais dinâmico, impondo-se sobre os outros, ou substituindo-os completamente. Mais o estudo mostra também o aspecto ilusório (diversos autores consideram miragem ou engodo) desde aporte de divisas estrangeiras, quando muitos países frágeis e pouco diversificados economicamente devem importar o essencial dos equipamentos e dos produtos exigidos pelos visitantes estrangeiros. Um cálculo minucioso das contas exterior do turismo, levando em consideração o conjunto de entradas e saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz o mais

frequentemente, a confirmar o pensamento pessimista “mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável”.

Segundo Lima (2002), citando Ribeiro & Barros (1997), de outro ponto de vista, observam que o turismo representa “além das fantasias e duas funções cognitivas presas ao exótico, uma via de inserção na realidade de outro, de grande potencial pacifistas e integrador que muitas vezes, acaba banalizada pela mercantilização”. No entanto, de acordo com Lima (2002), muitas vezes os benefícios sociais e econômicos não corresponde às expectativas. Grande parte dos investimentos gerados pela atividade intercaladas ao turismo beneficiará muito pouco as populações nativas, acrescentando-se que a riqueza gerada poderá ser distribuída desigualmente ou enviada para fora. Ao mesmo tempo, em geral não se contabiliza, na análise e nos cálculos da quantidade de divisas que entram através do turismo, o quanto gasta ou se perde (inclusive ambientalmente) com a construção dos equipamentos de suporte para tornar determinados ambientes atrativos para o turismo.

No entanto, vários autores alertam que os benefícios potenciais do turismo para as comunidades locais são às vezes sobre avaliados, gerando problemas tais como: perdas de diretos tradicionais de acesso aos recursos; desenraizamento cultural, inclusive com relação aos locais e objeto de importância religiosa, cultural e histórica; redução ou perda de acesso às terras e aos recursos naturais; roturas de sistemas econômicos locais; migração, pequena participação no planejamento da atividade, etc., (BURBRIDGE, 1991; MARETTI, 1994; RIBEIRO & BARROS. 1997 apud LIMA, 2002).

Segundo Cazes et al. (1996), as análises sobre o emprego turístico não podem chegar a uma conclusão mais unívoca: dependendo, de um lado, da criação abundante de empregos, notadamente indiretos (artesanato, comércio, construção, diversos serviços, alimentação, etc.), elas sublinham, por outro lado, a precariedade destes trabalhos (sazonalidade, absenteísmo, subqualificação, excesso de jovens e mulheres) e sua ligação frequente com o setor informal. Eles constituem, todavia, uma válvula de segurança, que os governos não negligenciam, da mesma forma que os beneficiários de múltiplas taxas turísticas, muito úteis a magras receitas públicas, penalizadas pelas elevadas cargas de implantação de infraestruturas necessárias (estradas, aeroportos, planejamento de estações, construção de hospedaria). Em uma dicotomia cujo simplismo é justamente criticado pelos pesquisadores, os responsáveis pelo turismo nos países do terceiro mundo opõem, frequentemente, recaídas econômicas, consideradas

globalmente como positivas, aos efeitos sociais derivados, julgados geralmente negativos e, deste modo, fortemente temidos. Em consequência deste assunto, segundo afirmam este autor, levou a colocar em evidência, de importância gradual, para caracterização desses impactos como a aculturação, subversão e que basicamente devem ser acrescentadas duas notas essenciais:

- ❖ De um lado, o desenvolvimento incontrolado de certas práticas turísticas pode ter efeitos sócias muito tímidos; como notadamente, as novas extensões do turismo sexual (Tailândia, República dominicana, Cuba, Brasil?) e, muito particularmente, os da prostituição infantil, contra a qual foi lançada em 1995 a campanha ECPAT (End Child Prostitution Asian Tourism);
- ❖ De outro lado, a abertura turísticas deve ser analisada somente como um fator de aculturação (e, portanto, como de corrupção de valores tradicionais) entre diversos outros, os efeitos sem dúvidas mais marcantes, tais como a difusão das grandes mídias ou a emigração para o estrangeiro.

Segundo Cazes et al. (1996), a temática dos impactos ambientais é simultaneamente, considerável e quase ritual nos balanços turísticos, mas ao mesmo tempo frequentemente bizarra e pouco convincente. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural, segundo Lima (2002), decorrente do turismo são abundantes, assim como são para outros setores da economia, na medida em que depende da apropriação e exploração da natureza e da sociedade locais, caracterizando-se em geral pela utilização não sustentável dos recursos até o esgotamento de suas fontes e posterior transferência para outros pontos de exploração. Segundo Rodrigues (1997); Ribeiro & Barros (1997) apud Lima (2002), neste sentido, vale ainda destacar o caráter cíclico do turismo mundial, com a sua autenticidade programada. O fenômeno de abandono dos sítios degradados e a busca de novos sítios representam uma tendência universal. À medida que o meio ambiente e a qualidade de serviços e infraestruturas se deterioram e com surgimento de novos destinos turísticos menos saturados, o fluxo turístico vai decrescendo, sendo conduzido para as novas localidades. Raros são os casos em que procuram reverter ou minimizar os impactos socioambientais negativos ou recuperar as áreas degradadas, quando isso é ainda possível.

Cazes et al. (1996) chama atenção para a perversa contradição inscrita nos gêneses mesmos do fenômeno turístico entre, de um lado, as exigências de abertura tão ampla quanto possível dos sítios para maior frequência solicitada ativamente e, de outro lado, as exigências de preservação das qualidades originais que fundem e perenizam atratividade desses sítios. Segundo Lima (2002), mesmo levando em conta os custos socioambientais, muitas das localidades não dispõem de alternativas enquanto estratégia de desenvolvimento, sobre tudo nos países do Terceiro Mundo.

Segundo Rodrigues (1997) apud Lima, (2002). O turismo pode ser uma alternativa socioeconômica para inúmeras localidades à margem do processo de desenvolvimento regional. Contudo, não se deve constituir em mais um fator de segregação socioespacial e de aumento de disparidade social. Torna-se assim, fundamental buscar mecanismos para auferir mais vantagens desse projeto, visando resolver ou, ao menos minimizar os graves problemas dos países de economia deprimida. Por outro lado, há que se estimular a capacidade das comunidades locais em identificar seus problemas e de buscar de soluções originais, bem como o envolvimento das lideranças locais, desde a concepção até a implementação, gestão e monitoramento dos projetos turísticos. É necessário, também levar sempre em conta a integração de estudos e planejamento turísticos com a problemática ambiental, visando a garantir a compatibilidade entre o desenvolvimento do turismo e a proteção do meio ambiente, em seus vários aspectos.

De acordo com Lima (2002), a partir da repercussão das questões ambientais e do surgimento de uma consciência dos danos irreparáveis de exploração indiscriminada, tem-se buscado um controle mais rigoroso da atividade turística, através de instrumentos como a legislação ambiental, uso e ocupação de solo, zoneamento, estudos do meio e de impactos socioambientais (EIA), regulamentação turística e serviços de monitoramento e fiscalização, bem como uma maior participação pública no planejamento e gestão dos planos de desenvolvimento e empreendimento para o setor. Também neste sentido, tendo em vista a previsão do crescimento do turismo em escala internacional, nos próximos anos, e com o reflexo de uma nova preocupação e conscientização de seus possíveis impactos ambientais e socioculturais negativos¹, foi aprovado, em 1999, na Assembleia da OMT, o novo Código Global de Ética para

¹ O Código inclui dez (10) artigos embasados em princípios gerais. O texto está disponível na internet: Organização Mundial de Turismo – OMT. <http://www.world-tourism.org>. Acesso em: 06/11/2012.

o Turismo e, instalado, em 2002 o respectivos Comitê Mundial de Ética, tendo em vista a segurar a sustentabilidade do setor turístico e minimizar seu impactos negativos.

Segundo Mendonça (1996), o turismo é considerado uma indústria e, assim como os demais setores da economia moderna, depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. Os exemplos de degradação ambiental e sociocultural decorrente do turismo são abundantes, assim como o são para agropecuária ou outros setores da indústria: a utilização não - sustentável até ao esgotamento de suas fontes de matérias-primas e transferências para outros locais de exploração. Segundo Guattari (1991) apud Mendonça (1996) no que diz respeito ao turismo, pode-se afirmar que mesmo onde há turismo, há degradação ambiental. Onde o turismo é considerado desenvolvido, há concentração de grandes números de pessoas que não se interessa muito pelo lugar visitado (por incrível que isso possa parecer). O turismo se resume, quase sempre, “como uma viagem sem sair de lugar”, no seio de mesma redundâncias de imagens e de comportamento.

Ainda de acordo com Mendonça (1996), a atividade turística tem-se desenvolvido de tal forma que os indivíduos escolhem o lugar que vão visitar por critérios que não incluem forçosamente a personalidade do lugar, seu aspectos peculiares e especiais, suas características ambientais mais fortes, tais como a vegetação, o relevo, hidrografia, o povo do lugar e sua cultura, sua música, seus hábitos, sua culinária; e sem esse conhecimento há dificuldade na valorização da importância do turismo. Por outro lado impera superficialidade na relação com a natureza e com a população local. Para cada local onde a evolução do turismo se tornou difícil devido à degradação socioambiental, cria-se outro, com características semelhantes, ainda que mais moderna e aparentemente diferente. Em todos os setores da economia estão aparecendo, pouco a pouco, estratégias que incorporam a questão ambiental. Na indústria propriamente dita os padrões ambientais pelo ISO 14.000, por exemplo, consideram o meio ambiente, não só quanto aos produtos finais como quanto aos processos produtivos. No setor do turismo, o ecoturismo vem sendo apontado como uma forma alternativa, preocupada com o meio ambiente. No entanto, estes avanços não significam obrigatoriamente que a questão ambiental está prestes a ser resolvida. Alguns poucos estudos apontam os impactos socioambientais do ecoturismo. Segundo Tuan (1990) apud Mendonça (1996) alguns ambientes naturais, entretanto, têm sido enormemente valorizados pela atividade turística, e proporcionam de alguma forma, um contato mais direto com certos elementos naturais.

Segundo Rodrigues (1997) apud Lima (2002) vale salientar que o ecoturismo procura se apoiar na convivência e busca de integração com o entorno, surge como uma das grandes tendências tipicamente opostas do turismo no futuro, da instalação de *resorts*, que costuma isolar o turista da realidade local. Esta modalidade de turismo alternativo, de certo modo recente, caracteriza-se por viagens para áreas naturais, relativamente bem preservadas, com objetivos de observar, admirar, interpretar e desfrutar da paisagem, dos atrativos naturais e culturais, além de buscar a integração dos visitantes com o entorno. Há uma tendência para combinar as atividades físicas e aventuras, com o desenvolvimento de uma consciência ambiental e valorização da convivência com a população local e sua cultura.

De acordo com Dias (2008a), no entanto, em que pesem as dificuldades que a natureza apresenta algumas vezes para o turismo, ela na realidade é grande aliada da atividade turística de modo geral. A natureza, o turismo apresenta dois lados nítidos:

- ❖ Como grande consumidor de recursos naturais, se o aproveitamento destes não for controlado, a atividade turística terá os mesmos efeitos destrutivos dos primeiros anos da industrialização nos séculos anteriores, ou seja, destruirá os recursos dos quais depende. Deste modo o monitoramento permanente da atividade turística é fundamental para se medir constantemente a capacidade de suporte dos recursos naturais, adotando-se as mediadas para controlar o fluxo turístico.
- ❖ Por outro lado, como o turismo, diferentemente da indústria de transformação, não necessita extrair da natureza os recursos de que utiliza para serem consumidos pelos turistas, pois estes se deslocam para consumi-los, existe a perspectiva real e que a atividade turística seja a melhor forma de se obter recursos para preservação do meio ambiente natural. Isto é possível porque os recursos naturais só mantêm seu atrativo quando permanecem menos alterados possível, preservando sua autenticidade natural.

Segundo Dias (2008a), assim considerando o aspeto positivo da atividade turística em relação ao meio ambiente natural, o turismo contribuir para preservar a fauna selvagem ameaçada de extinção como os grandes mamíferos de África, que em muitos países daquela região são mais importantes economicamente vivos do que mortos; ajuda na conservação dos parques e áreas de preservação natural; oferecem uma alternativa econômica para a população

local; entre outros benefícios. Deve-se levar em consideração que houve um aumento da consciência ecológica no mundo a partir do final do século XX motivado por uma série de circunstâncias, entre as quais: o aumento da percepção de preservação dos recursos naturais; a necessidade psicológica das pessoas de encontrar alternativas de lazer diferente das praticadas nos grandes centros urbanos; maior aproximação de forma simples de vida em contraposição à complexidade da vida moderna nos grandes centros urbanos; busca de melhor qualidade de vida, que se traduz em maior interação com a natureza. Este aumento da consciência ecológica levou ao surgimento e ao crescimento de um tipo de turista cada vez mais exigente com a qualidade ambiental do destino turísticos que escolherá, exigindo ações concretas das autoridades na preservação dos atrativos naturais e a diminuição da poluição de todos os tipos.

Ainda de acordo com Dias (2008a), os estudos dos efeitos do turismo no meio ambiente começaram a ser intensificados na segunda metade da década de 70, em função do crescimento do turismo de massa e vários problemas causados pela atividade turística que fizeram soar um alerta mundial apontando para a possibilidade de que seu crescimento poderia ser insustentável do ponto de vista ambiental. O resultado dessa preocupação ficou registrado no importante documento da OMT em Manila sobre o turismo mundial. Neste documento, se afirma que a satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para o meio ambiente, destacando os recursos naturais, que considera como uma atração essencial do turismo, e conclama que as comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver esforços necessários para sua preservação.

Segundo Dias (2008a; 2008b), o estudo de impactos ambientais do turismo avançou muito desde então e hoje se compreende que existem efeitos provocados pelo turismo em todos os níveis. Na relação turismo e natureza é essencial uma boa gestão de recursos naturais, que inclua preliminarmente um planejamento de curto e médio prazo, com monitoramento constante para avaliar a capacidade de suporte dos atrativos.

Para Dias (2008a), uma lista dos impactos ambientais provocados pelo turismo será sempre incompleta pela diversidade de efeitos que a atividade provoca no meio ambiente, daí a necessidade de monitoramento permanente. Por outro lado, o turismo quando bem planejados, e com uma gestão responsável, que promova o monitoramento permanente da atividade, avaliando a capacidade de suporte do recurso, é altamente positivo ao meio ambiente, podendo tornar-se cada vez a principal atividade econômica responsável pela preservação dos recursos naturais. Os

benefícios que o turismo traz ao meio ambiente estão diretamente relacionados com o aumento da consciência ecológica da sociedade mais geral. Como uma atividade de massa, constituindo cada vez mais numa necessidade social do ser humano, a atividade turística necessita para o seu desenvolvimento dos espaços naturais existentes e, por outro lado, as áreas naturais necessitam do turismo para tornar economicamente viáveis, tornando-as menos passíveis de crítica e contribuindo para o desenvolvimento social das populações de seu entorno.

Segundo Mikhailova & Mulbeier (2008) considerando o ecoturismo uma atividade que acontece na natureza e promove princípios ambientalistas, a falta de planejamento pode acarretar impactos tanto positivos quanto negativos, mais agravantes que em qualquer outro seguimento.

Segundo Ruschmann (1997) apud Dias (2008b) o impacto de ecoturismo referem-se a serie de modificações ou a sequencia de eventos provocado pelo processo de desenvolvimento turísticos nas localidades receptoras. As variáveis que provocam impacto têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas; porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando correm no meio ambiente natural. Os impactos dever ser avaliados com enfoque econômico (renda e aumento do número de emprego gerados): todavia, faz se necessário avaliar o desenvolvimento local, regional e nacional. O impacto na comunidade pode ser significativo, mesmo que os ecoturistas não gastem grandes quantias.

Segundo Mikhailova & Mulbeier (2008), o ecoturismo não é uma atividade causadora de impactos significativos, pois, pelo seu conceito, ele deve promover a conservação e preservação dos recursos naturais envolvidos. No entanto, mais do que qualquer outra forma de turismo na natureza, o ecoturismo depende da qualidade do ambiente visitado; além disso, o fluxo de ecoturistas pode superar a capacidade de suporte do local e causar algum dano ambiental. Esse é um dos motivos pelo qual a atividade deve ser controlada e os impactos negativos devem ser minimizados pelo manejo. Essa sustentabilidade se baseia na execução de projetos ou estudos visando uma ação satisfatória e de políticas públicas, envolvendo os agentes econômicos e sociais. Pode-se argumentar ainda que a conservação da natureza e a proteção do meio ambiente deveriam acontecer independentemente das considerações econômicas, pois são essenciais à manutenção da vida humana.

Para Ceballos (1996) apud Dourojeanni & Pádua (2001), o ecoturismo, ainda que nem sempre bem definido nem compreendido, pode ter enormes impactos sobre as unidades de conservação, pois, cada vez mais, ele é praticado na base dos sistemas das unidades de

conservação. Segundo Dourojeanni & Pádua (2001), o crescimento acelerado do ecoturismo é uma oportunidade de ouro para as unidades de conservação principalmente quando está associada à sustentabilidade econômica das unidades de conservação. Também o ecoturismo pode ser uma ameaça para a preservação do meio ambiente em especial, das unidades de conservação se não for bem conduzido.

Segundo Southgate (1997) apud Dourojeanni & Pádua (2001), nas unidades de conservação, a presença de negócios turísticos e o crescente envolvimento instituições oficiais do turismo, cria novas demandas e pressão sobre a natureza que, com frequência, atentam contra os princípios científicos do manejo da área e contra a proteção da biodiversidade que contém, sem trazer benefícios esperados para a população local ou nacional.

1.6. Conservação e áreas naturais protegidas

1.6.1. Áreas Naturais Protegidas: história e desafios

Segundo Diegues (2001), o modelo de criação de áreas naturais, nos Estados Unidos, a partir do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do terceiro mundo.

Segundo Bensusan (2006), o parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque a ser criado nos Estados Unidos foi estabelecido em 1872 com objetivo de preservar suas belas paisagens “virgens” para as gerações futuras. Em seu ato de criação, o Congresso dos Estados Unidos determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida. O ser humano ali seria um visitante, nunca um morador. Esse modelo foi adotado por muitos outros países do mundo e, em vários deles, vigora até aos nossos dias.

De acordo com Diegues (1994) citado por Bensusan (2006), permanece também atual uma questão que nasceu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone: a transferência de moradores, frequentemente de maneira forçada, dos locais onde viviam tradicionalmente, com intuito de criar áreas “desabitadas” para serem parques nacionais. Yellowstone tampouco era uma área “vazia”, desprovida de populações humanas; era território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. A tentativa de transformar áreas “desabitadas” em parques fundamenta-se

na ideia de que parte do nosso planeta ainda não teriam sido “tocadas” pelos humanos e são justamente essas as porções mais dignas de serem conservadas.

De acordo com Miller (1997) citado Dourojeanni & Pádua (2001); assim, os Asante do Gana estabeleceram reservas absolutas em territórios sagrados que são respeitadas até hoje. Os Vendas, da África de Sul, protegeram até na atualidade o lago Fundudzi, onde nem mesmo é permitido banhar-se. No pacífico, foram os próprios nativos Maoris que exigiram do governo da Nova Zelândia a criação do Parque Nacional do Tongariom em 1894, um dos primeiros do mundo, para proteger seus lugares sagrados contra madeireiros, e criadores de ovelhas. “Depois de Yellowstone”

Segundo Bensusan (2006), em 1885, o Canadá criou o seu primeiro parque nacional; a Nova Zelândia em 1894; e a África de Sul e Austrália em 1898. A América Latina foi um dos primeiro continente a copiar o modelo de parques nacional sem população humana residentes em seus limites com destaque para os países de México (em 1903), Chile (em 1926) e Brasil (em 1937). De acordo com Diegues (2001), algumas dessas áreas protegidas forma criadas no século XIX, com intuito de preservar paisagens especialmente belas para as futuras gerações. Segundo Wilson (1992), Lawton & May (2003) citado por Bensusan (2006), durante o século XX, esse instrumento se popularizou e as altas taxas de extinção de espécies conduziram à criação de vasta maioria das áreas protegidas, como uma tentativa de resposta à crise das extinções. Originalmente a ideia de reservar determinados espaços tem pelo menos duas motivações: preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais (BENSUSAN, 2006).

Segundo Davenport & Rao (2002) apud Bensusan (2006), as primeiras de essas motivações poder ser exemplificadas pela criação de florestas sagradas na Rússia, onde o uso e presença humana eram proibidos. A segunda motivação, que é bem antiga, a manutenção de estoques de recursos naturais estratégicos (BENSUSAN, 2006).

Segundo este Bensusan (2006), reservas reais de caça já apareceram nos registros históricos assírios de 700 antes do cristo. Os romanos já se preocupavam em manter reservas de madeira, entre outros produtos para a construção de navios. Na Índia, reserva reais de caça foram estabelecidas no século III (COLCHESTER, 1997 apud BENSUSAN, 2006). Os senhores feudais destinavam porções significativas de suas florestas para reservas de madeira, de caça e de pesca (LARRÈRE & NOUGARÈDE, 1993 apud BENSUSAN, 2006).

Segundo Bensusan (2006), os poderes coloniais na África, ao longo dos últimos séculos, também destinaram espaços para a conservação de determinados recursos naturais. Apenas na segunda metade do século XX, surgiu a ideia de definir espaços para conservação de paisagens naturais, pois nessa ocasião o papel transformador da humanidade estava a se tornar claro e a diminuição de áreas onde a terra mantinha a sua “hipotética condição prístina” também se tornava evidente. Cronon (1995) citado por Bensusan (2006) assinala que, no século XVIII, as paisagens naturais possuíam um forte componente sobrenatural e até mesmo religioso, as paisagens sublimes eram aqueles raros lugares onde o ser humano teria maior chance de entrever a face de Deus. Mesmo o estabelecimento dos primeiros parques nacionais americanos – Yellowstone, Yosemite, Grand Canyon, Rainier, Zion – obedeceu a essa perspectiva. Paisagens menos sublimes não mereciam ser protegidas.

Segundo Diegues (2001), A criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular no terceiro mundo. O objetivo geral dessas áreas protegidas é preservar os espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que a sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior. A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criada primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano e industrial, destruidora da natureza. A ideia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderia existir espaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior a intervenção humana. Ainda de acordo com Diegues (2001), mais do que a criação de espaços físicos, existe uma concepção específica de relação homem e a natureza. A única forma de proteger a natureza segundo pensamento existente do século passado era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-lo e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Segundo Bensusan (2006), atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. A necessidade de proteger determinados espaços da sanha destruidora da nossa espécie já mostra, por si só, o tamanho desse desafio. Em uma sociedade mais saudável, talvez fosse possível disciplinar e gerir o uso de recursos naturais de forma mais ampla e, quiçá, mais

democrática, sem que houvesse necessidade de reservar espaços especialmente para a proteção da natureza. Segundo Mulongoy & Chape (2003) apud Bensusan (2006), essas áreas existem em aproximadamente 80% dos países do mundo e cobrem cerca de 11,5 % da superfície terrestre do planeta. Segundo Bensusan (2006), grande parte das áreas protegidas no mundo ocidental, entretanto, foi criada com base no mito da natureza intocada. Assim, o conflito entre certas estratégias de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, muitas vezes responsáveis pela manutenção de sua integridade biológica, nasceu com a criação de áreas protegidas e assumiu, ao longo do tempo, proporções significativas.

Segundo Diegues (2008), o estabelecimento dessas áreas teve aumento entre a década de 70 e 80 quando foram criadas cerca de 2.098 unidades de conservação nacional em todo mundo (Tabela 2), cobrindo mais de 3.100.000 km² ao passo que o início do século tinha sido criado 1.511 unidades cobrindo aproximadamente 3.000.000 km².

Segundo Kemf (1993) apud Diegues (2006), hoje cerca de 5% da superfície terrestre são largamente protegidos, por meio de 7.000 unidades de conservação, não somente em nível nacional, mas também de províncias, estados, municípios e também particulares, espalhadas por 130 países. Terborgh & Schaik (2002) citados por Ferrão (2008) corroboram o postulado anterior. Os autores vão até mais longe, considerando que as áreas de conservação, sob ponto de vista real e formal, representam apenas 5 % do planeta. Pesem os esforços atuais para estender as áreas de conservação, uma vez que foi reconhecida sua importância estratégica e econômica, mesmo os 5 % podem ser considerados uma ilusão, porquanto muitas das regiões tidas como áreas protegidas incluem percentagens enormes de glaciares e rochas.

Tabela 2. Número de áreas protegidas criadas por década no mundo

	No Mundo
Antes de 1990	37
1930-1939	251
1940-1949	119
1950-1959	319
1960-1969	573
1970-1979	1317
1980-1989	781

Fonte: Reid & Miller (1986) apud Diegues (2006).

Segundo Brandon et al. (1998) apud Bensusan (2006) não é fácil saber quanto da biodiversidade mundial está abarcada por áreas protegidas. O primeiro desafio é saber quantas áreas são no planeta. De acordo os dados de 2003 da World Database on Protected Áreas existem cerca de 100 mil áreas protegidas, cobrindo aproximadamente 18 milhões de km². Neste número estão embutidas as áreas terrestres e marinhas, bem como uma boa parte das áreas privadas de conservação. Há também neste total várias áreas que não pertencem às categorias da IUCN. A soma total dessas áreas representa 3,4 % da superfície do planeta, mas considerado que grande parte das áreas protegidas está em ambiente terrestres, cerca de 17 mil, alcançando um total de 11,5 % da superfície do planeta. Esses números refletem o significativo crescimento das áreas protegidas nas últimas décadas, principalmente como resposta à conservação, sem precedentes, de ambientes naturais em áreas protegidas de categoria da IUCN (Figura 8).

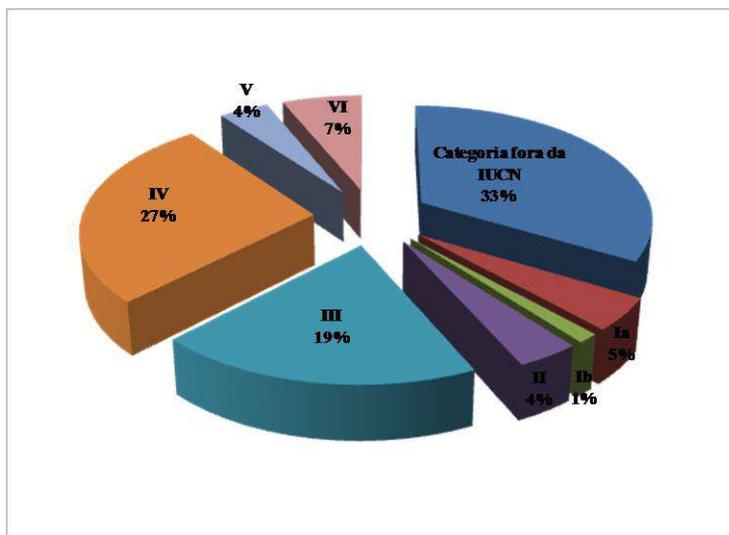


Figura 8. Áreas protegidas (%) no mundo de acordo com IUCN
Fonte: Bensusan (2006).

Segundo Morsello (2001) citando MCNEEL (1994), desde a criação do Yellowstone, em 1872, até 1994, mais de 8.500 áreas protegidas foram estabelecidas em todo mundo. Para a época havia indicações de que ao menos outras 40.000 áreas protegidas que não se enquadravam nas categorias da IUCN existiam no mundo. Somente quatro anos mais tarde, em 1998, o número de áreas protegidas reconhecidas pela IUCN atingiram a marca de 9.869 unidades², o

² Essa cifra inclui apenas as áreas com mais de 1.000 hectares (WCMC, 1998 apud MORSELLO, 2001)

corresponde a um incremento de 14 %. Essas unidades protegem uma área total de cerca de 6.29% da superfície terrestre. Ainda de acordo com WCMC (1998) apud Morsello (2001), pioneiro no estabelecimento dos parques, os Estados Unidos, com 1.495 unidades maiores de 1.000 (mil) hectares, a maior cifra mundial. Em contrapartida, vários países têm apenas uma unidade nessa categoria, caso de Cingapura, Qatar, Moçambique, Libéria, Lesoto, entre outros.

1.6.2. Conceitos, tipologia e classificação das áreas de conservação.

Segundo Dourojeanni & Pádua (2001), uma parte considerável dos problemas de percepção do público sobre as unidades de conservação no mundo é produzida pela “ignorância” do que são e para que servem as unidades de conservação, em especial, pela intrincada mescla de categorias que pretende englobar as múltiplas respostas e perguntas. Portanto, tanto as categorias que em diante será apresentado, como as denominações e definições das unidades incluídas em cada uma delas, variam de país a país, de lei para lei, e o que é ainda pior, não cessam de aumentar.

Segundo Morsello (2001) o conceito moderno de áreas protegidas não nasceu, portanto, como uma ideia pronta. Evoluiu com o tempo. Apesar disso, os valores existentes no século XIX de manutenção das belezas naturais continua sendo importante atualmente (RUNTE, 1979 apud MORSELLO, 2001).

Demandas públicas por essas belezas e pela natureza em si estão ainda presentes e em proporções cada vez maiores (GAMBINO, 1991 apud MORSELLO, 2001).

A ideia de parques foi tendo sucesso com tempo. No início, o crescimento foi lento, apresentando um aumento durante os anos 20 e 30, antes de ficar estacionados por volta da segunda Guerra Mundial. A partir dos anos 50, o incremento tomou um novo impulso, tendo sido criado entre 1970 e 1980 o dobro das áreas que existiam até 1969 (HARRISON et al., 1982 apud MORSELLO, 2001). S

Segundo Brandon et al. (1998) apud Bensusan (2006), parte desse processo se deve ao reconhecimento da rápida destruição de espécies e de muitos ecossistemas tropicais e da importância das unidades de conservação na proteção da biodiversidade remanescente. Muitas dessas áreas, entretanto, foram criadas nos gabinetes oficiais, sem muito conhecimento ou

análises das condições ecológicas e sociais locais. Daí derivam-se problemas de gestão enfrentados até hoje por unidades de conservação.

Segundo Ferrão (2008) as áreas de conservação, também denominadas áreas protegidas são áreas geograficamente terrestres ou marinhas dedicadas à conservação da natureza. Por natureza subte-se pelo conjunto de ecossistemas, incluindo os genes, e as espécies. Essa foi à primeira definição técnica para descrever áreas de conservação.

Segundo Dourojeanni & Pádua (2001), os conceitos iniciais de proteção foram substituídos, nas décadas de 1970 e 1980, por conceitos de conservação e, finalmente, nos anos de 1990, por conceito de desenvolvimento sustentável, dentro das próprias áreas protegidas. Como seu nome indica, uma unidade de conservação é uma área dedicada a conservar a natureza. Seu termo equivalente, área protegida, reflete com a mesma força e clareza que o objetivo delas é a proteção da natureza. Nem mais, nem menos, as primeiras definições, tanto técnicas como legais, de unidade de conservação ou de sistemas de unidade de conservação eram simplesmente assim. Todavia o surgimento e desenvolvimento de novos paradigmas, em particular os conceitos de ecodesenvolvimento e, sobretudo, desenvolvimento sustentável, persuadiram a uma mudança na definição original. Assim a definição original de áreas de conservação foi ampliada para incluir regiões geográficas nas quais a exploração dos recursos naturais se tornou cada vez mais intensa, e a presença humana, uma das razões de sua existência. Assim, durante a primeira a metade do século passado, praticamente as únicas unidades de conservação eram parques nacionais e reserva de fauna. A partir da década de 1960 e, em especial, a partir dos anos 80, foram sendo incluídas áreas protegidas cada vez mais menos protegidas, em que o uso direto dos recursos é permitido e nas quais as populações podem viver de modo permanente.

Segundo Ferrão (2008), a CDB e legislação nacional dos países membros estabeleceram definições que de grosso modo, convergem no conteúdo e na terminologia. O objetivo é salvaguardar interesses nacionais, conjugados com práticas regionais e internacionais, de gestão equitativa dos recursos naturais. Um novo princípio que passou a ser incorporado nas definições é a sustentabilidade. Por conseguinte é importante a segurar a sustentabilidade ecológica, cultural, econômica e social destas áreas. Segundo este autor, é importante referir, que muitas unidades de conservação, quer estejam incluídas ou não na categoria de parque e reservas continuam, na prática, parques no papel, ou com existência apenas virtual, em relação à função

dos diferentes modelos de uso e aproveitamento de recursos naturais a que estão submetidos. Qualquer discussão sobre unidades de conservação merece algumas explicações prévias.

De acordo com Bensusan (2006), em 1933, não havia uma definição mundialmente aceita sobre os objetivos dos parques nacionais. Foi realizada a Convenção para Preservação da Flora e Fauna, me Londres. Nessa ocasião, definiram-se três características dos parques nacionais: áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológicos e arqueológicos, onde a caça era proibida; e áreas de visitação pública.

Em 1959 foi elaborada pelas Nações Unidas a primeira lista dos parques nacionais e reservas equivalentes. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), criada em 1948, estabeleceu em 1960 a Comissão de parques Nacionais e Áreas Protegidas, com intuito de promover, monitorar e orientar o manejo dos espaços (MORSELLO; 2001; DIEGUES, 2001; 2008; DUDLEY, 2008; IUCN, 1994).

Segundo Dudley (2008), com vista a produzir ou fazer sentido e de descrever as diferentes abordagens, a IUCN concordo com uma definição do que é uma área protegidas e o que não é, e depois identificou seis diferentes categorias de áreas protegidas baseada em objetivos de manejo, uma delas que é subdividido em duas partes. Embora originalmente as categorias eram principalmente distintas para ajudar os objetivos razoavelmente modestos de coleta de dados e de informação sobre as áreas protegidas, estas tem crescido consideravelmente dentro de uma ferramenta complexa ao longo do tempo.

Segundo Morsello (2001), Dudley (2008), as categorias conservação da IUCN foram reorganizadas desde o 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas realizada em Caracas em 1992 (Quadro 1).

Segundo IUCN (1994) as áreas protegidas são manejadas para: Proteção integral: Reserva Natural Estrita e/ou Área Natural Florestal (categoria I); Conservação de ecossistemas e turismo, Parque Nacional (categoria II); Conservação das características naturais, Monumento Natural (categoria III); Conservação através de gestão ativa, Área de gestão de habitat e/ou espécies (categoria IV); Conservação de paisagens terrestres e marítimas e de recreação: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas (categoria V); Utilização sustentável dos ecossistemas naturais, Área Protegida com gestão de Recursos (categoria VI).

Quadro 1. Definição, categorias e funções das áreas protegidas estabelecidas pela IUCN.

Categorias da IUCN	Principais definições
I	Reserva Natural Estrita/ Área silvestre: Área protegida manejada especialmente para fins científicos ou proteção da vida silvestre.
II	Parque Nacional: Área protegida manejada especialmente para proteção de ecossistemas e recreação.
III	Monumento Natural/Formação Natural: Área protegida manejada especialmente para a conservação de uma características natural específicas.
IV	Área de Manejo de Espécies ou Habitats: Área protegida especialmente para a conservação através de intervenção ou manejo.
V	Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida: Área protegida especialmente para a proteção de paisagem e recreação.
VI	Área Protegida de Manejo de Recursos: Área protegida para o uso sustentável dos recursos naturais

Fonte: IUCN (1994).

Hoje, tanto as categorias encapsularam a filosofia da IUCN de áreas protegidas, e também ajudaram a fornecer um quadro em que a proteção de várias categorias pode ser combinada em conjunta, com a de apoio de sistemas de gestão fora das áreas protegidas, em uma coerente abordagem para a conservação da natureza. As categorias da IUCN são agora utilizadas para fins tão diversos como o planejamento, criação de regulamentos, e negociação de uso de terras e da água. Por outro lado, as categorias são usadas para implementar e avaliar estratégias de conservação.

Segundo IUCN (1994), “área protegida” é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficientes, com o fim de obter a conservação ao longo do tempo da natureza com os serviços associados ao ecossistema e os valores culturais. Esta definição foi expressa pela primeira no 4º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN em 1994, sob a forma: Uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e patrimônio cultural associado, e gerida através de meios jurídicos, ou outros meios eficazes. Áreas protegidas são essenciais para a conservação da biodiversidade. Elas são pilares nacionais e internacionais de praticamente todas as estratégias de conservação, reservado para manter o funcionamento do ecossistema naturais, para atuar como refúgio para as espécies e para manter processos ecológicos que não consegue sobreviver em mais intensamente amplo espectro paisagístico e marinho. As áreas protegidas funcionam como um

ponto de referência onde ocorrem uma interação humana com o mundo natural. Hoje elas são muitas vezes a única esperança para conter as espécies ameaçadas ou endêmicas e em vias de extinção. Elas são complementar às medidas para alcançara a conservação da biodiversidade e o uso sustentável fora das áreas protegidas, de acordo com as diretrizes da Convenção da Diversidade Biológica. A definição engloba o universo de áreas protegidas, nela se enquadrando todas as suas categorias. Ao aplicar o sistema de categorias a um determinado local, o primeiro passo deverá sempre ser o de verificar se este se enquadra nesta definição, e o segundo o de verificar em que categoria melhor se insere. No contexto regional africano foi criada a definição de “área de conservação”, definida como qualquer área protegida designada e gerida com o fim de obter um dado número de objetivo, sendo esses objetivo definidos usando como referência as seis categorias da IUCN.

1.6.3. Objetivos e sistema de categorias da IUCN de gestão de áreas protegidas

Segundo IUCN (1994), o ponto de partida é uma definição de área protegida. A Convenção para Preservação da Flora e Fauna, em Londres, definiu três categorias dos parques nacionais: áreas controladas pelo poder público; áreas para preservação da fauna e flora; objetos de interesse estético, geológicos e arqueológico, onde a caça é proibida; e áreas de visitação pública. Em 1959, foi elaborada primeira lista dos parques e reservas equivalentes. Nesse sentido a IUCN, estabeleceu em 1960 a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com intuito de promover, monitorar e orientar o manejo dos espaços. Ainda de acordo IUCN (1994), em um mundo perfeito, os sistemas de categoria da IUCN teriam sido em primeiro plano colocado em prática, e os sistemas nacionais deveriam seguir usando as terminologias padronizadas. Na prática, certamente, diferentes países tem vindo a usar um conjunto de nomes com diferentes e amplas variedades de terminologia. Por exemplo, o “Parque Nacional” significa coisa bastante diferente em diferentes piasses. Muitas nações designaram “Parques Nacionais” não necessariamente integral ou estritamente de encontro com o critério definido sobre sistema Categoria II de 1978. Na Inglaterra, por exemplo, Parque Nacional contem assentamentos humanos e uso extensivos de recursos, e são propriamente atribuições para Categoria V. Na America de Sul, estudo recentes da IUCN constatou que cerca de 84 % de Parque Nacionais tem um numero significantes população residente no sue interior, e algumas destas podem serem

locais mais apropriadas em outras categorias. Desde assim muitas confusões tem sido acuada por isto no passado, que levaram para identificação de diretrizes das categorias pelos seus objetivos de manejo como também pelas suas pequenas especificidades. Referência é feita também para as designações usadas no sistema de 1978 que largamente foi bem conhecidos. A nível nacional, certamente, a variação das designações será continuamente usada. Isto é inevitável que alguns nomes podem significar diferentes coisas em diferentes países; e diferentes designações em diferentes países pode ser usada para descrever mesmas categorias de áreas protegidas. Esta é de todas das mais razoável motivações para enfatizar um sistema de categorização internacional identificados por objetivos de manejo em um sistemas que não depende de nomes ou de títulos (IUCN, 1994). O número de categorias atribuído não reflete necessariamente a sua importância: todas as categorias são necessárias para a conservação e desenvolvimento sustentável. A IUCN encoraja aos países para desenvolver sistemas de áreas protegidas que vão de encontro com os seu próprios objetivos natural e Patrimônio cultural e então aplicar para qualquer ou todas categorias. Desde que cada categoria se encaixa a um nicho particular em termo de manejo, todos os países devem considerar apropriadamente conjunto de elemento completo de manejo de categorias para as necessidades (IUCN, 1994). Ainda de acordo com mesma fonte, mas implicam a gradação de intervenção humana. Entretanto é inerente que nos sistemas de categorias representam níveis de variação de intervenção humana. É verdade que pesquisas mostram que extensões de ecossistemas no passado tem modificações humanas que de fato têm sido mais previsíveis do que como previamente foi suposto, e que nenhuma parte do globo pode escapar dos efeitos de poluição de longas distancias e mudanças climáticas induzidas pela influencia humana. Neste sentido, nenhuma parte do planeta pode ser relacionada como verdadeira “natureza”: Mudanças climáticas são excluídas desta definição. Sobre esta definição, as categorias I ate III estão em conformidade com áreas de proteção da natureza onde as intervenções diretas humanas e as modificações do ambiente têm sido limitadas; em categorias IV, V a VI significamente grande intervenções e modificação poderão ser encontradas e/ou identificadas. Segundo IUCN (1994), o sistema de categorias de gestão de áreas protegidas é um conjunto de normas desenvolvido pela IUCN com o objetivo de estabelecer um regime de definição, registro e classificação de áreas protegidas, capaz de acomodar de forma transparente, e lógica, a ampla variedade de objetivo específico, formas organizativas e tipologias de gestão que caracterizam os regimes de conservação da natureza a nível global. O método de

categorização é atualmente dominante a nível internacional, tendo sido adotado por múltiplos governos nacionais e internacionais e por organizações internacionais, entre as quais a ONU e a CDB. No sistema de classificação adotado pela IUCN, as áreas protegidas são agrupadas em seis categorias distintas (designadas de I a VI) de acordo com as suas características e com os objetivos de gestão determinados para cada uma delas (Anexo 1). A Categoria I, referente as Reservas Naturais, é subdividida em duas subcategorias. As categorias correspondentes aos numerais mais baixos são aquelas em que o objetivo essencial da utilização da área é a conservação da natureza, aumentando o grau de antropização e o uso humano do território à medida que se sobe de categoria. As últimas categorias (V e VI) visam criar condições de utilização sustentável dos recursos e da paisagem. Últimas categorias (V e VI) visam criar condições de utilização sustentável dos recursos e da paisagem. Os principais objetivos na gestão de uma área protegida são: investigação científica; proteção de zonas florestais; preservação das espécies e da diversidade genética; manutenção dos serviços ambientais; proteção de características naturais e culturais específicas; turismo e recreação; educação; utilização sustentável dos recursos derivados de ecossistemas naturais; e manutenção dos atributos culturais tradicionais (Tabela 3). O termo “área protegida” é, portanto, muitas vezes um atalho de denominações de terra e água, dos quais alguns dos mais conhecidos são o parque nacional, reserva natural, área de flora e fauna selvagem, área de gestão da vida selvagem e de área protegida de paisagem, mas podem também incluir abordagens como áreas de comunitárias conservadas (IUCN, 1994).

Tabela 3. Matriz de objetivos de gestão e categorias de gestão de áreas protegidas da IUCN

Objetivo de gestão	Ia	Ib	II	III	IV	V	VI
Pesquisas científicas	1	3	2	2	2	2	3
Proteção da fauna e flora selvagem	2	1	2	3	3	-	2
Preservação de espécies e diversidade genética;	1	2	1	1	1	2	1
Manutenção de serviços ambientais;	2	1	1	-	1	2	1
Proteção de características naturais e culturas específicas	-	-	2	1	3	1	3
Turismo e recreação	-	2	1	1	3	1	3
Educação;	-	-	2	2	2	2	3
Usos sustentáveis de recursos de ecossistemas naturais	-	3	3	-	2	2	1
Manutenção d cultura e atributos tradicionais	-	-	-	-	-	1	2
Legenda:	1	Objetivos primários					
	2	Objetivos secundários					
	3	Objetivos potencialmente aplicáveis					
	-	Não aplicáveis					

Fonte: IUCN (1994).

Mais importante ainda, o termo abrange uma vasta gama de diferentes abordagens de gestão, a partir de lugares altamente protegidos onde poucos ou nenhuma pessoa têm permissão para entrar, através de parques onde a ênfase está na conservação, mas os visitantes são bem-vindos, a abordagens muito menos restritivas onde a conservação é integrada para estilos de vida humana tradicional (e as vezes não tão tradicional) ou mesmo acontece paralelamente extração de recursos sustentável limitado. Algumas áreas protegidas proibiram atividades como a caça, coleta de alimentos, ou extração de recursos naturais enquanto para outros é aceite e até mesmo uma parte necessária da gestão. As abordagens adotadas terrestres, águas interiores e áreas marinhas protegidas também podem diferir significativamente e essas diferenças são definidas mais tarde nas orientações. A variedade reflete o reconhecimento de que a conservação não é obtida pela mesma via, em todas as situações e que pode ser desejável ou factível em um lugar pode ser contra produtivo ou politicamente impossível em outro (IUCN, 1994). Ainda de acordo com IUCN (1994), as áreas protegidas são o resultado de uma ênfase bem-vinda no pensamento de longo prazo e cuidados para o mundo natural, mas também, por vezes, vêm com uma etiqueta de preço para aqueles que vivem dentro ou perto das áreas que estão sendo protegidos, em termos de perdas dos direitos da terra, ou o acesso aos recursos. Há cada vez mais e muito pressão justificável para ter devidamente em conta as necessidades humanas quando a criação de áreas protegidas e estes, por vezes, tem que ser “negociado off” contra a necessidades de conservação. Considerando que, no passado, governos muitas vezes decisões eram feitas sobre áreas protegidas e informadas as populações locais mais tarde, hoje a ênfase está mudando para maiores discussões com as partes interessadas e decisões conjuntas sobre como tais terras não devem ser postas de lado. Essas negociações nunca são fáceis, mas costumam produzir mais forte e resultados mais duradouros, tanto para a conservação e pessoas. A IUCN reconhece que muitas abordagens para estabelecer e de gestão de áreas protegidas são válidos e pode tornar substantiva contribuições para as estratégias de conservação. Isto não quer dizer que todos eles são igualmente úteis em cada situação. A capacidade e o conhecimento na escolha e combinação de diferentes abordagens de gestão dentro e entre áreas protegidas é muitas vezes a chave para o desenvolvimento e funcionamento eficaz do sistema de área protegido. Algumas situações que precisam de proteção rigorosa, outros podem funcionar com, ou fazer melhor com abordagens de gestão, menos restritivas ou zoneamento das diferentes estratégias de gestão dentro de uma única área protegida.

Segundo Dudley (2008), tal embora haja exceções, a maioria áreas protegidas existem em ecossistemas naturais ou quase natural, ou então sendo restaurado a um tal estado. Muitas contém características principais da história do mundo em si ou processos globais, enquanto outros documentam interações sutil entre atividade humana e a natureza em paisagem culturais. Maiores áreas protegidas naturais também oferecem espaços para evolução e adaptação ecológicas futuras e restauração, embora cada vez mais importantes em condições de rápidas mudanças climáticas. Esses locais também têm benefício direitos humanos. As pessoas, tanto aquelas vivendo em ou perto de áreas protegidas e outras de mais longe ganham com as oportunidades de recreação e renovação disponíveis em parque nacionais e áreas de flora e fauna selvagem, de potenciais genéticos de espécies nativas, e serviços ambientais prestados pelos ecossistemas naturais, como a provisão de água. Muitas áreas protegidas são também essenciais para locais de valor de conservação vulnerável para a sociedade humana vulnerável como os locais naturais sagrados. Ainda de acordo com Dudley (2008), apesar de muitas áreas protegidas serem criadas por governo, outras são cada vez mais estabelecidas pelas comunidades locais, povos indígenas, causas ambientais, particulares, empresa e outros. Há um interesse enorme e crescente no mundo natural, e áreas protegidas nos fornecem oportunidade para interagir com a natureza de uma forma que é cada vez mais difícil em outro lugar. Elas nos dão o espaço que é do outro modo carente de cada vez mais gerenciado e lotados no planeta. As áreas protegidas também representam um compromisso com as gerações futuras. A maiorias das pessoas acreditam que temos uma obrigação ética para evitar a perda de espécies, devido às nossas próprias ações e estas são apoiadas pelos ensinamentos da grande maioria da população munido de crença religioso. Proteger paisagens icônicas e maravilhas é visto como sendo importante a partir de uma ampla perspectivas cultural, bem como, e as áreas protegidas são emblemáticas tão importantes para o patrimônio de um país. Uma palavra de advertência deve ser levada em conta, na mediada em que as áreas protegidas existem em uma surpreendente variedade em tamanho, localização e objetivos de gestão. A definição da IUCN de áreas protegidas não surge ou não é uma imposição, mas uma estrutura para orientar melhor a aplicação das categorias.

Segundo IUCN (1994), esta definição de áreas engloba todas áreas protegidas universalmente. Todas as categorias devem estar dentro desta definição. Mas, entretanto, todas as áreas protegidas proposta em geral devem ir de encontro com esta definição, na prática as que são manejadas numa grelha diferente. São em seguida apresentadas várias propostas de gestão

das áreas protegidas: Pesquisas científicas, proteção da fauna e flora selvagem, preservação de espécies e diversidade genética, manutenção de serviços ambientais, proteção de características naturais e culturas específicas, turismo e recreação, educação, usos sustentáveis de recursos de ecossistemas naturais, manutenção de cultura e atributos tradicionais.

Segundo Bensusan (2006), a seleção de áreas para o estabelecimento de unidades de conservação é um dos temas chaves para a eficiência da conservação da biodiversidade, tanto em âmbito local, quanto regional ou nacional. O exame do nível local mostra que, muitas vezes áreas protegidas são criadas deixando de fora de seu limites elementos essenciais para o manejo e conservação, como é o caso, por exemplo, de parques que protegem parte de uma bacia hidrográfica, mas onde as nascentes estão no exterior da unidade, sujeita a um processo de degradação, que escapa ao controle do gestor do parque. A análise dos níveis nacionais ou regionais revela que, apesar da frequente falta de conhecimento ecológico para embasar a escolha de determinadas áreas, a alocação das unidades deve levar em consideração o conjunto total de áreas protegidas existentes e de ecossistemas a serem protegidas. Ou seja, levar em conta parâmetros como representatividade das amostras abarcadas pelas unidades, a conectividade entre as áreas e o uso dos recursos naturais nas circunvizinhanças.

Segundo IUCN (1994), a análise é a fundamentação dentro do sistema internacional das categorias de gestão de áreas protegidas desenvolvidas pela IUCN em que estão apresentadas dentro das diretrizes recentemente aceitas internacionalmente. Neste contexto, são várias características importantes que podem ser destacadas nomeadamente: A base de categorização é primariamente por objetivos de manejo ou de gestão; assegurar para que uma categoria não seja um comentário de manejo efetivo; sistema de categoria é internacional; os nomes de áreas protegidas nacionais podem variar; uma nova categoria é introduzida; todas as categorias são importantes; mas implicam uma graduação de intervenção humana. A primeira instância, para atribuição das categorias deve ser sobre os objetivos primários de gestão contida na definição da base legal onde foi estabelecida; objetivos de gestão do sítio são valores suplementares. Esta abordagem certifica uma base sólida para o sistema, e é mais prática. A atribuição de área para uma categoria, entretanto, a legislação nacional ou por meios efetivos similares, tais como acordos dos países e objetivos proposto por organizações não governamentais, necessitará de ser examinados para identificar os objetivos primários para as quais as áreas serão manejadas.

Na interpenetração do sistema de 1978, alguns tenderiam para confundir o manejo efetivo com o objetivo de manejo. Por exemplo, algumas áreas avaliadas numa base de Lei com objetivos apropriados para categoria II de Parque Nacional têm sido retribuída para Categoria V que é Área de Paisagem Protegidas porque não foram efetivamente protegidas a intervenção humana. IUCN desenvolveu um sistema de separação para monitoramento e registro de manejo efetivos para em promover em paralelo com sistemas de categorias, e informações obre manejo efetivo que facilite a coleta e registros em nível internacional, que vai aliar para fornecer bases para compreensão, e entendido para ser usado em todos os países. Portanto, orientação é geralmente focada inevitavelmente para a necessidade de ser interpretada com flexibilidade a nível nacional e internacional, cujo responsabilidade final para determinar as categorias e consistente aplicação deverá ser de nível internacional (IUCN, 1994).

1.7. Áreas naturais protegidas em Moçambique: contextualização histórica, evolução e suas implicações

Segundo USAID (2011), o passado configura o contexto presente das áreas de conservação em Moçambique. Cada país na região da África Austral tem a sua própria história sobre conservação. Enquanto a maioria dos países da região foram de colonização inglesa, em alguns é consideravelmente notável influência do domínio da colonização da Alemanha e Holandeses. Moçambique é único país dos seis na região da África Austral (África de Sul, Zimbabwe; Suazilândia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia) que teve a dominação e colonização portuguesa. Os portugueses chagaram a moçambicana por volta do século XV e, gradualmente foram expandindo a sua influência ao longo dos 500 anos seguintes. Como resultado, a língua oficial de Moçambique é o português e, grande parte da sua cultura, costumes, legislação e instituições tem forte sustentação da influência portuguesa. As particularidades de cada país na região com base sua antecedente têm implicação direta na conservação e gestão de recurso naturais na atualidade. Portanto, conceitos e modelos concebidos para a conservação que podem funcionar num determinado contexto nacional podem não ter a mesma aplicação e funcionar no outro contexto, devido às diferenças culturais, da legislação e instituições existentes. Para além das características culturais e indígenas naturais, patrimônio colonial, processo da descolonização e, no caso de Moçambique, uma guerra interna prolongada são definidos com

fatores críticos e determinante para experiência de cada um dos países com a conservação e gestão de recursos naturais (USAID, 2011). De acordo com a fonte, é fundamental antes de avançar com qualquer interpretação sobre o estado e impacto da conservação e gestão dos recursos naturais sem compreender este contexto. Segundo Magane et al., (2009), USAID (2011), a conservação em Moçambique pode ser debatido e visto em dois períodos distintos: primeiro referente ao período anterior a independência e o segundo período pós independência. Estes períodos são divididos em subperíodos de acordo com as mudanças que foram ocorrendo em particular na arena política nacional, regional e internacional, assim como legislativa (Figura 9).

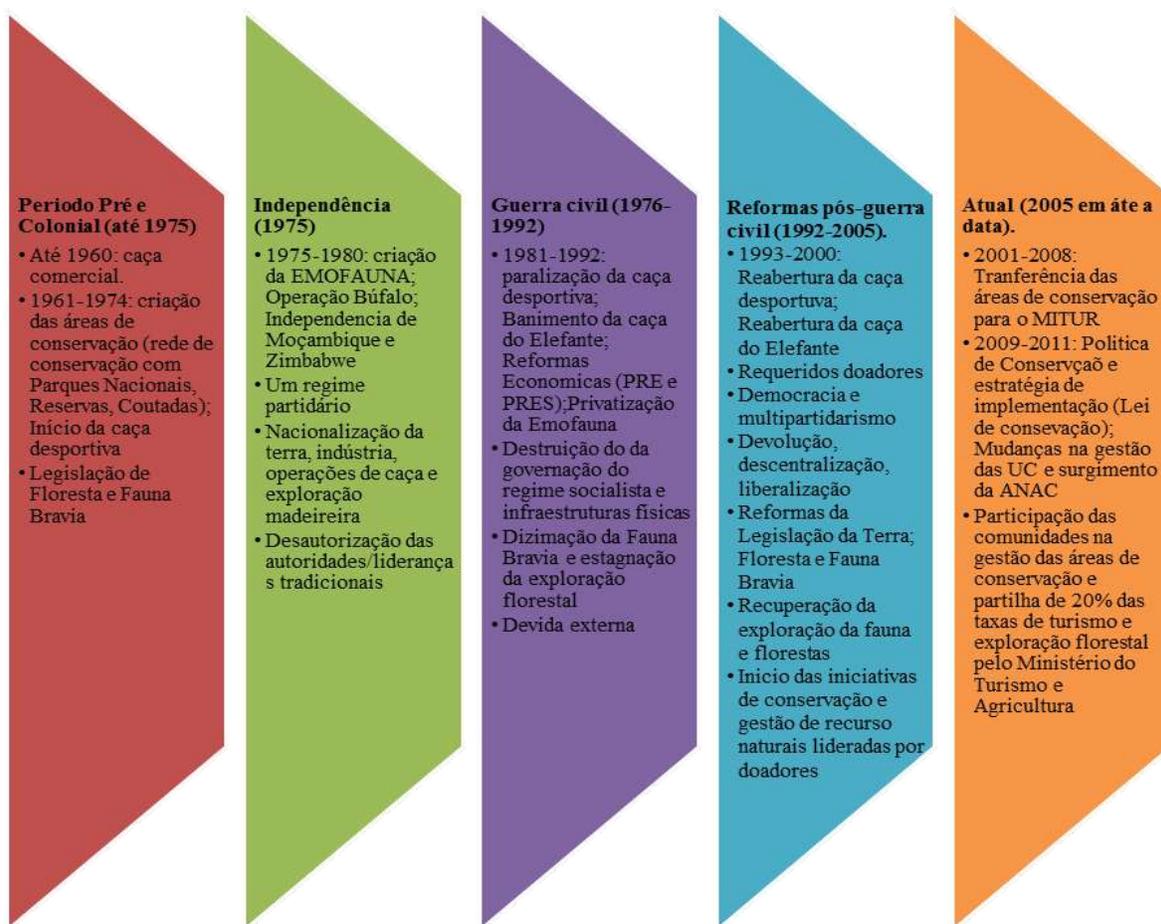


Figura. 9. Resumo histórico da evolução das áreas protegidas em Moçambique
 Fonte: USAID (2011) & Magane et al (2009).

De acordo com Soto (2004), essas mudanças afetaram de diferentes maneiras, tanto positiva como negativamente a conservação da fauna selvagem no geral às atividades a este associado. A da conservação em Moçambique deve também fazer referência de como se deu o

início e se desenvolveu a legislação e a política de conservação. A evolução da legislação e das políticas de conservação em Moçambique pode ser traçada em quatro períodos distintos, cada um com influência direta na conservação da fauna e flora em Moçambique. Segundo Matos (2011), a história da conservação é recente para o contexto moçambicano, tendo sido iniciados os primeiros passos para a preservação da flora na década de 50 do século XX, quando foram criadas as primeiras áreas de preservação denominadas por reservas florestais. A criação de reservas florestais nos anos 50 foi o primeiro passo, dado pela administração colonial portuguesa, se restringiram o uso de determinados recursos naturais pelas comunidades locais e a sua separação física, com objetivo de interesses exógenos às comunidades. Na década seguinte, em 1960, foi criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Gorongosa, o único criado nessa década. A preocupação com a exploração dos recursos naturais, principalmente a flora levou a administração colonial a declarar certas áreas como espaço de domínio público, de gestão estatal, cujo acesso e uso de recursos existentes, principalmente a exploração de determinadas espécies florestais como a Umbila (*Pterocarpus angolensis*) e Chanfuta (*Azelia quanzensis*) fosse vedada.

Segundo Muller et al (2005) apud Matos (2011), até 1973, o fórum parlamentar da SADC considerava existir 15 reservas florestais, ocupando 500 mil hectares do território nacional. A década de 60 foi marcada pela criação do maior número de reservas nacionais, cerca de 83% e, de 70 pela criação de parques nacionais, cerca dos 50% existentes no país (Tabela 4). Ainda de acordo com MITUR (2004), Moçambique tem uma rede de áreas protegidas que cobre cerca de 12.6% da superfície do país, alcançado 15% quando se incluem as áreas cobertas por Coutadas Oficiais. O estabelecimento das áreas de conservação no país é um fenómeno recente, tendo se registrado desde a década de 60 e o princípio da década de 70. Segundo MITUR (2004), Mato (2011), USAID (2011), a partir da década de 2000 voltou a se registrar um novo crescimento em termos de estabelecimento de áreas protegidas, sendo parques em 33,3% e das reservas 17%. Ainda segundo MITUR (2004), a criação de áreas de conservação orientada para atividade de caça, as Coutadas Oficiais, deu-se praticamente na década de 60, com especial destaque para o último ano em que foram criadas cerca de 67% das atuais 12, as Fazendas de Bravio foram introduzidas a partir do princípio da presente década (Anexo 2 & 3).

Segundo Brouwer (2006) apud Matos (2011), a preocupação com a floresta deveu-se ao fato que: (1) A floresta ser espaço de preferência do camponês para prática da agricultura (no

ciclo de corte e queima) e ao mesmo tempo espaço de refúgio dos camponeses expulsos das suas terras no âmbito da expansão da agricultura de plantação empresarial desenvolvidas pelos colonos. e (2) Ser fontes de produtos e serviços tanto para a comunidade local como para os interesses empresariais, pois a população recorria a floresta para obtenção de plantas medicinais, frutos, caças, obtenção de material de construção e combustível lenhoso, enquanto as empresas convertiam-nas em áreas agrícolas (plantações) ou exploravam diretamente (extraíndo madeira e organizando safáris). Estas opções, que de certa forma colocava em causa a biodiversidade, conduziram para criação de parques nacionais, com objetivo de preservação de ecossistemas e exploração do turismo de contemplação; reservas especiais com objetivo de preservação e exploração turística de determinadas espécies (Búfalo e Elefantes), reservas florestais com objetivos de preservação de estoques e madeira (Umbila e Chanfuta), e as coutadas que são áreas de exploração orientada para caça turística comerciais.

Tabela 4. Áreas de conservação estabelecidas desde a década de 60.

Área de Conservação	Ano de criação	Província de localização	Área (km ²)	Tipo de vegetação predominante
Reserva Especial de Maputo	1932	Maputo	780	Mata de vegetação costeira e floresta de dunas recentes, mangais, florestas e costeira e do interior.
Reserva Nacional de Gilé	1932	Zambézia	2.100	Floresta baixa do miombo decídua
Parque Nacional de Gorongosa	1960	Sofala	4.000	Floresta húmida sempre verde e floresta de miombo decídua
Reserva Nacional de Niassa	1960	Niassa	42.200	Florestas de miombo decíduas e seco
Reserva Nacional de Marromeu	1960	Sofala	1.500	Vegetação aluvionares, Pântanos e zonas húmidas e mangais.
Reserva Nacional de Pomene	1964	Inhambane	200	Vegetação aluvionares, Pântanos e zonas húmidas e mangais.
Reserva Biológica da Inhaca	1967	Maputo	51	Florestas de dunas recentes, mangal e corais de recifes.
Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto	1971	Inhambane	1.430	Mata costeira do continente e florestas de dunas recentes, mangal e corais de recifes.
Parque Nacional de Banhine	1972	Gaza	7.000	Mopane, vegetação holomórficas.
Parque Nacional de Zinave	1973	Gaza e Inhambane	4.000	Mopane
Parque Nacional de Limpopo	2001	Gaza	11.223	Mopane
Parque Nacional das Quirimbas	2002	Cabo Delegado	7.500	Floresta de miombo decídua, miombo seco e mangal, corais de recifes.
Reserva Nacional de Chimanimani	2003	Manica	1.000	Florestas de montanha sempre verde.

Fonte: USAID (2011).

Segundo Matos (2011), as áreas de conservação criadas em Moçambique, exceto as Fazendas de Bravio e as reservas florestais, até ao final do período colonial, a administração portuguesa havia criado cerca de 90% do total das unidades e conservação. O governo pós-independência criou dois parques nacionais e uma reserva nacional (Parque Nacional de Limpopo e Parque Nacional das Quirimbas, e a Reserva Nacional de Chimanimani). Todas as áreas estabelecidas durante a administração portuguesa seguiram a filosofia ocidental de criação das áreas protegidas, que excluem física e politicamente as comunidades locais. A administração das áreas estava a cargo da responsabilidade do governo colonial incluindo controle de acesso e uso dos recursos efetivo.

De acordo com USAID (2011), as autoridades moçambicanas, continuam a promover a conservação da biodiversidade. Como prova disso, recentemente forma criadas novas áreas protegidas e aprovado os respectivos plano de manejo: Em 2009, criada a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro com uma extensão de 678 km² localizada no distrito de Matutuine, Província de Maputo; Em 2010, Reserva Parcial do Lago Niassa com uma área de 118.100 hectares localizada no distrito de Lago, Província do Niassa; e em 2011, Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segunda com cerca de 1.040.926 hectares localizada nos distritos de Angoche, província de Nampula e Pebane na província de Zambézia. Esta área de proteção é atualmente considera a maior área de Conservação Marinha na África.

1.7.1. Reserva Especial de Maputo uma categoria de conservação dentro da gestão de áreas protegidas em Moçambique: “uma complexidade ou confusão”

Segundo MITUR (2004), o sistema de categorias de gestão das áreas protegidas em Moçambique baseia-se no objetivo de gestão de atividades específicas, tais como pesquisa científica, turismo e recreação e uso sustentável de recursos, mas focado nos objetivos primário que é a proteção e preservação da diversidade biológica. As áreas protegidas eram classificadas com base em três categorias tais como, Parques Nacionais (categoria II), Reservas Nacionais (categoria IV) e Coutadas Oficiais (categoria VI).

Segundo USAID (2011), as áreas de conservação em Moçambique são designadas pela legislação moçambicana como áreas de proteção ambiental, nos termos definidos no artigo 13 da Lei 20/97 de 1 de outubro. Ainda de acordo com MOÇAMBIQUE (2009; 2002), a Lei de

Florestas e Fauna selvagem define os parques e reservas nacionais como previsto na Lei de Terra (Lei nº 19/97 de 1 de Outubro), como sendo áreas de domínio público de proteção total e parcial destinada a atividades de conservação ou preservação da natureza. Contudo, o estatuto da categoria referente à Coutadas Oficiais não está claro na Lei de Terra. De acordo com Segundo MINAG (1999) estas categorias designadamente parques, reserva e coutadas oficiais são definidas da seguinte forma:

1. Parque Nacional: São zonas de proteção total delimitadas destinadas à propagação, proteção, conservação e manejo da vegetação e de animais selvagens, bem como a proteção de locais, paisagens ou formações geológicas de particular valor científico, cultural ou estético no interesse e para recreação pública, representativos de patrimônio nacional.
2. Reserva Nacional: São zonas de proteção total destinada à proteção de certas espécies de flora e fauna raras, endêmicas, em vias de extinção ou que denunciem declínios e os ecossistemas frágeis, tais como zonas úmidas, dunas, mangais e corais, bem como a conservação da flora e fauna presente no mesmo ecossistema.
3. Coutada Oficial: são áreas delimitadas de domínio público, destinadas à caça desportiva, fomento do turismo cinegético e proteção das espécies, nas quais o direito de caçar só é reconhecido por via de um contrato de concessão celebrado entre o operador e o Estado.

Segundo com USAID (2012) e GoM (2009), classificação atual das áreas protegidas em Moçambique é regulamentada pela a Lei de Terra (Lei nº 19/1997) e Lei de Florestas e Fauna selvagem (10/1999) para áreas terrestres e Regulamento Geral da Pesca Marítima para as áreas marinha (Decreto 43/2003).

Segundo GoM (2009) a legislação para as áreas de conservação terrestres baseia-se no conceito de Zonas e Proteção total. São área que não é permitido exercer qualquer atividade exploração de recursos e direito de habitação e/ou cultivo senão com base em licenças especiais atribuída de acordo com o plano de manejo. De acordo com USAID (2012), uso de recursos nas unidades de conservação ou áreas protegidas é permitido de acordo com o plano de manejo, e garantidos os direitos de uso e aproveitamento, dependendo da amplitude e magnitude das concessões do turismo, sob contrato ou licenças especiais.

Segundo GoM (2009) essa situação não responde a realidade, onde em muitos casos a separação entre o homem e o valor a conservar não existe nem pode ser criado. Para criar condições de manejo de áreas de conservação com base na realidade e ao mesmo tempo adequar à classificação nacional a aquela usada pela IUCN, foi proposta uma classificação alternativa para as categorias das áreas de conservação existentes passando de três para nove. Essas classificações para integrar as áreas de conservação marinhas e terrestres num único sistema, e atribuir um estatuto legal as iniciativas privadas e comunitárias de conservação que não tinham uma base legal clara.

Segundo MITUR (2004), USAID (2012) Moçambique possui 6 categorias de áreas protegidas nomeadamente: Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Reservas Biológicas, Coutadas, Reservas Florestais e Zonas de Uso e Valor Histórico e Cultural.

Segundo GoM (2009), USAID (2012), a política atual de Conservação e sua Estratégia de Implementação (Resolução nº 63/2009) propõe a reclassificação das áreas protegidas para alinhar com as categóricas internacionais adotada pela IUCN. Assim, 9 categorias de gestão de áreas protegidas foram criadas designadamente: Reserva Total (IUCN I), Parque Nacional (IUCN II), Monumentos (IUCN III), Reserva Especial Nacional ou Provincial (IUCN IV), Paisagem protegidas (IUCN V), Áreas Transfronteiriça e Biosfera (IUCN VI), Reserva Privada (IUCN II-V), Reserva Comunitária (IUCN II-V), e Santuários Comunitários (Nacional Provincial ou Distrital) (Anexo 4 & 5).

A Política de Conservação sua Estratégia de Implementação fornece elementos que o melhoramento e adequação da legislação incluindo procedimentos que permite efetuar revisão de processo interativa para atual classificação de categorias de gestão de áreas protegidas. Exigem também a necessidade de apoiar iniciativas locais que possibilitam controlar de forma rigorosa a exploração de recursos naturais através de criação de santuários ou zonas de veda temporal onde são proibidas atividade que afetam negativamente a capacidade de reprodução de certas espécies. Essa modalidade de zoneamento já existe no Regulamento Geral da Pesca Marítima, mais ainda não tem a sua contraparte nas áreas terrestres.

Assim, passa a caber autoridades do Estado em nível local, provincial e nacional reconhecer o santuários e apoiar a sua proteção durante o período em vigor. Com validade limitada de 5 anos renováveis, os santuários não são classificado como área de conservação, mas constituem um elemento importante para conservação da biodiversidade. Obviamente, podem

transitar para uma área de conservação caso se decida que as restrições introduzidas no âmbito da conservação da biodiversidade deixam de ser temporárias.

Segundo GoM (2009), a atual classificação das categorias de conservação em Moçambique apresenta um quadro orientador que deve ser implementado caso a caso. Baseia principalmente em valor ecológico da área e do papel do homem na sua preservação. Elementos centrais do conceito do valor ecológicos são: a existência de espécies, subespécies ou variedades de espécies endêmicas raras ou ameaçadas de extinção ao nível nacional, regional ou global, a existência de biomas raros, a existência de comunidades flora ou faunísticas de interesse científico particular, a existência de paisagens raras ou únicas ou com uma beleza extraordinárias.

A Reserva Especial de Maputo é uma área de conservação em Moçambique de categoria IV segundo IUCN e de acordo com a classificação internacional das Nações Unidas. Entretanto, a recategorização das áreas protegidas em Moçambique, tornou a Reserva Especial de Maputo uma categoria complexa e confusa dentro do sistema da IUCN de categoria de gestão de áreas protegidas, difícil de comparar com outras categorias em nível global segundo as diretrizes internacionalmente aceites pelas nações Unidas de manejo das áreas de conservação e sua categorização. Atualmente, a Reserva Especial de reserva integra a área de conservação transfronteiriça (categoria VI), corredor do Futi uma área de conservação sobre zonas úmidas (Ramsar) e uma Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (categoria II), isto é, passa a ser adotado o um único plano de manejo para ambas as áreas. Portanto, esta medida pressupõe a reclassificação da atual categoria da Reserva Especial de Maputo para ir de conformidade com os padrões internacionais dentro do sistema da IUCN.

1.7.2. Análise comparativa do contexto do Brasil e âmbito global

Segundo Bensusan (2006) citando Dias (1994), no Brasil, coube ao antigo Código Florestal (Decreto nº 23.793, de 1934) introduzir na legislação a figura da Unidade de Conservação, subdividindo-a em três categorias: duas de natureza inalienáveis e conservação perene, as florestas protetoras, em domínio privado e as florestas remanescentes, me terras públicas; a terceira categoria era a das florestas de rendimento. Os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais se influíam na categoria de florestas remanescente e foram definidas como

Monumentos Públicos Naturais, que perpetua em sua composição florísticas primitiva, trecho do país, que em circunstâncias peculiares, o merecem. Ou florestas em que abundarem ou se cultivarem espécimes preciosas, cuja conservação se considera necessários por motivos de interesse biológicos ou estéticos.

Segundo Urban (1998) apud Bensusan (2006), a iniciativa anterior de conservação da natureza no período colonial eram majoritariamente como uma sucessão interminável de cartas régias, regimentos e proibições de todo tipo que geraram um estilo gerencial singular, baseados muito mais em documentos legais, ainda que pouco aplicados do que em políticas adequadas para a conservação de patrimônio natural do país.

Segundo Bensusan (2006), posteriormente embalado pelo surgimento de Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, surgiram iniciativas de criação de parques nacionais no Brasil. Porém o primeiro parque brasileiro só foi criado em 1937, na divisa do Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Parque Nacional de Itatiaia. Seguiu-se o estabelecimento de dois outros parques, em 1939, o Parque Nacional de Iguaçu, Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Em 1944 atribuiu-se a sessão de Parques Nacionais do Serviços Florestais, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programa de trabalho para os parques nacionais e explicitaram-se os objetivos dos parques: conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição, promover estudos de flora, fauna e geológicas da respectiva região.

Uma nova versão do Código Florestal de 1965 definiu como parques nacionais as áreas criadas com finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando coma proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Com a criação do instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1967, a administração das áreas protegidas passou a ser realizada por tal órgão. E em 1979, instituiu-se o regulamento dos Parques Nacionais, ainda em vigor. No entanto, a partir de 1973 coube à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, a criação e administração de uma outra categoria de unidade de Conservação, as estações ecológicas. Somente em 1989, com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), concentrou na gestão das áreas protegidas federais em um só órgão.

Ainda segundo Bensusan (2006), a Constituição Federal assegura a todos em seu artigo sobre meio ambiente (art. 225), um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Um dos instrumentos que a constituição arrola para o cumprimento desse dever é a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, ou seja, indica o poder público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. A partir dessa base constitucional, o país concebeu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), ou seja, de áreas protegidas. O processo de elaboração e negociação durou mais de 10 anos e gerou uma grande polêmica entre os ambientalistas. O resultado (Lei nº 9.985/00), uma tentativa de conciliação de visões muito distintas, apesar de não agradar inteiramente a nenhuma das partes envolvidas na polêmica, significou um avanço importante na construção de um sistema efetivo de áreas protegidas no país.

Segundo Bensusan (2006), o SNUC originou-se de um pedido do Instituto Brasileiro de Desenvolvendo Florestal à Fundação Pró-Natureza (FANATURA), uma organização não governamental, em 1988, para elaboração de um anteprojeto de Lei instituindo um sistema de Unidades de Conservação. Uma das dificuldades já evidente na época era definir as categorias de manejo, excluindo figuras equivalentes e criando novos tipos de unidade onde foram identificadas lacunas. O anteprojeto foi aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) em meio de 1992, já na qualidade de projeto de lei, foi encaminhado ao congresso Nacional em 1994 com todas as modificações significativas incluindo as questões polemicas de presença de populações tradicionais nas unidades de conservação, que duraria mais 6 anos.

Em 1995, novo substitutivo foi apresentado apesar de grandes divergências entre os ambientalistas e alimentando, ainda mais, a polêmica. Após enumeraras reuniões, audiências públicas, versões e modificações o projeto foi aprovado em 2000, mas teve alguns dispositivos vetados pelo Presidente, como, por exemplo, a definição de populações tradicionais.

Ainda de acordo Bensusan (2006), o SNUC³ divide as categorias de unidade de conservação em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso sustentável. Cada um desses grupos possui categorias de unidades (Tabela 5).

³ Categorias de áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Segundo Dourojeanni & Pádua (2007) a anexo V, apresenta um exemplo de comparação, um ensaio de correspondência entre as seis categorias da IUCN e as doze categorias da Unidades de Conservação por Lei no Brasil e as 9 (nove) que a Lei estabelece no Peru. Nessa tabela se pode ainda apreciar outra dimensão de complexidade das categorias: as florestas nacionais e estaduais, que são uma grande parte das superfícies protegida no Brasil, simplesmente não são consideradas parte dos sistemas de Unidades de Conservação do país vizinho. A relatividade e a complexidade da categorização também são salientadas pelo fato de os assentamentos extrativistas do INCRA, que na prática diferem muito das reserva extrativistas, não serem mencionadas na lista. Nela tampouco se mencionam as reservas particulares do patrimônio natural, que, na verdade, são áreas que a Unidade de Conservação deveria qualificar nas suas categorias II ou III.

Tabela 5. Enquadramento de áreas protegidas do Brasil e do Peru nas categorias da IUCN.

Uso Terra	Categoria da IUCN	Brasil (Lei 9.985)	Peru (Lei 26.834)
Indireto, Terra pública.	I Áreas Naturais Selvagem: Ia Reserva Natural Estrita; Ib Área Natural Silvestres	Estação ecológicas Reserva Biológica	Não existe Não existe
Indireto, Terra pública.	II Reserva Nacional	Parque Nacional/Estadual/Municipal	Parque Nacional
Indireto, Terra pública ou privada.	III Monumento Natural	Monumento Natural	Santuário Nacional Santuário histórico
Indireto, Terra pública ou privada.	IV Área de Manejo de espécies e habitats	Refúgio de vida silvestre Área de relevante interesse ecológico	Refúgio de vida silvestres
Indireto, Terra pública ou privada.	V Paisagem terrestre ou marinha protegidas	Área de Proteção Ambiental	Paisagem protegidas
Indireto, Terra pública ou comum.	VII Reserva de Recursos Manejados	Reserva Extrativistas Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável Florestas Nacional/Estadual	Reserva Nacional Reserva Comunal Bosque de Proteção (Existem florestas nacionais, mas não são consideradas Unidade de Conservação).

Fonte: Peru, PRONATURALEZA (1997); IUCN (1997; 2005); IBAMA (2005) apud Bensusan (2006).

Segundo Dudley (2008), no Brasil, apesar de não serem definidas legalmente, áreas protegidas pode ser caracterizado como espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados. Vários instrumentos legais estão disponíveis para a sua criação.

A Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que ampara legalmente o SNUC, define 12 categorias complementares de Unidades de Conservação, organizadas de acordo com os objetivos de manejo e tipos de uso das áreas a serem protegidas. Além do SNUC e suas unidades de conservação, as áreas podem ser protegidas no Brasil também sob o Novo Código Florestal de 1965 (APPs e Reservas Legais), MaB – Programa Homem e Biosfera (Reservas da Biosfera), a Convenção sobre Zonas Úmidas (Sítios Ramsar), a Convenção do Patrimônio Mundial (Sítios do Patrimônio Mundial Natural), o Estatuto do Índio (Terras Indígenas) e o Decreto Federal Nº 4.887 (Territórios Quilombolas). Muitas vezes, essas tipologias se sobrepõem (por exemplo, todos os Sítios Ramsar brasileiros são também UCs). As UCs, embora essencialmente diferentes dos Territórios de Ocupação Tradicional (Terras Indígenas e Territórios Quilombolas), formam conjuntamente com os mesmos de áreas protegidas objeto do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), lançado em 2006 (DUDLEY, 2008).

Segundo IUCN (1994), são apresentados alguns exemplos de áreas protegidas que ilustra como são aplicado sistemas de categorias. Os exemplos são representativos de diferentes regiões e incluem ambos ambientes terrestres e marinhos (Anexo 6). Ainda de acordo com IUCN, alguns exemplos apresentados seguem os seguintes itens: designação nacional; base legal de gestão, manejo *in situ*; geografia/localização; valor de conservação natural; valor social e cultural; e razões de classificação.

Segundo Bensusan (2006) citando Rodrigues et al., (2003) uma análise global de lacunas- segundo estudo promovido “Center for Applied Biodiversity Sciences” tem como ponto de partida a avaliação do grau de adequação da rede mundial de áreas protegidas, com finalidade de nortear sua consolidação e futuras expansão. Para sua realização, foram utilizados as seguintes base de dados mundial sobre áreas protegidas⁴. Para a avaliação das áreas, consideram-se dois parâmetros: a raridade, ou o quanto a área em questão é insubstituível, e o grau de ameaça local considerados insubstituíveis e com excepcionais graus de ameaça foram identificados como prioridade. Os resultados obtidos mostram que a rede mundial de áreas protegidas está longe de atingir uma cobertura completa das espécies de vertebrados, podem ser assim resumidos. Não existem unidade de conservação nas áreas de distribuição de pelo menos 1310 espécies, das quais 831 em risco de extinção, os anfíbios são menos protegidos que as aves e os mamíferos, as

⁴ World Database on Protected Area (+100 mil registros; mapas de distribuição de espécies, com 11.171 espécies: 1.183 aves mundialmente ameaçadas; 4734 mamíferos, dos quais 978 ameaçados, e 5254 anfíbios, dos 1.467 ameaçados)

áreas identificadas como prioritária para o estabelecimento de novas unidades de conservação e para a consolidação das já existentes estão localizadas em grande parte nas florestas tropicais e nas ilhas. A Ásia é o continente prioritário para expansão de áreas protegidas, na África e na América do Sul, a prioridade é consolidação das unidades de conservação já existente, o total de áreas protegidas que cada país possui não é um indicador preciso sobre o quanto deveria ainda ser protegido em unidades de conservação. Ainda de acordo com esta fonte, o estudo em questão aponta o endemismo como o indicador mais adequado.

Segundo IUCN (1994) apud Boitani et al., (2008) a revisão do sistema das categorias da IUCN constituiu uma oportunidade para apresentar as ferramentas totalmente operacionais para conservação da biodiversidade sem, contudo desviar o foco de gestão das categorias das áreas protegidas como um resultado da conservação. O desenvolvimento de um novo sistema de categorias áreas Protegidas não será uma tarefa fácil. Áreas Protegidas não são ferramentas técnicas simples para a conservação, são instituições que estão profundamente enraizados nas políticas nacionais e acordos internacionais. Portanto, Abrindo uma discussão sobre um sistema bem estabelecido que é universalmente adotado é uma decisão séria, não deve ser tomado por motivações meramente simplistas.

Além das vantagens já mencionadas, também haverá custos. Mudar o sistema atual pode custar caro e doloroso, não só para IUCN, mas também para a comunidade internacional de conservação. A transição de um sistema para outro exigirá esforços dedicados. A mudança do sistema de categoria pode ser particularmente difícil para os países em desenvolvimento que não têm os recursos técnicos e econômicos para aplicar técnicas de planejamento de conservação, fazer cumprir as metas relativas a resultados de conservação, e implementar programas de monitoramento da biodiversidade.

Os países desenvolvidos e as organizações internacionais devem estar preparados para apoiar a transição com habilidades e recursos sempre que necessário. Sem dúvida, o sistema atual é mais fácil de aplicar do que a alternativa que propomos, e pode, portanto, ser fortemente defendida por países que acham fácil de aplicar e têm investido profundamente nele. No entanto, a IUCN tem o direito e a responsabilidade de gerir o sistema de categorias áreas protegidas e, se necessário, para mudar isso. IUCN tem um histórico para aplicar a melhor teoria científica e prática para as questões de conservação. Entretanto, as propostas para revisão das categorias de gestão das áreas protegidas visam a solicitar a IUCN para considerar os benefícios de uma

extensa revisão das categorias de áreas protegidas com base nas melhores abordagens atuais para a ecologia e planejamento de conservação sistemática.

O atual sistema de classificação das categorias das áreas protegidas em Moçambique vai de encontro com a classificação da IUCN. Entretanto, esta não é a única justificação que levou o governo de Moçambique a recategorização ou reclassificação das áreas protegidas, porque a atual Política de Conservação e sua Estratégia de implementação recentemente em torna a Lei mais interativa para os processos de transformações das áreas protegidas as que estão sujeitas atualmente, buscando essencialmente rentabilizar economicamente através de desenvolvimento do ecoturismo, viabilização de iniciativas privadas através de implementação de concessões do turismo, captação de investimentos através de desenvolvimento de parcerias (público-privado, público-privado-comunidade, privada-comunidade), desenvolvimento de um quadro institucional mais apropriado e adequado para gestão das áreas de conservação dentro do contexto atual das áreas protegidas de Moçambique.

Entretanto, todos estes princípios que vão nortear toda base para a reclassificação não colocam de lado a conservação e preservação da biodiversidade como objetivo primário das áreas protegidas em Moçambique. Por outro lado, em quase todas áreas protegidas em Moçambique registram número crescente de diferentes usos de recursos e interesses diversificadas de natureza econômica, social, culturais incluindo ambientais envolvendo diferentes interessados e as próprias comunidades, para além de conflitos homem e fauna selvagem, que por um lado são derivados da ocupação ilegal destas áreas, e por outra, é uma questão legal sobre o reconhecimento legal e os direitos garantidos de usos e aproveitamento de recursos para as comunidades locais.

Segundo IUCN (1994), a atual classificação coloca o ser humano no centro de atenção de manejo dos recursos naturais e gestão das áreas de conservação em Moçambique, não apenas como parte integrante destas, mas como um atore principal e fundamente para conservação da biodiversidade. O sistema de classificação anterior definia apenas três categorias de áreas protegido das seis previstas no sistema de classificação da IUCN, nomeadamente Parques Nacionais (II); Reserva Nacional (IV) e Zonas de Uso e Valor Histórico e Cultural. Essas categorias são regulamentadas principalmente por três instrumentos legais: Lei da Terra (19/97 de 1 de outubro de 1997); Lei de Floresta e Fauna selvagem nº 10/99 de 7 de julho de 1999 e o

Decreto nº 43/2003 de 10 de dezembro de 2003 Regulamento Geral da Pesca Marítima, para além da Lei nº 10/88 de 22 de dezembro de 1988 sobre a proteção do património e cultural.

As atuais categorias são reclassificadas e passam de três para nove incorporando as seguintes: Reserva Total (IUCN I); Parque Nacional (IUCN II); Monumentos (IUCN III); Reserva Especial Nacional ou Provincial (IUCN IV); Paisagem protegidas (IUCN V); Áreas Transfronteiriça e Biosfera (IUCN VI); Reserva Privada (IUCN II-V); Reserva Comunitária (IUCN II-V); e Santuários Comunitários (Nacional Provincial e/ou Distrital). Portanto, política de conservação e sua estratégia introduz novos elementos para melhorar aplicação efetiva da legislação incluindo procedimentos que permite revisão de processos interativos para atual classificação.

Apesar dessas inovações para legislação moçambicana, as categorias de conservação e gestão de áreas protegidas são ainda são confusa e complexas, em análise de comparação do contexto global pelas seguintes razões: Moçambique é único país do mundo que apresenta uma categoria de conservação “Reservas Especial” na categoria IV da IUCN, e “Santuários Comunitários” sem qualquer classificação e enquadramento na categoria da IUCN. Contudo, apesar de esforços do governo de Moçambique na conservação, está situação torna bem visível o grau de complexidade existente uma vez que não são definidos bases de sustentação técnicas, mas buscam respostas às questões específicas do contexto atual do país criando, sobretudo lacunas em relação às questões de tomadas de decisões para manejo e gestão das áreas protegidas.

Uma evidência está relacionada com as recentemente áreas criadas, a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, Reserva Parcial do Lago Niassa e Reserva Ambiental Marinha. Estas áreas de ponto de vista de prioridade de conservação, objetivos de manejo e gestão se enquadram na categoria IV da IUCN, mas estão classificadas dentro da mesma categoria dentro do sistema nacional das áreas de conservação no âmbito da atual Política de Conservação e sua Estratégia de implementação. Porém, essas áreas devem ser integradas à categoria II da IUCN como acontece com o Parque Nacional da Quirimbas e Parque Nacional de Bazaruto que são áreas de conservação marinhas com alta prioridade de conservação em Moçambique.

Apesar de avanços consideráveis e significativos na legislação moçambicana sobre a gestão de áreas de conservação e da preservação da biodiversidade ainda e prevalece uma “confusão” no sistema classificação de categoria de conservação e gestão de áreas protegidas.

Por outro lado, a classificação atual pouco se adequa as categorias internacionais IUCN o que dificulta uma comparação efetiva em contexto global dentro das diretrizes internacionais da IUCN e aceites pelas Nações Unidas. Em Moçambique as categorias de conservação e gestão das áreas protegidas são utilizadas como uma ferramenta para fins tão diversos que incluem o planeamento, criação de regulamentos, investimentos, negociação de uso recursos e avaliação de estratégias de conservação.

1.8. O novo paradigma para as áreas de conservação em Moçambique: “novas soluções para problemas modernos”

Segundo MITUR (2004), os governos são forçados de forma crescente a usar os recursos financeiros nacionais para resolver assuntos sociais fundamentais de saúde, educação, vias de acesso, água potável e provisão de outros serviços. Grande parte de governos não pode, sozinhos suportar mais o peso de administrar as áreas protegidas sendo, assim há necessidade de adotar novas abordagens e inovadoras. Novos paradigmas de áreas protegidas reconhece que as unidades de conservação têm um duplo propósito, ser administradas para conservação e o objetivos socioeconômicos. Antes, as áreas de conservação eram estabelecidas principalmente para a preservação de populações de animais selvagens, vegetação nativa e em alguns casos para preservação de paisagens. Atualmente, as unidades de conservação são estabelecidas e desenvolvidas com objetivos de desenvolvimento local, gerar emprego e oportunidades de investimentos para as populações circunvizinhas. Ou seja, na atualidade a administração das unidades de conservação não só se preocupa com os visitantes e turistas, mas, sobretudo com o bem-estar das populações, isto é, são geridas tendo em consideração as populações locais. Ainda segundo a mesma fonte, a gestão não tem que se ocupar apenas da proteção, mas também dos processos de desenvolvimento das comunidades locais. É também aceite globalmente que o uso sustentável dos recursos naturais é necessário para contribuir para o bem-estar econômico global.

Ainda segundo Matos (2011), este cenário, aliado as pretensões conservacionistas internacionais forjaram a implementação de uma nova forma de gestão de áreas de conservação, a participação comunitária. Associam-se, para além da conservação da biodiversidade, os objetivos de desenvolvimento orientados para as comunidades que vivem e dependem de recursos naturais para sua reprodução social e cultural, e dos serviços existentes nas unidades de

conservação. A inclusão das comunidades é considerada como mais uma forma adequada para a gestão das áreas de conservação, visto que o Estado não possui recursos financeiros e humanos suficientes para gerir. Neste contexto, o turismo torna-se uma atividade que cria mais oportunidades e gera emprego para as comunidades locais, influenciando desse modo a reduzir exploração excessiva e não sustentável de recursos naturais. Para que as comunidades locais pudessem participar ativamente nas áreas de conservação, era preciso que se sancionasse oficialmente os direitos de acesso e uso dos recursos naturais existente. Para tal, Soto & Tilley (1999) apud Matos (2011) argumentaram existir duas razões que justificaram:

[...] Primeiro, qualquer restrição sobre acesso aos recursos naturais iria comprometer a segurança alimentar das famílias que vivem dentro das áreas de conservação. Segundo, é pré-requisito necessário para que as comunidades possam exercer atividade como estabelecer empreendimentos conjuntos.

Segundo Matos (2011), a aceitação das comunidades no interior das áreas de conservação é ilegal, pois a Lei de terra de 1997 e a Lei de Floresta e Fauna selvagem de 1999 não toleram a existência de assentamentos humanos, entretanto, o contexto social, político e econômico não é favorável à sua aplicação. Neste âmbito, a introdução da atividade turísticas tornou-se fundamental, pois era tida como a única atividade que podia se desenvolver em áreas de conservação dado ao reduzido impacto negativo gerado pelo turismo. Com isso, o casamento entre a conservação e os objetivos de desenvolvimento transformou a natureza num objeto de compra e venda. A esse respeito o MITUR em Moçambique considera que “a conservação esteve sempre ligada ao turismo, mas mais como um serviço social do que negócios. O turismo está estruturado segundo princípios comerciais, e como tal orienta as práticas de conservação para adoção de modelos de negócios”.

Segundo Dourojeanni & Pádua (2001) apud Ferrão (2008), o conceito da conservação baseada na comunidade surgiu com panaceia para proteger a natureza, ou ainda como forma imediata para curar as doenças que enferma a maioria das áreas de conservação, em especial nas do uso indireto. Glick & Wright (1989) apud Ferrão (2008) defendem que a opção baseada na comunidade virou moda e uma verdadeira epidemia nos anos 90, quando a maior parte das organizações não governamentais internacionais e muitas outras organizações de cooperação bilateral e multilateral adotaram o modelo. Nessa essência, as instituições eliminaram o apoio às operações ambientais sem conteúdo social e, mais concretamente, sem aplicar o conceito de

conservação baseada na comunidade. De acordo com Ferrão (2008), grosso modo, o princípio norteado da conservação baseado na comunidade assegura a impossibilidade de proteger as unidades de conservação, sem que antes se providenciem as condições de vida dignas e as oportunidades de crescimento econômico as sociedades que habitam no interior destas áreas ou no seu entorno. Por conseguinte, a conservação baseada na comunidade assume uma postura holísticas e centrada apenas nos atores diretos. A conservação baseada na comunidade assumiu a designação “Manejo Comunitário dos Recurso Naturais” (MCRN). Manejo Comunitário dos Recurso Naturais é abordagem recente e encontra-se num estágio de franco desenvolvimento, como revela este autor. Segundo Nhantumbo (2002) citado por Ferrão (2008) a proposta da conservação baseada na comunidade, foi assumida no país como estratégia para redução da pobreza através de maior envolvimento das comunidade locais na gestão de recursos naturais e partilha de benefícios, contribuindo para o desenvolvimento sócio e econômico das áreas de conservação, garantindo igualmente estabilidade, segurança alimentar e oportunidade de trabalho.

Segundo Ferrão (2008), a operacionalização de MCRN em Moçambique careceu de um mecanismo institucional de iniciativa, para subsequentemente dotá-la de uma certa estabilidade e sustentabilidade. O MCRN foi implementado assumindo uma postura e um caráter transitório, que claramente, o estado atual de implementação ainda é revelador dessa transitoriedade. A vontade política e a necessidade de se assegurar uma agenda regional para as áreas de conservação precipitaram o seu aparecimento e estabelecimento no país. Todavia, importa salientar que, apesar das vicissitudes nas metodologias de implementação, representatividade, diretos sobre os recursos e definição de parcerias, logrou alcançar alguns êxitos mínimos que impulsionaram novos modelos, sobretudo a conceptualização de áreas de conservação transfronteiriça, que está em plena fase de implementação desde 1998.

Ainda de acordo com Ferrão (2008), as dificuldades se prendem pelo fato de ter sido adotado desde inicio, modelos exógenos ou importados de outras regiões cuja quadro legal institucionais eram diferentes de Moçambique. A falta de originalidade foi, substancialmente, agravada pela transição em que se encontram as instituições responsáveis pela administração de recursos de flora e fauna selvagem e meio ambiente, pelo quadro regulador e pelos sistemas públicos ou privado de gestão das áreas de conservação. A coordenação das áreas de conservação segue uma perspectiva diferente no país, em virtude de se ter adotado por uma

descentralização de sua gestão e das responsabilidades. Se nos países vizinhos a gestão das áreas de conservação é feita pelo respectivo ministério do Turismo e Meio Ambiente, como entidade única, e, igualmente, pelas respectivos agências nacionais, com responsabilidade exclusivas sobre os parques, em Moçambique o Turismo e Meio Ambiente são entidades distintas e o Ministério da Agricultura assume igualmente o protagonismo na coordenação dessas áreas de conservação.

De acordo com Ferrão (2008), o objetivo de manejo comunitário de recursos naturais continua inalterado. Engendrar conceitos de propriedades de posse e acesso aos recursos e relançar o desenvolvimento no campo, através de programas de auxílio à pobreza. Estas premissas têm, em últimas instâncias, o condão de evitar a exclusão social e dotar as comunidades rurais de alternativas para o seu sustento. Analogamente, um novo regime de posse e acesso criará as bases para integração no mercado e uso sustentável desses recursos naturais, num ambiente de profundas mudanças econômicas e sociais que se estabeleceu no período posterior à assinatura dos acordos de paz e que se consolida com advento da democratização e da globalização.

Segundo MITUR (2004), as abordagens tradicionais para a administração e gestão de recursos naturais e áreas de conservação tem sido um desafio já alguns anos, devido a sua natureza exclusivas, contexto insular e desempenho burocráticos, perpetuando tensões sobre o acesso e uso de recursos naturais nessas áreas. A gestão desses conflitos e tensão desviou os esforços de gestão como fim pretendido, o melhoramento de biodiversidade e do bem-estar humano. Os governos perceberam que a devolução dos poderes e direitos de administração, acesso e uso da terra e de recursos naturais tem reduzido tais conflitos e estimulam um espírito de partilha de responsabilidade.

Ainda de acordo com MITUR (2004), os governos na África Austral adotaram seis abordagem de gestão de recursos naturais em áreas de conservação durante as últimas duas décadas, representando contínua devolução de poderes em nível local (Anexo 7). Qualquer abordagem depende de uma boa administração das áreas de conservação, cometimento e responsabilidades. Com um bom governo, os assuntos como relacionamentos, níveis de poderes e autoridades, responsabilidades, confianças e justiça devem ser aplicados de forma equitativa e acertada.

1.8.1. Reserva Especial de Maputo, uma área de conservação transfronteiriça

Segundo Bensusan (2006), como as espécies, ecossistemas não respeitam fronteiras políticas, cada vez há mais unidade de conservação que estão em mais de um país. Essas unidades Transfronteiriça congregam um esforço de coordenação e cooperação para manejo da biodiversidade. Estimativas de 2001 revelam que havia, no mundo, 169 complexo das áreas Transfronteiriça, envolvendo 666 unidades de individuais. Essas áreas estão organizadas em uma variedade de arranjos institucionais e desempenham um importante papel promovendo a colaboração entre países. Segundo Mulongoy & Chape (2003) apud Bensusan (2006), recentemente, esse papel vem crescendo em algumas áreas transfronteiriça têm ajudado a criar espaços de negociação em áreas de tensão e conflito armado. A cooperação para a conservação da biodiversidade fornece, por vezes, uma oportunidade neutra para início da construção de confiança. Essas áreas, conhecidas como “parques para paz”, já estão sendo reconhecidas como importante categoria á parte. A IUCN define os “parques para paz” como “áreas protegidas transfronteiriça, formalmente dedicada a proteção e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e a promoção da paz e da cooperação”.

Segundo McNeely (2002) apud Bensusan (2006), apesar de, provavelmente os parques para a paz terem pouco efeito isoladamente nas relações internacionais, a cooperação para a manutenção da biodiversidade pode se tornar um fator regional importante, estabelecendo interesses e identidades regionais, colocando em prática a rotina da comunicação internacional e reduzindo as possibilidades de uso da força.

Segundo Ferrão (2008) o conceito de áreas de conservações transfronteiriça (ACTF) dada de 1932. Ainda de acordo com Jones & Chonguiça (2001) apud Ferrão (2008), nesse ano o Parque Nacional do Glacier, nos Estados Unidos, e os Parques Nacional de Waterton Lakes, do Canadá, se unificaram e transformaram no primeiro exemplo de parques criados para gerir recursos naturais partilhados. Em 1988 existiam já 59 ACTFs e, em 1997, eram contabilizados pelo menos 136. Na atualidade, pelo menos 112 fronteiras internacionais de 98 países adotaram a ACTF como modelo conjunto dos seus ecossistemas.

Griffin et al (2001) apud Ferrão (2008) definem as áreas de conservação transfronteiriça, genericamente, como ecossistemas que transcendem as fronteiras políticas e administrativas de dois ou mais Estados. Normalmente, esses ecossistemas possuem características semelhantes ou

complementam-se de alguma forma. O conceito estende-se, também, para outros componentes da biosfera incluindo os cursos de águas comum, mares, montanhas, etc. Os objetivos da ACTF estão ancorados no pressuposto de criação e gestão sustentável dos ecossistemas, promovendo a colaboração e cooperação regional e a conservação da biodiversidade, concomitantemente, essas áreas reforçam e facilitam o crescimento econômico, através da aliança entre o setor público, privado e as comunidades locais. Grosso modo, a ACTF se assume como utilitarista e mais direcionado para o mercado. Portanto, subjacente a ACTF está uma visão integrada de desenvolvimento que ainda não tem sido implementada na sua plenitude por várias razões Segundo Ferrão (2008), a semelhança do programa de Manejo Comunitário de Recursos Naturais (MCRN), as ACTFs são, originalmente, produto de uma agenda exógena, que encontrou respaldo político e compromissos das principais agências implementadoras, ao nível nacional. As agências de cooperação e instituições financeiras internacionais financiam, em parte ou no seu todo, esses programas, colocando ênfase nas questões sociais, cooperação regional e reordenamento jurídico e institucional. A harmonização da legislação faz, igualmente, parte dos pressupostos básicos de implementação das ACTFs em toda África Austral. Ainda de acordo com o autor, a ACTF assume-se, por consenso, como uma evolução natural do manejo comunitário de recursos naturais, replicado em escalas, nas parcerias, e fundamentalmente na introdução de instrumentos legais e quadros reguladores que facilitam entendimento e a cooperação regional.

Segundo Ferrão (2008), os países da África Sub-Sahariana possuem potencial para estabelecimentos de pelo menos vinte dois áreas de conservação transfronteiriça. Segundo Martin & Modises (2002) apud Ferrão (2008), essas áreas cobririam uma extensão não inferior a 120 milhões de hectares. Presentemente, apenas 6 (seis) áreas encontram em franco processo de implementação. Dessas, apenas duas assinaram tratados internacionais, enquanto as restantes tramitam entre Memorando de Entendimento ou simplesmente acordos de intenção. Moçambique, África do Sul, Zimbabwe, Suazilândia, Lesoto, Namíbia, Botsuana, Malawi e Zâmbia são os protagonistas. O breve trecho de países como Tanzânia e Kenya, com vasta experiência nas áreas de conservação, poderão, igualmente, adotar conceito transfronteiriço, tomando em consideração que, de uma forma natural, essa tranfronteiricidade é feita na prática, através das migrações de espécies de mamíferos como *Connochaetes taurinus* (boi cavalo), *Redunca sp* (cabrito de mato) e *Equus burchelli* (Zebras).

Segundo Ferrão (2008), o acordo de paz de 1992, citando Munthali & Soto (2002) precipitaram a introdução da ACTF em Moçambique. Inequivocamente, respondia-se às recomendações da ECO 92 e as vários protocolos sobre conservação de flora e fauna na SADC. O governo de Moçambique recomendou que se estudasse a viabilidade da criação e estabelecimento no país de um de programa de ACTF. O Global Environment Facility (GEF) através do Banco Mundial concedeu fundo para estudos de viabilidade que foram concluídos em 1996. O estudo recomendava o estabelecimento de três área de conservação transfronteiriça piloto: Chimanimane; Limpopo e Libombos (Anexo 8).

Segundo Jones & Chonguiça (2001) apud Ferrão (2008), já em 1938 o ecologista português Gomes de Sousa havia proposto à administração colonial para negociar com os Estados vizinhos, sobretudo com a África do Sul e a Suazilândia para estabelecimento de parques transfronteiriça. Em 1973, tornou público a intenção de incorporar parque nacional de Limpopo ao parque nacional do Kruger, e ainda, o Parque Santa Lúcia com a Reserva Especial de Maputo e as Reservas de Ndundo e Mkuze. Segundo Ferrão (2008), em 1998, como o corolário do compromisso do governo, Banco Mundial e WWF, estabeleceram-se as primeiras ACTF entre Moçambique, África de Sul, Suazilândia e Zimbabwe. Esse período durou cinco anos. Ainda de acordo com a mesma fonte, Moçambique tem atualmente três áreas Transfronteiriça estabelecidas e deverá nos próximos tempos declarar outras duas áreas envolvendo Zimbabwe, Zâmbia e Tanzaniana. Estas novas áreas cobriram o norte do país cobrindo as províncias de Tete, Niassa e Cabo Delegado

Segundo MITUR (2004), tendência emergente da conservação em nível global é encorajada para extensão das áreas de conservação transfronteiriça para abarcar ecossistemas críticos e permitir que animais selvagens tenham maiores áreas para seu ciclo de vida natural. Como resposta a esta tendência, e como meio de criar maior visibilidade à conservação, o desenvolvimento de áreas de conservação transfronteiriça tornou-se uma forma aceite de administração de áreas protegidas globalmente. Moçambique tem sido líder na África Austral nesta abordagem, criando caminhos para várias novas iniciativas de ACTF no subcontinente. Ainda de acordo com MITUR, as áreas de conservação transfronteiriça em Moçambique adotam um modelo no qual as áreas de conservação podem ser combinadas com o manejo comunitário de recurso naturais num conceito único de gestão integrada da conservação. Pelo envolvimento efetivo das comunidades no conceito global, o caminho está preparado para facilitar a

reabilitação da vida selvagem não só nas áreas formais de conservação, mas também em áreas comunais providenciando efetivamente novo sustento e outras opções econômicas além da agricultura. As Áreas de Conservação Transfronteiriça tornam-se, assim, uma ferramenta para facilitar o desenvolvimento das comunidades marginalizadas. A necessidade de recuperação das áreas de conservação “abandonadas” durante a guerra que país enfrentou, possibilitou um maior estreitamento das relações entre o Banco Mundial e governo de Moçambique na área de conservação.

Segundo MITUR (2008) apud Matos (2011), Ferrão (2008), em 1997, com apoio do Banco Mundial, iniciou-se um programa de desenvolvimento de Áreas de Conservação Transfronteiriça, que tinha por objetivo desenvolver a cooperação entre Moçambique e os países vizinhos no âmbito da gestão e desenvolvimento de áreas de conservação.

Segundo José (2007) apud Matos (2011), neste contexto foram aprovados três (3) projetos das áreas de conservação transfronteiriça com investimento global de US\$ 8.1 milhões, destinados à implementação das áreas de conservação e melhoramento e o reforço da capacidade institucional. Tinham por objetivo desenvolver políticas que criassem um ambiente institucional adequado à reabilitação, conservação e gestão dos recursos naturais existente em Moçambique. Segundo Matos (2011), com aprovação do projeto, estavam criadas todas condições para sua implementação. Em finais de 1996 é lançado projeto das áreas de conservação e em 1997, deu-se o início das atividades.

Segundo MITUR (2004), a primeira fase do projeto na ACTF do Libombo envolvendo a Reserva Especial de Maputo decorreu de 1998 a 2003. A iniciativa era voltado para o desenvolvimento no contexto de crescente interesse em iniciativas espaciais de grande escala na região da África Austral. Os principais resultados desta primeira fase incluem: criação de três áreas de Conservação Transfronteiriça (Libombos, Chimanmani e Limpopo); desenvolvimento institucional e de políticas; e investimentos para fortalecer a gestão das áreas protegidas dentro das três Áreas de Conservação Transfronteiriça.

Segundo Soto (2004), a Reserva Especial de Maputo foi formalmente estabelecida em 1932, como uma Coutadas (área de caça de fauna selvagem) pelo regime colonial português, que usou a área principalmente para recreação e caça de troféu. Anos depois foi reclassificada a categoria de uma Reserva. Atualmente a Reserva Especial de Maputo é parte integrante da área de conservação transfronteiriça dos Libombo estendendo desde o corredor do Futi e Reserva

Marinha Parcial da Ponta de Ouro que liga com a reserva de caça de Tembe e Ndumo em Kwazulo Natal, África de Sul.

Segundo MITUR (2003), em 2000, entre os governos de Moçambique, Suazilândia e África do Sul, através do Protocolo Geral dos Libombos foi estabelecida a áreas de conservação transfronteiriça dos Libombos e, foram assinados cinco protocolos relativos às seguidas áreas: Ponta de Ouro - Kosi Bay (Moçambique e África do Sul); Usutho-Tembe - Futi (Moçambique, Suazilândia e África do Sul); Songimvelo - Malolotja (Suazilândia e África do Sul); Lubombo Conservancy – Goba (Moçambique e Suazilândia). Ainda de acordo com mesma fonte, ACTF dos Libombos é constituída por três países com a seguinte composição: (1) Moçambique: Reserva Especial de Maputo, Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro e Corredor do Futi; (2) Suazilândia: Santuário de Nhane, Reserva Natural de Mlawula e Ndzidza; (3) África do Sul: Parque Nacional dos Elefantes de Tembe, Reserva de Caça de Ndundo; Grande Parque de Terras Húmidas de St. Lúcia. Ainda de acordo com MITUR (2003), em termos de dimensão da ACTF dos Libombo compreende uma área de cerca de 4.195 km², sendo Moçambique de entres os três países o que ocupa a maior extensão de área com 2.783 km², seguida da África do Sul com 1.095 km² e a Suazilândia 318 km².

1.8.2. Decadência da primeira fase do projeto da ACTF e implementação da segunda fase

Segundo DPPF (2008), em 1996, o governo de Moçambique aprovou o projeto de ACTF para o distrito de Matutuíne que foi designado de ACTF dos Libombos. A primeira fase decorreu de 1998 a 2003. Em 1997 foi aprovado o plano de manejo da Reserva Especial de Maputo, mas a implementação não aconteceu em virtude de ter sido aprovado o projeto de ACTF na mesma época. Portanto, todas atividades de gestão e manejo da Reserva Especial de Maputo foram incorporadas aos grandes objetivos da ACTF dos Libombos e beneficiar de financiamento direto, assistência técnica e apoio institucional do Banco Mundial e do GEF dentro iniciativas espaciais do grande Libombo e no contexto da região da África Austral. Ainda segundo DPPF (2008), o plano de manejo da Reserva Especial de Maputo (2001-2006) revisado e aprovado em 1997 identificou questões ligado a conservação e desenvolvimento do turismo na região que se destacaram: baixo números de espécies e da diversidade de grandes mamíferos; aumento significativo da população humana no interior da Reserva; atividade de caça ilegal em todo

perímetro da reserva; queimadas não controladas ligada a atividade crescente da agricultura de subsistência, exploração florestal (madeira, carvão, lenha, etc.); conflitos homem-fauna selvagem; turismo não integrado a conservação e o desenvolvimento local, mudanças hidrológica da região; revisão dos limites da reserva focado para da ocupação espacial e desenvolvimento do território; acesso da Reserva Especial de Maputo para alcançar outras áreas habitadas na reserva, fraca capacidade de operacionalização do plano de manejo e de gestão da área protegida.

Ainda de acordo com DPPF (2008), apesar de projeto de ACTF se ter tornado mais efetivo em princípios do ano de 1997, para além das questões de para tornar a área ecológica e economicamente sustentável, a prioridade era de desenvolver uma capacidade institucional para apoiar Moçambique na implementação das oportunidades de preservação da biodiversidade sustentado no desenvolvimento do turismo em zonas rurais no contexto da integração regional. Durante a primeira fase foram disponibilizados cerca de US\$ 195 milhões e, o projeto definiu e atuou em quatro componentes, a destacar: Componente 2: Plano de desenvolvimento do distrito de Matutuine, que incluía a capacitação institucional e monitoria; Componente 3: Parceria entre o setor privado e as comunidades locais no desenvolvimento do turismo e conservação (capacitação em turismo); Componente 4: Conservação da biodiversidade e da área protegidas (Reserva Especial de Maputo, Corredor de Futi e Área Marinha Protegida); Componente 5: Gestão do projeto (infra-estruturas, recursos humanos e financeiros; e meios e equipamento, formação, capacitação e treinamento).

Durante esta fase, a Reserva Especial de Maputo e o Corredor de Futi fora associados ACTF dos Libombos, que apesar de ter beneficiado de ações para construção da vedação elétrica, contratação e fortalecimento da capacidade de fiscalização, continua a espelhar uma imagem desoladora onde impera ainda a caça furtiva, o conflito homem-fauna selvagem e baixo níveis de investimentos destinados ao desenvolvimento do turismo. Ainda nesta fase e muito provavelmente no final do financiamento da REM em finais de 2003 ou antes começaram a surgir problemas ligados com a vedação elétrica que impunham para as autoridades locais concluir toda extensão da Reserva e corredor do Futi para impedir as investidas dos ataques dos Elefantes à população local residente. O aumento da população dentro da reserva emergiram novas formas de ocupação do território e usos de recursos naturais existente. Por outro lado, a magnitude de conflito com a fauna selvagem se transformou numa questão generalizadas em todo o perímetro da Reserva incluindo o fomento da caça ilegal que se tornou difícil de estancar.

Segundo Matos (2011), a reestruturação na forma de ocupação de espaços que tinham sido alcançados como forma de se manter a conservação da biodiversidade começaram a ser posto em causa em quase em maior parte das áreas protegidas em Moçambique envolvidas com ACTF. A Reserva Especial de Maputo não foge do problema citado por Matos (2011), em que as comunidades locais residentes no interior da reserva, assentadas ao longo do Futi e Maputo imigraram para reserva onde resurgiram a reabrem novos campos de cultivos e outras forma de usos do solo. Algumas famílias regressam e outras não, e reforçam os seus laços com novos assentamentos gerando novos conflitos em relação ao uso e aproveitamento de terra que incluía a exploração de recursos florestas para produção de madeira, lenha, carvão e atividade de caça.

Segundo Matos (2011), de 2003 a 2006, foi a fase de abandono total em relação ao apoio e financiamento externo das ACTF. A Reserva Especial de Maputo durante os três anos de abandono às atividades estavam confinadas apenas para a própria administração e funcionamento da reserva, e fiscalização, mas de forma muito limitada. Apesar das autoridade gestora terem continuado a alguns apoios para conservação pela IUCN, todas as atividades reserva eram totalmente financiadas e cobertas pelo Orçamento Geral do Estado, que limitava em certo modo a aplicação para ações de detenção dos avanços da agricultura e outros usos de solo, caça ilegal e exploração de madeira carvão, que viria a comprometer todo esforços de conservação de desenvolvimento harmonizado no contexto da Reserva Espacial de Maputo. Nessa altura da decadência da primeira fase da ACTF, a retirada do financiamento e apoio externo, e aliado a fragilidade institucional de articulação dentro das instituições do governo, a população migrou em quase toda região de Matutuine e particularmente em todo perímetro da reserva de maneira generalizarão e desordena, levando para ocupação ilegal da terras e conflitos de gestão de territorial. Esta situação colocava todo o esforço de conservação e desenvolvimento integrado como falhado, entretanto, obrigou o governo de Moçambique suspender todos títulos de propriedades de terras irregulares e em tramitação e interditar emissão novos, porque era visto ir à contra mão da conservação na Reserva e do desenvolvimento integrado do distrito de Matutuíne.

Segundo MITUR (2010a) o projeto das Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento de Turismo (ACTFDT) representa a segunda fase de um programa de 15 anos. A segunda fase do programa foi financiada totalmente pelo Banco Mundial, e teve como objetivo para implementar o conceito das Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACTF) nas ACTFs

originalmente lançadas na primeira fase. Ainda segundo a mesma fonte, a ACTFDT é lançada em 2006, de 8 a 16 de Março na província de Maputo para ACTF dos Libombo e, em Julho e Agosto nas províncias de Manica e Gaza para as ACTFs de Chimanimani e Limpopo respectivamente. A efetividade do projeto para a segunda fase foi declarada em 13 de Abril de 2006, pelo banco Mundial. Segundo Matos (2011) e MITUR (2010a) esta fase teve duração de sete anos com término previsto para Dezembro de 2012. Para segunda fase, o projeto passou a ser denominação de Área de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo (ACTFDT) com enfoque voltado para turismo sustentável como base de sustentação do desenvolvimento socioeconômico, conservação da biodiversidade e melhoramento da qualidade de vida das comunidades locais nas áreas rurais. De acordo com MITUR (2008) apud Matos (2011), para segunda fase, o investimento total foi de US\$ 34 milhões, e foi implementada com as componentes: (1) Fortalecimento do quadro político e institucional para as ACTFs; (2) Planificação integrada para o desenvolvimento distrital; (3) Desenvolvimento de conservação e turismo com base nas comunidades e no setor privado; (4) Conservação da biodiversidade e gestão de áreas protegidas; gestão do projeto, monitoramento e comunicação.

Segundo MITUR (2010a), Matos (2011), durante a segunda fase do projeto manteve-se o estreito acasalamento entre a conservação e o desenvolvimento do turismo, mas ampliaram as questões integrantes dessas duas categorias. O objetivo geral de desenvolvimento foca para aumentar os benefícios para as comunidades locais a partir do crescimento de turismo ambientalmente sustentável. Em relação ao conservação ambiental estava direcionado para extensão da área, conectividade e efetividade da conservação da biodiversidade nas três Áreas de Conservação Transfronteiriça. Ainda de acordo com MITUR (2010a), DPPF (2008), Matos (2011), pode-se considerar que a primeira fase teve como o principal objetivo a preparação da segunda fase, que seria a materialização das ações estratégicas. Esses fatos estão presentes nas cinco componentes anteriormente referenciadas, entretanto, destacando-se para a necessidade da criação de uma política nacional de conservação e a respectiva lei; revisão da Legislação sobre exploração florestal e faunística e de turismo, inventário de recursos e da biodiversidade; revisão dos limites e criação de novas áreas protegidas; criação de uma entidade autônoma com responsabilidade para gestão das áreas de conservação e desenvolvimento do turismo em áreas protegidas; regulamentação de concessões turísticas nas unidades de conservação e estabelecimento de parcerias público-privado e privada - comunidades locais.

Ao nível da Reserva da Especial de Maputo as ações estratégicas estavam direcionadas para as seguintes questões: desenvolvimento do ecoturismo e a participação das comunidades locais; implementação da estratégia de desenvolvimento comunitário e gestão participativa; organização institucional e capacitação das comunidades locais para promover a gestão participativa e tomada de decisões; implementação e operacionalização do Diploma Ministerial 93/2005, mecanismos de canalização e utilização dos 20 % das taxas que revertem para, comunidades pela exploração de recursos naturais e do turismo em unidade conservação; desenvolvimento e melhoramento da capacidade institucional da administração da reserva desde a contratação do pessoal técnico especializado, financiamentos e investimento com infraestruturas, equipamento e meio de funcionamento; elaboração do plano de manejo e zoneamento participativo, implementação de uma estrutura dentro de um arranjo institucional inclusivo que possibilitasse participar diferentes atores através de fóruns comunitários e comitês de gestão local em arenas deliberativos e consultivo, conflito homem-fauna selvagem, nova forma de ocupação do território ligados a diferentes usos e aproveitamento da terra e recursos naturais e novos assentamentos da humanos em todo perímetro da reserva; implementação de contrato de terceirização de serviços para o andamento do projeto da ACTFDT; elaboração de um plano de desenvolvimento do turismo e do corredor de Futi que foi aprovado pelo governo em 2006 e adotado desde 2010. São exemplos de contratos assinados com PPF para conduzir a auscultação das comunidades locais para elaboração do plano de manejo e zoneamento da Reserva Especial de Maputo e a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro em Matutuíne, plano de desenvolvimento do corredor do Futi, implementação de projetos comunitário e mecanismo de financiamento alternativos, desenvolvimento de uma estrutura institucional comunitária de ligação baseado em comitês de gestão de recursos naturais, fóruns comunitários, grupos de interesses com as autoridades gestora da reserva, implementação de estratégia de capacitação e assistência as comunidades locais para firmar contratos e acordos de parcerias e desenvolvimento de projetos de ecoturismo e de iniciativa local; contratos com IFC para facilitar a implementação da estratégias de investimento privado; ORAM na delimitação de terras comunitárias, AICM e UEM para investigação e pesquisas sobre desenvolvimento e conservação da biodiversidade.

Segundo Matos (2011), a reconquista do apoio das comunidades locais foi fundamental, pois o período de abandono havia quebrado uma relação construída durante a primeira fase. Em várias comunidades dentro das áreas de conservação transfronteiriça, como também se verificou

na Reserva Especial de Maputo na ACTF dos Libombos, foi necessário repetir todo processos de consulta e auscultação realizada durante a primeira fase. Diferente e vários encontros foram mantidos para aliar a nova abordagem de parcerias com as comunidades locais, porque para além de várias promessas não sido cumpridas, as comunidades locais continuavam restringidas e limitadas para acesso de recursos, crescente conflitos conflito com fauna sem mediada de compensação adotadas, conflitos de ocupação territorial e aproveitamento de terra e falta de um mecanismo claro de benefícios da conservação e do desenvolvimento da reserva.

Segundo MITUR (2010a), em muitos casos, a organização das comunidades foi realizada e contínua com apoio de ONGs dentro de acordo e contratos com as autoridade de gestão da unidade de conservação. Para além do PPF se destacam outras ONGs como LUPA, Helvetas, IUCN que mantiveram o apoio as comunidades no âmbito da ACTF do Libombos. Para assegurar cumprimento de objetivos da segunda fase e contratos que haviam sido formulados com as partes envolvidas, o PPF tinha que garantir o cumprimento do plano estratégico de desenvolvimento comunitários que incluía aspectos de identificação das comunidades afetadas, organização e capacitação de comitês de gestão local, delimitação e legalização de terras comunitárias para futuros investimentos, criação de empresa comunitárias, registros e legalização de associações locais para participação em projeto de investimento de turismo, como por exemplo a concessão de Chemucane, produção e comercialização de produtos agrícola, produção de mel e artesanato, empreendimento turísticos comunitários (Madjadjane Lodge), formação e capacitação de promotores locais e guias turístico, projeto de ecoturismo e construção de santuário do corredor do Futi. Segundo MITUR (2010a), a estratégia como parte da implementação do plano ação de desenvolvimento comunitário foi desenvolvido e aprovado como parte do plano de manejo da reserva.

Além destas questões, o sucesso da segunda fase para a Reserva Especial de Maputo, incluiu ainda a aprovação e implementação do plano de manejo e o plano de zoneamento no contexto do desenvolvimento espacial regional da ACTF que se tornou mais abrangente com a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro e corredor do Futi. Por lado, garantia de financiamento e presença de investidores para implementar do plano de desenvolvimento do turismo e da própria conservação na reserva, regulamentação do turismo na reserva e exploração de concessões na reserva, legislação específica para conservação e desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, o desenvolvimento de um quadro institucional mais ajustado para

conservação em Moçambique que alia a nova abordagem para desenvolvimento do ecoturismo, conservação ambiental e desenvolvimento do local com parcerias e investimento privado na Reserva Especial de Maputo.

1.9. Áreas protegidas: questões emergente e novos rumos?

1.9.1. Soluções e desafios

Segundo Bensusan (2006), neste início de século, questões se colocam para as áreas protegidas. Algumas delas podem trazer soluções para velhos problemas, como o da sustentabilidade financeira das unidades de conservação. Por outro lado essas questões também trazem novos desafios. Vale notar que muita destas questões passam pela atribuição de preços a elementos da biodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais e uso de recursos genéticos pela indústria de biotecnologia. Tal questão será um dos maiores desafios para as áreas protegidas no século XXI, principalmente considerando sua manutenção em longo prazo.

Segundo Daily (1997) apud Bensusan (2006), uma das mais sensível questão na gestão das áreas protegidas é a sua sustentabilidade financeira a médio e longo prazos. Muitas estratégias tem sido tentadas na busca de uma solução e uma das mais promissoras é o pagamento pelos serviços ambientais gerados pelas áreas protegidas. O valor desses serviços pode ser calculado por meio de uma avaliação de quanto custaria a sua substituição. Por outro lado, uma das dificuldades dessa estratégia é que o valor desses serviços, embora essenciais para civilização, é obscurecido pela vida urbana moderna.

Segundo Bensusan (2006), parte desses serviços pode ser assegurada pela manutenção de sistemas eficientes de áreas protegidas. Ainda segundo este autor, a perspectivas de mudanças climáticas e seus possíveis impactos tem sido a preocupação de muitos governos e sociedades.

O sequestro de carbono foi lançado no início dos 1990, na Convenção do quadro de mudanças climáticas, como instrumento de flexibilização dos compromissos de redução de gases de efeito estufas dos países com metas de redução. Trata-se de uma modalidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, com finalidade de diminuir o ritmo do aquecimento global. Esse projetos envolvem, em geral, empresas transnacionais com emissões significativas nos países desenvolvidos que os financiam, visando obter créditos de

carbono para compensar parte das emissões em seus países e, por outro lado, empresa, sociedades civil e governos de países em desenvolvimento interessados em abrir esses projetos. Os projetos dentro MDL, além de envolverem o sequestro de carbono, devem contribuir para o desenvolvimento sustentável do país onde é executado.

Para tanto, em cada país, há uma autoridade local que constrói critérios para a classificação dos projetos que surgem e aprova os projetos. Em Moçambique esse papel cabe ao Ministério da Agricultura ouvido o Ministério para Coordenação e Ação Ambiental. De acordo com Bensusan (2006), em vários países os projetos de sequestro de carbono chama atenção para o seu vínculo com o tema das áreas protegidas e como a possibilidade nova de sustentabilidade econômica. Esses projetos conjuga objetivos de geração de créditos de carbono com a conservação ambiental. Para a geração de crédito de carbono são desenvolvidas atividades de reflorestamento e restauração florestal que devem gerar, em 40 anos, aproximadamente milhão de toneladas de carbono.

Segundo Yu (2004) apud Bensusan (2006), no tanger a conservação, os projetos se recompõe e protegem as áreas degradadas das áreas protegidas, evitando maior perda de biodiversidade. Segundo Bensusan (2006) há no entanto fatores limitantes para aplicação do MDL em projetos ligados às áreas protegidas. O principal de deles é que não são aceitos projetos de manejo e conservação, mas somente projetos de reflorestamento e aflorestamento, ainda assim, de forma limitada.

Segundo Beduschi (2002) de qualquer forma, a utilização dos MDL pode ser uma alternativa para garantir o processo de criação de regras de conduta nos assentamentos que tenha a conservação da natureza um dos seus principais pressupostos. Este autor constatou que as interações voltadas as práticas agroflorestais dependem de dois principais fatores: i) a existência de um estrutura de incentivos bem definidos que possam sinalizar para os indivíduos que adoção de estratégias de conservação é a mais apropriadas e ii) a existência de uma relação de confiança entre os diferentes atores que sinaliza para as partes que é possível adotar as estratégias de cooperação e, assim, coordenar a ação coletiva.

Segundo Bensusan (2006) a bioprospeção nas áreas de protegidas tem sido vistas como uma oportunidades de sustentabilidade dessas áreas. Segundo Kate et al., (2002) apud Bensusan (2006), há efetivamente exemplo de recursos coletados em áreas protegidas que se transformam em produtos bastantes rentáveis. Esse é o caso de medicamento Neoral, um imunossupressor

feito a base de ciclosporina, comercializado pela Novartis. Ele foi 33º medicamento mais vendido no mundo. Em 2000, rendendo US\$ 1,2 bilhões. Outro exemplo é o termófilo *Thermus aquaticus*, coletado em 1966, por pesquisadores acadêmicos, nas fontes termais do Parque Nacional de Yellowstone, nos EU. Em 1984, isolou-se desses organismos a enzima DNA polimerase, *Taq polimerase*, que vem sendo usada em diversas aplicações de biotecnologia, com vendas anuais de mais de US\$ 200 milhões.

De acordo Bensusan (2006), no entanto, para que a bioprospecção traga benefícios para área protegida, bem como para as comunidades locais, vários aspectos devem ser considerados. O primeiro refere-se à existência de um arcabouço legal que garanta a repartição de benefícios derivados de uso de recursos genéticos, como disposto na convenção sobre a diversidade biológica. O segundo trata da estrutura existente na unidade de conservação para lidar com o interesse em acessar recursos genéticos. Além do preparo, por parte dos gestores das áreas, para lidar com questão e suas implicações, deve haver controle para que a coleta se resuma ao que foi autorizado. Um terceiro aspecto, de extrema relevância, é a eventual existência de conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos que se deseja acessar. Trata-se do conhecimento acumulado das comunidades locais e povos indígenas sobre o uso e manejo da biodiversidade. Neste caso, todo um conhecimento de consentimento prévio informado e de discussão detalhada dos instrumentos de repartição de benefícios deve ser posto em prática. Apesar dos conhecimentos tradicionais ter a sua importância reconhecidas, ainda não existem mecanismos claros de proteção aos seus conhecimentos tradicionais.

Segundo Laird et al., (2003) apud Bensusan (2006), a existência de marco legal é quase uma preocupação para a realização de bioprospecção em áreas protegidas. Estudo recentes das Nações Unidas enumera algumas recomendações para lidar com a questão do acesso aos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindo de uso nas áreas protegidas:

- ❖ A legislação que trata de acesso e repartição de benefícios deve fazer previsões específicas para as áreas protegidas e, dentro desse marco, os gestores de áreas protegidas devem instituir uma política de acesso e repartição de benefícios, que deve considerar elementos como a distinção entre a pesquisa acadêmica e fins comerciais, o papel das

comunidades locais, a relação entre essa política e a legislação nacional sobre o tema, e a natureza altamente política e controversa da bioprospecção.

- ❖ Capacitar gestores das áreas protegidas para questões ligadas ao acesso e repartição de benefícios.
- ❖ Estruturas institucionais devem ser estabelecidas para lidar com essa questão.
- ❖ Os gestores das áreas protegidas devem buscar ativamente retornos de benefícios para a unidade de onde saíram os recursos genéticos. Sugere-se que as áreas protegidas, como fontes originais dos recursos, sejam beneficiárias de todos os acordos comerciais envolvendo acesso e repartição de benefícios.
- ❖ A questão do acesso e repartição de benefícios deve integrar planos de manejo das áreas protegidas, especialmente quando são transfronteiriça.
- ❖ Os responsáveis pelas áreas protegidas devem garantir a abertura e transparência para parceiros e para a sociedade, quando da negociação de acesso e repartição de benefícios com finalidade acadêmica ou comercial.
- ❖ Mecanismo para gerir benefícios financeiros da bioprospecção, como fundos de conservação, devem ser estabelecidos.
- ❖ Informação e capacitação das comunidades locais e povos indígenas para que participam ativamente das estratégias de acesso e repartição de benefícios.

De acordo com Bensusan (2006), diante da complexidade envolvidas do acesso e repartição de benefícios advindo de uso de recursos genéticos, a maior parte das legislações nacionais e regionais não tratam dessas questões no âmbito das áreas protegidas. Aspectos da estrutura das unidades, incluindo o preparo dos gestores das áreas protegidas. É também complexo, uma vez que esses gestores já possuem uma afinidade de tarefas a desempenhar e, nem sempre, estão a par das questões e implicações do acesso aos recursos genéticos. Em geral, o uso dos recursos naturais com o qual os gestores estão acostumados. Além disso, como as coletas iniciais causam pouco ou nenhum impacto à biodiversidade, muitas vezes é difícil para os gestores das áreas protegidas vislumbrarem as implicações desse acesso.

A distinção entre pesquisa acadêmica e a comercial estão cada vez mais difíceis e muitos investigadores e instituições de pesquisa desenvolvem projetos com empresas. Faz-se necessário então, um controle das pesquisas realizadas nas unidades de conservação, sob pena dos recursos

genéticos, originalmente acessados para fins acadêmicos, acabarem com uma parte de produtos comerciais sem que haja a devida repartição de benefícios. O terceiro aspecto talvez seja o mais difícil de todos, pois o envolvimento de conhecimentos tradicionais exigem procedimentos mais complexos e um controle maior.

1.9.2. O futuro das áreas protegidas e as áreas protegidas no futuro

Segundo McNeely, da IUCN, está convencido de que em 50 anos não teremos mais áreas protegidas por um dos dois seguintes motivos: primeiro, essas áreas serão tomadas pelas populações rurais sem terras, ou pelo aquecimento global, ou alguma outra ameaça. Segundo, a humanidade encontrará formas racionais de usar os recursos naturais e manejar as paisagens que, automaticamente, assegurarão habitats para as outras espécies (MCNEELY; 2002 apud BENSUSAN, 2006). Muito otimista ou muito pessimista? Ambos, talvez (BENSUSAN, 2006). Ainda segundo este autor, por outro lado, somente a incorporação de novos conceitos e paradigmas na criação, implementação e gestão das unidades de conservação poderá assegurar a elas um futuro. Como há uma tendência nesse sentido, pode-se supor que as áreas protegidas têm algum futuro, e assim, McNeely estaria a sendo muito pessimista. Por outro lado, enquanto houver a necessidade de áreas protegidas, é sinal de que a humanidade continua fazendo um uso predatório e insustentável da biodiversidade.

Em sua visão, (BENSUSAN, 2006), afirma que não haver uma tendência detectável de diminuição desse tipo de uso, nem de mudanças de paradigma que permitam vislumbrar esse uso racional descrito por McNeely. Nesse sentido ele estaria sendo demasiadamente otimista. Ainda sim, não há dúvida de que o uso mais racional dos recursos naturais seria a melhor alternativa, mas enquanto isso não acontece, vale a pena investir nas áreas protegidas e em estratégias mais amplas de proteção e de uso racional da biodiversidade. No tange às áreas protegidas, é fundamental levar em conta seu novo papel: áreas que foram concebidas originalmente como locais de preservação da vida selvagem são cada vez mais vista como vanguarda da transformação social e econômica.

Se por um lado essa situação é positiva, por outro gera novas dificuldades, pois torna a gestão das áreas protegidas mais complexa. Em geral conservacionistas e gestores não estão preparados para lidar com este novo papel, e podem não estarem aptos a resolverem questões que

cercam a unidade de conservação como a pobreza, a posse e domínio de terras, a geração de alternativas de rendas e as justiça sociais. É essencial também, ter em foco, nas estratégias de conservação para as áreas protegidas, os processos biológicos geradores e mantenedores da biodiversidade. Os resultados dessa estratégias, determinadas paisagem, presença ou ausência de certas espécies, devem ser encerrados como temporários e não devem se constituir no objeto último das atividades de conservação. A identificação dos processos gera esses resultados, e sua manutenção deve ser o alvo de estratégias de conservação da biodiversidade.

Segundo Margules & Pressy (2000) apud Bensusan (2006), o planejamento das atividades e estratégia de conservação da biodiversidade possui um significativo grau de incerteza. A medida que aumenta o conhecimento sobre a biodiversidade e os processo biológico, o grau de incerteza diminui, mas nunca é eliminado. Isso significa que os responsáveis pelo planejamento devem aprender a lidar com incertezas, de forma minimizar o risco de erros graves. Entre os elementos que merecem a atenção, pois podem ajudar na redução do grau de incertezas no manejo das unidades de conservação, está a necessidade de maior precisão na mensuração da biodiversidade e maior consistência em seu mapeamento.

Parte disso pode ser obtida com mais recursos humanos e financeiros, mais como inventário completos da biodiversidade são pouco realistas, outra parte terá que se derivar de coletas baseadas em teorias ecológicas e em modelos estatísticos e computacionais que descrevem padrões de distribuição espacial. Outra necessidade é o aumento de esforços no mapeamento de padrões e monitoramento das ameaças à biodiversidade, pois o planejamento da conservação deve responder a essas ameaças. Um melhor entendimento desses padrões ajudará na priorização dos recursos limitados da conservação. Prescrições de manejo mais precisas também são uma necessidade. Atualmente, sabe-se o suficientes apenas sobre algumas poucas espécies, em geral grandes vertebrados e plantas vasculares.

Segundo Bensusan (2006) diante disso e das reconhecidas demandas urgentes de informação sobre a biodiversidade, propõe algumas ações:

- ❖ Utilização do conhecimento e capacidades existentes: estudos detalhados do material existente nas colocações; estímulos à produção e publicações de revisões taxonômicas e guias de identificação; consolidação de infraestruturas material e técnica dos acervos.

- ❖ Novas iniciativas: criação e fortalecimento de núcleos de pesquisas para realização de inventários e de monitoramento da biodiversidade; realização de inventários em áreas e habitats pouco conhecidos; aplicação de tecnologias bioinformáticas para acelerar a catalogação e a difusão do conhecimento sobre a biodiversidade; integração com iniciativas internacionais.

De acordo Bensusan (2006), essas recomendações devem se somar a outras no sentido de ampliar o conhecimento sobre os processos biológicos e seu papel na manutenção da biodiversidades, bem como no mapeamento das ameaças, taxas e análise das causas de perda de biodiversidade. Apesar da clareza dessas recomendações, a limitação de recursos e a escolha das prioridades nacionais fazem com que sua implementação tarde mais do que seria desejado. Assim, o grau de incerteza que permeará as atividades ligadas a conservação da biodiversidade nas área protegidas continuará alto.

Cada vez mais se reconhece que as áreas protegidas não são, nem devem ser, ilhas. Nem isoladas do resto do ecossistemas e das paisagens onde estão inseridas, nem ilhas isoladas da realidade econômica e social que as circundam. Assim, as áreas protegidas devem estar conectadas, tanto, tanto a outras áreas naturais, como às comunidades do seu entrono (BENSUASAN, 2006). Segundo Bennett (1999) apud Bensusan (2006), ambas são difíceis de obter. A conectividade ecológica depende da existência de áreas naturais próximas e de porções do território que possam servir de elementos de conexões, como, por exemplo, corredores de habitat. O planejamento desses corredores não é simples.

Segundo MacKinnon (2001) apud Bensusan (2006), a interação com as comunidades locais também é trabalhosa. Várias experiências fracassaram, trazendo prejuízos para a biodiversidade e enormes frustrações para a população envolvidas. Um dos maiores obstáculos, reside nas diferenças culturais entre conservacionistas e os membros das comunidades locais. Outras, entretanto, atingiram êxitos marcantes na promoção da conservação da biodiversidade, fomentado o apoio local e aumentando a área destinada a proteção. Uma das chaves desse sucesso é a apropriação pelas comunidades locais da agenda de conservação. Assegurar que essas comunidades sejam os principais beneficiários da área protegidas e muito desses benefícios não estejam disponíveis para pessoas de fora das comunidades, é uma forma eficiente de promover essa apropriação.

Segundo Graham et al., (2003) apud Bensusan (2006), o desafio das governança é compreendida como “a interação entre as estruturas, os processos e as tradições que determina como exercer o poder, como se toma as decisões e como participam os cidadão e setores envolvidos”. A boa governança é, ao mesmo tempo, objetivo e processo que pode ser iniciado por vários atores e não está ligada apenas as instituições governamentais.

Segundo Bensusan (2006) Está relacionadas como o exercício responsável do poder com vista a atingir determinados objetivos. A imposição equitativa imparcial e efetivas das normas sobre as áreas protegidas não se verifica, e não são poucos os casos onde autoridades fazem o uso indevido dos recursos naturais de uma unidade de conservação, com a complacência dos gestores da unidade de conservação, que são especialmente eficientes em coibir a utilizar de recursos por parte das comunidades locais. A equidade no processo de criação de novas áreas protegidas tampouco é comum. Apesar de vária legislação em diferentes contexto de determinado país obrigar a realização de consultas públicas antes de estabelecimento de unidades de conservação, essas consultas não têm respeitado o princípio de equidade que, além dos elementos descritos, respeito às populações locais e participação pública , tem como pressuposto a avaliação efetiva de outras opções de uso de áreas e o equilíbrio adequado entre os objetivos das unidades. A equidade no manejo das áreas protegidas também não tem tido a prática. Essa equidade pressuporia práticas que lograssem um equilíbrio favorável entre custos e benefícios para as comunidades locais, mecanismos para participação das comunidade locais e de pesquisadores nos processos de tomada de decisão de manejo, valorização e utilização do conhecimento tradicional e métodos de gestão das comunidades locais, práticas equitativas de gestão dos recursos humanos das unidades de conservação, processos para reconhecer e reparar injustiças cometidos no passado, derivado do conhecimento da unidade de conservação. Examinados esses desafios e voltados para o futuro, a maioria dos países tem muito que fazer no campo da conservação da biodiversidade e das áreas protegidas. Ainda assim, vale frisar que o países te conseguido muito: possui um conjunto significativo de unidade de conservação, apresentam um conhecimento considerável de sua biodiversidade, tem legislação ambiental bastantes razoável tem uma liderança no cenários internacional ambiental, ainda que nem sempre positiva (BENSUASAN, 2006). Ainda de acordo com este, talvez o maior desafio, que traz em seu bojo todos os outros, seja transformar o conjunto de unidades de conservação existentes em um efetivo sistema de áreas protegidas.

CAPITULO -2

2. OBJETIVOS, PERGUNTA, HIPÓTESE E METODOLOGIA DA PESQUISA.

2.1. Objetivos da pesquisa

O objetivo geral pesquisa é analisar os efeitos das mudanças institucionais no desenvolvimento do turismo, com ênfase nas suas relações com a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico no distrito de Matutuíne. Para tal, são definidos dois objetivos específicos: primeiro é analisar e investigar o papel da atividade turística na promoção da conservação e manejo do patrimônio natural, na difusão da educação conservacionista e no desenvolvimento e retorno socioeconômico para a comunidade local; o segundo, é analisar os fatores condicionantes associados à criação das relações sinérgicas entre os diferentes seguimentos no âmbito do conselho de gestão participativo da Reserva Especial de Maputo, desde sua formação até o momento atual, assim como a contribuição desta organização para a implementação do plano de manejo e gestão dos recursos naturais na região.

2.2. Pergunta da pesquisa

As mudanças institucionais vigentes em Moçambique, tanto no setor do turismo como no setor ambiental, podem provocar alterações significativas na gestão territorial no distrito de Matutuíne. Neste âmbito, questiona-se se essas mudanças contribuem para aliar a conservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico induzido pelo turismo na região.

2.3. Hipótese da pesquisa

A incorporação de novos atores e temas na arquitetura institucional voltada à gestão do território, associando turismo e conservação ambiental, representa um potencial inovador e indutor de novas dinâmicas que conciliem o desenvolvimento socioeconômico à conservação dos recursos naturais em Matutuíne.

2.4. Metodologia da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Strauss & Corbin (1990), pesquisa qualitativa é a definida como sendo aquela que resultados obtidos não são provenientes dos procedimentos estatísticos ou outros de quantificação. Para Triviños (1994), muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística. Isto não significa que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do empreendimento científico. Entre os tipos de pesquisa qualitativa características, talvez o estudo de caso seja um dos mais relevantes. Segundo este autor, estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. Em segundo lugar, a complexidade do estudo de caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador. Um enfoque histórico, reduzido às características culturais de um meio específico no qual se insere a unidade em exame, de natureza qualitativa -fenomenológica, é menos complexo, sem dúvida, que uma visão na qual se observa o fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais.

De acordo com Yin (2005), como estratégia de pesquisa, utiliza-se estudo de caso em muitas situações para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos, e de grupos, além de outros fenômenos relacionados. De forma não surpreendente, o estudo de caso tem constituído uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, sociologia, ciência políticas, trabalhos sociais (GILSON, 1994 apud YIN, 2005), administração (GHAURI & GRONHAUG, 2002 apud YIN, 2005) e planejamento social. Podem-se encontrar estudos de caso até mesmo na economia, em que a estrutura de uma determinada indústria, ou economia de uma cidade ou região, pode ser investigada através do uso do método de estudo de caso. Em todas essas situações, a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativa dos acontecimentos da vida real – tais como ciclo de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos (YIN, 2005).

2.4.1. Pesquisa e procedimentos de campo

A recolha de dados de campo foi realizada durante o período de Fevereiro a Maio de 2012, baseado em técnicas e métodos utilizados em pesquisa qualitativa tais como: revisão bibliográfica e documental, entrevistas, juntamente com a utilização de questionários e observações e participação em *workshop*. Recolha de dados envolvimento primeiramente as autoridades de gestão da Reserva Especial de Maputo, autoridades do governo local (administrador do distrito e chefes de postos administrativo de Zitundo, Machangulo e Bela-Vista Sede), líderes tradicionais representantes dos fóruns regionais comunitário, e representantes do PPF, ONG que opera em Moçambique nas áreas de conservação transfronteiriça localmente presta assistência técnicas às comunidades locais afetadas pela reserva. Outras informações foram obtidas por meio de entrevistas realizadas na cidade de Maputo e Matola, onde se encontram as sedes de várias instituições relacionadas com a temática em estudo, que foram previamente identificadas tais como os Ministérios relevantes e as respectivas Direções Provinciais, ONGs envolvidas com conservação em Moçambique, instituições de ensino superior e de investigação incluindo profissionais e especialista da área (A anexo 9).

Segundo Triviños (1994), temos expressado que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a coleta de dados num instante deixa de ser tal e é análise de dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações. As ideias expressas por um sujeito numa entrevista, por exemplo, imediatamente analisadas e interpretadas, podem recomendar novos encontros com outras pessoas ou mesmas, para explorar profundamente o mesmo assunto ou outros tópicos que se consideram importante para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo Triviños (1994), nos informa que, segundo a técnica de triangulação, e supondo que estamos estudando um sujeito determinado e as especificações das suas funções, o nosso interesse deve estar dirigido em primeiro lugar, ao processo e os produtos centrados no sujeito; em seguida, aos elementos produzidos pelo meio do sujeito e têm incumbência em seu desempenho na comunidade e, por ultimo, aos processos e produtos pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito.

No primeiro aspeto salientam-se os processos e produtos elaborados pelos pesquisadores, averiguando as percepções do sujeito (formas verbais), através de entrevistas e questionários, principalmente, e os comportamentos e ações do sujeito, mediante, de forma fundamental, a observação livre ou dirigida; e o produtos e processos construídos pelos sujeito mesmo (autobiografia, diários íntimos, confissões, cartas pessoais etc., livros, obra de artes, etc.). O segundo ângulo de enfoque, elementos produzidos pelo meio, está representado: pelos documentos (internos, relacionados com a vida peculiar das organizações e destinados, geralmente, para o consumo de seus membros; e externos, que têm por objetivo, principalmente, atingir os membros da comunidades em geral); instrumentos legais: leis, decretos, parecer, resoluções, regulamentos, regimentos etc.; instrumentos oficiais, que seria de duas classes: aqueles que se referem às diretrizes, propostas, códigos de ética, depoimentos filosóficos, memorandos, atas de reuniões, políticas de ação, histórico escolares etc., e que são estudados fundamentalmente através do método de análise de conteúdo; e estatísticos e fotografias. É importante sublinhar que as fotografias podem constituir-se também como fontes de informações dos processos e produtos centrados no sujeito. A presente pesquisa teve em consideração para a coleta dos dados e utilizou quatro abordagens sustenta na argumentação teórica das técnicas e métodos de pesquisa qualitativa.

2.4.2. Realização de entrevistas

Foram realizadas trinta e três entrevistas semi-estruturadas e abertas (informal) envolvendo profissionais das instituições e pesquisadores ligadas à gestão das áreas de conservação e desenvolvimento e desenvolvimento do turismo em Moçambique (Anexo 10). O roteiro definia alguns chaves para o interesse da pesquisa, entretanto reservava um espaço para respostas detalhadas e prolongadas baseadas em experiência e conhecimento profundo dos entrevistados.

Em seguida é apresentada a relação das instituições contactada e envolvida no âmbito da presente pesquisa: MITUR: DNAC, ACTFDT; INATUR; MICOA: DPCCA Maputo; DPICT Maputo; MINAG –DNTE, DPA- SPFFB Maputo; REM; RMPPO; Mozaico do Índico S.A. UEM (instituição do ensino superior e investigação); Autoridade do Governo do distrito de Matutuíne (Administrado do distrito, Chefes dos Postos Administrativo de Zitundo, Bela Vista e

Machangulo); Autoridades tradicionais locais (régulos e líderes dos Fóruns regionais comunitários Zitundo, Machangulo e Madjadjane); Representante da Associação Comunitária Ahi Zamene Chemucane; ONGs ((WWF, IUCN e PPF); e Profissionais e pesquisadores.

As entrevistas realizadas envolvendo diferentes atores estava direcionado para o interesse da pesquisa centradas nos seguintes temas ou assuntos: arranjos institucionais envolvidos para a gestão das áreas protegidas, incentivos institucionais montados para desenvolvimento das áreas protegidas e participação de novos atores, perspectivas de desenvolvimento ecoturismo e suas implicações no desenvolvimento local e na conservação ambiental, perceptivas e evolução institucional da conservação em Moçambique incluindo as transformações políticas recorrente de um contexto histórico complexo das áreas protegidas em Moçambique e suas consequências. Foca as questões relacionadas com partilha de benefícios tal como os 20 % das taxas gerados das áreas de conservação garantidas pelo Estado a favor das comunidades locais e outros benefícios como incentivo direto à conservação, modelos de gestão adotado dentro de nova configuração institucional incluindo o papel e atribuições de diferentes atores e instituições envolvidas na gestão unidade de conservação. Entretanto, todos assuntos estão voltados para o caso da Reserva Especial de Maputo como o caso de estudo, mas procurando sempre comparar e situar o caso com outras áreas em Moçambique com informação adequada e disponível. As questões também procurar retratar os desafios colocados à nova política de conservação e sua estratégia de implementação e a criação de agência pública para gestão das áreas de conservação em Moçambique designada por Administração Nacional das Áreas de Conservação.

Podemos entender por entrevista semi - estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionários básicos, apoiadas em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi – estruturadas, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. São resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importante seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

2.4.3. Aplicação de questionário

Um questionário foi elaborado e direcionado para caracterizar o funcionamento dos fóruns regionais incluindo os fóruns comunitários e comitê de gestão local de recursos naturais na conservação e gestão de recursos naturais envolvendo as comunidades locais. O questionário procurou focar sobre questões sobre como os órgãos de base comunitária em representação das comunidades locais se organizam e articulação dentro da estrutura institucional montada para gestão da reserva, sua relação com os diferentes níveis de tomada de decisão incluindo a sua participação em toda cadeia e processo de tomada de decisão. Procurou também compreender a relação de toda cadeia de tomada de decisão e relação estabelecidas pelas autoridades da Reserva Especial de Maputo com outros atores envolvida na conservação em Matutuine, analisando assuntos sobre o tipo do desenho e características de articulação institucionais, atores e instituições envolvidas, concepção e tipo do conselho de gestão participativa, seleção e recrutamento dos participantes, temas e escopos de deliberação, o modo deliberativos, recorrência e iterações, e apostas do conselho de gestão participativa.

O questionário ficou apenas circunscrito e direcionado aos líderes do tradicional representante dos fóruns regionais de Zitundo, Machangulo e Madjadjane, líder da associação Ahi Zamene Chemucane, gestores da REM e PIU (RMPPPO e PPF), autoridades do governo local concretamente o administrador do distrito de Matutuíne e chefes dos postos administrativos afetados de Zitundo, Bela Vista e Machangulo (Anexo 11).

A definição deste grupo sobre o qual foi aplicado o questionário se baseou previamente no levantamento de atores diretamente envolvido em nível local na conservação e na gestão da REM, profundo conhecimento e experiência direta com temática da pesquisa e caso do estudo. Por outro lado, a circunscrição do questionário aos líderes dos fóruns regionais comunitários de Zitundo, Madjadjane e Machangulo em representação das comunidades, deve-se por lado a fácil acessibilidade e comunicação principalmente durante a época em que foi realizado o levantamento de campo, limitação de recursos e de tempo para reunir maior parte dos membros das comunidades, localização bastante dispersa das mesma e vias de acessos que são de difícil trânsito. Em face de estas limitações, o pesquisador recorreu à análise documental através das atas das reuniões realizadas entre 2008 e 2011 obtidas junto das autoridade da Reserva Especial de Maputo envolvendo as comunidades locais e suas representações,

autoridades locais e os próprios gestores da reserva. As informações contidas nas atas foram cuidadosamente devidamente estruturadas com vista a fornecer informações adequadas e completar para presente pesquisa.

Segundo Coelho & Nobre (2004), identificar fatores relacionados a maior tendência a participar dos novos espaços pressupõem, como condição *sine qua non*, a viabilidade de comparar, dentro de um conjunto único e construídos sob critérios iguais, atores coletivos da sociedade cível dentro e fora desses espaços.

Segundo Triviños (1994), citando Spradley (1979) procura delinear as condições mínimas que devem ter proeminência no processo de escolha de um bom informante, quando se deseja estudar um fenômeno social vinculado ao desenvolvimento de uma comunidade, grupo social ou atividade específica. Esses requisitos poderiam ser os seguintes, tomando como base geral o pensamento do autor citado: antiguidade na comunidade e envolvimento deste com o fenômeno que se quer estudar; conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que têm envolvido em foco de análise; disponibilidade adequada de tempo para participar no desenrolar das entrevistas e encontros; e capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compressão do mesmo. A primeira e segunda condição são muito importantes do ponto de vista de poder apreciar com exatidão os significados das diferentes situações que podem ser observadas. Estes dois requisitos apontam, essencialmente, para o desejo do pesquisador de alcançar do informante os significados mais genuínos do fenômeno social em foco. Uma pesquisa, porém, pode enfrentar grandes dificuldades em seu desenvolvimento se as pessoas escolhidas para serem entrevistadas não têm tempo suficiente para atender às necessidades de investigação.

2.4.4. Observações e participação

O pesquisador participou de uma conferência internacional que decorreu na cidade Maputo em Moçambique de 19 a 22 de Março de 2012, e outras reuniões cujo enfoque de interesse para a participação do pesquisador estava centrado no tema de pesquisa incluindo uma visita de campo (Anexo 12). Durante o evento manteve-se inserido em todas as discussões e debates sobre o desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo, regulamentação e desenvolvimento de concessões do turismo incluindo implementação de modelos de parcerias

para promover a conservação ambiental e desenvolvimento do ecoturismo. Durante o encontro foram realizados anotações e registros necessários sobre a temática o que o permitiu ao pesquisador aprofundar questões ainda relevantes sobre modelos de concessões propostos para Reserva Especial de Maputo, modelos de contratos, planejamento e o arranjo institucional montado para implementação das concessões e surgimento de novos atores.

2.4.5. Revisão bibliográfica e pesquisa documental

A revisão bibliográfica e pesquisa documental incluem publicações relevantes dentro do quadro da presente pesquisa, artigos científicos, teses e dissertação, documentos oficiais (atas de reuniões e relatórios internos), legislação entre outros pertinentes. O recurso *internet* constitui uma fonte crucial e de extrema importância para buscar artigos que não estavam acessíveis, e que foram complementar no levantamento e revisão da literatura para pesquisa.

Segundo Yin (2005, 2010), esse tipo de informação pode assumir muitas formas e deve ser objeto de plano explícito da coleta de dados como por exemplo: cartas, memorandos e outros tipos de correspondência; agendas, avisos e minutas de reuniões, outros relatórios escritos de eventos em geral; documentos administrativos – propostas, relatórios de avaliação e outros documentos internos; estudos de avaliação formação do mesmo (local) sob estudos; recortes e jornais e outros artigos que aparecem na mídia de massa ou em informativos de determinadas comunidades. Para o estudo de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriunda de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionadas na entrevista. Os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental for contraditória ao em vez de corroborante, precisa perseguir o problema investigando mais profundamente o tópico. Em terceiro lugar, pode fazer uma inferência a partir de documentos, por exemplo, ao obsecrar a lista de distribuição de um documento específico, pode encontrar novas questões sobre a comunicação de redes de contacto dentro de uma organização. No entanto, deve tratar as inferências somente como indícios que valem a pena ser investigado mais ao fundo, em vez de serem tratadas como constatações definitivas, já que as inferências podem se revelar mais tardes como sendo falsa indicações. Devido ao seu valor global, os documentos

desempenham um papel explícitos em qualquer coleta de dados, ao se realizar o estudo de caso. Buscas sistematicamente por documentos relevantes que são importantes em qualquer planejamento para coleta de dados. Por essa razão, há pouca justificativa para omitir uma revisão completa das evidências documentais existentes. Para além das técnicas utilizadas pelo pesquisador como as entrevistas semi-estruturadas e abertas e ou informais, a aplicação do questionário, observação em campo e participação em conferência internacional e reuniões, levantamento bibliográfico, e pesquisa documental com auxílio de um diário de campo, outras técnicas também foram aplicadas pelo pesquisador utilizando um gravador, onde foram guardadas as percepções, questionamento e informações que dificilmente são obtidas em outras técnicas. Além desta, e na impossibilidade de contato direto com o entrevistado chave, o pesquisador usou como recurso por via de telefone e *e-mail* para obter algumas informações pertinentes. Contudo, as entrevistas observavam em geral uma duração média de 25 a 35 minutos.

2.4.6. Análise de resultados

A fase final da pesquisa contemplou a análise dos resultados obtidos. As entrevistas foram agrupadas e sistematizadas por edição das transcrições e pela organização das perguntas e respostas de cada entrevistado, de acordo com os temas específicos. Também foram complementadas as informações contidas nas entrevistas com recurso à pesquisa documental e registro obtidos das reuniões da conferência internacional, procurando aprofundar o conhecimento do âmbito da pesquisa.

A compilação da informação contida nos questionários e da análise das atas das reuniões envolvendo os fóruns comunitários e os gestores da Reserva Especial de Maputo e outros intervenientes de decisão dentro do quadro institucional montado permitiu identificar o desenho e caracterização institucional da REM e elaborar generalizações que conduziram a um debate a partir de um diálogo imerso no quadro teórico, observações e a triangulação das informações alcançadas (Anexo 13).

Os resultados analisados permitiram compreender a relação e grau de inserção dos atores e incentivos institucionais montados para conservação ambiental e desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação em Moçambique e muito particularmente na REM. Permitiu ainda

compreender a abordagem do modelo institucional que vem sendo adotado em Moçambique e para áreas protegidas, o papel de diferentes instituições envolvidas dentro da governação local para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento territorial local.

As informações permitem avaliar de forma introspectivo quadro evolutivo histórico das áreas de conservação, avaliar o quadro legal e institucional das áreas de conservação e suas implicações incluindo as transformações sociais decorrente das mudanças dentro institucional das áreas de conservação. As análises permitiram ainda compreender a estratégias de desenvolvimento e participação comunitária em áreas protegidas, os mecanismo de articulação instituídos para participação dos atores e sua capacidade de aprendizagem social na dinâmica territorial dentro das áreas de conservação buscando consensos dentro da abordagem participativa de gestão e implementação e do plano de manejo incluindo o planejamento de concessões de turismo e a regulamentação de novas dentro de modelos institucional das áreas de conservação.

CAPITULO -3

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO



Figura 10. Mapa de Moçambique

Fonte: One World - Nations Online: Encyclopedia of World Geography, 2005

Segundo Matos (2011), Moçambique localiza-se na costa oriental da africana, fazendo parte dos países da África Austral, entre a foz do rio Rovuma (na República da Tanzânia) e a República da África do Sul. Concretamente o país se encontra entre os paralelos 10° 27' e 26° 56' latitude Sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' longitude Este. De Norte a Sul o país faz fronteira com a República da Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a África do Sul e Suazilândia. A Este é banhado pelo Oceano Índico. (Figura 10). Possui uma área de aproximadamente 800 mil km²), e está dividido por 11 províncias incluindo a cidade de Maputo, capital do país, que tem o estatuto de província. Administrativamente o país encontra-se subdividido em províncias, distrito, postos administrativos e localidades. Para além dessa divisão, também se encontra as unidades administrativas autônomas, com a designação de municípios, que apenas envolvem as áreas urbanas do país. Segundo INE (2007) os dados do último censo populacional realizado em 2007, indica que Moçambique tem cerca de 20 milhões (20.256.223) de habitantes, dos quais 48 % da população é do sexo masculino.

De 1975 ano da independência a população de Moçambique era estimada em cerca de 10 milhões de habitantes (10.527.360) e até 2009 este número dobrou para perto de 22 milhões de habitantes (21.742.336). Ainda segundo esta mesma fonte, as províncias de Nampula e Zambézia concentram aproximadamente 40% da população nacional. A província de Maputo onde se localiza a Reserva Especial de Maputo é 8ª província mais populosa do país, abrangendo 6 % da população nacional, e está entre as três com maior densidade demográfica por km² até 2007 (53,13 habitantes/ km²). depois das Zambézia e Nampula.

A sua capital é a cidade de Matola, situada a apenas de 10 km a oeste da cidade de Maputo, a capital do país. Com uma área de 24 mil km² (23.576 km²), a província é dividida por 7 distritos e possui, desde 2008, 3 municípios: Matola, Manhiça e Namaacha. Se não contarmos a cidade de Maputo, que tem o estatuto de provincial, a província de Maputo é a que tem menor área, menos distritos. Com quase 1.200 milhão habitante, a população da província de Maputo foi das que mais cresceu entre 1997 e 2007, tendo sido contabilizado um aumento de quase 400 mil habitantes neste período, correspondendo a uma variação de 33%. De acordo com o Censo de 1997, a província tinha 806 179 habitantes e uma área de 26 058 km², daqui resultando uma densidade populacional de 30,94 habitantes por km² (INE, 2007). Segundo Mendes de Araújo (2011), as cidades de Maputo e da Matola na província de Maputo, representam 31.2 % da população urbana do país.

Segundo MAE (2005) & PDF (2008) o distrito de Matutuine é uma das subdivisões da província de Maputo. É distrito mais meridional, que faz fronteira a sul com a província de KwaZulu-Natal da África do Sul, a oeste com a Suazilândia, a noroeste com o distrito da Namaacha e a norte com o distrito de Boane e cidade de Maputo (Figura 11). Está localizada entre os paralelos 26° e 27° de latitude e entre 32° e 33° de longitude Este. A sede do distrito é a vila de Bela Vista.

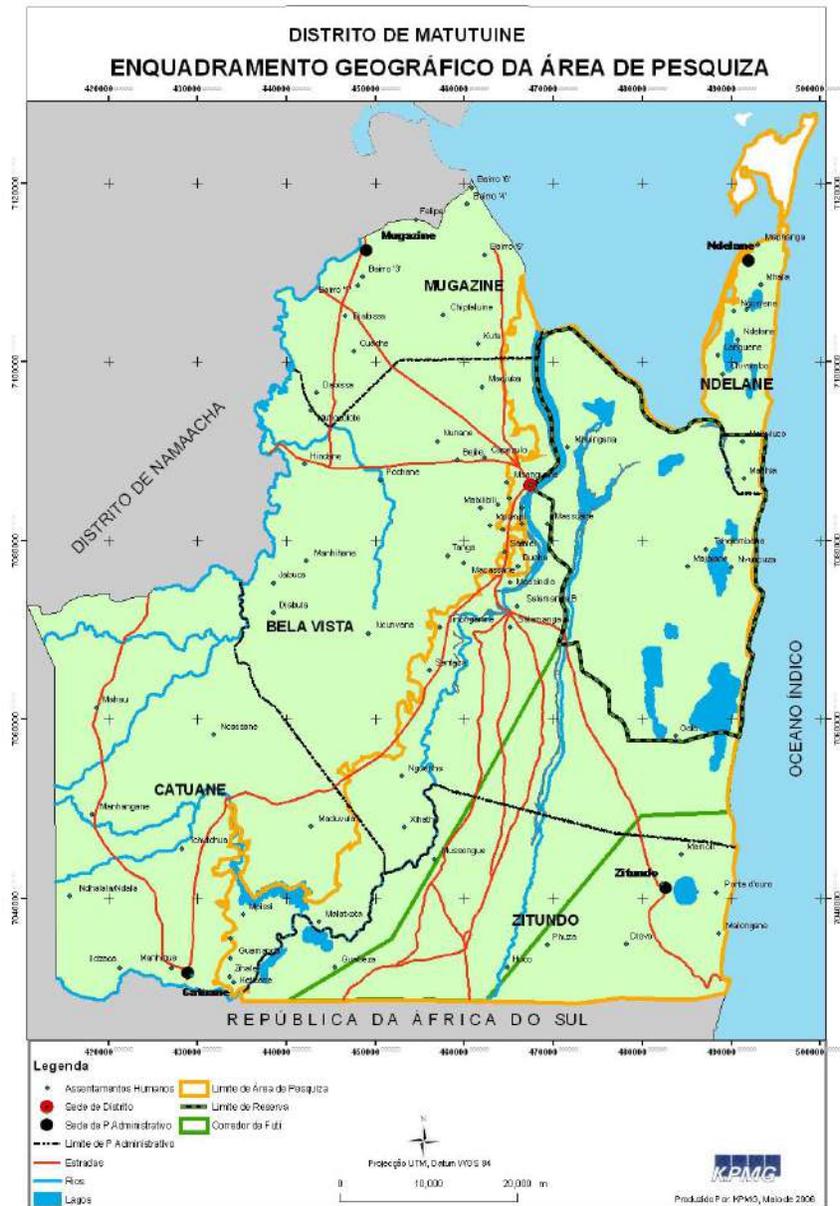


Figura 11. Mapa do distrito de Matutuine e localização da REM
 Fonte: KPMG (2005).

De acordo com MAE (2005); DPPF (2008) & MITUR (2008) o distrito de Matutuíne possui distrito tem cinco postos administrativos nomeadamente Catembe, Catuane, Machangulo, Missevene e Zitundo, e constituída pelas seguintes localidades: (i) Posto Administrativo de Catembe: Mungazine e Nsime; (ii) Posto Administrativo de Catuane: Catuane e Manhangane; (iii) Posto Administrativo de Machangulo: Ndelane e Nhonguane (Santa Maria); (iv) Posto Administrativo de Missevene: Bela Vista, Madjuva, Salamanga, Tinonganine; e (v) Posto Administrativo de Zitundo: Manhoca e Zitundo. Com uma área de 5 387 km², possui uma população de 37.239 habitantes, daqui resultando uma densidade populacional de 6,9 habitantes/km². Isto representa um aumento de apenas 5,9% em relação aos 35.161 habitantes registrados no Censo de 1997 (INE, 2007). Segundo MAE (2005), a relação de dependência econômica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existe, em média, 12 pessoas em idade ativa. A população jovem (39 %, abaixo dos 15 anos de idade), majoritariamente feminina (taxa de masculinidade de 49 %) é de matriz marcada rural (taxa de urbanização de 7%). A taxa de masculinidade para o distrito de Matutuíne é 92.6 %.

Segundo MAE (2005) o clima o distrito de Matutuíne é subtropical. Ocorrem ao longo do ano, duas principais estações, a chuvosa que vais e Outubro e seca que vai de Maio a Setembro. A precipitação apresenta uma variabilidade espacial significativa quando se caminha da costa para o interior. Ao longo da orla costeira observam-se valores médios de precipitação anual na ordem dos 1000 mm decrescendo à medida que caminha para o interior até aos níveis de 600 mm. Ao longo do ano da fronteira ocidental verifica-se uma ligeira subida dos níveis pluviométricos pelo efeito da altitude. Ainda segundo esta mesma fonte, registram-se temperaturas elevadas, com valor médio anual superior a 24 °C, e oceânico com amplitude térmica anual inferior a 10 °C e com uma média anual de humidade relativa entre 55 % e 75 %. Ocorre no distrito de Matutuíne três áreas hidrogeológicas nomeadamente: áreas pertencente à bacia sedimentar ao sul do Save, com subunidades de cintura de dunas; áreas pertencente ao bacia sedimentar ao sul do Save, com sub - unidade das planícies inundadas ao longo das cordilheiras dos Libombos; e áreas de terrenos vulcânicos. De ponto de vista físico a região é definida pela bacia do Maputo – Tembe. Possui como principais rios nomeadamente o rio Maputo, Tembe, Futi, Nsele e Chilichili e, conta com as seguintes lagoas Phiti, Chunguti, Sotiva, Malongane; Mandlene, Gamane e Mangalipse. Estes por sua vez estão condicionados pelo regime climático prevalecem na zona o que lhes confere um carácter marcadamente sazonal. Uma vez que maior parte destes rios

ocorrentes tem sua origem fora dos limites do território nacional, tal regime hídrico é igualmente condicionado pelos padrões de exploração destes rios ocorrentes nos países que nascem. O fenômeno de intrusão salina é prevaiente nos períodos de estiagem a corresponderem às fases de mares vivas. Sendo uma zona de bacias topográficas e fundamentalmente plana, o lençol freáticos encontra-se próximo da superfície o que determina a ocorrência de formações lacustres ao longo de toda a faixa costeira.

A geomorfologia do distrito de Matutuine é caracterizada pela prevalência das planícies. É ao longo destes sistemas fluviais ocorrem principais depósitos aluvionares o que determinam a conformação de unidades ecológicas específicas na forma de corredores (MAE, 2005). Ainda de acordo com MAE (2005) no interior destaca-se a cadeia dos Libombos que sendo de origem vulcânica de uma configuração geomorfológica da orla fronteiriça, bem diferente do resto do distrito. Os solos do distrito são majoritariamente arenosos que se caracteriza pela fraca capacidade de retenção de água e conseqüentemente uma taxa de infiltração ao longo dos principais vales fluviais onde correm solos aluvionares com elevada concentração de argila, o que determina uma significativa capacidade de retenção de água. Nas porções mais próximas ao sistema oceânico, os índices de intrusão salina são de certo modo consideráveis nestes vales fluviais o que determinam a ocorrência de solos salinizados. Nas regiões correspondentes ao sopé das cordilheiras do grande Libombo, a natureza basáltica do embasamento geológico, determina a formação dos solos basálticos e argilosos. Estes tipos de solos são geralmente muito férteis e com significativa capacidade de retenção de água. A região de Mudada contém importante reserva de calcários que são explorados para abastecer a produção de cimento na cidade de Matola. Segundo (MAE (2005), a vegetação do distrito está localizada no Mosaico Regional Tongoland-Pondoland, que tem a característica única, representando um encontro das floras Zambesiaca e da África temperada (tipo sul-africano) e, por isso, designada por região Maputoland-Pondoland. Esta região estende-se ao longo do Oceano Índico, desde a foz do rio Limpopo a norte do Great River na África do Sul. Este centro foi proposto no âmbito da convecção de Ramsar, como uma das 84 áreas de conservação ao nível do continente africano. Ainda segundo MAE, de forma geral, a vegetação do distrito de Matutuine tem um padrão que varia com o tipo de solo. A presença de cursos de água e de lagoas constituinte, também, fatores de variação da vegetação, que apresenta os seguintes tipos: floresta densa e brenha; floresta aberta e savanas arbóreas e gramíneas.

3.1. Descrição e localização da Reserva Especial de Maputo

Segundo Langa (2000), Soto (2004), MITUR (2011), a “Reserva de Elefantes de Maputo”, oficialmente “Reserva Especial de Maputo”, é uma unidade de conservação localizada no distrito de Matutuíne, província de Maputo parte sul de Moçambique (Figura 12).

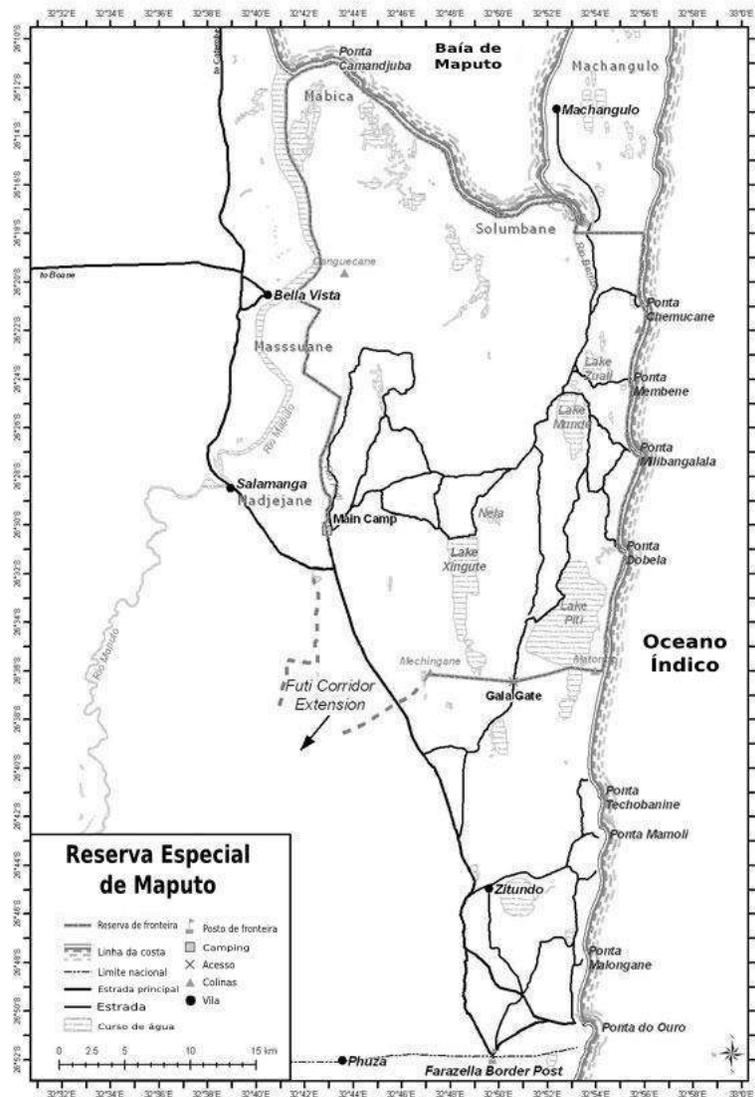


Figura 12. Mapa da Reserva Especial de Maputo
Fonte: MITUR (2004)

Situa-se entre as coordenadas 26°30' longitude Sul e 33°00' latitude Este. De acordo com Langa (2000) os atuais limites foram estabelecidos em 1969, por Diploma Lei nº 22314 de 9 de Agosto. O limite a Sul foi alterado para mais a Sul com perspectiva de incluir o Lago Xinguti, foi

excluída parte da área adjacentes à estrada que liga Zitundo-Salamanga que atualmente é parte da área de plantações florestais exóticas e incluída a porção das terras na parte oeste do Rio Futi. Segundo Langa (2000); MITUR (2004); Soto (2004) a Reserva Especial de Maputo ocupa uma área de 80 mil hectares e tem os seguintes limites:

- ❖ Norte: parte norte da costa, desde o estuário do Rio Maputo, até ao braço da costa que forma a Península de Machangulo e depois do paralelo que atravessa o extremo Sul do referido braço da costa para Este.
- ❖ Este: parte da costa oriental, partindo do ponto anteriormente definido (paralelo 26°18') até ao marco Matonde.
- ❖ Sul: atual barreira de caça que parte próximo do marco anteriormente mencionado, estendendo para Oeste, atravessado a parte sul do lago Piti, a sul do lago Chingute, e marco Mechigane, depois segue para o Noroeste e segue a estrada de Salamanga-Ponta de Ouro, a uma distância de 2 km, e depois segue perpendicularmente a estrada mencionada e ao longo destas até ao Rio Futi.
- ❖ Oeste: margem esquerda do Rio Futi, numa distância que varia entre 50 a 10 metros a partir da atual linha de vedação, segue para Noroeste, desde o posto de fiscalização, até ao marco Viana; deste ponto da vedação segue em direção a sul – norte, numa extensão de cerca de 8 km, finalmente segue para Noroeste até junto da margem direita do Rio Maputo, depois do curro de água até a foz do Rio.

3.2. Motivação e etapas da criação e desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo

Segundo Beúla (2010) no longínquo ano de 1932, uma população de elefantes concentrados em Matutuine pressionou o governo colonial português a delimitar cerca de 700 km² do distrito como área de conservação. Passados 78 anos, a área passou de Reserva de Elefantes para Reserva Especial de Maputo, pois os paquidermes perderam a hegemonia com a descoberta de uma rica biodiversidade. Segundo Langa (2000), a Reserva Especial de Maputo para proteção dos Elefantes foi inicialmente criada pelo diploma legislativo nº 343 em 23 de abril de 1932, abrangido toda a área Este do Rio Maputo e parte norte da fronteira com a África de Sul. O principal objetivo da criação era de proteger a população de elefantes existente na área.

Do outro lado do rio Maputo os limites da Coutada, que forma fixados em 1932, abrangida área entre o rio Maputo e a fronteira com a África de Sul e parte norte da Suazilândia até Estatuane; desde ponto linearmente até ao porto Henrique e deste ponto até a Bela Vista. Nos finais do ano de 1932, estas Coutada foi proclamada uma Reserva, dando toda parte sul de Moçambique o *status* de Reserva, mas, em 1940, a parte Oeste foi retirada dos limites pré-existente. Em 1954, foi estabelecida a Reserva Florestal do Futi (área de proteção), coincidentemente com os limites da Reserva dos Elefantes do Maputo.

Segundo MITUR (2010), a Reserva Especial de Maputo criada com o objetivo de proteger a população de elefantes da área em 1932, sofreu algumas alterações de fronteiras ao 23 de Julho de 1960 altura em que foi catalogada pelo Decreto-lei nº 40040, de 20 de Janeiro de 1955. Estes dados são também secundados por Langa (2000), que, em 1960, através do diploma legislativo nº 1994 de 23 de Junho de 1960⁵ foram alterados os limites da Reserva dos Elefantes do Maputo, reduzindo drasticamente a áreas protegidas. Depois, os limites foram estendidos desde a linha da costa de 26° 33'S até a estrada que liga Zitundo a Salamanga, atravessando as lagoas Piti e Xingute na parte norte do atual limite. A partir deste ponto, o limites se prolonga pela estrada até a ponte sobre o Rio Futi e ao longo do Rio Futi até Canguecane e, deste até ao rio Maputo. Em seguida, ao longo do rio e da linha da costa ate ao ponto 32°53'E, 26° 18' no limite do Santuário à Sudoeste na Península de Machangulo; Deste ponto atravessa a península na direção Sudoeste até Tane na Costa. Finalmente ao longo da costa no sul até ao ponto inicial.

Segundo Langa (2000), em 1964 foi nomeada uma comissão para revisão e estudos dos limites da Reserva, tendo sido verificado que estes limites não coincidem com os limites existentes, em seguida foram propostas alterações para deixar de parte a costa da reserva. Em 1969 o nome da Reserva foi alterado passando a ser designado por Reserva especial de Maputo (Diploma legislativo nº 2903 de 9 de Agosto de 1969). O termo Elefante é retirado na perspectivas de introdução de outras espécies e os objetivos também são alterados. Reservas Especiais são áreas designadas para proteger mais de uma espécies de animais ou plantas endêmicas ou em vias de extinção e ou não permitida a sua exploração ou caça (Diploma Legislativo nº 2496 de 1964). Os objetivos da Reserva foram largamente ampliados desde a década de 1990, como reconhecimento da elevada importância da biodiversidade e atualmente

⁵ Segundo MITUR (2011), o governo de Moçambique altera os limites da Reserva Especial de Maputo pelo Decreto número 40/2011 de 2 setembros de 2011 e revoga o diploma Legislativo nº 2903 de 9 de Agosto de 1969.

definida para contribuir as áreas protegidas em Moçambique mantendo a biodiversidade excepcional da área costeira que é parte da região centro endêmica Tongoland-Pondolândia e combina a componente do litoral ou costa e o interior. Segundo Moçambique (2011a) a Reserva Especial de Maputo é uma área de proteção de recursos florestais e faunísticos e preservação dos ecossistemas. Impõe-se que a gestão de uma reserva nacional seja de acordo com um plano de manejo cuja elaboração é feita com a participação das comunidades locais, com garante de um modelo de gestão participativa nestas zonas de proteção. Em 2011, assim, havendo a necessidade de se estabelecer os mecanismos de gestão e manejo de recursos naturais na Reserva Especial de Maputo, ao abrigo do nº 5 do artigo 10 da Lei nº 10/99 de Julho, conjugado com o nº 2 do artigo 87 do Decreto nº 12/2002 de 6 de Julho é aprovado o plano de manejo para o período de 2011 a 2016. Segundo Moçambique (2009a) Em 1999, ao abrigo do Decreto 42/2009 de 21 de agosto, o Conselho de Ministros criou a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro que destina a preservação e proteção das espécies marinhas, costeiras e seus *habitats*, incluindo dunas primárias com uma extensão de 640 km² (Anexo 14). Em 2011 havendo a necessidade de se estabelecer os mecanismos de gestão e manejo de recursos naturais da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro é aprovado o plano de manejo para o período de 2011-2016.



Figura 13. Vista parcial da zona costeira da RMPPO
Fonte: MITUR (2006).

Segundo MITUR (2010), A inclusão do Corredor de Futi (240 km²) e da Zona Marinha Protegida (700 km²) como áreas protegidas em Matutuíne estende-se os limites da unidade de conservação até à fronteira com a província sul-africana de KwaZulu-Natal, para proteger a população de Elefantes ali existente. A inclusão das duas áreas não só vai aumentar as dimensões da Reserva Especial de Maputo, como também a torna a área protegida mais abrangente em termos de ecossistemas, habitats e diversidade de espécies no país e amplia os objetivos e desafio de conservação, protegendo um dos maiores habitats da África Austral conhecido por centro de endemismo Maputoland. Segundo MITUR (2011) em 14 de junho de 2011, o governo de Moçambique declarou o corredor de Futi como área protegida, uma vez que passou a ser integrada na Reserva Especial de Maputo, com o objetivo focada para proteção da biodiversidade e reduzir o conflito homem e animais selvagens. O Corredor Futi é uma região localizada entre a Reserva dos Elefantes, em Moçambique, atualmente a Reserva Especial de Maputo e o Parque do Tembe, na Província de Kwazulu Natal (República da África do Sul). O corredor do Rio Futi, com uma área de 24 mil hectares, para além, de ter sido integrado na Reserva Especial de Maputo, além do que as florestas da região, consideradas dentro e parte do complexo da diversidade biológica de Maputoland são devastada pela prática da agricultura e para produção de combustíveis lenhosos (lenha e carvão). No mesmo quadro foi criada uma zona tampão em toda região norte da Reserva Especial de Maputo numa largura de 6 mil Km² área destina para estabelecimento de Santuário de fauna com vista a promover o ecoturismo como uma atividade econômica que vai beneficiar as comunidades locais. Por outro lado, o santuário vai garantir a repovoamento de espécie selvagem dentro do contexto das áreas de conservação transfronteiriça e desenvolvimento do turismo entre o Parque do Tembe na África de Sul e Reserva Especial de Maputo em Moçambique. Isto é, será também um ponto de atrações turísticas turistas e bom ponto de partida para a reconstrução em população de fauna.

3.3. Importância da Reserva Especial de Maputo

3.3.1. Diversidade biológica

Segundo Hulton (1995) Olglethorpe et al., (1997) apud Soto (2004), a reserva é caracterizado por apresentar alta diversidade de espécies endêmicas de flora, constitui a parte

central de alta diversidade de plantas da região Maputaland. Além disso, a área possui inúmeros sensíveis ecossistemas, como a floresta costeira, o vale de Futi e vegetação de mangal. Sobre tudo a reserva está localizada numa das áreas principais em Moçambique para o desenvolvimento do ecoturismo com recursos naturais que combinam combinação de ecossistemas terrestres, marinho e lacustres. O sistema complexo da biodiversidade se estende em direção sul na África Sul onde uma extensa área foi incorporada ao “*Greater St. Lucia Wetland Park*”. Segundo Tello (1973) apud Langa (2000) muito recentemente nos 70, considerou a reserva como de vital importância para santuário de conservação de fauna selvagem, não somente para a proteção natural em geral, mas especialmente para conservação do sistema natural da região de Maputo. Reconheceu também, o potencial para turismo. A reserva forma uma planície da região costeira na parte sul de Moçambique. Os solos são principalmente arenosos e argilosos que suportam diferentes tipos de vegetação. Cerca de 450 plantas foram identificadas e provavelmente muitas outras ainda têm de ser ainda identificadas e estudadas. Trinta (30) espécies de anfíbios e mais de quarenta (40) espécies de répteis, incluindo duas espécies de tartarugas marinhas foram listadas. A reserva também comporta cerca de 340 espécies de mamíferos, incluindo Hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), Elefantes (*Loxodonta africana*), e Rinocerontes Brancos (*Ceratotherium simum*), já extintos. Acreditar-se que Chita (*Aciononyx jubatus*) desapareceu nos anos 70 .



Figura 14. População de Elefantes (*Loxodonta africana*) na REM
Fonte: MITUR (2006).



Figura 15. Rinocerontes Brancos (*Ceratotherium simum*), extinta na REM
Fonte: Langa (2000).



Figura 16. População de Hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*) na REM
Fonte: MITUR (2006).

Langa (2000), topograficamente a região é ondulada variando desde o nível médio das águas de mar até 104 metros, o ponto mais alto da reserva.



Figura 17. Vista parcial da topografia e cobertal vegetal da REM
Fonte: MITUR (2011)

Langa (2000), os rios Maputo e Futi bem como os lagos Chingute e Piti são as principais fontes de água para a Reserva.



Figura 18. Vista parcial da Lagoa Chingute e cobertura vegetal em seu torno na REM
Fonte: MITUR (2011).

Segundo Langa (2000) a reserva está localizada dentro do centro do endemismo importante do mundo. A reserva tem uma posição estratégica por estar localizado no extremo sul dos trópicos, onde muitas as espécies estão mais setentrionais distribuídas e também contém muitas espécies com características de clima temperado sul. Atualmente ainda é desconhecido o número da população de plantas endêmicas na reserva, mas acredita-se que seja elevado. Na reserva há diferentes tipos de habitats, com alto valor de biodiversidade e está ligada ao centro de endemismo de biodiversidade de Maputoland que apresenta alta diversidade de espécies em todas as classes. Possui uma diversidade impressionante e combinação de plantas terrestres e os ecossistemas, alguns não protegidos em qualquer parte da região da África Austral, estas incluem as várzeas, mangues, florestas de inundação (pantanosa), florestas abertas, pastagens arborizadas em solos arenosos, planícies secas e hidrófilas (salgada e água sem sal). É possível que, associadas a esta elevada variedade, a riqueza das espécies ainda não tenham sido plenamente identificadas e inventariadas.



Figura 19. Vegetação arbórea misturada gramínea e savana aberta na REM.
Fonte: MITUR (2010).

Segundo Langa (2000) ocorre na área uma extensão dos sistemas das zonas húmidas, incluindo a vegetação ribeirinha e de estuários e entre outros. A Reserva é qualificada no âmbito da convenção RAMSAR como zona húmidas de relevância mundial divinamente identificada e coutada dentro da convenção aderido pelo país. Ocorre na reserva recursos pesqueiros de três

espécies endêmicas reconhecidas da região centro de Maputoland. A costa marítima é um local importante de nidificação para duas espécies de tartarugas. A tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*) e de couro (*Dermochelys coriácea*), que facilmente é protegida na Reserva Especial de Maputo do que em qualquer parte da costa de Moçambique. Também contém uma grande população de crocodilos. Estas espécies são parte da do apêndice I da CITES. Em termos de aves, a reserva possui uma ampla variedade de aves, associadas a sua variedade de habitats, incluindo muitas espécies mencionadas na lista da CITES.

3.3.2. Potencial Turístico da Reserva Especial de Maputo

Segundo Langa (2000) apesar de ter um potencial alto para turismo, a Reserva Especial de Maputo ainda não foi desenvolvida, ou seja, ainda não há ações visíveis que conduzem para turismo. Segundo DPPF (2008) embora atualmente pouco desenvolvida do ponto de vista turístico, esta zona é considerado o coração do turismo do distrito de Matutuíne. A reserva está confinada dentro da área de conservação transfronteiriça do Libombos do lado moçambicano, e beneficiou recentemente de um plano de desenvolvimento do turismo. Os maiores atrativos são fauna selvagem em que se destacam a população dos Elefantes, para além de outra fauna existente na área. Esta zona possui a particularidade de pode associar diferentes atividades turísticas pelo fato de exibir diversos atrativos tais como a vegetação exuberante, lagoas, praias e própria fauna integrado a único ecossistema.

Os Rios Maputo e Futi, e a baía de Maputo com condições para navegação, esportes aquático e observação da vida selvagem; Atrações culturais, incluindo sítios arqueológicos e de tradição da comunidade local. A localização da Reservas especial de Maputo perto da cidade Maputo capital de Moçambique e das fronteiras da África de Sul e fronteira da Suazilândia torna a reserva acessível para grandes mercados nacional e regional, com possibilidade de influenciar de circuitos turísticos. Os mercados identificados incluem Moçambique com renda média e alta, particularmente e Maputo, os estrangeiros residentes em Maputo e seus familiares ou amigos que visitam, outro turistas no país (por exemplo turistas de negócios para uma pausa); África de Sul e Suazilândia: baixo, médio e alto rendimento; e internacional: renda medida e alta. O acesso é feito principalmente por terra, podendo receber turistas vindo de Machangulo, da parte sul e os que usam o percurso Bela-Vista passando por Salamanga.

O plano de desenvolvimento do turismo para esta região prevê estudos de viabilidade com vista a possibilitar o acesso por mar. Atualmente visitam estas zonas turísticas regionais em menor número internacionais e nacionais. A Política Nacional de Turismo classifica a Reserva Especial de Maputo como uma área destinada para mercados de médios altos mercados. Ainda de acordo com Langa (2000) a localização da Reserva Especial de Maputo representa uma oportunidade para a prática de turismo científico e para fins de educação que pode envolver instituições de ensino, universidades e outros pesquisadores interessados para conduzir pesquisas dentro da reserva.

Segundo DPPF (2008) o turismo no distrito de Matutuíne deve assumir um papel preponderante e catalisador do desenvolvimento econômico e social. O setor do turismo deverá ser analisado tendo sempre em conta as suas ligações com outros setores, o papel que desempenha na integração espacial e regional e na conservação do ambiente. Segundo esta mesma fonte, o projeto das Áreas de Conservação Transfronteiriça estabelece o quadro de desenvolvimento do turismo no distrito de Matutuíne onde a planificação e o desenvolvimento integrado merece especial atenção. Neste âmbito, as zonas turísticas foram definidas com base em estudos e levantamento efetuados que incluem o Plano de Uso de Terra do distrito de Matutuíne, Plano de Manejo da Reserva Especial de Maputo, Plano de Desenvolvimento Turístico da Reserva Especial de Maputo e Corredor do Futi e o recentemente Plano de Ordenamento Territorial para os postos administrativos de Zitundo e Machangulo. Sem obedecer a critérios científico rigorosos, a apresentação desta zonas visa amostrar suas características específicas em termos de localização, ambiente natural envolvente, os principais atrativos e atividades turísticas desenvolvidas, bem como os mercados que elas servem.

Segundo MITUR (2010b) baseado nos indicadores de desempenho do relatório anual das áreas de conservação transfronteiriça segue uma breve descrição do impacto do turismo como atividade econômica na Reserva Espécies de Maputo. Segundo esta mesma fonte, em 2006, o total de número de emprego direto no turismo e nas atividades de conservação em todas ACTF foi de 640 empregos. Até dezembro de 2010, de um total de 1.400 postos de emprego diretos de residentes locais planificados, as ACTFs de Libombos, Limpopo e Chimanimane empregaram 1.155 no turismo e em atividade de conservação a tempo inteiro. A ACTF de Libombo, na Reserva Especial de Maputo é áreas com maior número de emprego direto registrado (67,1 %), seguido de Limpopo (25,3 %) e Chimanimane (7,6 %). O gráfico abaixo ilustra o número de

residentes locais empregues em 2010 por ACTF. O maior número de emprego no sector do turismo nos Libombos faz com que este setor gera mais emprego nas áreas de conservação transfronteiriça. No entanto, este cenário não é uniforme, e para a ACTF de Limpopo e de Chimanimani, a conservação (ou seja, emprego em parques e reservas) constitui o sector que fornece a maior parte do emprego (Figura 19).

Ainda de acordo com MITUR (2010b), Esta é uma clara evidência da atual fraqueza no desenvolvimento do turismo nestas duas ACTFs. Segundo MITUR (2010), a grande maioria dos residentes locais (87,83%), empregues nas três ACTFs trabalham em regime de tempo inteiro. Em comparação com os anos anteriores (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010), o emprego a tempo inteiro em atividades de turismo e conservação é menor na ACTF de Chimanimani, enquanto em Limpopo e Libombo houve uma ligeira descida (Figura 20).

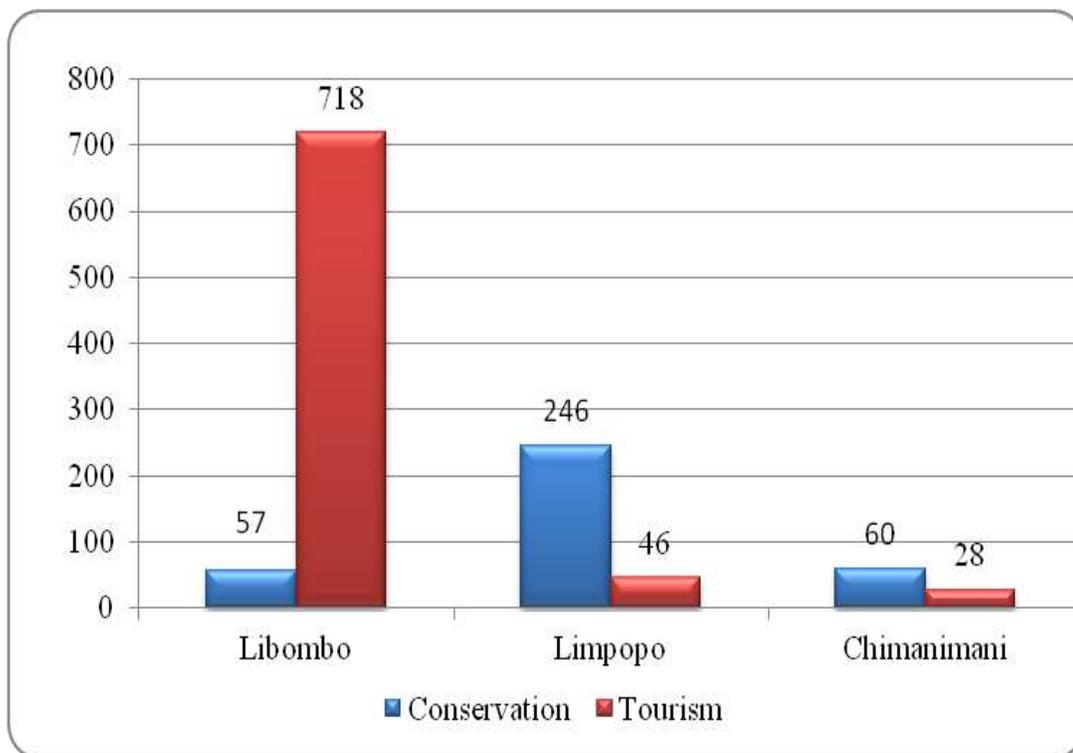


Figura 20. Nº de residentes locais empregue em atividades de turismo e conservação na REM.
Fonte: MITUR (2010b)

Segundo MITUR (2010b) na área de conservação transfronteiriça do Libombo, onde se encontra a REM, o turismo é o principal provedor de emprego, enquanto nas outras, a conservação é o principal catalisador do emprego (Figura 21).

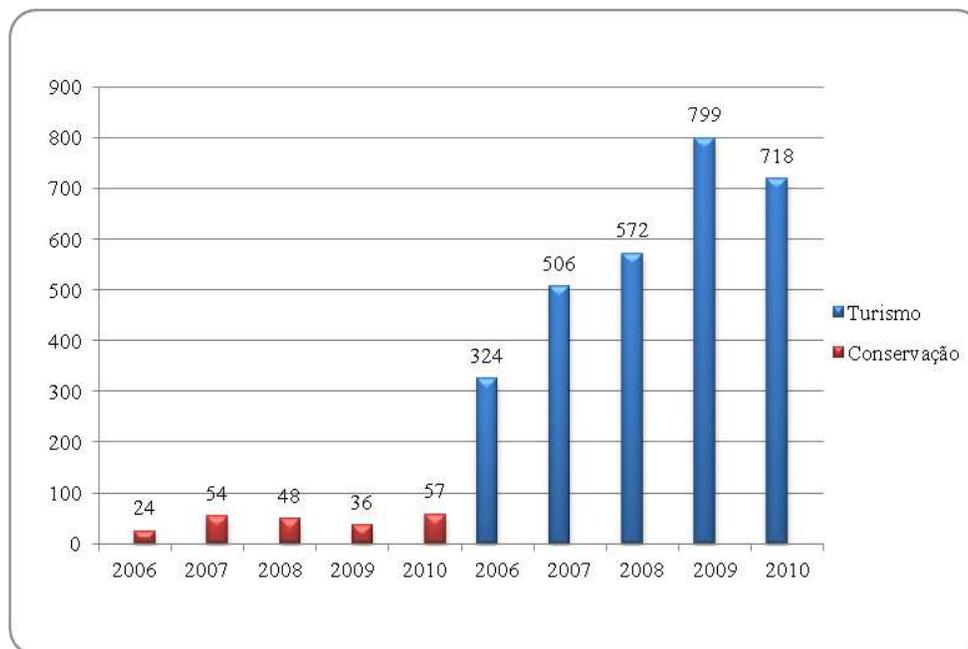


Figura 21. Nº de residentes locais empregue a tempo inteiro na REM (2006 a 2010)
Fonte: MITUR (2010b)

Segundo MITUR (2010b), em 2006, um total de 66.182 turistas visitaram as áreas protegidas em todas ACTFs contra 29.867 em 2009 e 29.621 em 2010. Geram em termos de receitas US\$ 302,000.00 e US\$ 325,559.00 em 2009 e 2010. A comparação mostra uma diminuição em número de visitantes em cerca de 0,8% entre 2009 e 2010, mas, há um aumento 7,8% na receita total. Portanto, a Reserva Especial de Maputo em termo de visitas turistas está na faixa de 10%, mas com menor volume de arrecadação de receitas quando comparado com os outros Parque Nacional do Limpopo e Chimanimane.

Segundo MITUR (2010b), novas iniciativas de investimentos turísticos na ACFT dos Libombo é sustentada no plano de desenvolvimento do turismo. O Plano de Turismo para a Reserva Especial de Maputo e o Corredor Futi, aprovado em 2006, serviu de base para atribuir concessões de turismo dentro da Reserva. Neste contexto o Conselho de Ministros aprovou a concessão de Ponta Chemucane à Associação Comunitária de Chemucane e Ponta Milibangalala

e Ponta Dobela para Mozaico do Índigo. No âmbito de novos investimentos de turismo ou conservação resultantes das parcerias entre as comunidades e o setor privado na Reserva Especial de Maputo restará no investimento total de US\$ 20 milhões nos próximos 50 anos e mais de US\$ 3 milhões só em projetos de desenvolvimento comunitário.

3.3.3. Reserva Especial de Maputo e prioridades para conservação

Segundo Langa (2000), a ocorrência de espécies ameaçadas na Reserva Espécies de Maputo foram listadas e razoamento investigadas. É certo que existem muitas mais espécies de plantas do que as estudada e investigadas, e também é provável que haja mais animais, especialmente, invertebrados que até agora não tenha sido completamente investigados.

Segundo Hatton (1995) apud Langa (2000), a revisão da área de conservação transfronteiriça (que compões as reserva e o corredor de Futi) dá uma indicação da diversidade de espécies muito elevada e ocorrência de espécies endêmicas na área, o qual faz parte do centro de Maputoland para diversidade vegetal. Se a reserva é estendida para incluir parte do oceano indico, é provável que mais peixes e espécie de coral seja adicionado a lista das espécies protegidas A Reserva Especial de Maputo tem muitos solos frágeis, que são mito propensos à erosão, se a vegetação protetora seja danificada. Áreas particularmente vulneráveis são: (i) as encostas com dunas costeiras e vegetação de savana, areia granulada solto de tamanho moderado simples, e uma cobertura basal de vegetação baixa; (ii) vegetação seca em áreas com área branca e intercalado com vegetação sazonalmente húmidas; e (iii) duna costeira primária com vegetação e floresta costeira.

De acordo com Langa (2000) o canal de Futi é um recurso importante, tanto para a vida selvagem e para a população local. O seu valor reside principalmente no fato de que se mantém permanentemente húmidas, proporcionando água para animais com bebedor e foragem verde bem na estação seca. A ameaça que aqui reside está associada extensa densa vegetação da *Phragmites e Cyperus* cuja sura remoção pode causar e induzir a secagem e retenção das águas. Além disso, o cultivo das margens do vale irá induzir os transportes dos sedimentos para o interior do vale afetando drasticamente a biodiversidade do rio. Sobre de queimadas descontroladas e expansão do cultivo agrícola ao longo do canal e suas margens, prevê-se que a disponibilidade da humidade da superfície vai diminuir e a sua utilidade tanto para o homem e

anemias selvagens conseqüentemente vais diminuir. Por outro lado, a plantação do *Eucalyptus sp* também pode ter tido um impacto sobre o Futi dentro da Reserva, desde que foi plantada muito perto do rio.

Com ações de reflorestamento junto à bacia do canal do Futi perto da linha de drenagem (área com lençol freático alto), também reduziu o escoamento das águas e fluxo no Futi. A floresta costeira é muito suscetível de ser danificadas até mesmo em áreas pequenas. É muito estreita, e em lugar com faixa muito densa pode ter implicações de livre circulação de material genético de espécies que menos se móvel tanto por dispersão por animais que podem atravessar áreas abertas e intercaladas na floresta. Portanto, é muito importante que a floresta do litoral seja mantida intacta e que nenhum abate ocorra e destrói a cobertura vegetal.

A vegetação de manguezais tem um papel extremamente importante nos processos geomorfológicos na região costeira principalmente na estabilização dos sedimentos, claro que corte de mangues pode ter efeitos graves sobre geomorfologia costeira. Os manguezais também são muito importantes para cultura de camarão e piscicultura como viveiros de reprodução e fonte de alimentação. Há pouca informação sobre o estado atual de manguezais da Reserva especial de Maputo. Em algumas áreas desapareceram, aparentemente, naturalmente, provavelmente por motivos de seca que afetou o país nos últimos anos. Isto particularmente é visível no extremo sul do rio Bembe, onde os manguezais no continente apresentam alto índice de mortalidade. Por outro lado, há sinais da idade dos manguezais, e claro de abate ao longo da margem leste do Rio Maputo, aparentemente para abastecer a cidade de Maputo.

É sabido também que os manguezais da baía de Maputo estão sendo extraídos para produção de postes e outros materiais, mas os impactos e a sustentabilidade são desconhecidos. Ainda de acordo com esta, as áreas críticas são definidas como áreas cuja conservação merece atenção especial porque estão sob ameaça permanente, ou vulnerável, ou ter um valor de raridade particular. Estas podem ser classificadas como críticas devidas a: (i) função ecológica que desempenham; (ii) espécies ameaçadas que abrigam; (iii) o seu valor cultural ou histórica (iv) pressão que pode resultar da atividade do turismo na área. Na Reserva Especial de Maputo as áreas seguintes foram identificadas como críticas: florestas de dunas costeiras (proteção de solo e de) plantas de alta diversidade de espécies de flora e ou espécies endêmica; dunas primárias e marcos de maré alta (áreas de nidificação das tartarugas e ou floresta costeiras protegidas); vegetação pantanosa e área húmidas (tipos de habitat raros); Vale do Futi (manter a saúde das

várzeas), vegetação de manguezais (viveiro de reprodução do camarão e peixes e estabilização de sedimentos da baía de Maputo), grandes lagos (zonas húmidas importantes, atrações turísticas); sítios arqueológicos (conhecidos como idade do ferro próximo a região de Milibangalala e Dobela); florestas sagradas (muito importante na cultura local), alguns conhecidos para gestão da Reserva especial de Maputo; recifes de corais que se estende até ao limite da Reserva (corais mais ao sul do oceano indicam importantes para as espécies de peixes que, ainda não bem conhecido.)

Segundo Langa (2000) no início dos anos de 1970 a população de fauna foi drasticamente reduzida tanto em número e distribuição como resultado de pressão sobre alguns recursos naturais para subsistências das populações locais residentes. As áreas de circulação dos Elefantes reduzida significativamente. As populações e as áreas habitacionais foram criticamente atacadas pelas populações dos paquidermes. Em finais dos anos de 1970, cerca de 7 % da população dos Elefantes apresentam danos lesões na parte frontal da boca e nas patas devido aos métodos tradicionais de caça e a caça ilegal. Por outro os animais causaram prejuízos para as comunidades locais. Os Elefantes, Hipopótamos e Porco de Mato destruíram as áreas de cultivadas dentro e fora da Reserva. Em 1980 decidiu-se remover a população humana da Reserva e assentar em outras áreas, com intuito de se resolver o conflito entre a população humana e fauna selvagens. Em 1984 a administração local forçou as pessoas para sair da Reserva. Com as cheias que registram em finais da década de 80, resulto em perdas de vidas humanas e bens das populações que estavam assentadas e localizadas junto às margens do rio Maputo. Como resultado, as populações regressar novamente para Reserva que considerava a localização estrategicamente mais segura.

3.3.4. Desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo

Segundo Langa (2000), até 1961 a reserva não tinha pessoal adequado, dependendo de guardas de caça fixados ou com base na cidade da Matola. Desde 1961, os primeiros guardas foram destacados para abertura de estrada e construção da linha de vedação da Reserva. Os limites a Sul e na parte ocidental foram alterados com base nesta vedação. Em 1963 foi construído o acampamento do Futi e 1964 (Portaria nº 17.704. de 18 de Abril) é estabelecida ou fixada pagamento de taxas de entradas. Em 1965, a Reserva Especial de Maputo foi oficialmente

aberta ao público. A Portaria nº 161/71 de 4 de Março de 1971 fixa novas taxas de pagamento de entrada e passagem de uma noite na Reserva. Estes preços foram atualizados consecutivamente em diversas ocasiões. O número de visitantes a reserva diminuiu após a independência. Em 1980, apenas 14 visitantes passou a noite na Reserva. Em 1967, foram reintroduzidos os primeiros rinocerontes brancos e outros animais em anos subsequentes. Um sistema de posto de guardas foi criado para patrulhamento e controle de animais problemáticos. Segundo Matias & Carter (1980) apud Langa (2000), em 1990, a Reserva tinha 29 guardas permanentes, um administrador e 12 trabalhadores sazonais ou seja não permanentes. O primeiro plano de gestão (plano de manejo) foi elaborado em 1980, e incidia fundamentalmente nos aspectos de conservação, educação e desenvolvimento do turismo. A grande questão na altura era relacionada com o impacto da presença humana e do gado bovino dentro da Reserva. Em 1987, o administrador abandonou ou deixou a Reserva como resultados e por razões de insegurança da guerra. Após o período da guerra (provavelmente em finais da década de 90), a Direção Nacional de Florestas e Fauna selvagem (DNFFB) reocuparam a Reserva Especial de Maputo com a ajuda da FNP.

Ainda de acordo Segundo Langa (2000), os gestores principalmente tentaram abrir as vias de acesso, reconstruir as infraestruturas e patrulhamento da área. Mai pessoas foram admitidos e utilizados fundos do FNP para pagamento de salários. As atividades de caças diminuíram, assim como também as relações com as comunidades locais, como os guardas não tiveram em consideração a caça de subsistência. A mudança do administrador, falta de fundos, a falta de uma linha de gestão clara, bem como a inexistência de um plano de manejo foi responsável pelo insucesso da reabilitação da Reserva especial de Maputo. Em 1995, foi elaborado um plano de emergência como parte da preparação do projeto da área de conservação transfronteiriça. Em 1996, foi elaborado o plano de manejo da Reserva Especial de Maputo, mas não foi aprovado pelo governo, como o governo em 1997 aprovou um projeto para área. Segundo Langa (2000) e Brouwer (1998) em 1997, para o uso turístico, o governo concessionou uma grande área, incluindo a Reserva Especial de Maputo a favor da empresa Blanchard para Moçambique com foco para desenvolvimento de infraestruturas turísticas e uma Reserva para fins de ecoturismo na região de Machangulo. O projeto teve sérios problemas financeiros, o que determinou o governo de Moçambique a cancelar a concessão em 1999. Segundo Brouwer (1998) citando Republica de Moçambique (1996) para além da empresa concessionada,

participavam do investimento o Estado Moçambicano (9,66 %), a comunidade local (4,83 %) e próprio investidor Blanchard (70 %) e outros investidores nacionais moçambicanos (15,51 %). Segundo Langa (2000) com o cancelamento da concessão, as áreas de conservação na componente transfronteiriça Maputoland perde um investimento de cerca de US\$ 800 milhões. Derivado destes fatos e entre outros, ainda atualmente a Reserva Especial de Maputo tem problemas financeiros para conservação e desenvolvendo da Reserva. Atualmente, o governo procedeu à atualização e aprovou o plano de manejo com vista sua implementação e desenvolvimento da reserva. Atualmente, as atividades da administração da Reserva Especial de Maputo estão diretamente relacionadas com fiscalização ou patrulha, monitoramento da gestão e de recursos em geral, incluindo o monitoramento de nidificação de tartarugas ao longo da costa entre Dabela e Chemucane.

3.4. Estrutura tradicional e aspectos socioculturais

3.4.1. História e aspectos sócio-culturais

Segundo MAE (2005) a faixa de terra compreendida entre a margem leste do rio Maputo e Cabo de Santa Maria, e a fronteira com o Kwazulo a Sul, era habitada na primeira metade do século XVII pelos Machavane. Segundo Menezes (1996) apud MAE (2005), no século XVIII, Maputsu, filho do Hossi Nwangove Tembe que residia entre os rios Umbeluzi e Maputo, conquistou as terras dos Machavane para seu pai. Por meados do século XVIII, altura em que Nwangone Tembe faleceu, o território foi devolvido pelos seus três filhos, ficando Nkupo com a região Norte (hoje posto Administrativo da sede) e Maputsu com as terras que tinha conquistado (hoje a faixa costeira de Machangulo até Zitundo).

No final do século XVIII, Mpanyeia perdeu o seu domínio a favor de um dos seus irmão, passando até meados do século XIX a haver somente duas chefaturas, Tembe e Maputsu, nessa altura, ambas forma conquistadas pelos Nguni passando a pagar tributos ao Shaka Zulu. Segundo Matos (2011), desde 1836 a 1889 os Nguni, que pertenciam ao império de Gaza ocupavam e controlavam todas as terras desde a baía de Maputo (antiga Delagoa Bay) até ao Zambeze. Só no final do século XIX, depois da conferência de Berlim, é que os portugueses tomaram a administração política do atual distrito de Matutuíne.

Segundo MITUR (2011) demograficamente, a Província de Maputo é composta, na sua maioria, pelo grupo étnico Tsonga. Este grupo compreende Changanas, Bitongas, Chopes, Mátsuas e Rongas, sendo os últimos nativos da parte meridional da Província. O grupo linguístico Ronga está predominantemente distribuído pelos Distritos de Manhiça, Marracuene e Matutuine. Segundo MAE (2005) a população de Matutuine pertence majoritariamente à etnia Ronga, componente do grande grupo populacional Tsonga. Segundo Junod (s/d) apud MAE (2005) os verdadeiros Rongas a Sul da baía do Maputo são os dos Clãs Tembe e dos subclãs que se tornaram independentes: Matutuine e Maputo. Todavia, para além do Rongas, encontramos ainda outras etnias, nomeadamente Nguni (ligado à família Zulo da região do Natal, quer a família Suazi), Tsuas de Inhambane (localmente chamados de “Vatsua”) e os Changanas de Gaza e norte de Maputo. Desta forma, os contatos com os países vizinhos (África do Sul e Suazilândia) são muito mais frequentes, realizando-se casamentos entre famílias de ambos os lados das fronteiras. A falta de oportunidade de emprego no mercado local entusiasma o trabalho migratório (principalmente para África de Sul) que se torna uma fonte importante de rendimento (MAE, 2005; BROUWER, 1998). Segundo MAE (2005), os nativos desta região prestam cultos aos seus antepassados em locais sagrados, que são pequenas matas onde jazem os restos mortais dos antigos Régulos tradicionais, Ndunas (chefes de terras) e outros “Madodas” (Conselheiros) da família real do regulado. Estes locais estão representados em pequenos cemitérios e em vegetação arbórea de espécies diversas de diferentes estratos a destacar o Canhoeiro (*Sclerocarya birrea*), o Embondeiro (*Adansonia digitata*) e outras espécies nativas. A mata de Capezulo, onde jazem os restos mortais do Nwangove e outros como Maputsu, seu filho, é o principal local sagrado do distrito. A prática de mitos religiosos africanos “Zione” é crescente, existindo mais de 20 sinagogas de propaganda religiosa distintas. A diversidade religiosa é completada com as mais antigas confissões religiosas nomeadamente a católica, presbiteriana e welyciana.

3.4.2. Políticas de terra colonial

Segundo MAE (2005) para Antônio Enes a relação legal entre as famílias rurais e a terra não era clara, uma vez que elas eram usurpadas, arrendarias ou rendeiras, mas somente utilizadores não reconhecidas pelo Estado Português com proprietárias. Assim sendo o Estado

deveria atribuir áreas para os “nativos” cujo usufruto deveria ser pago em dinheiro e em trabalho. Segundo Austral (1996) apud Manjate (1999) os portugueses governaram Moçambique através do sistema de governação indireta. A nível local, o poder era exercido pelos “chefes tradicionais” ou régulos. Estes líderes locais eram supremos e que foram aceites pela soberania Portuguesa. Estes tinham a jurisdição em menores assuntos, tais como a disputa de terra e roubos. Segundo Negrão (1995) apud MAE (2005) a garantia de acesso seria assegurada através da emissão de títulos de uso de terra. A legislação de 1891 (Portaria Provincial, de 2 de Maio de 1891; Decreto, 25 de Maio de 1891) estipulava ainda que as famílias rurais que vivessem dentro das terras dos colonos teriam direito a um (1) hectare por palhota.

Segundo MAE (2005) dez anos mais tarde, em 1901, (carta de Lei 9 de Maio de 1901). (Decreto, 2 de setembro 1901) foi estabelecida a diferença entre terras já concedidas à jurisdição do Estado. Nas primeiras era reconhecido o direito de obtenção de título sob as parcelas que estavam a ser trabalhadas pelos indígenas. Nas terras não concedidas os indígenas eram autorizados a comprar, arrendar ou ceder temporariamente às terras que ocupavam. Em 1909 a lei que vigorava mais vez foi alterada. O direito a obtenção de um título foi retirado e foi criado uma nova categoria de terras para as famílias rurais – as reservas indígenas (Decreto, 9 de Setembro de 1909). Nas reservas indígenas poderiam ocupar qualquer parcela, seguindo as normas e direitos consuetudinários, mas tal ocupação nunca daria direito à obtenção de um título ou qualquer forma de propriedade plena da terra.

Segundo MAE (2005) no distrito de Matutuine foram reservadas para os indígenas, até aos anos de 1940-1950, toda faixa costeira de Machangulo até Zitundo por limites uma linha que passava de 2,5 km da margem do rio Maputo, excluindo a Reserva Especial de Maputo, a zona de Catuane compreendida entre a estrada, o rio Maputo e rio Coane, uma mancha a Sul da floresta do Licuáti e 1 km da margem Oeste do rio Maputo; e uma mancha a Norte do distrito compreendida entre o rio Tembe, o rio Maputo, a estrada e 5 km para interior da vila da Catembe. As restantes terras, aquelas que tinha maior potencial agropecuário (as margem do rio Maputo e as terras altas ao longo da fronteiras com a Suazilândia), foram reservadas para a colonização europeia. Pouco a pouco as áreas reservadas para os indígenas foram diminuindo, quer pela expansão das Reserva de Elefante (atual Reserva Especial de Maputo) e reserva florestal, quer pelo desenvolvimento do turismo e da agricultura empresarial em Zitundo e em Catuane. As terras sob administração dos régulos, enquanto gestores consuetudinários, eram

somente aquelas que lhe iam sendo definidas pela administração colonial. Segundo Simões (1947) apud MAE (2005) nos anos 1940, o distrito de Matutuine tinha três (3) postos administrativos (Bela-Vista, Catembe e Catuane), onze (11) Régulos e quarenta e nove (49) Ndunas. Nos anos de 1960 os postos administrativos aumentaram para quatro (4), os régulos reconhecidos pelas autoridades coloniais para sete (7) e os ndunas passaram somente a vinte e nove (29). Esta diminuição de números de Régulos e de Ndunas está estava relacionada com a reforma do sistema administrativo introduzido em 1961. Em sua monografia, Manjate (1999), ao citar o documento “Anteprojeto de Revisão da Constituição de Moçambique” de 1998, diz que logo depois da independência nacional, a liderança tribal não foi formalmente reconhecida pelo governo Moçambicano. No entanto a partir do acordo de paz em 1994, e com a introdução do multipartidarismo, está-se na fase de reconhecimento como líderes legítimos em várias as regiões rurais do país. O Anteprojeto de Lei da Constituição da República de Moçambique abriu espaço para a discussão da constitucionalidade deste órgão de poder local em debate público.

Segundo Manjate (1999) a estrutura de poder local na Reserva Especial de Maputo e em áreas adjacentes é representado pelos líderes tradicionais. Em nível das povoações o poder é exercido pelos ndunas, que se subordinam ao régulo da região. Os ndunas são os chefes de terra de cada região. Segundo ACNUR & PNUD (1997) apud Manjate (1999) reportam a existência deste tipo de estrutura de poder local no distrito de Matutuine e particularmente na Reserva Especial de Maputo que não faz parte o sistema oficial de governação. De acordo com Manjate (1999), atualmente a liderança tradicional se apresenta bastante confusa e, em todas a região se faz sentir a presença da dupla administração.

O poder Estatal é representado em Zitundo, Machangulo e Bela-Vista pelos respectivos chefes de Posto Administrativos. Estas estruturas de poder têm pouca influência na vida quotidiana da população local. Os problemas de ordem organizativa dos Postos Administrativos e interferência do poder política na estrutura do poder tradicional local são considerados os principais fatores. De acordo com Soto (2004) a terra proclamada como uma Reserva foi alienada a comunidade Tsonga. Contudo, devido a grande procura de terras para atividade de agriculturas e de subsistências das famílias e os conflitos com as populações locais, a parte leste da Reserva foi desanexada em 1940. Segundo IUCN (1996) apud Soto (2004) subsequentemente a Reserva foi sujeita a numerosas alterações dos seus limites devidos aos conflitos com as comunidades locais e a competitividade sobre usos de recursos. Segundo Olgelthorpe et al.,

(1997) apud Soto (2004), os conflitos entre as comunidades locais e a existência da Reserva sobre as suas terras ancestrais, contínuo mesmo depois da independência alcançada do colonialismo português em 1975.

Isto levou ao governo Moçambicano em 1980 a retirar à força toda a população que habitava na Reserva, e major parte “despejadas” na região de Massoane e na parte oeste do Rio Maputo, onde as cheias causaram vistas mortais da população “despejada” ao longo do rio Maputo. Segundo Soto (2004), chefe Mavukuza, líder das populações “despejada” nunca concordou com a ação do governo e por isso regressaram e reassentaram no interior da Reserva. Quando a guerra entre o governo da FRELIMO e RENAMO afetou a Reserva, ambos as autoridades governamentais da Reserva e a comunidade local a abandonaram o local e se refugiaram na vila e cidades mais próxima. Parte da população fugiu e imigrou para África de Sul. Depois da guerra e a assinatura do acordo geral de paz, as comunidades locais regressaram as suas terras ancestrais e, em alguns casos na Reserva. As populações das comunidades de Gala, Liundi e Mavukuza regressaram para suas terras ancestrais no interior da Reserva.

A presença das comunidades locais na Reserva Especial de Maputo conduziu ou levou a sérios desafios de gestão, por um lado, muito particularmente pela a forte dependências das comunidade locais sobres os recursos naturais existente na reserva e, por outro, ainda não ter sido alcançado uma completa reconciliação com os objetivo de conservação governamentais. A eficácia de vários arranjos para a participação da comunidade local e, de benefícios tangíveis derivados do desenvolvimento do ecoturismo e da gestão da biodiversidade da reserva e das áreas em seu entorno ainda não foram avaliadas. Por outro lado, existem poucos estudos que focam questões sobre a precessão das comunidades locais sobre as prioridades do governo que procura envolvê-las na gestão dos recursos naturais da protegida no contexto da Reserva Especial de Maputo.

3.5. População e atividades econômicas

3.5.1. População

Segundo autoridades da REM, o número estimado de famílias vivendo atualmente no interior da Reserva Especial de Maputo é de cerca de 1000 famílias, comparando com o número

anterior à guerra que era estimado em cerca de 10000 famílias. Mas o número crescente da população que vem regressando para o interior da reserva constitui motivo de preocupação, dado a ausência de uma estratégia clara para lidar com o problema.

Segundo IUCN (1996) apud Soto (2004), até 1990 o total da população estimada residente na Reserva Especial de Maputo era de cerca de 2000 habitantes. Ainda de acordo com a mesma fonte, com a expansão dos limites que passa a incluir o corredor do Futi e com a criação da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro, estima-se que a população afetada é 13 a 15 mil habitantes, ou seja, 2500 a 3000 famílias são diretamente afetadas com a conservação no distrito de Matutuíne, envolvendo 24 comunidades locais.

Segundo MITUR (2010 & 2011) estas comunidades afetadas estão situadas fundamentalmente nas regiões de Machangulo, Zitundo a Madjadjane nos Postos Administrativos de Machangulo, Zitundo e Bela-Vista respectivamente.

Entretanto, de acordo com MITUR (2010) as comunidades Buingane, Lihundo, Tsolombane e Muvukuza são as que são residentes na Reserva Especial de Maputo. As restantes comunidades locais se relacionam com Reserva Especial de Maputo pelo vínculo “tradicional” da dependência e utilização recursos naturais como parte da sua estratégia de subsistências. Portanto, uma gestão efetiva da REM vai impactar diretamente a estas atividades, e conseqüentemente, gerando atributos que levam ou estimulam a migração desta população para interior ou fora da reserva. As comunidades Massuene, Madjadjane, Guengo, e Gala são as que se encontra na área nuclear da REM de alta prioridade para conservação e investimento do ecoturismo. As comunidades de Matchia, Massale, Mussongue, Huco, Gueveza, e Phuza estão localizada e afetadas pelo corredor do Futi incluído na extensão dos limites da Reserva Especial de Maputo que também é considerada uma áreas estratégicas e de alta prioridade para conservação da biodiversidade. As comunidades Santa Maria, Maphanga, Nhonguane, Machangulo, Chivambo, Ponta Mamoli, Ponta Malongane, e Ponta de Ouro são outras afetadas na parte costeira e marinha na área da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro (Anexo 15).

3.5.2. Atividades econômicas

Segundo DPPF (2008), o distrito tem uma área física de 5,403 km² (540,300 hectares) dos quais 6 % (32,700 ha) são terra arável, sendo 16,705 hectares correspondentes à área

irrigável e 15,995 de agricultura de sequeiro. Cerca de 80 % da população do distrito dedica-se à atividade agrícola, sendo a agricultura de sequeiro a que ocupa maior parte, praticando um pouco por todo distrito. Aptidão agroecológica do distrito, permite facilmente verificar que as áreas onde se pratica a agricultura de sequeiro pelo setor familiar correspondem as manchas de solos pobres e com pouca capacidade de retenção de água, o que condiciona os baixos níveis de produção e da produtividade agrícola (As culturas mais praticadas são bananas, ananás, cana-de-açúcar, legumes, feijão, amendoim, batata-doce, batata Reno, mandioca, arroz, milho). Esta situação faz com que a maior da população consiga apenas sobreviver entre 3 e 8 meses com produtos obtidos da agricultura, sendo necessário recorrer a outras estratégias de sobrevivência como consumo de fruto e plantas silvestres, ganho-ganho em troca de dinheiro ou alimento de donativos nos períodos de severidade. A venda de lenha e carvão, de bebidas alcoólicas tradicionais e venda de carne de caça constituem outras formas de estratégia e sobrevivência da maior parte da população do distrito. A situação de carência alimentares tem sido notadamente ao nível de cereais como milho e arroz que constituem a base alimentar de muitas famílias.

Ainda de acordo com DPPF (2008), o mapa das concessões de terras para fins agrícolas indica haver uma forte procura pelas terras situadas ao longo do Rio Maputo que são mais férteis e com maior disponibilidade de água por parte do setor privado e a camponeses locais. Em geral o mapa das concessões de terras do distrito, indica que as faixas ao longo do Rio Maputo estão com nível de ocupação alto, revelando haver pouca disponibilidade de terras para novas atribuições. A realidade indica, porém, que muitas destas terras estão em estado ócio e aquelas que estão sendo utilizadas são operadas abaixo das suas capacidades reais de produção e produtividade. Muitos fatores concorrem para esta situação, destacando a descapitalização dos investidores, a falta de disponibilidade de insumos agrícolas, o calor intenso, o encarecimento de combustíveis e pragas. A situação do mercado para colocação dos produtos deve constituir um dos fatores que não estimula o aumento das áreas de cultivo.

Segundo DPPF (2008), o distrito de Matutuine possui um potencial considerável de terras para a produção agropecuária. De acordo com estudos de Mirs (1971) citado por DPPF (2008), o sopé dos Libombos é classificado como uma área de pastos de primeira classe. Fora destas faixas ocorrem manchas territoriais descontínuas ao longo dos principais vales fluviais e planícies de inundação. O gado bovino, caprino, ovino, suíno e aves, são as principais espécies fomentadas no distrito de Matutuine no âmbito da produção agropecuária. A atividade pesqueira no distrito

de Matutuíne constitui uma das principais alternativas econômicas e de sobrevivência praticadas fundamentalmente pelas comunidades locais. Ela é praticada pelas comunidades costeiras em Machangulo e que vivem junto aos Rio Maputo, Tembe e Futi e as lagoas Piti, Chingute, Gala, Nwachane e Nwchembe. O potencial pesqueiro do distrito de Matutuine ainda não é suficientemente explorado, apenas em Machangulo se verifica uma relativa dinâmica de exploração dos recursos pesqueiros, onde para além de servir de fonte alimentar, os mesmos são comercializados nos mercados da cidade de Maputo.

A exploração florestal, fauna selvagem e apicultura constituem de entre várias, atividades subsidiárias que as comunidades têm praticado para aumentar a renda e suprir as necessidades diárias de sobrevivência. A exploração florestal consiste no abate de árvores para a produção de lenha e carvão. Apesar de conferir alguns benefícios aos praticantes locais, esta atividade tem resultados maiores rendimentos as famílias locais devido a garantia de venda de carvão e lenha mercado local e na cidade de Maputo e Matola. Para além deste inconveniente, o abate das espécies florestais para este fim deixa no distrito sérios problemas ambientais, tanto que existem evidência de que a floresta de Licuati, uma área protegidas em Matutuíne, não tem sido isenta da exploração excessiva de espécies arbóreas florestais para fins comerciais (DPPF, 2008). Segundo Manjate (1999) os recursos florestais explorados pelas populações locais incluem os combustíveis lenhosos, materiais de construção, produtos alimentares silvestres, plantas medicinais, e, recursos para o desenvolvimento de manufaturados domésticos. A exploração destes recursos praticamente é informal, e é realizada exclusivamente pela população local sem intervenções externas.

Segundo DPPF (2008) a exploração da fauna selvagem no distrito enfrenta o dilema de, por um lado, por razões históricas as comunidades locais preferirem carne de caça para alimentação e, por outro, ter que pôr em prática ações de controle e da fiscalização para evitar o caça ilegal de muitas espécies de fauna que são atualmente protegidas por lei. Ainda de acordo com DPPF (2008) as queimadas descontroladas associam-se a caça ilegal e ameaçam os esforços de conservação dos preciosos recursos naturais que o distrito de Matutuine possui.

Segundo DPPF (2008), a apicultura, apesar de ainda ser uma atividade pouco praticada, merece ser estimulada e divulgada em Matutuine em áreas onde sua prática é possível. Para além de apicultores tradicionais existem também alguns que têm beneficiados de ações de formação sobre técnicas melhoradas para desenvolver a atividade. Os produtos resultantes da prática da

apicultura, como mel, têm sido vendidos nos mercados locais e também nos da província e cidade de Maputo, embora em pequena escala. A atividade apícola devidamente divulgada poderá oferecer múltiplas vantagens não apenas às comunidades locais com impacto reduzido ao meio ambiente, comparada às outras atividades como a exploração florestal e faunística. A avaliar pela história de implementação de atividades econômicas no distrito e pelas características ambientais de grande parte do seu território, pode-se inferir que a estratégia de desenvolvimento econômico local com base na intensificação da atividade industrial não é a mais adequada, contudo, indústrias de pequenas e médias escalas bem localizadas e com reduzidos impactos ambientais pode ser implantadas, se economicamente viáveis.

De acordo com Soto (2004), devido ao seu alto potencial recursos pesqueiros na Reserva Especial de Maputo, particularmente nos lagos Piti e Xingute, indivíduos de diferentes partes da província e localmente se deslocam para a região e, geralmente com propósito para atividade de pesca comercial e para comercio junto a fronteira com o país vizinho da África de Sul. Para além da pesca, a comunidade local pratica agricultura em pequena escala em áreas de 0,5 hectares em média e produzem basicamente a mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e aboboras. Também preparam aguardente de cana-de-açúcar e criação de aves (galinha e patos), principalmente para fins domésticos e comercialização local.

CAPITULO -4

4. GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS: TEORIAS, ABORDAGENS E CONTRAPONTOS.

4.1. Recursos naturais de uso comum – dilemas, conceitos e suas implicações para a gestão de recurso natural.

Segundo Ostrom et al., (2002), a “Tragédia dos Comuns” é um tema central na ecologia humana e em estudos ambientais em geral. Mostra um cenário que é simples protótipo sustentado pela Garrett Hardin (1968). Segundo Feeny et al (1990), Diegues (2001), a “Tragédia dos Comuns”, de Garrett Hardin (1968), foi publicado por volta da década de 30. Embora enfocando a sobrepopulação, o legado dominante desse trabalho foi a metáfora do manejo de recursos de propriedade comum. Nesse período, as ideias popularizadas por Hardin tornaram as explicações amplamente aceitas a respeito de sobreexploração de recurso manejado de forma comunal. A ideia essencial era a de que tais recursos, como oceano, rios, atmosferas e áreas de parques, são sujeitas a maciça degradação.

Hardin (1968) apud Feeny et al., (1990), Diegues (2001), concluiu que a “liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína para todos”.O termo liberdade foi também utilizado Amartya Sen (2000) em sua publicação com tema “Desenvolvimento como Liberdade”, mas não necessariamente como colocado por Hardin (1968) em relação aos recursos de uso comuns. Segundo Sen (2000), liberdade não são apenas os fins primordiais de desenvolvimento, mas também os meios principais. Desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque na liberdade humana contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam o desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento de renda das pessoas, industrialização ou modernização social. Mas a liberdade dependem também de outros determinantes, como disposição social e econômica e direitos civis.

Segundo Feeny et al. (1990); Diegues (2001), essa conclusão do Hardin (1968) tem sido apoiada por alguns aspectos da lei científica atual. A Tragédia dos comuns tornou-se parte do conhecimento convencional de estudos ambientais, planejamento e políticas de gestão de

recursos, ciências política, econômica e ecológica (MacEvoy, 1988 apud FEENY, 1990; DIEGUES, 2001), e está presente em várias publicações didáticas (Nebel, 1987 Lineberry, 1983 apud Feeny et al., 1990; Diegues, 2001). Adicionalmente, tem sido utilizada na formulação de políticas de manejo de recursos naturais (FEENY et al., 1990; DIEGUES, 2001).

Segundo Hardin (1968) & Baden (1977) apud Feeny et al. (1990); Diegues (2001) para evitar a tragédia dos comuns, os recursos comuns deveriam ser privatizados ou definidos Como propriedade pública para quais direitos de acesso e uso deveriam ser concedidos. Hardin (1968) tem sido largamente citado por ter afirmado que a degradação de recursos é inevitável, a não ser que a propriedade comum seja convertida em privada ou que os usos e usuário sejam instituídos por normas governamentais. Mais tarde em seu artigo, Hardin (1978) especificou e presumivelmente reconheceu somente duas soluções gerais: privatização e controle governamental (socialismo). Argumentou que, se nós se não agimos de acordo com um desses caminhos, “consentimos na destruição dos comuns (HARDIN, 1968 apud FEENY, 1990; DIEGUES, 2001)”.

Segundo Ostrom et al. (2002), em consequência de importantes vários encontros realizados em 1985, foi considerado crucial para desembaraçar os vários significados dos comuns, recursos de uso comum, regimes de propriedade comum, e termos teóricos afins. Bromley (1986) apud e Ostrom et al (2002) em sua síntese, sérias confusões tinham sido introduzidas por meio de uso do termo propriedade “propriedade comum” para se referir a um recurso caracterizado por características específicas.

Ainda de acordo Ostrom et al., (2002), a “propriedade comum” implica um tipo de arranjo de gestão criado por seres humanos, em vez de uma característica do próprio recurso. O termo preferido para os recursos a partir do qual é difícil excluir usuários é “recursos de uso comum”. O termo “uso comum” centra-se nas características do recurso, em vez de arranjos humanos utilizados para gerenciá-lo. Tal recurso poderia ser como de acesso livre, sem regras ou pode ser gerido por um governo, como propriedade privada, ou por um regime de propriedade comum. O termo “recurso de propriedade comum” tornou-se tão incorporado na linguagem utilizada na literatura de políticas e economia de recursos que possibilitou com que esse avanço conceitual tenha sido difícil de ser aplicado na sua originalidade. Recursos de propriedade comum incluem recursos pesqueiros, fauna selvagem, águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestais. É importante delinear as características compartilhadas por esses recursos

e regimes de direitos de propriedade nos quais os recursos são mantidos (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1986 apud FEENY et al., 1990; DIEGUES, 2001).

Segundo Ostrom et al., (1994); Feeny et al., (1990); Diegues (2001) os recursos de uso comum ou recursos de propriedades comum compartilham duas características ou atributos importantes. Estes dos atributos são: (1) as dificuldades de excluir indivíduos de beneficiarem de um bem, e (2) a subtratibilidade do benefício consumido por um indivíduo daqueles disponíveis para outros. A primeira é a exclusividades (excludente ou controle do acesso). A natureza física dos recursos é tal que o controle de acesso por potenciais usuário pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Ou seja, são todos bens no mundo que o valor individual difere em termos custos, e como facilmente pode excluir ou limitar um potencial usuário de consumir tal bem uma vez que são providenciados pela natureza ou através de atividades de outros indivíduos.

Segundo Feeny et al., (1990); Diegues (2001) recursos migratórios como peixes, fauna selvagem e águas subterrânea impõe óbvios problemas para regulação do acesso. De modo similar, pastagem e áreas florestais tipicamente impões o problema de exclusão. Para grandes corpos de água, atmosfera global, e banda de frequência de rádio, a exclusão é ainda mais problemática.

Segundo Ostrom et al.(1994), a vedação e acondicionamento são um ultimato físico excluindo potenciais beneficiários de um dado bem. Para ser efetivo, entretanto, os efeitos de vedação e acondicionamento devem ser transformados em conjunto direito de propriedades que são viáveis para proteger ou defender (em senso econômico e legal) individualmente dentro de sistema legal disponível dentro país. A viabilidade legal e econômica de excluir ou limitar usos de potenciais beneficiários, ambos é derivada de atributos físicos de um bem e da jurisdição ou competência de uma instituição. A segunda característica básica de recursos de propriedade comum relaciona-se a subtração (ou rival): a capacidade de que cada usuário possui de subtrair parte da propriedade do outro. Mesmo que os usuários cooperem no incremento da produtividade dos seus recursos, por exemplo, através do reflorestamento, a natureza dos recursos é tal que o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de um outro usuário. Subtração ou a rivalidade é a fonte de divergência potenciais entre a racionalidade individual e coletiva. Se um usuário bombear mais água de um aquífero, os de mais irão experimentar um aumento no custo de bombeamento, a medida que uso agregado se aproximará

da capacidade de reabastecimento ou excedê-la. Na mediada em que um usuário pesca, a captura por unidade de esforço de pesca dos outros diminui (OSTROM et al., 1994; FEENY et al., 1990; DIEGUES, 2001). Dessa maneira, é definido o “recursos de propriedade comum” como uma classe de recursos para o qual é difícil e o uso conjunto envolve subtração (BERKES at al, 1989 apud FEENY, 1990; DIEGUES, 2001). Segundo Ostrom et al. (1994), os atributos de exclusão e subtratibilidade fornecem uma classificação geral de quatro tipos de bens tais como: privados, público, livre acesso e recursos de uso comum. Cada um desses quatro tipos de bens difere dos outros três, não obstante apresentar variedade substancial dentro características de cada tipo (Quadro 2).

		Subtratibilidade	
		Baixo	Alto
Exclusão	Difícil	Bens Públicos	Bens de Uso Comuns
	Fácil	Cesso aberto	Bens Privado

Quadro 2. Classificação geral de bens
 Fonte: Ostrom et al., (1994)

Segundo Ostrom et al., (1994) bens privados, são bens caracterizado por uma facial relativa exclusão em senso econômico e legal, e por subtratibilidade, são as commodities analisados nas teorias de mercados da economia neoclássica. Bens públicos são contrário de bens privados em relação a seus atributos. Bens de acesso livre partilha com bens privados a relativa facilidade de exclusão, e com bem publico a relativa necessidade de subtratibilidade. Recursos de uso comum partilham com bens privados a subtratibilidade de unidades de recursos e com bens públicos a dificuldade de exclusão.

Segundo Ostrom et al. (1994), por meio da definição da classe de recursos como base “recursos de uso comuns”, ressalva a importância da distinção entre a natureza intrínseca dos recursos e regimes de direito de propriedade sob os quais são manejados. Devido largo uso do termo propriedade comum para certos tipos de recursos, o termos é aplicado para se referir a um dos quatro regimes de direito de propriedade (FEENY et al.,1990; Diegues; 2001). Para facilitar a compreensão, segundo autores são definidas quatro categorias e é importante distinguir esses quatro regimes básicos de direito de propriedade nos quais são manejados os recursos: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal:

- ❖ **Livre acesso:** é a ausência de direito de propriedade bem definido. O acesso aos recursos não é regulado, sendo livre e aberto para qualquer indivíduo. Muitas estratégias de pesca oceânica empregadas antes do século XX, ou a atmosfera global.
- ❖ **Propriedade privada:** os direitos de exclusão de terceiros, na exploração e na regulação da exploração, são delegados a indivíduos (ou grupo de indivíduos, como as empresas). Direito e propriedade privada geralmente são reconhecidos e executados ou impostos pelo Estado. Distintamente e ao contrário de direitos em regime de livre acesso, direitos de propriedade privada geralmente são exclusivos e transferíveis (REGIER & GRIMA, 1985 apud FEENY et al., 1990; DIEGUES, 2001). Exemplo incluem áreas florestais e pastagem privadas.
- ❖ **Propriedade comunal** -“propriedade comum” ou “comum”: os recursos são mantidos ou manejados por uma comunidade identificáveis de usuários interdependentes. Esses usuários excluem a ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade local. Dentro da comunidade ou internamente, os direitos aos recursos normalmente não são exclusivos ou transferíveis, e sim frequentemente igualitários em relação ao acesso e ao uso. Algumas pescarias interiores, pastagem e áreas florestais têm sido manejadas como propriedades comunais; similarmente, associações de usuários de reservatório de água subterrânea e de sistemas de irrigação podem ser incluídos nessa categoria. Os direitos do grupo podem ser legalmente reconhecidos. Em outros casos, tais direitos são reconhecidos de fato, dependendo da negligência inicial do Estado.
- ❖ **Propriedade estatal:** os direitos aos recursos são alocados exclusivamente no governo que, por sua vez toma decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível e natureza de exploração. Exemplo incluem áreas florestais e pastagem mantidas por governo, e recursos como peixe e fauna selvagem manejadas, sob custódia pública, pelo conjunto de cidadãos. A categoria de propriedade estatal pode ser aplicada a propriedade em relação às quais o público tem acesso e direitos iguais, tais como rodovias e parques públicos. A natureza do regime de propriedade estatal também difere dos demais regimes pelo fato de que o Estado, em geral, possui poderes coercitivos de imposição, ao contrário de grupos privados.

De acordo com Feeny et al., (1990); Diegues (2001), na prática, em muitos casos existe sobreposição de categorias de regime e, às vezes, esses recursos são manejados por combinações conflitantes das categorias, além de existir variação em cada um deles. Ainda de acordo com estes autores, informações sobre a natureza dos regimes de direitos de propriedades nos quais os regimes são manejados ou mantidos são importantes porém não suficientemente para elaborar ou permitir conclusões válidas em relação a comportamentos e resultados. Entretanto, estes procuram entender uma serie de arranjos institucionais que governam o acesso e uso de recursos. O conhecimento sobre o direito de propriedade é necessário, mas não suficiente. Muitos dos equívocos observados em vários estudos e na literatura podem ser relacionados ao pressuposto de que propriedade comum é mesmo ou equivale a livre acesso.

As previsões do Hardin (1968) de que a exploração é inevitável segue estes pressupostos. Entretanto, devido à imprecisão tem levado e gerado grandes confusões sobre os comuns. Com base em definição elaboradas por estes autores sobre propriedade dos comuns, uma abordagem para testar a hipótese do Hardin (1968) é análise de dois amplo desafio no manejo de recursos de propriedade comum; (1) A exclusão de outros usuários potenciais; e (2) a regulação do uso e dos usuários para melhorar ou minimizar os problemas associados com a subtração.

Segundo WCED (1987) apud Feeny et al., (1990); Diegues (2001) na avaliação das evidências da hipótese testada por Hardin (1968), é necessário um critério pelo qual se possa classificar os resultados como sucesso ou fracasso. A opção por qualquer critérios padrão é arbitrária, mas foi usado a sustentabilidade ecológica com um critério de sucesso, ou seja, se o recurso em questão tem sido explorado “sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades”. Sustentabilidade é um índice aproximado de sucesso de gestão de manejo; não implicando necessariamente que a utilização de recursos seja ótimo de ponto de vista ecológica ou econômica. Destaca-se que o critério de sustentabilidade é centrado tanto nos seres humanos quanto nos recursos, no que se refere à fonte de avaliação, não exclusivamente em um ou outro.

4.2. Teorias sobre a gestão de recurso de uso comum

Segundo Ostrom et al., (2002), os seres humanos usam recursos comuns através de extração de parte do fluxo finito de bens de valor produzido por eles ou por colocar subprodutos

indesejáveis, assim tratando o recurso como algo descartável ou diminuto. Em geral, os seres humanos utilizando recursos deste tipo encaram, pelo menos, dois problemas de incentivo subjacentes. O primeiro problema é o uso excessivo, congestionamento, ou mesmo a destruição, porque o uso de uma pessoa subtrai os benefícios disponíveis para os outros. O segundo problema é o de carona “free-rider” que decorre do custo ou da dificuldade de excluir alguns indivíduos a partir dos benefícios gerados pelo recurso. Os benefícios da manutenção e aplicação das regras de acesso e de exclusão tem um custo para todos os usuários, independentemente de ter pagado uma parte equitativa destes. Ainda de acordo com autora, as instituições que os seres humanos criam “inventam” para regular o uso de recurso comum de alguma forma devem tentar lidar com esses dois problemas de incentivos básicos. Estes têm o desafio com a forma de prevenir o uso excessivo e como garantir contribuições para mecanismos utilizados para manter ambos os recursos e das próprias instituições.

Segundo Ostrom et al. (2002), a lógica da tragédia dos comuns (para qual o jogo do dilema dos prisioneiros por vezes tem sido usado como modelo) parece inegável. No entanto a lógica depende de um conjunto de hipóteses sobre motivação humana, sobre as regras que regem o uso de bens comuns, e sobre as características de recursos comuns. Uma das contribuições importantes dos últimos 30 anos de pesquisas foi esclarecer conceitos envolvidos sobre tragédia dos comuns. As coisas não são tão simples como parecem no modelo de protótipo. A motivação humana é complexa, as regras comuns de verdade nem sempre permitem livre acesso para todos, e sistemas de recursos têm própria dinâmica que influenciam sua resposta ao uso humano. O resultado muitas vezes não é a tragédia descrita por Hardin, mas o que McCay (1995,1996); McCay & Acheson (1987); Rose (1994) apud Ostrom et al (2002) descreveu como uma “comédia” - um certo drama, mas com um final feliz.

Ainda de acordo Ostrom et al., (2002) três décadas de pesquisas empíricas têm revelado muitos acontecimentos ou registros ricos e complexos de manejo dos comuns. Às vezes, esses registros que são fatos históricos falam de tragédia de Hardin (1968). Às vezes o resultado é mais como comédia segundo McCay. Muitas vezes os resultados estão em algum lugar no meio, cheio de ambiguidades. Mas o drama está sempre lá. É por isso que os autores escolheram designar o “Drama dos Comuns” porque os comuns implicam história ou acontecimento, comédia e tragédia.

Pesquisa sobre os baldios seria justificada em função de sua importância prática. Quase todas as questões ambientais têm aspectos dos comuns neles inseridos. Como também existem importantes razões teóricas para estudar os comuns. O núcleo central de toda a teoria social é o contrastante entre os seres humanos, motivados quase exclusivamente por interesses próprios, e os seres humanos motivados pela preocupação com os outros ou para a sociedade como um todo. O modelo do ator racional que domina na teoria econômica, também é influente e está presente na sociologia, ciência política, antropologia e psicologia, postula estrito interesse próprio. Como foi colocado Adam Smith (1977) apud Ostrom et al (2002) “nós não estamos prontos para suspeitar de qualquer pessoa de ser imperfeito e egoísta”. Esta suposição é o que sustenta a análise de Hardin (OSTROM, et al., 2002). Segundo Rappaport & Vayda (1968); Rappaport (1984) apud Ostrom et al., (2002) pontos de vistas opostos, porém, sempre assumiram que os seres humanos têm em conta os interesses do grupo. Por exemplo, a teoria funcionalista em sociologia e antropologia, especialmente os argumentos da ecologia humana, argumentam que a “tragédia dos comuns” poderiam ser evitada através de mecanismos que fazem indivíduos para agir no interesse do bem coletivo do que com interesse próprio. Tampouco este debate foi restrito às ciências sociais. Na teoria da evolução, pelo menos desde a década de 1960, ter sido alvo de críticas, os argumentos sobre as adaptações que dão vantagem para a população ou as espécies a um custo para o indivíduo (WILLIAMS, 1966 apud OSTROM, 2002).

Segundo Ostrom et al. (2002) se assumirmos definitivamente interações estreitas de autointeresse, então a tragédia dos comuns é um conjunto de paradoxos como se segue. Outro, é clássico dilema dos Prisioneiros. Na formulação canônica, dois conspiradores são capturados pela polícia. Se nenhum informa sobre o outro, ambos estão sujeitos a ser condenados a uma pena leve. Se ambos informar, ambos enfrentam longas penas de prisão. Se um informa e outro não, o informante recebe uma sentença muito leve ou é posto em liberdade, enquanto o que não informa recebe uma sentença muito pesada. Confrontado com esse conjunto de relações, o interesse de cada um vai causar tanto para informar, produzindo um resultado menos desejável do que a cada um se ambos permaneceram em silêncio.

Olson (1965) apud Ostrom et al., (2002) levanta a questão para consciência de organização de grupos para preservar fins coletivos, tais como os resultados políticos e da política, era vulnerável a um paradoxo, muitas vezes chamado de “o problema do *free-rider*”, que já havia sido identificada em relação a outros “bens públicos”. Segundo Ostrom (2002) um

bem público é um bem ou algo que todos têm acesso, mas, ao contrário de um recurso recursos de uso comum, o uso de uma pessoa de recurso não necessariamente diminuirá o potencial de uso por outro. Por exemplo estações de rádio públicas, o conhecimento científico e a paz mundial são bens públicos, em que todos desfrutam dos benefícios sem reduzir a quantidade ou a qualidade do bem. O problema é que, num grupo grande, o indivíduo irá apreciar as vantagens de bem público, ou este não contribui para a produção do mesmo. Você pode ouvir a rádio pública sem prometer e fazer uma contribuição. E em uma grande população, se está ou não contribuir não tem impacto real sobre a quantidade do bem público. Assim, uma pessoa que segue o interesse próprio vai evitar os custos de contribuir. Essa pessoa pode continuar a desfrutar dos benefícios das contribuições previstas por outros. Mas se todo mundo segue esta lógica, o bem público não serão fornecidos, ou serão fornecidos em menor quantidade ou qualidade do que é o ideal. Ainda de acordo Ostrom (2002), aqui vemos a importância da tragédia dos comuns e todas as questões relacionadas. Apenas presume-se que todas as análises esboçada, que o interesse próprio é o único motivador e, que os mecanismos sociais de controle de autointeresse, tais como a comunicação, a confiança e a capacidade para fazer acordos vinculativos, não existem ou são ineficazes. Essas condições certamente descrevem algumas interações. As pessoas às vezes fazem, no entanto, ir além do interesse individual. Comunicação, a confiança, a antecipação de futuras interações, e a capacidade de construir acordos e regras às vezes controlar o comportamento podem ser suficiente para evitar a tragédia sobre o bem. Assim, o drama dos comuns nem sempre se conjuga como tragédia. O drama dos comuns foi subjugado à margem da contextualização.

4.2.1. Os modelos tradicionais: influência dos três modelos sobre os comuns

Na governação dos comuns, segundo Ostrom et al., (1994) descreveu uma série de processos duradouros sobre os recursos de propriedade comum e instituições nelas imersas – regras ou normas em uso que permitiram os indivíduos para usar recursos ao longo de períodos por tempos longos. De acordo com Ostrom et al., (1994) os desafios da governança desses recursos está centrada por três metáforas comumente aplicadas para recursos de propriedades comuns para prever situação do seu subótimo e ou da destruição dos recursos: (1) Tragédia dos Comuns segundo Garrett Hardin (1968); (2) Lógica da Ação Coletiva na concepção do Mansur

Olson (1965); e (3) o Jogo do Dilema de Prisioneiro. Os argumentos disposto em trabalhos apresentados por Hardin e Olson podem ser muito pertinentes e incisivo para compreender as questões básicas enfrentadas em muitas situações dos recursos de propriedade comum, mas não todos.

4.2.1.1. A Tragédia dos comuns

Segundo Ostrom (2002), a expressão “Tragédia dos comuns” foi popularizada depois da publicação do artigo científico do Garrett Hardin em 1986, que simbolizou a degradação do meio ambiente sempre que muitos indivíduos usassem um recurso escasso em comum. Para demonstrar a lógica de estrutura do seu modelo Hardin sugeriu que fosse imaginado em pasto “aberto para todos”. Em seguida examinou a situação do ponto de vista de racionalidade do pastor, cada um recebe benefício direto para seu próprio animal e sofre custos da deterioração do comum pelo consumo excessivo do pasto do seu gado e do outro. Cada pastor está motivado para adicionar mais e mais animais porque recebe benefício direto para seu próprio animal e suporta apenas o custo resultante do uso excessivo da pastagem.

Segundo Ostrom (2002), Hardin não foi o primeiro estudioso a abordar as questões da “Tragédia dos Comuns”, e esta autora diz que Aristóteles fez a seguinte observação: “o que é comum para um grande número de usuários, tem o mínimo de cuidado que lhe foi atribuído. Todos pensam principalmente em si próprio, não especialmente no interesse comum de todos”. Segundo Ostrom (2002), a parábola de Hobbes do Homem da natureza é protótipo da “Tragédia dos Comuns”: o homem visiona o seu próprio bem-estar e termina conflitando com os outros se apenas os “Comuns” de importância fossem poucas áreas de pasto ou pesca, a “Tragédia dos Comuns” seriam em geral de pouco interesse. Ainda de acordo com a autora, o próprio Hardin usou o pasto comum para generalizar o problema da sobrepopulação. Ainda de acordo com Ostrom (2002), a “Tragédia dos Comuns” foi usada para descrever problemas tais como: a fome na década de 1970 na região de Sahel (Picardi & Seifert, 1977), a crise dos combustíveis lenhosos (lenha, carvão) nos países do terceiro mundo (Norman, 1984; Thomson, 1977), o problema da chuva ácida (R. Wilson, 1985), a organização da igreja de Mórmon (Bullock & Baden, 1977), a incapacidade do congresso Americano de limitar os gastos (Shepsle & Weingast, 1984), crimes urbanos (Neher, 1978); parcerias público-privado na economia

moderna (Snidal, 1985); o problema da cooperação internacional (Scharpf, 1985, 1987, 1988); e os conflitos comunitários em Cyprus (Lumsden, 1973). Segundo Ostrom (2002), grande parte do mundo é dependente de recursos que são sujeitos ou alvo da possibilidade de uma tragédia dos comuns.

4.2.1.2 O jogo de dilema do prisioneiro

Segundo Ostrom (2002), citando Dawes (1973, 1975), o modelo de Hardin muitas vezes é frequentemente formalizado como o “jogo do dilema dos prisioneiros”. Suponhamos que nós pensamos que os participantes de um jogo sendo pastores usando um campo de pasto comum. Para este pasto tem um limite máximo de um número de animais para o pasto na dada área durante uma época e ser bem alimentado no final do período. Ainda segundo a autora, para uma mesma situação envolvendo de duas pessoas, a estratégia de cooperar pode ser pensando como um pastoreio, pastagem de animais para cada pastor. A estratégia é deficiente ou de “imperfeição” para cada pastor pastar mais animais quando apenas quem pode vender para se beneficiar (dado seu custo próprio ou privado), assumindo que este número é superior a capacidade ou quantidade do pasto. Se cada pastor limitar a quantidade ou o número de animais no pasto, eles obterão mais unidades de benefícios do que onde se ambos optar pela imperfeição que obterão benefícios nulos se cada um deles limitar o número de animais para a quantidade do pasto disponível, tanto quanto eles queiram, o desertor obterá mais ganhos em unidade e despercebido menos. Se cada um optar independentemente de sua capacidade ganhar em relação contratual, cada opção escolhida é uma estratégia dominante, que é imperfeita ou deficiente. Quando ambos são imperfeitos obtêm benefícios nulos. Isto se chama o jogo do pastor designado por Hardin que estruturou o “jogo de dilema do prisioneiro”.

Segundo Ostrom (2002), o dilema do prisioneiro é conceituado como um jogo em que há cooperação e que todos os intervenientes possuem ou tem informação completa. Numa situação em que não há cooperação, a comunicação entre os intervenientes é impossível ou simplesmente irrelevante, tanto quanto que não está explícito no modelo como parte do jogo.

Segundo Harsanyi & Selten (1988) apud Ostrom (2002), se a comunicação é possível, acordos verbais entre os intervenientes são presumíveis e não vinculativas, a não ser que as possibilidades explícitas de acordos vinculativos estão incorporadas na estrutura do jogo.

Segundo Ostrom (2002), “informação completa” implica que todos os intervenientes conheçam todas as estruturas da relações e transações que estão atrelados para os resultados. Os intervenientes conhecem ou não o movimento corrente dos outros intervenientes dependendo do que ou não é observável.

Segundo Ostrom (2002), no “dilema do prisioneiro”, cada interveniente tem uma estratégia dominante que tenha sempre a melhor estratégia escolhida, imperfeita ou deficiente, não se preocupa com opção de outros intervenientes. Quando ambos os intervenientes escolhem a sua estratégia dominante, segundo esse pressuposto, produzem um equilíbrio que é melhor terceiro resultado para ambos. Nenhum dos intervenientes tem incentivos para mudar independente da estratégia que outro escolher. O resultado de equilíbrio de cada interveniente por optar a melhor estratégia individual, é contudo, um resultado não ótimo de Pareto. O resultado ótimo de Pareto ocorre quando não existe um outro resultado preferido no mínimo para um interveniente que no mínimo é um bom resultado para outro. No “dilema do prisioneiro” envolvendo duas pessoas, ambos intervenientes vão preferir (cooperar, cooperar) o resultado da (imperfeição, imperfeição) do resultado. Assim, o equilíbrio do benefício é um Pareto inferior. O jogo de “dilema do prisioneiro” tem fascinado muitos acadêmicos e estudiosos. O paradoxo de que a estratégia racional individual conduz para os resultados da irracionalidade coletiva que pressupões que seres humanos alcance resultados racionais para os seus desafios fundamentais de bem-estar.

4.2.1.3 A lógica da ação coletiva

Segundo Ostrom (2002), a teoria da lógica da ação coletiva foi desenvolvido por Mansur Olson (1965), na qual explica a ideia contida na teoria de conjunto, na qual relaciona a dificuldade de individualmente buscar o seu bem-estar para promover o interesse ou bem-estar coletivo, em contraste com o bem-estar individual. Ou seja, especificamente, questionou o grande otimismo expresso na teoria do grupo que os indivíduos com interesses coletivos ou comum, assim voluntariamente agiriam para tentar alcançar esses interesses (Bentley, 1949; Truman, 1958 apud Ostrom, 2002). Ostrom (2002), neste contexto, Olson resumiu o ponto de vista aceite:

[...] A ideia de que o grupo tende a agir em suporte (benefício) dos interesses do grupo é suposto seguir a lógica da premissa racional largamente aceita, conduta egoísta. Em outras palavras, se os membros de algum grupo tem um interesse em comum ou objetivo, e se todos tivessem os melhores objetivos para ser alcançado, pode ter sido pensado na lógica que seria nesse grupo individualmente, se fossem interesses próprios e racionais, agiriam para alcançar tais objetivos (OLSON, 1965 apud OSTROM, 2002).

Segundo Ostrom (2002), as presunções dos desafios do Olson estavam no fato de que a possibilidade para benefício de um grupo poderia ser suficiente para gerar uma ação coletiva para alcançar tais benefícios. Segundo esta autora, Olson argumentou que,

[...] A não ser que o número de indivíduos seja menor, ou não ser que haja coerção ou um especial aconselhamento que permitam os indivíduos para agir em benefícios de interesse comum, racional, interesses próprios individualmente não vão agir ou atuar para alcançar os interesses comuns ou do grupo (OLSON, 1965 apud OSTROM, 2002).

Segundo Ostrom (2002), Olson argumenta largamente a premissa de que, alguém que não quer ser excluído de obter benefícios de um bem coletivo, desde que o bem produzido tenha um limite reduzido para voluntariamente contribuir para provisão desse bem. Considerou a questão muito aberta em relação ao tamanho dos grupos intermediários que poderá ou não voluntariamente prover benefícios coletivos. A sua definição de grupo intermediário dependendo não no número de envolvidos, mas, de como a “informação” para cada um gera a ação, ou seja, como a ação se transfere para cada envolvido.

Ainda de acordo Ostrom (2002) a “Tragédias dos Comuns, o Dilema do Prisioneiro e Lógica de Ação Coletiva” são conceitos estritamente relacionados no modelo conceitual definido sob ponto de vista de muitos problemas em que os indivíduos encaram ou tem quando tem vista a alcançar benefícios e objetivos ou interesses coletivos. O foco central de cada um dos modelos é o problema de livre acesso “free-rider”. Portanto, ninguém ou nenhum dos intervenientes podem ser excluídos de benefícios que são providos ou gerados por outros, cada participante está motivado para não contribuir em esforço conjunto, mas para obter carona “*free-rider*” do esforço do outro. Se todos os intervenientes participantes optarem por livre acesso, o benefício coletivo não será alcançado ou produzido. A tentativa do livre acesso, entretanto, pode dominar o processo de decisão, e assim chegando todos a um ponto limite onde nenhum dos intervenientes participantes desejaria alcançar. Alternativamente, alguns podem prover enquanto outros “free-

rider” influenciam menos a provisão de benéficos de coletivos do nível ótimo. Assim, estes modelos foram perfeitamente fundamentais para explicar como a racionalidade individual pode produzir ou gerar em algumas circunstâncias, resultados que não são “racionais” quando é visto ou e colocado de ponto de vista de envolvimento de todos os intervenientes ou atores envolvidos.

Segundo Ostrom (2002), o que fez com estes modelos se tornassem interessantes e poderosamente utilizados, é resgatar importantes aspectos de diferentes problemas que ocorrem em diversas partes em todo mundo. O que fez com que estes modelos fossem limitados e perigosos – quando são usadas as metáforas para a fundamentação e elaboração de políticas – é que os constrangimentos fixados para propósitos de análises são formados por convicções como, estão sendo fixadas em cenários empíricos, a não ser que uma autoridade externa os modifique. O prisioneiro no famoso jogo do dilema do prisioneiro não muda as regras ou lei impostas a si mesmo por uma autoridade local; eles estão em prisão.

Ainda segundo Ostrom (2002), Nem todos os usuários de recursos naturais são similarmente incapazes de modificar suas restrições. Entretanto, como os indivíduos são vistos como prisioneiros, as prescrições políticas irão obedecer estas metáforas. Para Ostrom (2002) prefere abordar esta questão, centrado no aspeto de como melhorar as capacidades dos atores envolvidos para mudar ou modificar as regras ou normas que limitam os outros de retirar os recursos sem remorsos de uma tragédia.

4.2.2. O Estado como a única via de soluções

Segundo Ophuls (1973) apud Ostrom (2002) argumentou, por exemplo, porque a “Tragédia dos Comuns”, problemas ambientais não podem ser resolvidos por via da cooperação, e com maior intervenção coercitiva do poder do governo. Este autor concluiu que: “se queremos evitar a tragédia dos comuns, será apenas através do recurso para a necessidade trágica”. Segundo Ostrom (2002) citando Garrett Hardin (1978), uma década depois em seu recente artigo argumentou, que nós estamos envolvidos numa “nuvem de ignorância” a cerca da verdadeira natureza fundamentais sistemas políticos e o efeito de cada um na preservação do meio ambiente. A “nuvem de ignorância” não, entretanto, limitou-o de presumir que a alternativa apenas para o dilema dos comuns seria o que chamou um sistema de iniciativa privada por um lado, ou socialismo por outro.

Segundo Hardin (1978) citado por Ostrom (2002), indicou que mudanças devem ser instituídas com qualquer que seja a força necessária para fazer a mudança. Em outras palavras, se o ruim é ser evitado no mundo sobrecarregado, às pessoas devem ser susceptíveis a uma força coercitiva externa que demanda a parte psíquica individual. A presunção de que uma externa coercitiva é necessária para evitar a “Tragédia dos Comuns” leva para recomendação que muitos sistemas de recursos naturais sejam do controle do governo central.

Heibroner (1974) apud Ostrom (2002), opinou que um “governo do ferro” talvez um governo militar seria necessário para alcançar ou obter o controle total dos problemas ecológicos. Em menos na visão draconiana, Ehrenfeld (1972) apud Ostrom (2002), sugerir que se “não se pode esperar por iniciativas privadas para proteger o domínio público, então uma regulamentação externa por agências públicas, governamentais ou internacionais são necessárias”. Em análise dos problemas envolvendo a gestão de recursos hídricos em países em desenvolvimento, Carruthers & Stoner (1981) apud Ostrom (2002) argumento que sem o controle público (do Estado), “sobrepastagem e erosão dos solos de pastagem comunais, ou menos peixe em custo médio alto”, resultaria ou aconteceria. Estes concluíram que “os recursos de propriedade comum requerem um controle público se a eficiência da economia é o resultado pretendido para o seu desenvolvimento”

De acordo com Ostrom (2002), a política recomendada para a centralização do controle e regulamentação de recursos naturais tais como áreas de florestais, pastagem e recurso pesqueiros tem sido extensivamente seguida e muito particularmente em países do terceiro mundo. Uma das vias ou solução para ilustrar estas imagens proponentes do controle centralizado é para modificar os pressupostos utilizado por Hardin que sustentaram e orientaram diversas políticas. O proponente do controle centralizado requer uma agência externa do governo para decidir a estratégia específica a ser seguida pelos pastores que a autoridade central considerar melhor para a situação: a autoridade central decidirá quem pode usar o pasto, quando pode usar, e como muito animais podem ser pastados. Vamos assumir que as autoridades centrais decidem impor sanções para duas unidades de recursos com ganho sobre qualquer um que seja considerado pelas autoridades para ser usado uma estratégia deficiente ou falhada. Assumindo que agência do governo tem informação ou conhecem a produtividade sustentável do pasto e pode descobrir infalivelmente e podem penalizar qualquer pastor usando o pasto estrategicamente limitado, a nova reestruturação imposta pelo governo central é representando numa situação em há

cooperação. Então, a solução para o jogo é (cooperar, cooperar). Todos os intervenientes recebem benefícios de cada unidade mais do que tenha recebido numa situação sem cooperação. Se alguma autoridade externa determinar cuidadosamente a capacidade do recurso de uso comum, inequivocamente atribuirá a esta capacidade, ações de monitoramento, e infalivelmente descumprimento de sanções, então a agência centralizada do Estado pode transformar o que Hardin privou no “jogo dos pastores” para gerar um equilíbrio eficiente ótimo para os pastores. Pequenas considerações são dadas para os custos de criação e manutenção de tais agências. Isto é visto como um problema exógeno e não é incluído como um parâmetro na situação que se promove a cooperação. O equilíbrio ótimo é alcançado por seguir recomendação para um controle centralizado, entretanto, é baseado no pressuposto de existir informação precisa, capacidade de monitoramento, confiabilidade nas sanções, e custos nulos de administração. Sem informação confiável e válida, as agências das autoridades centrais poderão cometer muitos erros, incluído um conjunto de capacidade de carga mais alta ou muito baixa, sancionando atores que cooperam ou não sancionando aqueles que não cumprirem.

4.2.3. Privatização como única solução: “uma solução através do mercado”

Segundo Demsetz (1967); O. Johnson (1972) apud Ostrom (2002), outros analistas políticos, influenciados por mesmo modelo, usaram igualmente o termo chamando para imposição do direito de propriedade privada sempre que os recursos são de propriedade comum. Segundo Ostrom (2002) citando Robert J. Smith (1981) ambas as análises econômicas sobre os recursos de propriedade comum e tratamento dado por Hardin para a tragédia dos comuns conduziram para sugestão de que “única solução para evitar a tragédia dos comuns em recursos naturais é eliminar ou encerrar o sistema de propriedade comum criando o sistema de direito de propriedade privada. Salientou que isto é por tratar de “recursos como uma propriedade com que nos tornamos fechados a sua inevitável destruição”.

Ostrom (2002) citando Welch (1983) advogou a criação do direito total privado para recurso de uso comum quando afirmou que “o estabelecimento ou definição do direito de propriedade privado absoluto é necessário para evitar a ineficiência do uso excessivo”. Afirmou ainda que a privatização dos comuns era uma ótima solução para todos os recursos de uso comum. A sua maior inquietação foi de como impor o interesse privado enquanto os correntes ou

atuais usuários dos comuns não estavam dispostos a mudar para um conjunto de direitos privados para os comuns.

Segundo Field (1984, 1985) apud Ostrom (2002), recomendações de imposição da privatização dos pastagens dividiu em metade a área de pasto e atribuiu uma parte do pasto a um pastor e a segunda para outro. Cada pastor vai atuar num jogo contra a natureza numa área relativamente pequena, mais do que contra o outro numa área relativamente maior. Então os pastores precisarão investir com a vedação e manutenção, como também no monitoramento e nas atividades de sancionamento para fazer cumprir ou garantir a divisão da área de pasto. É presumido que cada pastor optará em escolher $x/2$ animais para o pasto como resultado do benefício do próprio incentivo. Este assume que o pasto é perfeitamente homogêneo ao longo do tempo. Se as chuvas ocorrerem de forma irregular uma parte da área poderá ter um pasto com crescimento exuberante durante o ano, enquanto a outra parte da área não terá capacidade de suportar $X/2$ animais. A chuva pode ocorrer em qualquer outra parte nos próximos anos. Um dos pastores pode não ter ganhado (benefícios/lucros), e outro poderá ter retornos consideráveis. Se a localização do pasto exuberante mudar drasticamente de ano para ano, dividindo o comum poderão empobrecer ambos os pastores levando ao uso excessivo nas áreas onde o pasto é temporariamente inadequado. De certeza que, será possível para o pastor que tem forragem extra durante o ano para vender a outro pastor com limitações. Alternativamente, será possível para os pastores de estabelecer uma cadeia de garantias para partilhar o risco das incertezas ambientais. Entretanto, o custo para a criação do novo mercado ou da nova cadeia de garantias pode ser substancial e não precisar ser assim durante longo tempo para os pastores partilharem a forragem e o risco de partilhar em conjunto grandes áreas de pasto.

Segundo Ostrom (2002), é difícil para exatamente compreender quando as análises significam ou se referem para a necessidade de desenvolvimento de direitos privados para alguns recursos de uso comum. Está claro que quando se refere a terra, significa divisão de parcelas e atribui-se os direitos individuais para assegurar ou manter o uso, e transferir essa parcela como propriedade individual ao seu desejo (sujeita a regulamentação geral relacionada as questões jurídicas de uso e transferência da terra). Em relação aos recursos não estacionários como recursos hídricos e pesqueiros, não está claro o que significa o estabelecimento de direitos privados.

Como Colin Clark (1980) citado por Ostrom (2002) afirmou que “Tragédia dos Comuns”, tem provado particularmente ser difícil para contrariar em caso de recursos marinhos pesqueiros onde os direitos de propriedade individual é uma questão fora meramente virtual. Em relação aos recursos transitórios, a diversidade dos direitos podem ser estabelecidos atribuindo os direitos individuais para uso de um tipo particular ou específico de equipamento, para uso de um sistema de recurso num determinado tempo e local, ou para referir uma determinada quantidade de recurso (se estes estão disponíveis). Mas, mesmo quando os direitos particulares são unificados, quantificados e comercializados ou vendidos, o sistema de recursos é ainda como se fosse uma propriedade em comum mais do que individualmente. Outra vez, referindo-se aos recursos pesqueiros, esse autor, argumentou que propriedade comum é um fator fundamental que afeta muitas vezes todos os regimes de gestão de recursos pesqueiros.

4.2.4. “única” solução?

Segundo Ostrom (2002), vários analistas que encontram situações presumidas empíricas para ser um “dilema dos comuns” muitos chamaram para imposição de soluções por um ator externo: a “única solução” para resolver o dilema dos comuns é fazendo “x”. Subjacente a tal afirmação é a certeza ou crença de que “x” é necessário é suficiente para resolver o dilema dos comuns. Mas o conteúdo o “x” dificilmente pode ser variável. Um conjunto de advogados presume que uma autoridade central deve continuamente assumir a responsabilidade de tomar decisões unilateralmente para um particular recurso. Outros presumem que a autoridade central deverá parcelar os direitos de propriedade para os recursos e então permitir ou autorizar que os indivíduos em função dos seus próprios interesses dentro de um conjunto de direitos de propriedade bem definidos. Ambos defensores da centralização e defensores da privatização concordam como principio central que as mudanças institucionais devem vir de fora e ser impostas sobre os indivíduos afetados. Apesar de compartilhar a certeza da necessidade e eficácia do “Estado” para as mudanças institucionais assim como para melhorar e eficiência, as mudanças institucionais não devem ser distante do contexto real do local. Ainda segundo a autora, se uma recomendação é correta, a outra não pode ser. Posições contraditórias não podem ambas serem corretas. A autora, não argumentou para qualquer uma destas posições. Mas, argumentou que ambas eram muito profundas na sua afirmação. Em vez de haver uma única

solução para um único problema definido que existem muitas soluções para lidar com muitos diferentes problemas. Em vez de se presumir que soluções ótimas institucionais podem facilmente ser desenhadas e impostas a baixo custo por uma autoridade externa, a autora argumenta que “adquirindo direitos institucionais” é difícil, consumo tempo, invoca processos conflitantes. É um processo que requer informações reais sobre as variáveis de tempo e lugar e um amplo domínio sobre os repertórios das regras culturalmente aceitas.

Segundo Ostrom (2002), o novo arranjo institucional não funcionará no terreno como está previsto no modelo abstrato a menos que os modelos sejam bem especificados e empiricamente válido e o conjunto dos participantes no terreno compreendam ou entendam como fazer as novas regras funcionarem. Ao em vez de presumir que os indivíduos que partilham os comuns são inevitavelmente presos numa armadilha que não podem escapar, a autora defende que a capacidade individual de se desembaraçar ou de se liberar de várias situações e tipos de dilemas varia de situação para situação. O caso apresentado em seu estudo ilustra ambos os esforços de sucesso e fracasso de escapar dos resultados trágicos. Em vez de políticas baseadas na presunção que os indivíduos envolvidos estão perdidos ou abandonados, prefere pesquisar e aprender mais de conjunto de experiências de campo porque que tem alguns esforços que foram abaixo para resolver os problemas dos comuns, enquanto outras são bem-sucedidas. O que podemos aprender das experiências que nos ajudaram a estimular o desenvolvimento e o melhor uso da teoria da ação coletiva – umas que serão identificadas variáveis chaves que podem aumentar ou diminuir das capacidades individuais para resolver o problema. Instituições são raramente privadas ou públicas – “o mercado” ou “Estado”.

Ainda de segundo Ostrom (2002), sucessos das instituições de propriedade de recurso comum são uma mistura rica de instituições “como privadas” e “como Estado” desafiando uma estrita dicotômica classificação. Por “sucesso” quer dizer instituições que permite os indivíduos a alcançar a produtividade dos resultados em situações onde à tentativa de carona “free-rider” e desobediente estão presentes. Uma vez presente há competitividade do mercado, os indivíduos podem sair e entrar livremente sem contribuir com custo para a manutenção e fornecer mercado. Num mercado pode existir por longo período ou durar longamente sem o suporte subjacente ou considerável das instituições públicas. No conjunto prático de campo frequentemente as instituições públicas e privadas estão entrelaçadas e dependem uma da outra em vez de existir em mundo isolado.

4.2.5. Uma solução alternativa

Segundo Ostrom (2002) com o início das discussões sobre as opções institucionais para resolver o dilema dos comuns, foi apresentada uma alternativa de solução em que os próprios envolvidos podem estabelecer uma ligação contratual para o próprio cometimento para uma estratégia de cooperação que os próprios se encarregam de resolver. Para representar este arranjo dentro de um quadro não cooperativo, movimentos adicionais devem ser abertamente incluídos na estrutura de jogo ou das relações montadas. A ligação contratual é interpretada dentro da teoria de jogo de não cooperação como aquele que é infalivelmente aplicado por um ator ou agente externo – assim como foi interpretado a pena postulada anteriormente como sendo infalivelmente imposta pela autoridade central. A simples maneira de representar, isto é, um parâmetro de transações “*payoff*” e uma estratégia para um conjunto de estratégia para ambos. O parâmetro é custo de execução ou aplicação de acordos, e entretanto ambos irão negociar a prioridade para acesso ao recurso. De acordo com a autora, durante a negociação eles discutem várias estratégias para partilhar a capacidade os custos de aplicação ou execução dos seus acordos. Contratos não executados, entretanto, a menos que concordem por unanimidade. Qualquer proposta feita pelos intervenientes que não está envolvido em igual partilha de aplicação dos custos será vetado por outros na sua negociação. Consequentemente, o único acordo viável, e o equilíbrio resultante é para ambos os intervenientes partilharem igualmente o nível de produtividade sustentável da área e os custos da execução dos seus acordos desde que o custo de participação de cada um não afeta o outro.

Os atores envolvidos podem sempre garantir que o pior que eles vão fazer é (falhas, falhas) resultado da situação de falta de cooperação. Não dependentes de informação precisas e obtidas de uma fonte oficial do governo distante relacionadas com as suas estratégias. Se um interveniente sugerir um contrato baseado na informação incompleta ou tendenciosa, ou outro pode apresentar ou indicar falta de vontade para o acordo. Eles determinarão os seus próprios contratos e solicitam a aplicação para aplicar apenas em que tem concordado previamente. Se a execução for decidida para custos muito maior para seus serviços, nenhum interveniente concordaria em tal contrato (OSTROM, 2002).

De acordo com Ostrom (2002) a solução de um jogo de “dilema dos comuns” é totalmente instrumentalizado similar e não representa a “única solução” para resolver o dilema

dos comuns. É meramente uma solução. Mas esta solução tem sido quase ignorada em ambas as literaturas de análises políticas e da teoria formal.

Segundo Ostrom (2002) como rapidamente admitem a possibilidade da parte privada para levar o papel da execução externa, a natureza da solução oferecida para o “dilema dos comuns” começa a gerar um rico conjunto de aplicações alternativas. Aplicação de contratos permite aos participantes para exercer um grande controle sobre decisões acerca de quem será permitido ou autorizado em relação a dado recursos, e que limites serão definidos para os usuários. Se as partes usam a arbitragem privada, não permitirão a arbitragem impor um acordo sobre eles. Simplesmente a arbitragem ajuda as partes a encontrar métodos para resolver os dispostos que surgem dentro de um conjunto de funcionamento de regras que as próprias partes têm concordado. Arbitragem pela corte e outros arranjos para execução e resolução de disputas torna possível para individualmente iniciar um arranjo de longo termo que caso contrário eles não puderam empreender. Mas logo que um pensa acerca de uma solução é uma pequena etapa para pensar acerca da possibilidade ampla de arbitragem oferecendo serviços de execução para vários custos durante o estágio de negociação.

O equilíbrio dominante nesta situação é para concordar sobre a arbitragem de executar o contrato a custo muito baixo. A diferença entre as soluções colocadas é que os participantes desenham o seu próprio contrato em busca de soluções alternativas à luz de informação que eles tem em mão. A arbitragem não precisa contratar monitores para observar as atividades contratuais das partes. O interesse próprio daqueles que negociaram o contrato conduzirá para monitorar um ao outro e reportar infrações observadas assim que o contrato é executado. Uma agência reguladora, por outro lado, sempre precisa da ligação com seus próprios monitores. A agência reguladora em seguida encara o principal problema dos agentes de como ter certeza que o agente monitora ou executa o seu trabalho (OSTROM, 2002). Segundo Ostrom (2002), os proponentes da “solução” pela autoridade central presumem que cada agencia tem informação precisa e é capaz de mudar os incentivos para produzir algo como no dilema dos prisioneiros. É difícil para as autoridades centrais terem tempo suficiente e informação local para ambos estimarem a capacidade de carga precisa do recurso de propriedade comum e apropriadas multas ou penalidades para induzir comportamento de cooperação. Acredita-se que situações com informações incompletas levam a sanções erradas, ocorre muito frequentemente do que foi presumido na literatura de análise política. A necessidade de um monitor externo e executores é

particularmente determinante quando o que tem que ser executado é decisão por agentes externos que impõem um custo extra sobre os participantes. Um adicional problema a ser considerado é a situação em que executores têm tido arranjos pelos mútuos acordos que pode ser confundido por analistas e oficiais públicos para situações em que não tem acordos a cerca de como cooperar e executar acordos.

Para Ostrom (2002), em outras palavras, alguns exemplos de soluções alternativas pode ser confundido com livre acesso. Estas situações podem construir para ser “informal”, levando presunções que não são legais. Isto vai de encontro à presunção fundamental acerca de governança da natureza de como uma autoridade externa governando sobre a sociedade. Em estudos empíricos, usuários de recursos de propriedade comum tem desenvolvido ampla diversidade de seus próprios acordos, que são executados por muitos mecanismos. Alguns mecanismos de execução são agência governamental externo. Alguns mecanismos de execução envolvem os próprios usuários comunitários que são empregues como monitores e executores. Alguns mecanismos envolvem os próprios usuários como próprios monitores. Quando o mecanismo de execução não é de uma agência governamental externa, alguns analistas presumem que não existe execução ou cumprimento. Dentro do jogo do “Dilemas dos Prisioneiros”, a execução de contrato não é uma panaceia. Assim, em muitos conjuntos de arranjos institucionais tem muitas fraquezas ou limitações. Os usuários podem superestimar e subestimar a capacidade de carga do recurso. Os seus próprios sistemas de monitoramento podem quebrar. Os executores externos podem não ser capazes de executar os acordos, depois de prometer fazer assim antes. Mensuráveis problemas podem ocorrer em ambiente natural, como é o caso idealizado com a regulamentação central ou instituições de propriedade privada.

Ainda de acordo Ostrom (2002), a estrutura de arranjos institucionais que se encontra em ambientes naturais é, certamente, muito mais complicado do que a estrutura de um simples jogo apresentado na discussão anteriormente, o que procurou fazer com estes simples jogos é gerar diferentes soluções de pensamento acerca de mecanismos que indivíduos podem usar para liberar a si próprio do dilema dos comuns, soluções diferentes daqueles encontrados em muitas literaturas e análises políticas.

4.3. Em busca de instituições eficazes

Segundo Ostrom et al., (2002), elaboração de melhores formas de administração de sistemas de recursos continuará a ser uma questão importante no novo século. As alterações climáticas, perda de biodiversidade, redução do ozônio, a dispersão generalizada de poluentes persistentes, e a maioria dos outros problemas ambientais envolvem os recursos de uso comum. Praticantes a nível internacional, nacional, regional e local vão continuar a procurar soluções e debater as regras apropriadas para os regimes de propriedades dos recursos naturais para governo (Estado), privado e comunidade. Enquanto isso existe considerável incerteza científica sobre como os vários regimes de propriedade e associados às formas institucionais afetam a sustentabilidade dos recursos.

Ainda segundo Ostrom et al. (2002), o melhor conhecimento disponível sugere fortemente que a busca por uma estratégia única e melhor será inútil. A melhor ferramenta para a gestão sustentável de um recurso de uso comum depende das características do recurso e dos seus usuários. Acordo substancial está evoluindo lentamente que várias estratégias institucionais são necessárias, dada a grande diversidade de recursos físicos e biológicos ameaçados. Dado o conhecimento atual, que exige a engenhosidade substancial para conceber instituições que lidam de forma eficaz com os atributos de um recurso especial, dadas as maiores macroinstituições políticas, cultura e ambiente econômico em que esse recurso está incorporado. Com uma melhor compreensão, pode tornar-se possível diagnosticar suficientemente bem situações de uso de recursos para separar promissoras formas institucionais daquelas improváveis para alcançar as metas desejadas e, assim, fornecer informação científica útil complementar à capacidade criativa ou de invenção instalada. Neste momento, avanço do conhecimento exige uma análise do desempenho de uma ampla gama de opções políticas em diversos níveis de organização. A análise é proveniente da recente classificação de algumas categorias principais aproximados de regimes de direitos de propriedade em relação a tipologias, a partir de proposições variadas sobre quais as formas institucionais trabalham melhor com as teorias mais complexas que levam em conta diferenças de contexto e de análise em um nível de organização social para aqueles que levam em conta as ligações entre as formas institucionais em diferentes níveis.

Segundo Ostrom (1990) apud Ostrom et al (2002) esta ideia levou a uma busca por robustos “princípios de desenhos” enraizados na percepção de que os resultados podem ser mais

dependente da capacidade das instituições para enfrentar os desafios de desenho do que nos atributos institucionais, tais como o tipo de direitos de propriedade que estabelecem. Segundo Ostrom et al. (2002), além disso, o reconhecimento crescente de que o desempenho institucional pode ser avaliado usando vários critérios de avaliação. O critério de eficiência econômica se concentra na relação do total de benefícios individuais e sociais para o total de custos individuais e sociais. Mesmo que seja com frequência empiricamente difícil de medir os benefícios e custos sociais, conceitualmente um arranjo institucional é considerado economicamente eficiente se não ocorrer à realocação de recursos, vai melhorar o bem-estar de alguns indivíduos afetados pelo recurso sem fazer com que alguém fica em situação pior. O critério de sustentabilidade pode ser aplicado para ambos os recursos e as instituições que regem o recurso. No que diz respeito ao recurso, sustentabilidade refere-se à continuação (ou mesmo melhoramento) do sistema de recursos, a facilidade, ou material que gera um fluxo de unidades de recursos. No que diz respeito a uma instituição, a sustentabilidade refere-se ao uso continuado da instituição ao longo do tempo com a adaptação ocorra nas regras do dia-a-dia, no contexto de uma constituição estável. Critérios de equidade são usados para avaliar a distribuição de custos e benefícios, quer com base na relação entre esforços das contribuições individuais e os benefícios que derivam ou com base em suas capacidades diferenciais para pagar.

Segundo Ostrom et al (2002), instituições são as regras que as pessoas desenvolvem para especificar o que “fazer e não fazer” em relação a uma situação particular. Em relação aos recursos de uso comum, as regras definem quem tem acesso a um recurso, o que pode ser explorado ou extraído de parte desse recurso, projetado, ou rejeitado dentro de um recurso, e quem participa de decisões importantes sobre essas questões e sobre a transferência de direitos e deveres para com os outros.

Segundo Ostrom & Ahn (2003) citando Crawford & Ostrom (1995); Ostrom, Gardner & Walker (1994) instituições são definidas no amplo termo como prescrições que especificam que ações (ou resultados) são necessários, proibidas, ou permitidas, e sanções autorizadas se as regras não são seguidas Segundo Ostrom & Ahn (2003) citando North (1990) instituições são assim regras de um jogo que as pessoas inventam ou idealizam. De acordo com Ostrom & Ahn (2003) regras são resultados de esforços humanos para estabelecer ordem e aumentar a previsibilidade dos resultados sociais. Regra pode ser usada para aumentar a melhora o bem-estar de muitos indivíduos ou, se processo e escolhas ou opções coletivas são controlados por um

subgrupo bem organizado para beneficiar mais esse grupo do que outros. Leis escritas, regulamentos administrativos, decisões judiciais, e por diante, são regras formais escritas sobre papel e executados por uma autoridade pública.

Segundo Grootaert (1998) apud Ostrom & Ahn (2003) considerou o ponto de vista de capital social que incluiu estruturas institucionais formalizadas, tais como governamentais, o regime político, regras de lei, sistemas judiciais, e liberdade cível e política, como mais abrangentes. Muito acadêmicos, por exemplo, Muller (1981); Taylor (1982) citado por Ostrom & Ahn (2003) tem argumentado que regras legais e instituições formais são um meio ineficaz para resolver problemas de ação coletiva, e algumas vezes pode até mesmo prejudicar as bases de cooperação social.

Segundo Akn & Ostrom (2002) o capital social é um conjunto de valores e relações criadas por indivíduos no passado que podem ser desenhadas ou projetadas no presente e futuro para facilitar a superação de dilemas sociais. Para Coleman (2006), o capital social deve ser entendido como um recurso para o indivíduo e, sendo assim, é produzido a partir das mudanças das relações interpessoais que facilitam determinadas ações. O capital social depende da ação individual para a produção de um bem coletivo e é sustentado por dois pilares, a confiança e a reciprocidade. Ostrom & Ahn (2003), identifica as seguintes formas de capital social que são particularmente importantes em estudos de ação coletiva: Confiabilidade, Redes, e instituições ou regras formais e informais. Olham o capital social como um atributo de indivíduos e a sua relação para melhorar suas habilidades para resolver problemas da ação coletiva. Putnam (2006), também identifica a confiança, normas e cadeias de relações sociais como forma de capital social. Na ótica de Putnam estas formas de capital social aumentam ou ampliam como uso, em vez de diminuir, e que se esgotam ou mínguam com o desuso.

Ostrom & Ahn (2006) incluem características de estruturas sociais e instituições como forma de capital social. Mas segue visão não reducionista que confiabilidade, um termo referindo para as características de preferências individuais que facilita os indivíduos a comportar cooperativamente em dilemas sociais mesmo em ausência da estrutura e incentivos institucionais para fazê-lo – não é apenas não redutível mas também uma crítica das formas de capital social. A diferença entre as duas abordagens para capital social são frequentemente sutil e uma simples dicotomia que não é totalmente capturado ou incorporado. Segundo Ostrom & Ahn (2006) citando Fukuyama (1999) e Putnam (2000), consideram duas seguintes afirmações:

[...] Capital social pode ser definido simplesmente como um conjunto instanciado de *valores informais* ou normas partilhadas entre os membros de um grupo que permite estes para cooperar como um outro (FUKUYAMA, 1999) apud OSTROM & AHN, 2006). [...] Capital social se refere para *conexões* entre indivíduos – rede “*networks*” social e normas de reciprocidade e confiabilidade que surgiu deles...uma sociedade de indivíduos virtuosos, mas muito isolados não é necessariamente rica em capital social (PUTNAM, 2000 apud OSTROM & AHN, 2006).

Segundo Ostrom & Ahn (2006), Fukuyama é proponente mais forte que primazia ou prioriza aspectos culturais no capital social. Ainda de acordo com estes atores, citando Fukuyama (1995):

[...] Em que torna um argumento mais explícito que cultura é definido como “valores e hábitos” de indivíduos em uma sociedade é um fator crítico afetando desempenho econômico da sociedade...(DURLAUF, 2002 apud OSTROM & AHN, 2006) observou que o “capital social geralmente refere para confiança, consenso para associados, vontade de viver pelas normas da comunidade e sancionar ou punir aqueles que não o fazem”. Parece estar a concordar com Fukuyama. Este ponto de vista foi também observado e citado por (DONALSON, 2001 apud OSTROM & AHN, 2006) “Moralidade por criar vantagens econômicas para nação em forma ampla do que a noção de um mercado idealizado”. YAMAGISHI (2001) apud OSTROM & AHN, (2006), argumentou que o termo “confiança” deve ser reservado para as crenças sobre outras puras motivações – que é definido neste caso como confiabilidade – é uma noção de confiança que corresponde para esta visão cultural de capital social.

Segundo Ostrom & Ahn (2006) a interpretação citada por Putnam (2000) é mais sutil. Depende sobre o que entende por “normas de reciprocidade e confiabilidade”. Se este refere “valores” segundo Fukuyama, então Putnam está argumentado que conexões mudam valores individuais. Notou ainda indivíduos que tem ativos e confiando conexões para outros, que desenvolve ou mantêm traços de caráter que são bons para o resto da sociedade. Tornam mais tolerante, menos cínico, e mais enfáticos para as desgraças dos outros.

Ainda de acordo com Ostrom & Ahn (2006), uma das questões importantes porque o conceito de capital social surge ou parece ser ambíguo é uma decisão muitas vezes despercebida dentro do próprio campo em si do capital social. Um conjunto de pesquisadores concede prioridade para fatores culturais de grupos ou comunidades (sumarizado em muitos artigos como confiabilidade dos indivíduos). Outros mantêm a corrente principal da abordagem neoclássica em que valores e fatores culturais são epifenômenos para a estrutura de incentivos. O fato que instituições podem também ter significativo papel na cooperação é sem dúvida, mesmo que se deve ou não incluir instituições como forma de capital social é matéria de acesos debates. A

divisão crítica existe com respeito para a confiança, confiabilidade, normas de reciprocidade e seu lugar em quadro de capital social. De acordo com Ostrom & Ahn (2006) existe outras interpretações, entretanto, que não requerem valores ou mudanças de valores para explicar normas de reciprocidade e confiabilidade. É um resultado bem estabelecido no meio da teoria dos jogos que certas características da estrutura de capital tende para facilitar a cooperação mesmo sem mudanças na estrutura das transações tal como repetidas interações entre um conjunto de atores e a rede de atores que transmite ou transfere informações de intenções e comportamentos para outros dentro da rede. Segundo Granovetter (1973, 1985) apud Ostrom & Ahn (2006), todas concepções de uma sociedade que chamou de “laços fracos” facilitam a ação coletiva a uma grande escala.

Segundo Ostrom & Ahn (2006), se a citação do Putnam é interpretada como tal, é possível reduzir esses conceitos de moral e cultura para crença (confiança), estratégia (cooperação), e padrões de comportamento (reciprocidade) cresce para além dos incentivos fundamentais do egoísmo fornecidos pela estrutura social. Vários economistas estudaram analisar a questão de confiança como um problema de reputação usando várias formas de jogos repetidos. Nestes jogos os atores sustentam cooperação não porque eles cuidam dos outros, mas porque eles tentam maximizar seus próprios ganhos ao longo do tempo. Segundo Knight (1992), Acheson & Knight (2000), McCay apud Ostrom et al (2002) frequentemente o estímulo para as mudanças de arranjos institucionais, tem sido enorme desafio, quando envolve questões sobre distribuição de recursos. Vários tipos de arranjos institucionais foram criados para tentar reduzir os problemas de uso excessivo e carona “free rider”, bem como conflitos de distribuição. Como já foi observado, recurso de uso comum que não têm instituições que regem o seu uso são chamados regimes de acesso aberto. Instituições que gerem ou governam o ajuste de usos são classificadas em três classes amplas que são referidos como propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal. Cada um desses tipos de instituições tem uma grande diversidade de subtipos, e como também existem muitos “híbridos”. O uso sob um regime de propriedade comum pode ser limitado aos membros de uma cooperativa, uma família, uma empresa formal, uma comunidade local, ou seja, um grupo de usuários reconhecido formalmente ou informalmente organizado. Uma grande variedade de regimes de propriedade privada também foi concebida para governar o uso de recurso de uso comum (OSTROM et al.; 2002).

4.4. Ação coletiva, instituições e papel de diferentes atores

4.4.1. Atores individuais: um foco inicial de análise

Segundo Moran & Ostrom (2009), na maioria das teorias as relações entre variáveis foram apresentadas de forma mecanicista. As “pressões” ou “condicionantes” demográficos afetam a mudanças de uso e cobertura da terra sem que o expediente humano desempenhe algo mais que um papel secundário. Boa parte das pesquisas continua a ver as mudanças na densidade populacional como condicionante, em vez de mudanças nos incentivos para as pessoas, que então fazem escolhas sobre ações futuras. Uma tradição oposta começa com modelos de mudanças sociais e ambientais que encaram atores (sejam eles indivíduos, unidades famílias ou coletivas maiores) realizando decisões concretas após considerar as estratégias disponíveis para eles em condições particulares. Neste sentido os atores representam forças da mudança em última instância. Eles atuam sobre certas restrições, comumente aquelas nas teorias estruturais, mas também tem um impacto independente próprio sobre as mudanças ambientais. As teorias envolvendo atores individuais nos tiram da caixa do determinismo estrutural, permitindo explicar as mudanças de microescala que determinam qualquer mudança macroestrutural.

Para Moran & Ostrom (2009), devemos nos precaver a respeito de tomar os indivíduos apenas como atores economicamente racionais, que procuram maximizar seus ganhos pessoais ao custo de qualquer outro resultado potencialmente desejável. As teorias que dedicam a analisar os processos de decisão e os efeitos dos indivíduos e das unidades familiares variam entre si na forma específica como modela o comportamento humano. Para os economistas neoclássicos e os geográficos econômicos, o ator individual avalia os benefícios materiais e os custos de fazer escolhas específicas e toma decisões para maximizar retornos privados de curto prazo. Quando esses modelos de comportamento humano são usados para explicar o comportamento de atores em um ambiente altamente competitivo, como o mercado aberto competitivo, as predições teóricas baseadas na maximização de lucros individuais têm sido apoiadas por pesquisa de campo experimental extensa.

Segundo Alchian (1950) apud Moran & Ostrom (2009) esses bons resultados podem ser grandemente atribuídos a forte pressão do ambiente institucional que tornam sobreviventes àqueles que maximizam os lucros, e não ao cálculo interno dos atores individuais.

O modelo estreito do comportamento racional e a grande ênfase em encontrar equilíbrio em condições estáticas dominaram as abordagens econômicas no estudo da interação homem-ambiente até bem recentemente e tende assumir que as maximizações individuais eram levadas as decisões particulares de produção e localização por fatores em seus ambientes, “condicionantes” focadas principalmente em macroescalas (H. DEMSETZ, 1983 apud MORAN & OSTROM, 2009). Conseqüentemente, a suposição era de que os tomadores de decisão racionais empreenderiam ações que afetariam o ambiente (H. DALES, 1968 apud MORAN & OSTROM, 2009).

Segundo Moran & Ostrom (2009) instituições criadas para frear essas ações estratégicas eram vistas como mudanças necessárias que deveriam ser impostas por autoridade externas a usuários de recursos locais. Por outro lado, investigações teóricas empíricas consideráveis têm contrariado as predições teóricas de que os indivíduos encaram problemas de regular ou gerenciar bens públicos e recursos de acesso comum não se engajariam em ações voluntárias para alcançar benefícios próprios de longo prazo. Segundo os autores, pesquisas recentes sobre como as decisões de atores individuais afetam a condição de recurso tendem a reconhecer que há modelos que podem ser usados para teorizar sobre escolhas individuais.

O embasamento teórico deve tomar pelo menos três decisões centrais sobre: 1) se deve assumir que os atores tem tanta informação quanto a que existe no seu ambiente; 2) como as suas preferências refletem conseqüências para si mesmo e para outros; e 3) qual o tipo de cálculo que eles realizam (análise completa *versus* algum tipo de “heurística”).

Segundo Moran & Ostrom (2009), a teoria da ação coletiva tornou-se uma teoria central entre todas as ciências sociais para explicar os custos e as dificuldades envolvidas na organização da cooperação para alcançar fins comuns, como a redução de taxas de colheita e proteção de habitat. A teoria tem muitas raízes nos anos 1950, quando Gordon & Scott analisaram os recursos comuns simples – nesse caso, recurso pesqueira de acesso livre – para mostrar que os pescadores sempre pescariam em excesso. Ainda de acordo Moran & Ostrom (2009), Olson (1965), considerou que indivíduos diante de problemas como o de tomar decisões independentes sem uma instância fiscalizadora externa para levá-los a respeitar acordos. Nessas condições, o autor previa que, a menos que os indivíduos estivessem em grupos muito pequenos ou tivessem definidos incentivos seletivos, eles não iriam cooperar para chegar a benefícios coletivos. Enquanto, Hardin (1968) previa que os indivíduos explorando um recurso comum cairiam

inexoravelmente na armadilha da superexploração e da destruição. Analisando um tipo simples de recursos (uma reserva comum) e de usuários (os maximizadores de ganho de curto prazo independentes do modelo predominante de comportamento racional nessa época), argumentava que haveria apenas duas soluções para uma ampla variedade de problemas ambientais: a imposição de uma instância governamental reguladora ou a imposição de direitos privados.

Ainda de acordo como Moran & Ostrom (2009), a possibilidade de que os próprios usuários encontrariam maneira de organizar-se não era seriamente considerada na maior da literatura sobre políticas ambientais. A organização para definir regras para direitos e deveres dos participantes cria um bem público para os envolvidos. Qualquer um que seja incluído na comunidade de usuários se beneficia desse bem público, quer retribua ou não. Assim, escapar da “armadilha” é um dilema de “segundo grau”. Adicionalmente, investir no monitoramento e em sanções para aumentar a probabilidade de que participantes sigam os acordos feitos também gerar um bem público, e, portanto, “armadilha” representa um dilema do “terceiro grau”.

Com muito dos problemas iniciais existe porque os indivíduos estão presos em um quadro em que eles criam externalidades negativas uns para outros, não há consistência com a teoria convencional de que eles resolvem os dilemas de “segundo e terceiros grau” para tratar o dilema de “primeiro grau” analisado (Moran & Ostrom; 2009).

Segundo Ostrom (1994) apud Moran & Ostrom (2009), evidências tanto experimentais como pesquisas de campo desafiam a possibilidade de generalizar a teoria anteriormente aceita. Enquanto ela é geralmente bem-sucedida em previsões em casos em os usuários estão alinhados uns dos outros ou não podem se comunicar entre si efetivamente, ela não oferece explanação para situações em os usuários capazes de criar e sustentar acordos para evitar problemas sérios de superutilização. Ela também não prevê também quando a propriedade do Estado pode ter bom desempenho ou com uma privatização aprimora os resultados. Por outro lado, pesquisadores concordam sobre um conjunto de variáveis que aumentam a possibilidade de os usuários se organizarem para evitar perdas sociais associadas a recurso de acesso aberto. Há um crescente consenso de que os atributos básicos de um recurso, dos usuários e de níveis mais altos de governo pode criar um contexto importante dentro do qual os indivíduos podem ou não se organizar para proteger recursos. Os atributos dos recursos dizem respeito a seu tamanho, sua previsibilidade, a presença de indicadores confiáveis e a existência de prejuízos reparáveis para o recurso. Os atributos dos usuários dizem respeito sua dependência do recurso, seus horizontes

de tempo, a confiança estabelecida entre si, sua experiência organizacional e a distribuição de interesses dentro de uma comunidade.

Segundo Ostrom (2001) apud Moran & Ostrom (2009), a chave para aprofundar a integração teórica é entender como esses atributos interagem de forma complexa para afetar o cálculo básico de custo e/ou benefício de um conjunto de usuários que explora o recurso. Cada usuário deve esboçar uma comparação dos benefícios líquidos esperados para os casos de manter as regras velhas e/ou antigas com os benefícios que ele espera obter sobre novos conjuntos de regras. Adicionalmente, os usuários devem estimar três tipos de custos: (1) os custos iniciais de tempo e esforço para esboçar e acordar as novas regras; (2) o custo de curto prazo de adotar novas estratégias de apropriação; e (3) os custos de longo prazo de monitoramento e manutenção de um sistema de autogovernança (das às normas da comunidade em eles vivem).

Ainda de acordo Moran & Ostrom (2009), se soma desses custos esperados para cada usuário exceder o incentivo para mudança, nenhum usuário investirá o tempo e os recursos necessários para criar novas instituições. Em condições de campo e ou concretas, ninguém espera ter os mesmo custos e benefício de uma mudança proposta. Alguns podem perceber benefícios positivos depois que todos os custos revirem sido considerados, enquanto outros percebem prejuízos líquidos. Conseqüentemente, as regras de escolhas coletivas usadas para mudar as regras operacionais cotidianas para exploração dos recursos podem afetar o sucesso de mudanças institucionais apoiadas por uns e objetadas por outros. Para qualquer regra de escolha coletiva, tais como unanimidade, maioria, elite governante ou autocracia, existe uma colisão mínima de usuários que devem aceitar um acordo antes da adoção de novas regras. Novas regras são definidas quando uma colisão vencedora entende que os benefícios esperados excedem os custos esperados. Essa abordagem teórica, no entanto, é relativamente difícil de executar empiricamente devido à necessidade de obter dados de campo substanciais. Para compreender padrões de mudanças ambientais, é necessário obter informações consideráveis sobre os usuários em muitos níveis, sobre os atributos dos próprios recursos e sobre os arranjos das instituições que atribuem para autoridades alterar as regras cotidianas ao longo do tempo. A abordagem sobre as relações entre a ação coletiva, instituições e padrões de uso e cobertura da terra, tem conduzido pesquisa sobre o manejo de recurso de propriedade comum. Por outro lado, estes trabalhos colocam as divisões entre cultura e instituições pelo enfoque sobre como a cultura molda o comportamento de maneira que não são racionais.

Os atores utilizam formas de organização que lhes são familiares (em vez de forma que necessariamente sejam as mais eficientes) para estruturar novas organizações. Esta abordagem não tem sido usada no estudo de tomada decisão sobre uso de recursos naturais. Entretanto, ela tem um potencial de oferecer explicações sobre por que o gerenciamento efetivo de recursos naturais pode desenvolver-se em certas comunidades ou países e não desenvolver em outros, e explicar a importância de experiências passadas da ação coletiva para o futuro manejo coletivos de recursos naturais (MORAN & OSTROM, 2009).

4.4.2. Teoria geral da ação coletiva

Segundo Olson (1999) a tese básica sobre o “dilema da ação coletiva” publicado em seu livro é a de que “mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais”. O argumento formal empregado pelo autor para explicar a disjunção entre racionalidade individual e racionalidade coletiva tem como objetivo se contrapor às interpretações academicamente dominantes do comportamento coletivo na década de 1950, classificadas por Olson como pertencendo às “teorias tradicionais dos grupos sociais”.

Ainda de acordo com Olson (1999) apropriando-se do método individualista, do princípio da maximização da utilidade marginal da economia neoclássica e do conceito de bens públicos, afirma que quando está em pauta um bem público, vale dizer, um benefício caracterizado pela impossibilidade de discriminação entre aqueles que contribuíram para o provimento do mesmo daqueles que não o fizeram, o membro racional, em determinados casos, pode preferir não contribuir para a consecução do bem grupal. Isso porque o ator, mesmo não contribuindo com a consecução do benefício coletivo, poderia, em certas circunstâncias, usufruir de igual modo do bem em questão. Ainda que os custos da cooperação sejam mais reduzidos do que os benefícios auferidos pelo ator, a deserção na ação coletiva é racional, sempre que o efeito da contribuição de cada indivíduo para a provisão do benefício coletivo não exerce “uma diferença perceptível para o grupo como um todo, ou para o ônus ou ganho de qualquer membro do grupo tomado individualmente”. Como a consequência positiva que cada contribuição individual exerce sobre a produção do bem coletivo não é notada, pelo fato de ser muito reduzida, e essa contribuição

envolve custos, é racional que o ator com interesse próprio não arque com esses mesmos custos, maximizando assim a sua utilidade. Grupos cujos membros se deparam com essa percepção em relação à contribuição individual dos mesmos para a produção do benefício coletivo são classificados como “latentes”. O “dilema da ação coletiva” em grupos “latentes” reside justamente nessa ambivalência: na medida em que todos os membros do grupo raciocinam da mesma maneira, isto é, na medida em que procuram maximizar as suas respectivas utilidades a custa da deserção, pelo fato de não notarem, no fim, qualquer acréscimo significativo no nível de provisão do bem coletivo para o grupo como um todo ou para algum membro isoladamente por conta da contribuição individual, o resultado acaba se tornando desastroso do ponto de vista agregado. Do ponto de vista da racionalidade coletiva, todos ganhariam caso houvesse uma cooperação integral. Porém, de acordo com a racionalidade individual, a deserção não deixa de ser a estratégia que proporciona a recompensa mais vantajosa a cada ator, independentemente dos outros membros do grupo cooperarem ou deixarem de cooperar. Ao contrário da metáfora da mão invisível de Adam Smith que inverte a moral tradicional atribuindo à busca do autointeresse um caráter positivo em termos sociais, justificando, assim, a própria economia de mercado. Segundo Olson (1999), em situações específicas (aquelas que os economistas do bem-estar chamam de “falhas de mercado”), a mera perseguição do interesse individual do membro, seja ele material ou de qualquer outra natureza, termina produzindo resultados desastrosos do ponto de vista coletivo. Em casos como estes, o bem público não será provido a menos que sejam aplicados incentivos seletivos negativos (coerção) sobre os membros que não cooperam ou incentivos seletivos positivos (como retribuições individuais materiais ou simbólicas) aos membros que forneceram a sua contribuição para o “bem comum”.

4.4.3. Segunda teoria geral da ação coletiva

Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003), o desempenho econômico e político da sociedade, desde comunidades locais para âmbito internacional, depende criticamente de como os membros de uma comunidade resolvem os problemas de ação coletiva. Contemporaneamente a teorias de capital social, sem exceção, levantou suas discussões sobre o capital social colocando os problemas da ação coletiva no centro dos problemas econômicos e político. A ligação da teoria da ação coletiva com a abordagem de capital social é, na melhor da hipótese, até agora

incompleta. O pesquisador de capital social usa o paradigma de ação coletiva primeiramente para o quadro dos problemas de suas pesquisas. Incorporando as formas de capital social, tal como confiança e/ou confiabilidade, redes, e instituições, dentro um de quadro da ação coletiva é uma frequente abordagem narrativa, mas é menos frequente usada em modelos formais analiticamente rigorosos.

Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003) citando Olson (1965), a preocupação da teoria da ação coletiva é inerente a um conjunto de dilema sociais em existe um grupo de indivíduos, um interesse comum entre eles, e potencial conflito entre interesses comuns e cada interesse individual. Os problemas de ação coletiva surgem sempre que os indivíduos enfrentam cursos alternativos de ações entre próprias escolhas de curto prazo e aquelas que, se seguida por um enorme suficiente grupo de indivíduos, beneficia todos.

Segundo Lupia, Mccubbins & Popkin (2000) apud Ostrom & Ahn (2002; 2003).o problema é um próximo resultado de incentivos egoístas para alcançar mutuamente resultados benéficos. Superação de dilema social não é simples como se pode imaginar; qualquer outro pode fazer, um indivíduo é sempre melhor escolhendo a opção de não cooperar com outro. O jogo do dilema de prisioneiro é frequentemente usado para caracterizar sucintamente dilemas sociais. Dilemas sociais têm sido considerados no centro dos problemas das ciências políticas. Mesmo forma simples e básica de transações de mercado envolve os problemas de confiança. Governança democrática também envolve uma variedade de problemas de ação coletiva a diferentes escala que limitadamente que os cidadãos devem de alguma forma confrontar e superar.

Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003) a primeira teoria geral da ação coletiva em Olson (1965) e Hardin (1968) concluíram que indivíduos não poderiam alcançar benefícios conjuntos quando deixado por eles próprios se estão em uma situação onde todos podem obter benefícios, se ou não contribuíram para o esforço. A forma de superar a suposta inabilidade dos indivíduos para resolver estes problemas inclui a regulamentação por uma autoridade externa, provisão de incentivos seletivos, ou privatização. A primeira teoria geral da ação coletiva era uma crítica válida a crença ingênua que os indivíduos com interesse comum voluntariamente agiriam para alcançar aqueles interesses comuns, expressos na recentemente pelos teóricos tais como Bentley (1949) e Truman (1958) apud Ostrom & Ahn (2002; 2003). Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003), a pesquisa sobre a ação coletiva tem demonstrado que a primeira teoria geral da ação

coletiva, enquanto não completamente errada, são teorias parciais mais do que uma teoria geral. Elas apenas representam um caso limite das formas que situações de ação coletiva são estruturadas e como os indivíduos lidam com elas (Blonquist, 1992; Bolton & Ockenfels, 2000; Feeny et al., 1990; McCay & Acheson, 1987; National Research Council, 2002 apud Ostrom & Ahn, 2002; 2003). Segundo Ostrom (2008) apud Ostrom & Ahn (2002; 2003) em particular, as suposições universais egoístas da primeira teoria geral tem sido repetidamente rejeitadas em pesquisas empíricas conduzida no campo e laboratório experimental.

Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003) citando Frey (1994; 1997) uma não pode, entretanto, substituir as suposições universais egoístas com uma suposição universal altruísta. Existem indivíduos que são focados para seus ganhos materiais imediatos, a um custo ou gerando custos para outros. Ao mesmo, existe também uma proporção significativa de indivíduos, em termos de jogo teórico, tem a função de não utilidade egoísta ou, em outras palavras tem uma preferência intrínseca. Eles têm ou levam em consideração os interesses de outros indivíduos como também os seus próprios nas decisões que fazem. Além disso, os indivíduos não egoístas diferem entre si mesmo em termos de motivações puramente egoísta (OSTROM & AHN, 2002; 2003). Segundo Frohlich et al., (2001) apud Ostrom & Ahn (2002; 2003), escolhas atuais de indivíduos em dilema social são fortemente afetadas por vários fatores contextuais.

Segundo Ostrom (1998, 2000) apud Ostrom & Ahn (2002; 2003), ao contrário da primeira teoria geral de ação coletiva que pressupôs egoísmo universal, a segunda teoria geral da ação coletiva reconhece a existência de tipos múltiplos de indivíduos como centro principal da modelagem do comportamento humano. Em adição para continuar usar o jogo da teoria padrão de não cooperação, a ferramenta chave de modelagem da primeira teoria geral da ação coletiva proposta por Olson (1965), e a segunda teoria geral proposta por Ostrom & Ahn (2002; 2003), também usa comportamento e teoria de jogo evolutivo como também outro modelo evolutivo (CAMERER, 1997; GINTIS, 2000; HENRICH, 2000 apud OSTROM & AHN; 2002; 2003).

Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003), muitos modelos de ação coletiva baseado em teorias de comportamento e evolucionário ainda usa o conceito como solução padrão de jogos de teorias não cooperativas. Ostrom & Ahn (2002; 2003) estas levantam novas questões, entretanto, que são particularmente prevalentes na pesquisa de capital social. Segundo Ostrom & Ahn (2002; 2003) citando Glaeser et al., (2000) um dos principais aspectos da teoria de jogos de comportamento, é o problema das motivações sociais, que tem uma direta implicação nas

discussões de confiança e confiabilidade em pesquisa de capital social. Outro exemplo é o problema de preferência endógeno, um aspecto chave na abordagem da teoria do jogo evolucionista para ação coletiva (Bowles, 1998, 2000; Guth & Yaari, 1992; Guth & Kliemt, 1998; Guth, Kliemt & Peleg, 2000 apud Ostrom & Ahn, 2002; 2003), que providencia ou fornece uma forma para modelar a interação histórica entre a estrutura institucional e aprendizagem individual sobre como ser um bom cidadão (Putnam, 1993; Frey & Stutzer, 2002 apud Ostrom & Ahn, 2002; 2003).

4.4.4. Teoria de grupos e organização: “a finalidade da organização”

Segundo Olson (2011), frequentemente é dado como certo, ao menos quando há objetivos econômicos envolvidos, que grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns. Espera-se que os grupos de indivíduos com interesse comuns ajam por esses interesses tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus interesses pessoais. Esse sendo comum sobre o comportamento grupal emerge com frequência não apenas em triviais discussões cotidianas como também em textos acadêmicos. Muitos economistas das mais diversas tradições metodológicas e ideológicas aceitaram implícita ou explicitamente essa ideia. Essa visão foi importante, por exemplo, na elaboração de muitas teorias sobre a organização e em várias discussões sobre as instituições econômicas. Tem ocupado, além disso, um lugar proeminente nas ciências políticas onde estudos de grupos tem sido dominados por uma celebrada “teoria dos grupos sociais” baseado na ideia de que os grupos agiram quando a ação for necessária para promover seus interesses comuns grupais. Finalmente tem desempenhado um importante papel em muitos estudos sociológicos bastantes conhecidos. A ideia de que os grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na permissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual. Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas. Ninguém se surpreende quando um homem de negócios persegue individualmente mais lucros, quando trabalhadores perseguem

individualmente salários mais altos, ou quando consumidores perseguem preços mais baixos. A ideia de que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais é concebida como uma extensão lógica dessa permissão amplamente aceita do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo comum, e se eles todos ficariam em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para atingir esse objetivo.

De acordo com Olson (2011), não é verdade que a ideia de que os grupos agirão para atingir seus objetivos seja uma sequência lógica na permissão do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal, eles agirão para atingir esses objetivos, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses. Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou haja uma coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais. Em outras palavras, mesmo que todos os indivíduos de um grupo grande sejam racionais e centrados nos próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus próprios objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns ou grupais, longe de ser uma extensão lógica da permissão de que os indivíduos de um grupo irão racionalmente promover seus interesses individuais, é na verdade incoerente com essa mesma permissão. Mesmo que os membros de um grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-lo a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferentemente da realização do objetivo comum, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução dos objetivos grupais. Nem irão tais grupos de grande porte formar organizações para promover seus objetivos comuns na ausência da coerção ou incentivos independentes acima mencionados. Essas afirmações permanecessem válidas mesmo para situações em que há acordos unânimes dentro do grupo a respeito do bem comum e dos métodos para obtê-lo. A noção amplamente difundida, presente em todas as ciências sociais, de que os grupos tendem a promover seus interesses é, portanto,

injustificável, pelo menos quando se baseia, como geralmente ocorre, na pressuposição (às vezes implícita) de que os grupos agem em interesses próprios porque os indivíduos também o fazem.

Segundo Olson (2011), há, paradoxalmente, a possibilidade lógica de que grupos compostos ou de indivíduos altruístas ou indivíduos irracionais possam por vezes agir em prol de interesse comuns ou grupais. Numa das asserções acima se aplicam integralmente a grupos pequenos, pois em tais grupos o quadro é muito mais complexo. Nos grupos pequenos podem ocorrer alguma ação voluntária em prol dos benefícios comuns dos indivíduos do grupo, mas na maioria dos casos essa ação cessará antes que os resultados atinjam um nível ótimo para os membros do grupo como um todo. Nos grupos pequenos há, contudo, uma surpreendente tendência à “exploração” do grande pelo pequeno na partilha dos custos dos esforços para atingir um objetivo comum.

Ainda de acordo com Olson (2011) encontramos uma terceira categoria de grupos: os chamados “grupos intermediários”, que não possuem nenhum membro com interesse em promover, por sua própria conta, o benefício coletivo de maneira integral ou simplesmente de forma parcial, uma vez que nenhum ator desfrutaria de uma parcela tão grande do bem público que lhe compensasse arcar com todos os custos envolvidos na ação coletiva; a contribuição ou falta de contribuição de um ou mais membros, porém, nessas situações, pode, sim, exercer um efeito perceptível sobre a produção do benefício coletivo, fazendo com que um “caroneiro” em potencial raciocine que sua recusa em contribuir com o grupo traria consequências nefastas para ele próprio. No entanto, caso a contribuição do membro não seja acompanhada pelos esforços do restante do grupo, o bem coletivo não será provido, o que acarretará prejuízos não desprezíveis ao membro que contribuiu. Neste caso, o resultado da ação coletiva é incerto, pois, “no grupo intermediário, onde dois ou mais membros devem agir simultaneamente para que um benefício coletivo possa ser obtido, deve haver ao menos coordenação ou organização tácita”

Segundo Olson (2011), visto que a maioria das ações (mas de forma alguma todas) praticadas por um grupo de indivíduos ou em nome deles se dão através de uma organização. O ponto lógico para iniciar qualquer estudo sistemático sobre organizações é seu propósito. Mas existem organizações de todos os tipos, formas e tamanho, mesmo em se tratando de organizações econômicas, e há ainda a dúvida sobre se haveria algum propósito simples que poderia ser comiserado característica de todas as organizações em geral. Não obstante, um propósito que de fato é características da maioria das organizações, e com certeza de

praticamente todas as organizações com um importante aspecto econômico, é a promoção dos interesses de seus membros. Isso deve parecer óbvio, ao menos da perspectiva do economista. Sem dúvida, algumas organizações podem, por ignorância, fracassar na promoção dos interesses de seus membros, e outras podem ser tentadas a servir aos interesses da sua liderança. Mas as organizações frequentemente parecem quando não fazem nada para promover os interesses de seus membros, e esse fator pode reduzir severamente o número de organizações que não servem aos seus membros. A ideia de que as organizações ou associações existem para promover os interesses de seus membros está longe de ser uma novidade ou de ser uma noção peculiar à teoria econômica.

De acordo com Segundo Olson (2011), é importante notar que os interesses que todos esses tipos de organização, por exemplo, o Estado que procura promover interesses de seus cidadãos em que o interesse comum é um bom governo, as empresas privadas que defende os interesses dos seus acionistas em os interesses do acionistas por dividendo mais alto é ações valorizadas, as organizações rurais que lutam por uma legislação favorável para os seus membros e sindicatos por salários mais altos e melhores condições dos seus membros, esses devem promover são em sua maioria interesses comuns. Não é uma casualidade que de todos os tipos de organizações listadas acima se espere que trabalhem pelo interesse comum de seu seus membros. Interesses puramente pessoais ou individuais podem ser definidos, em geral com muita eficiência, por ações individuais independentes. Não há obviamente, nenhum sentido em formar uma organização quando uma ação individual independente pode servir aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que uma organização. Não teria nenhum cabimento, por exemplo, constituir uma organização simplesmente para jogar paciência. Mas quando um certo número de indivíduos tem um interesse comum ou coletivo, quando eles compartilham um simples propósito, a ação individual independente ou não terá condições de promover esses interesses comum de forma alguma, ou não será capaz de promove-lo adequadamente.

As organizações podem portanto desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, a sua função e características básicas é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos. A premissa de que as organizações existem tipicamente para promover os interesses comuns de grupos de indivíduos

está implícita na maior parte da literatura sobre organizações. Organizações existem para atingir propósitos ou interesses que “um grupo de homem tem em comum” (OLSON, 2011).

Segundo Olson (2011) a maior eficiência dos grupos relativamente pequenos – os grupos “privilegiados” e os “intermediários” – fica evidente tanto pela experiência e pela observação quanto pela teoria. Considere-se, por exemplo, uma reunião que envolva muitas pessoas, que por isso mesmo não conseguem tomar decisões rápidas ou suficientemente cautelosas. Todos gostariam que a reunião terminasse depressa, mas pouco estarão dispostos. Se alguém estiver, a mão de seus interesses para que isso ocorra. E embora presumivelmente todos os participantes da reunião tenham um interesse em que sejam tomadas as decisões seguras e confiáveis, com muita frequência isso não ocorre. Quando o número de participante é grande, o participante típico tem consciência de que seus esforços individuais provavelmente não influenciarão muito no resultado final e de que ele será afetado da mesma maneira pelas decisões da reunião tanto se aplicar muito quanto se aplicar pouco no estudo do assunto em pauta. Assim, o participante típico pode não se dar ao trabalho de estudar tão cuidadosamente o assunto da reunião quanto estudaria se pudesse tomar as decisões sozinho. As decisões da reunião são, portanto, benefício públicos para os dela participam (e talvez também para outras pessoas), e a contribuição de cada participante para obtenção ou melhoria desses benefícios públicos diminuirá quanto maior for o número de participantes da reunião. É por essas razões, entre outras, que as organizações recorrem com tanta frequência ao pequeno grupo: comitês, subcomitês e pequenos grupos de liderança são criados, e uma vez criados, eles tendem a desempenhar um papel crucial.

Ainda segundo Olson (2011) essa observação e corroboradas com alguns interessantes resultados de pesquisa empírica que, ampla variedade de instituições, pública, privadas, nacionais e locais, os grupos e subgrupos “ativos” tendem a ser muito menor do que grupos e subgrupos que não agem. Em suma, os grupos que realmente fazem trabalhos são de fato grupos pequenos. Grupos pequenos podem agir com mais decisão e utilizar seus recursos com mais eficiência do que grandes grupos: O grupo pequeno centripetamente organizado costuma a reunir e empregar todas as suas energias, ao passo que nos grupos grandes essas energias permanecem com muito mais frequência em estado potencial.

O fato de que a parceria ou sociedade pode ser uma forma institucional de trabalho viável quando o número de parceiros é pequeno, mas que é geralmente malsucedida quando o número de parceiros é grande, pode constituir uma ilustração das vantagens dos grupos pequenos.

Quando uma parceria tem muitos membros, o parceiro individual nota que seu próprio esforço ou contribuição não afetará muito o desempenho grupal e espera obter sua parcela preestabelecida dos ganhos tanto se contribuir quanto se não contribuir com tudo o que poderia contribuir. Os ganhos de uma parceria em que cada parceiro obtém uma parte preestabelecida do retorno dos esforços são um benefício coletivo para os membros da parceria, e quando o número de parceiro aumenta, o incentivo que cada um deles tem para trabalhar para o sucesso da empreitada diminui. Essa é sem dúvida apenas uma das várias razões pelas quais as parcerias tendem a perdurar somente quando o número de parceiros é pequeno, mas é uma razão que pode ter um peso decisivo em uma parceria grande (OLSON, 2011).

Ainda de acordo com Olson (2011), a autonomia da administração na grande sociedade anônima moderna, com seus milhares acionistas, e a subordinação da administração na sociedade anônima pertencente a um pequeno número de acionistas também podem ilustrar as dificuldades específicas de grande grupo. O fato de que a administração tende a controlar a grande sociedade anônima e tem condições, por vezes, de promover seus próprios interesses às custas dos acionistas é surpreendente, tendo em vista que os acionistas comuns dispõem de poder legal para depor a administração assim que desejarem, se ela estiver dirigindo a sociedade anônima parcial ou totalmente em prol dos interesses da diretoria, e visto também que eles têm, como grupo, um incentivo para fazer isso. Por que, então, os acionistas não exercem seu poder? Eles não o fazem porque em uma grande sociedade anônima com milhares de acionistas, qualquer esforço que o acionista típico fizer para depor a administração prevalente será malsucedido. E mesmo que o acionista tivesse êxito, a maior parte dos retornos na forma de dividendos e preços de ações mais altos iria para o resto dos acionistas, já que o acionista típico possui uma ínfima percentagem do enorme total das ações da sociedade. A renda da sociedade anônima é um benefício coletivo para os acionistas, e os acionistas que possuem uma percentagem mínima do total das ações, como qualquer membro de um grupo latente, não tem nenhum incentivo para trabalhar pelos interesses do grupo. A sociedade anônima com pequeno número de acionistas, em contraste, é não apenas controlada de jure mas também de fato pelos acionistas, pois em tais casos se aplicam os conceitos de grupo privilegiados ou intermediários.

CAPITULO -5

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

5.1. Quadro político e institucional das áreas de conservação e sua implementação em Moçambique

Durante o período antes da independência, a gestão das áreas protegida foi sempre uma gestão da responsabilidade exclusiva do Estado e, durante este período o que aconteceu foi que gestão e ocupação efetiva das áreas protegidas e ou dos parques foi limitada. Portanto, da rede de parques e reserva nacionais que existiam na altura apenas duas áreas é que foram adequadamente geridas sendo o Parque Nacional de Gorongosa e a Reserva Especial de Maputo. E as de mais áreas ficam sob um regime de ausência de gestão, mas simplesmente de garantia de fiscalização, ou seja todas as restantes áreas tinham a garantia de fiscalização, uma estabelecida dentro dos limites dessas áreas e outra fiscalização baseada fora dos limites das áreas.

A gestão das áreas de conservação em Moçambique desde a era colonial sempre sofreram grandes transformações na gestão propriamente dita e com implicação direta sobre a conservação de recursos naturais, sobre as populações locais incluindo a administração do Estado e legislação. O topo de atenção acontece com a implementação do diploma 20.000/40 na época do regime colonial português que foi um instrumento de base para conservação em Moçambique, e que partir deste abriu-se espaço para a participação de indígenas nacionais na gestão das áreas protegidas em Moçambique.

De ponto de vista institucional a conservação estava associada aos serviços de Veterinária em Moçambique e foi evoluindo até a independência. Depois da independência em 1975, umas das grandes questões que surgiram foi a criação de empresa para a gestão da conservação a EMOFAUNA- Empresa Moçambicana de Fauna, E.E em 1976, que para além da componente conservação tinha a componente de comercialização. Evoluiu nesta direção, que depois do ano de 1976 a empresa começou a ter dificuldade de funcionamento porque o acesso as áreas de florestas se tornou bastante difícil com o início do conflito armado que atravessa o país. Neste período serviços relacionado a conservação e comercialização pararam porque o conflito armado se alastrou por todo país a uma velocidade acentuada, e foi essencialmente mais notório de 1986-

1992 ano da assinatura do acordo de paz. Durante esse período, o grande marco que ficou registrado é perda da maior parte das espécies de fauna que dominavam no país, a população dos elefantes e rinocerontes entre outras que se caracterizou em grande declínio de quase todas espécies, destruição de infraestruturas e da rede das unidade de conservação em Moçambique. No período pós- independência o quadro manteve, houve a guerra civil que reduziu a zero o quadro de gestão das áreas protegidas.

Com assinatura de acordo de paz em 1992 a empresa EMOFAUNA evolui para uma Unidade de Conservação que posteriormente foi transformado em uma Direção Nacional de Floresta e Fauna Bravia (DNFFB). Dá-se início a uma nova era na conservação com a preparação da Política e Estratégia de Desenvolvimento de Floresta e Fauna Bravia que incluía também a componente de fauna e as grandes linhas de desenvolvimento da conservação em Moçambique. Portanto, é nesta fase que são alinhados os objetivos em relação fauna que era de proteger, conservar e utilizar de forma sustentável.

A política existia, mas atualmente foi a aprovado uma nova política de conservação que evoluiu da anterior. As grandes realizações e inovações dentro contexto da política e legislação sobre conservação e recursos naturais é o envolvimento das comunidade locais que era uma questão que na anterior política não estava devidamente alinhado de ponto de vista estratégico e político. Nesta nova abordagem a comunidade é incorporada como um ator chave no desenvolvimento da conservação em Moçambique.

E no período pós-guerra a partir de 1992 impões ao Ministério da Agricultura na altura o imperativo de reocupação dos parques e reservas nacionais. Portanto, se desencadeou um processo de reocupação dos parques e reservas nacionais que na verdade em algumas áreas era mesmo a reocupação e outras era a ocupação primária, nomear os administradores que na altura não havia essa posição oficial, eram pessoas indicadas assumir a tarefa de gestão dessas áreas. O critério de reocupação dessas áreas estava assente na mobilização de pessoas e não qualidades para fazer a fiscalização. E nesse processo, e de acordo com a disponibilidade das pessoas, se fazia alguma parte da gestão.

O quadro foi evoluído até 2001 quando as áreas de Conservação são transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério do Turismo. No Ministério da Agricultura não evolui muito em termo de intervenção de gestão, devido as características do próprio Ministério, que é bastante “grande”, não obstante ter recebido o apoio no âmbito do programa PROAGRI –

Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola De Moçambique, que não tinha uma incidência muito forte na rede das áreas de conservação.

As áreas de conservação do Ministério da Agricultura passou para o Ministério do Turismo em 2000, ano de sua criação. Foi de início um ministério relativamente pequeno, mas que cresceu sob o ponto de vista de interesse institucional e tomada de decisão, e isso gerou espaço e a preocupação de uma gestão efetiva e mais apropriada das áreas de conservação.

A Transferência para o Ministério do Turismo coincidiu também com processo dinâmico internacional, que em 2003 foi realizado o Congresso Mundial de Parque e Reserva em Durban na África de Sul, e na sua declaração trouxe uma nova abordagem nos princípios de gestão das áreas protegidas. Na década de 80, e particularmente em 1982 no congresso quando se introduziu o conceito baseado na participação e gestão comunitárias nas áreas protegidas, e no congresso de 2003, foi introduzido a abordagem da participação do setor privado na gestão das unidades de conservação. Portanto, estabelecer parcerias com o setor privado porque estava evidente que o Estado não tinha a capacidade financeira e mesmo em alguns caso a capacidade técnica para garantir a gestão mais apropriada das áreas protegidas.

Rapidamente se embarcou para esse novo conceito e nova visão internacional, se desencadeando no processo de mobilização de outros atores para a gestão dos parques e reservas nacionais. Essa mobilização coincidiu em duas áreas fundamentais, a Reserva Nacional do Niassa pela sua dimensão e valor em termos de recursos, pelo estágio de “abandono”, e foram de vários critérios considerados para introduzir a gestão participativa assente na visão internacional. Foi estabelecida uma sociedade que integra o setor privado, comunidade e o Estado. Este foi o primeiro modelo implementado em Moçambique que revelou ser mais ou menos eficientes porque respondeu as questões essenciais da Reserva Nacional do Niassa.

Paralelamente a abordagem da Reserva Nacional do Niassa, foi desencadeia uma outra abordagem ao nível do Parque Nacional de Gorongosa, que foi ligeiramente semelhante o da Reserva do Niassa e passou a ser gerida por uma sociedade que integra o Estado e por uma entidade privada em que o Estado garante a concessão ao privado. A gestão no caso de Gorongosa é supervisionada por uma representatividade dupla que integra o Estado e Privado. Portanto, concedeu-se a gestão ao setor privado e foi implantada uma equipa de supervisão que controla e monitora as atividades da gestão do dia a dia do Parque Nacional de Gorongosa. Portanto, este modelo também em parte respondeu de alguma forma a gestão do parque

particularmente na linha de desenvolvimento de produtos turísticos, estudo e pesquisa mais apropriados, acompanhamento e monitoramento de algumas atividades, reintrodução de espécies, dinamização e incorporação de outra capacidade técnica nacional e internacional. Portanto, significa que os dois modelos tanto o adotado na Reserva Nacional do Niassa e no Parque Nacional de Gorongosa trouxeram mais contribuição naturalmente com contexto diferente o que permitiu criar ou constituir uma base sólida para se pensar no imperativo de gestão da rede nacional das áreas protegidas a partir de uma entidade com mais autonomia e com capacidade de mobilização de recursos e capacidade técnica que pode simplesmente ser tutelada pelo Estado.

O quadro institucional para gestão das áreas de conservação nos últimos cinco anos sofreu uma mudança grande devido à necessidade de partilhar a responsabilidade com outros atores. Embora existe modelo tradicional como o da Reserva Nacional de Niassa que foi delegada a SGDRN- SOCIEDADE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA RESERVA DO NIASSA (Estado-comunidade-privados) resultados até então são considerados positivos, influenciando assim outros modelos como o adotado no Parque Nacional de Gorongosa, que embora abordagem seja diferente, a sua gestão foi delegada a Carr Foundation, uma entidade privada.

Em outras áreas, vários modelos tendem a se multiplicar por razões óbvias de tornar a conservação mais efetiva, mas também, pela necessidade de criar mais abertura para entrada de novos atores na colaboração e gestão partilhada com vista a reduzir os encargos e responsabilidade com custo e investimento para o Estado. Estas áreas estão sob gestão direta Estado mais com presença e intervenção direta de ONGs na gestão das unidades de conservação como principal parceiro e interveniente direto, tais como: GEF – Global Environmental Facility - na Reserva de Caça do Gilé; WWF- Fundo Mundial para a Natureza no Parque Nacional das Quirimbas e Bazaruto) e, em outras áreas designadamente o Parque Nacional do Zinave, Parque Nacional de Banhine, Reserva Nacional de Chimanimani, Parque Nacional de Limpopo e a Reserva Especial de Maputo tem o suporte direto do projeto ACTFDT- Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo e mantém a gestão tradicional do Estado. No entanto, a Reserva Especial de Maputo e Parque Nacional de Limpopo para além do ACTFDT contam com o suporte técnico do PPF - Peace Park Foundation.

Em geral, os modelos institucionais diferentes até então adotados em Moçambique para gestão das áreas protegidas são complexos pouco claros em relação as novas tendências de co-

gestão ou gestão partilhadas. Pode-se concluir que Moçambique se encontra numa fase “conturbada” em que procura seguir modelos institucionais aplicados ao nível da região para adequar ao contexto nacional sem estudos profundos e recursos suficientes. Neste sentido, tem havido várias discussões para definição de modelos institucionais para as unidades de conservação em Moçambique procurando ajustar deste modo para cada área e de acordo com as características específicas. Por outro lado, não se obtém consenso sobre o modelo a seguir devido a vários motivos entre os quais a própria fragilidade institucional em termos de capacidade técnica instalada, a dependência de recursos para a gestão dessas áreas que leva a negociar e aceitar as imposições de financiadores e doadores que propõe adoção de modelos sem bases de contextualização local. Isto certamente pode conduzir a um impasse na busca de consenso para desenvolvimento de arranjo e modelos institucionais para as áreas protegidas.

Outro fator está ligado à capacidade institucional desenvolvida em Moçambique de sistematizar essas experiências e conhecimentos estudando cuidadosamente os resultados de todos os processos desde a sua implementação, funcionamento, fracassos e sucessos como um exercício de aprendizagem para sugerir modelos mais adequados no contexto do país.

Atualmente Moçambique está a sair do modelo de gestão centralizada para gestão por delegação das áreas de conservação, seguindo vários modelos e exemplos de outros países do mundo e particularmente da região da África Austral, onde a gestão centralizada gerou graves problemas desde a eficiência de gestão da UC, articulação institucional e envolvimento de atores-chaves, recursos e meio, capacidade técnica, etc. O sistema atual de gestão é feito pelo Estado em que tem um administrador nomeado com responsabilidade global de administração da área dentro de um mecanismo de funcionamento definido.

A fundamentação dos avanços verificados em Moçambique em relação à transição para delegação (privada ou conjunta) de gestão das unidades de conservação para além de ser vista como uma alternativa imediata para gestão e desenvolvimento, tem como pressupostos a redução dos encargos do Estado, geração de maiores benefícios para as comunidades locais para conservação e atração de maior investimento privado. A delegação de gestão das unidades de conservação obriga a proporcionar maior dinamismo em busca de recursos, desenvolvimento de uma capacidade técnica adequada e uma gestão eficiente das mesmas e cumprimento de metas orientadas para conservação ambiental e desenvolvimento local.

O nível de exigência, rigor e prestação de conta muito mais flexível e rigoroso quando comparado com a gestão centralizadas, que muitas das vezes não se vai a fundo a relação de prestação de contas e responsabilidades individual. Claro que, uma gestão centralizada peca em certos aspectos ou tem problemas que muitas vezes estão assoviados a capacidade técnica alocada pelo próprio Estado devido a falta de competitividade em relação as posto que são colocados como salários e outros incentivos menos atrativos, formação exigida que não tornam estes postos competitivos fazendo com que os técnicos qualificados buscam outras oportunidades. Na gestão centralizada, devido à falta de competitividade há um comodismo enquanto na gestão delegada ou partilhada se torna mais competitivo, dinâmico e exigem mais performance da qualidade técnica.

5.2. Desenvolvimento de um Sistema Unificado de rede de unidades de conservação de Moçambique

É por via disso que a partir do ano 2008 e 2009 foram desencadeados estudou para a criação de uma entidade onde foram discutidos vários cenários. Primeiro foi de criar uma entidade privada que pudesse assumir a gestão da rede nacional das áreas protegidas e de conservação. O segundo foi de criar uma entidade paraestatal que portanto continue vinculado ao Estado com algum nível de autonomia e responsabilidade e terceiro foi de criar um órgão do Estado independente de qualquer um dos Ministério responsável pela gestão das áreas de conservação e talvez dependente do gabinete do Primeiro-ministro em forma de um instituto que assumiria a gestão integral das áreas protegidas em Moçambique.

O cenário final que se encontrou foi à criação de um instituto do Estado e com autonomia administrativa e financeira para fazer a gestão das áreas protegidas. E que esse mesmo instituto por sua vez tenha capacidade de incorporar outros atores como setor privado e as comunidades para garantir uma gestão mais adequada, e isto ao nível macro. Ao nível micro o instituto vai criar outros órgãos em cada uma das unidades ecológica de conservação específica ou em cada parque e reserva nacional dependo do seu valor e seu potencial e das oportunidades existentes.

O órgão participativo de gestão direta numa base de dia a dia sob administração de uma direção da UC que é um órgão coligia eminente consultivo em que tem todos os atores participarem na gestão daquilo que são as preocupações fundamentais. Ao nível central, terá uma

gestão executiva que por cima da direção executiva onde funcionará um órgão colegial deliberativo. Este órgão é denominado por ANAC⁶ - Administração Nacional das Áreas de Conservação por sua vez seria tutelado pelo ministério responsável pela gestão das áreas de protegidas em Moçambique que não teria a função executiva mas a função de delineamento e definição de políticas.

A gestão em nível de políticas significaria aprovação de planos de manejo e que até agora a aprovação está adstrita do Ministro do Turismo, aprovar a política de conservação que é assunto do Conselho de Ministro que vai ser conduzido a partir do ministério responsável pela gestão das áreas protegidas, aprovar regulamentos e nalguns casos aprovar contrações de dívidas e empréstimos que são canalizados em nome do Estado mas em benefício das áreas protegidas. Portanto, estas seriam as funções políticas que o ministério que assumir a ANAC. A nova instituição ANAC passaria a assumir funções executivas na totalidade desde a gestão das unidades de conservação, coletar as receitas, realizar os concursos, celebrar os contratos, mobilizar fundos, contratar e rescindir com pessoal, movimentar o pessoal de acordo com as necessidades e garantir que os parques e reserva funcionem com maior nível eficiência e eficácia possível.

Indubitavelmente nesta fase ainda é um sonho, mas já existe um legado e pressuposto da criação da ANAC que do ponto de vista de análise será que isto vai funcionar? Será que isto é solução adequada? Com a criação da ANAC, Moçambique entra para um novo paradigma de conservação a nível institucional em que as áreas de conservação passa ter um sistema e uma administração nacional unificado direcionada exclusivamente para gestão e desenvolvimento das áreas protegidas. As áreas protegidas em Moçambique incluem reservas e parques nacionais, reservas especiais, monumentos, santuários, biosferas, áreas de conservação transfronteiriça, reservas comunitárias, paisagem protegidas e reserva privadas.

As coutadas oficiais e fazendas de bravios também são incluídas nesta categoria de conservação dentro do sistema unificado de gestão das áreas protegidas. Entretanto, as reservas

⁶ Segundo (MITUR, 2013), O Novo Estatuto Orgânico do Ministério do Turismo está em processo de aprovação, e prevê a extinção da DNAC. Recentemente, o Governo chamou atenção a responsabilidade de rever o decreto de criação da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), uma unidade orgânica criada em 2011, que se pretende que venha imprimir maior dinâmica e celeridade à gestão das áreas de conservação. A ANAC será a unidade aglutinadora de todos os intervenientes na gestão da conservação no país. Fonte: MITUR (2013). Conservação transfronteiriça. Boletim Mensal da ACTF. Nº 16 de 21/03/2013. Maputo. Disponível em <<http://www.actf.gov.mz>> acesso em 25/03/2013.

florestais ainda não são parte do sistema unificado, mas, posteriormente integrará a administração do sistema unificado das áreas de conservação. Aliado ao novo paradigma institucional foi criado uma outra entidade fiduciária (Biofundo) que financiará as áreas de conservação através de mecanismo de financiamento que serão instituídos incluindo a captação de investimentos para as áreas de conservação.

Entretanto, o funcionamento do Biofundo será diferente da ANAC na medida em que, esta última instituição dependerá fundamentalmente das receitas geradas diretamente das unidades de conservação, orçamento geral do Estado e de fundos externo de doadores e agência de cooperação internacional. Um dos mandatos específico do Biofundo será de facilitar a institucionalização da ANAC para o melhoramento da administração das áreas de conservação, e dependendo da sua dinâmica será regionalmente institucionalizado em todo país. Em todos países da região da África Austral já funciona uma entidade Paraestatal que se encarrega pela administração das áreas de conservação, e os resultados alcançadas são bastante satisfatório no desenvolvimento das áreas protegidas.

Em termos estruturais a ANAC vai funcionar com um conselho de administração com um presidente e representado por Administradores proveniente dos diferentes ministérios envolvidos na conservação como MITUR, PECAS, MICOA; MINAG, dois membros proveniente do setor privado e da sociedade civil. O conselho de administração é o nível de tomadas de decisões, mas diferentes das decisões do nível de Ministro e do Conselho de Ministro que é mais do âmbito de decisão política. ANAC é um órgão executivo.

A nível mais baixo seja provincial ou distrital em cada unidade de conservação, serão constituídos Conselhos de Gestão das Áreas de Conservação que serão compostas pelas partes interessadas e envolvidas tais como comunidades locais, ONGs, doadores, privado e governo local (Anexo 16). O mais importante destas estruturas institucional é que a nível província e distrital o governo local passa a fazer parte do Conselho de Gestão que um com papel crítico para a gestão do dia a dia, subsidiando com matérias e elementos que vão alimentar o Conselho de Administração. Entretanto, o Conselho de Gestão é apenas um órgão consultivo.

O fundamental que o órgão consultivo ao nível local dos parques e reservas deve ter a capacidade de deliberação em função das competências que forem do seu âmbito, incluindo até financiamento, incluindo a estratégia de fiscalização, participação em investigação entre outras, mas obviamente observando hierarquia de decisão

Entretanto, o sucesso da atual inovação institucional dependerá fundamentalmente da vontade política, mas a prática vai ditar porque Moçambique tem um quadro de áreas protegidas que são absolutamente diferenciadas. O grande desafio será buscar equilíbrio perante o quadro diferenciado das áreas protegidas criando uma capacidade executiva que a ANAC deve ter, e desenvolver uma capacidade de resposta do ministério que tutela as áreas protegidas para responder sob ponto de vista imperativo de políticas. Uma vez que ANAC estiver a funcionar naturalmente será necessário celebrar contratos, aprovar e utilizar uma serie de procedimentos e por via disso o ministério deve estar a altura de responder de forma antecipada e célere para que não possa causar danos de imobilidade ao nível da ANAC.

5.3. Instituições privadas, comunidades locais e implementação de parcerias como fator de desenvolvimento das unidades de conservação em Moçambique

Em relação a questão de encontrar modelos que sejam apropriadas de acordo com as características de cada área, por um alado seja para garantir a conservação mais eficientes e por outro lado para rentabilizara as áreas numa perspectivas de trazer maior benefícios para as comunidades e gerar mais receitas para o Estado, numa situação em que há menos conflitos de interesses entre vários atores envolvidos. E um dos mecanismos a ser a adoto dentro do sistema unificado das áreas de conservação será a celebração de contratos de concessão com privado para exploração da atividade do ecoturismo e outros tipos de atividades inerentes a conservação e desenvolvimentos das unidades de conservação.

Não irá conflitar com o regime já instituído dentro das áreas protegidas porque estas serão concessões garantidas ao investimento privado através de regime de licenças especiais. Ou seja, os contratos de concessão nas áreas protegidas funcionam com licença especiais para dado fim, salvaguardando todos os interesses previsto por lei como áreas de domínio público para fins de conservação, e não pode ser concedido ou garantidos títulos de DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra.

Nestes termos, as áreas de concessão para investimento privado tanto pelo setor privado ou outra qualquer instituição como as comunidades locais para o desenvolvimento do turismo e outras atividades associadas deverá ser em base de uma licença especial e de acordo com o plano de gestão e plano de manejo de cada área. Outra possibilidade contrária as unidades de

conservação eminentemente abririam espaço para conflitos de interesse com a conservação quando os interesse econômicos superam as prioridades de conservação e o desenvolvimento do turismo.

O surgimento de novos atores dentro do novo quadro e arranjo institucional montado na Reserva Especial de Maputo que incluem parcerias “privada-comunidade e público-privado” e concessões de turismo são uma alternativa para o desenvolvimento do ecoturismo e da conservação ambiental no distrito de Matutuíne. Entretanto, o que se espera é que todos os atores envolvidos tragam benefícios não só de ponto de vista de capacitação e ou de receitas que vão beneficiar as comunidades locais, mas também de criação de mecanismo e regulamentação bem definido que garantem maior participação das comunidades locais e partilha de benefícios dentro do investimento privado na Reserva Especial de Maputo.

A participação das comunidades locais, deve ser encarado como ator importante, e deve ser visto com um investimento importante centradas nas suas próprias capacidades e limitações incluindo a comunidades e valorização do conhecimento humano e valores culturais locais. É importante que as comunidades percebam com clareza as mudanças em curso através de vários benefícios diretos da conservação e de partilhas de responsabilidades na interação com própria Reserva Especial de Maputo.

Em relação opções para exploração de concessões de turismo na Reserva Especial de Maputo será garantido por investimento privado direto através da empresa Mozaico do Índigo S.A. em representação dos interesses do Estado (parceria público-privado) para as áreas de Milibangalala (3.000 ha) e Dobela (1.500 ha), e a Associação Comunitária Ahi Zameni Chemucane em representação dos interesses da comunidade local (parceria privada-comunidade) para a área Chemucane (810 ha). A duração do contrato para exploração das concessões vária entre 25 a 50 anos. Outras possibilidades em, parque e reservas nacionais tem sido por via de acordos contratuais operacionais

O outro aspeto importante é olhar para a parceria com o setor privados nas unidades de conservação como abordagem muito recente, que deve ser encarada com base na experiência do privado para garantir a confiança na gestão partilhada das concessões na REM incluindo os benefícios que possam ser gerados, e que as comunidade consigam fazer a ligação entre a gestão da própria reserva e os beneficio em si gerado como um todo, mas do que incentivo político e institucional. Em geral as concessões e desenvolvimento de parcerias na Reserva Especial de

Maputo são um incentivo institucional que vão induzir em grande medida o surgimento de novos atores promovendo consequentemente o turismo e a conservação ambiental em Matutuíne.

Na Reserva Especial de Maputo o modelo de parceria que envolve o Estado e o setor privado não está funcionando como foi previsto. Abordagem é complexa, pouco clara e confusa em relação à natureza de investimento pretendido, partilha de benefícios, papel dos diferentes atores e partilhas de responsabilidade envolvendo diferentes instituições do Estado tais como: DNAC, INATUR, ANAC, REM, Empresas Mozaico do Índico, privado e as próprias comunidades locais (Anexo17). Ao contrário do modelo da parceria privada-comunidade, que os termos de acordos estão claramente definidos envolvendo as partes, tem financiamento garantido e os benefícios diretos para comunidades locais são garantidos e assegurados pelo Estado.

Existe uma clareza em relação aos objetivos de conservação e compromisso social assumido. Entretanto, os modelos de parceria e concessões que vêm sendo adotados na REM, ainda não permitem fazer qualquer tipo de conclusão porque são processos novos sem resultados concretos: Mas de forma geral, e partindo de outras experiências que vêm ocorrendo em Moçambique, são modelos que encorajam o desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo se olhar para recursos humanos e técnicos, infraestruturas incluindo financeiros que não estão disponíveis. Portanto, por si só, a Reserva Especial de Maputo não teria capacidade em todos os aspectos para guiar todo o processo inerente à conservação ambiental e desenvolvimento do turismo em Matutuíne.

No caso da Reserva Especial de Maputo é totalmente oposto porque se pretende com os modelos adotados que haja partilha na participação e gestão conjunta. Contudo, delegação em 100% de gestão das concessões de turismo obviamente irá responder satisfatória e eficientemente ao modelo atual porque todas as responsabilidades e competências ficam concertadas a uma entidade, tanto de ponto de vista de gestão de negócio e obrigações contratuais. Mas, quando é sim deve haver um quadro de decisão que seja muito claro para todos e todos os atores entendam o seu papel e principalmente o privado (por exemplo, caso de Parque Nacional de Gorongosa que havia sido entregue em a gestão em 100% à Carr Foundation). Mas segundo este modelo, vários conflitos foram surgindo até certo ponto que o Estado Moçambicano tomou posicionamento de não repetir o mesmo arranjo para gestão das unidades de conservação em Moçambique. Assim, no caso da Reserva Especial de Maputo, podemos encontrar outro formato ou modelo em que a

delegação estas dividida em três partes em termos de gestão da conservação e exploração de concessões de turismo.

A componente transfronteiriça que também envolve uma gestão partilhada com a África de Sul e Suazilândia país com capacidade e posição privilegiadas em relação conservação de desenvolvimento do turismo em UC comparativamente com Moçambique que integra a Reserva Especial de Maputo no domínio de alocação de recursos, investimento e experiências na gestão das unidades de conservação, adoção dos modelos vigentes na REM e participação social na conservação, tem influência nas decisões implementado dos atuais modelos adotados na REM.

Os resultados ao longo do tempo irão determinar que modelo de fato é mais adequado para a Reserva Especial de Maputo. A vantagem deste modelo para a Reserva Especial de Maputo é que o setor traz consigo duas componentes fundamentais são os recursos financeiros e humanos incluindo uma capacidade técnica e científica, e meios matérias e equipamentos diverso. Enquanto o Estado vai continuar as políticas e garantir o cumprimento das obrigações legais no contexto da gestão da REM em vista a conservação ambiental e desenvolvimento do turismo no distrito de Matutuine.

Uma vez alcançados todos os pressupostos anteriormente referenciados, permite concluir e considera que os modelos adotados na Reserva Especial de Maputo são mais adequados e recomendados para própria gestão dentro da transformação institucional no sistema unificado nacional das unidades de conservação para promover a conservação ambiental e desenvolvimento do turismo em Matutuine.

Se por um lado, o nível de incerteza de investimento ainda prevalece alto nos moldes proposta para a exploração das concessões do turismo para o desenvolvimento do ecoturismo na REM dentro do quadro institucional adotado, pode se considerar a abordagem fracassada ou falhada para os objetivos e metas propostos no âmbito de plano de desenvolvimento do turismo da Reserva Especial de Maputo, devendo; se, no entanto, recomendar a cessação imediata dos contratos com a Mozaico do Indico, e a realocação das concessões do turismo para administração direta da ANAC, instituição que passa a gerir as unidades de conservação para fins do turismo em Moçambique dentro do arranjo institucional montado de acordo a Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação.

Outra recomendação a considerar, é adotar e desenvolver estudos profundos sobre as abordagens que vem sendo implementadas em outras áreas protegidas em Moçambique

(especialmente no Parque Nacional de Gorongosa, Parque Nacional das Quirimbas e Reserva Nacional de Niassa), e adequar ao contexto da Reserva Especial de Maputo. Embora, estes modelos possam apresentar limitações em relação as características específicas de cada local, desde a natureza de recursos naturais envolvidos, financiamento e investimento, desenvolvimento de infraestruturas, organização institucional e a natureza dos atores envolvidos (investidores, doadores, comunidades locais) incluído a participação do Estado, constitui um amplo ponto de partida para a reflexão dos modelos a serem adotados na unidade de conservação porque os resultados e as experiências obtidos até a data têm sido revelados satisfatórios pelas autoridades moçambicana tanto de ponto de vista institucional, desenvolvimento do turismo sustentável e conservação ambiental das unidades de conservação promovendo sobretudo amplos benefícios para as comunidades locais e desenvolvimento territorial local.

5.4. Arranjo institucional montado e papel dos diferentes atores na Reserva Especial de Maputo

A atual Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação tem três grandes alvos: (i) melhoramento da capacidade da própria instituição da gestão; (ii) criação do biofundo para apoiar os custos operacional da área de conservação e (iii) criação de uma agencia autônoma da gestão de áreas e no caso designadas de ANAC que também a criação de Conselho de Gestão da Áreas de Conservação em cada unidade de conservação que reúne maior numero de intervenientes necessários ligados à conservação para a tomada de decisões. Isso é diferente do cenário atual, que é uma gestão centralizada onde temos um administrador da UC que responde à DNAC e a maioria das decisões são feitas em nível de direção nacional.

Atualmente na Reserva Especial de Maputo estão montados três níveis de deliberação e de decisão onde são debatidas todas as questões de gestão (Anexo 18).

O primeiro nível é de âmbito central (nível do Ministério do Turismo), onde funciona o comitê de coordenação “steering committe”, nível de decisão política e definição grandes linhas estratégicas, aprova plano de atividades, orçamento, desenho de projeto, financiamento. Em nível local atuam três órgãos nomeadamente: Conselho Consultivo distrital que é um órgão deliberativo e consultivo, o comitê de gestão da reserva onde atua PIU- unidade de implementação do projeto, e último órgão em estão representados os interesses das comunidades

através dos Fóruns Regionais Comunitários, Fóruns Comunitários e Comitês de Gestão Local de Gestão de Recursos Naturais (grupos de interesses, associações comunitárias locais). Comitê de Gestão onde atua o PIU é presidido pela administradora da reserva e reúne-se uma vez por mês, e sempre que necessários são realizados encontros ou reuniões de trabalhos extraordinárias. As deliberações do PIU são partilhadas com Conselho Consultivo distrital (Conselho de Gestão). Estas deliberações transitam para o Comitê de Coordenação para aprovação. O comitê de gestão da Reserva Especial de Maputo é subdividido em três áreas regiões Machangulo, Zitundo e Madjadjane onde estão presente Fóruns Regionais Comunitários. Ao nível de cada Fórum Comunitário Regional estão presentes Fóruns Comunitários e Comitês de Gestão Recursos Naturais Locais. Neste nível são debatidas todas as questões de interesse das comunidades locais que tem influenciada na gestão da reserva O Comitê de Gestão da Reserva Especial de Maputo se reúne duas vezes com todos os fóruns regionais comunitários para analisar e discutir os planos de atividades da REM, operacionalização e mecanismo de monitoramento envolvendo as comunidades locais. O fórum regional comunitário se reúne quatro vezes ao ano com autoridades da reserva, enquanto para os Fóruns Comunitários e Comitês de Gestão de Recursos Naturais Locais não tem uma periodicidade definida fixa. Geralmente envolvidos 10 membros para representar cada grupo organizado por comunidade, são representado líderes tradicionais do primeiro e segundo escalão. O Conselho Consultivo do distrito é o primeiro órgão onde as comunidades estão representadas através dos fóruns regionais. Entretanto, nada pode acontecer sem que o administrador tome conhecimento e muito menos sejam tomadas de decisões fora de um quadro institucional partilhado por vários atores que representem os interesses das partes envolvidas. O aspecto fundamental neste quadro institucional, é que a REM passa a participar das sessões do governo do distrito e do conselho consultivo distrital, o que representa um grande avanço de ponto de vista de articulação e coordenação institucional que garante uma gestão integrada do território e a autoridade do governo local através do administrado do distrito que lidera Conselho de Gestão da REM passa a intervir diretamente nas decisões sobre o desenvolvimento e gestão da REM e da conservação em Matutuíne. A participação das comunidades dentro da estrutura da REM termina ao nível do comitê de gestão. Portanto, a ligação com órgão deliberativo, o comitê de coordenação do projeto é por via do comitê de gestão da REM, mediante a realização de consultas e reuniões públicas.

Uma grande inovação é o Conselho de Gestão da Área de Conservação para cada UC. Ou seja, inicia o processo de descentralizar a tomada decisão para nível local o que permitirá que as mesmas sejam cada vez mais realísticos e mais rápido onde podem responder a tempo e hora as necessidades UC, são mais abrangentes e inclusivos. O sentimento atual é que nas UC o processo de tomada de decisões não sucede ou flui devidamente, e é bastante prolongada e muitas vezes já não são mais apropriadas em tempo que chegam ao nível de decisão. Então o Conselho de Gestão é uma forma de melhorar gestão da própria UC. Entretanto, a constituição dos Conselhos de Gestão dentro a abordagem institucional que pretende, para além das autoridades da UC, o governo local passa a incluir também as comunidades locais, setor privado e as ONGs mais ativas, doadores e interessados, ou seja, surge o princípio da co-gestão da gestão em conjunto com outros atores. Isto é, torna a gestão benéfica para a governação local, mais muito mais benéfica para as UC que apesar de ser patrimônio do Estado os assuntos são abrangentes e transversais passam a ser de domínio de vários atores especialmente as comunidades locais que sempre dependeram desses recursos, que para além e estar diretamente envolvidas na gestão da UC, passa a entender melhor sobre os benefícios em si envolvidos, mas ao mesmo tempo partilham responsabilidades.

Neste momento nas UCs ocorrem altos indícios de uso ilegal de recursos naturais, o que significa que alguma coisa não está bem na gestão atual tal como: caça ilegal e extração madeira ilegal envolvendo as próprias comunidades locais, mas também acontece uma exploração comercial envolvendo operadores não residentes e licenciados. Esta situação demanda a uma mudança de pensamento sobre as UCs que precisam de uma gestão efetiva para garantir que os limites estabelecidos continuam assim como foram definidos e que os recursos lá existente também continuam em bom estado de conservação, e que na prática alguma coisa não está a acontecer.

Apesar destas grandes transformações e mudanças institucionais para gestão das áreas de conservação, o país ainda não está pronto para introduzir e implementar o modelo do arranjo institucional que se propõe para estabelecimento de Conselho de Gestão das Área de Conservação. Porque além de envolver um grande volume de gastos e investimentos financeiros, esses órgãos ao nível local em cada UC devem receber o suporte financeiro da ANAC, e este orçamento também não está disponível. Por isso mesmo a opção será simplesmente a criação de Conselhos Consultivos em cada UC que totalmente vai gerar uma grande diferença, tanto pela

sua natureza como um órgão meramente consultivo com pouco poder de influência nas decisões de gestão, que é contrário ao pensamento anterior de criação de um órgão deliberativo. Ou seja, os administradores das UCs junto dos seus departamentos podem fazer propostas e planos anuais, etc., apenas o Conselho Consultivo instituído poderá concordar ou conciliar algumas mudanças, mas não tem o poder de dizer sim ou não.

Significa que voltamos para o processo anterior em que a administração das UCs deve obter todas as autorizações do nível central para tomadas de decisões. Contudo, de alguma forma pode trazer benefícios tangíveis. Talvez numa primeira etapa numa direção pode trazer benefício porque vai implicar nas UC seja estabelecido estes órgão, e algumas áreas que já consideravam importante envolver estes todos atores em nível de gestão local, terá agora que formalizar a constituição Conselho Consultivo que devem necessariamente incluir as comunidades locais, privados, ONGs entre outros atore relevantes, mas não vai resolver o problema do sistema de gestão das UCs porque não ataca o assunto principal, que é o assunto de órgão de implementação e de decisão a nível UC que poderá ajudar a resolver alguns pequenos sintomas já conhecidos para o sucesso de gestão das UCs.

Por exemplo, o assentamento das comunidades vivendo dentro das áreas de conservação e uso de recursos pelas próprias comunidades sempre foi uma contradição e conflita com os objetivos das áreas protegidas de categoria estrita ou de proteção total. Em seguida, estas mesmas categorias podem permitir o uso de recursos se assim o plano de manejo definir, que é uma decisão realizada ou executada neste momento ao nível central. A ideia muito ambígua, ao contrário se Conselho de Gestão pudesse conduzir um processo com as comunidades residentes e discutir como resolver os problemas que envolvem as contradições dos objetivos de gestão da unidade de conservação.

O Conselho de Gestão pode determinar que a área seja protegidas, não se pode cortar madeira para uso comercial e, as comunidades podem alegar sobrevivência e que precisam de escolas, posto saúde, e a esse nível pode se decidir e encontrar soluções adequadas dentro dos interesses coletivos para os membros das comunidades contribuindo para conservação dos seus próprios recursos. Voltando para o Conselho Consultivo, eles podem dialogar, mas a tomada de decisão está centrada nas autoridades central do governo na capital em Maputo, que é onde deve definir quais são passos que devem seguir, o que levanta uma grande preocupação e limitação para o modelo em vista.

Em relação à criação da ANAC para gestão e administração do sistema unificado das unidades de conservação, tanto quanto o surgimento de novas instituições em nível local e novos atores que passa atuar em cada unidade de conservação, o governo de Moçambique tomou uma decisão adequadamente viável para responder atual estágio de desenvolvimento UC incluindo as atividades a estas relacionadas com a conservação ambiental, ecoturismo e potência conflitos envolvendo as comunidades locais e outros interesses.

Entretanto, vários entrevistados reconhecem que se trata de processo novo e complexo introduzido em Moçambique para gestão unificada das unidades de conservação, e problemas e dificuldade futuras poderão ocorrer derivadas da natureza do próprio processo de institucionalização, limitações de recursos e entre outros fatores possíveis. Portanto, todas as instituições relevantes devem ser devidamente envolvidas para garantir a transição dessa gestão para ANAC, cabendo ao próprio governo de Moçambique alocar recursos necessários humanos e financeiros incluindo o monitoramento ao longo do processo de transição e da sua instalação para melhor aprimorar e ajustar os resultados da sua eficácia no âmbito proposto.

Ainda de acordo com os entrevistados, o surgimento da ANAC é uma resposta clara das autoridades de Moçambique ao desafio do desenvolvimento institucional para gestão unificada do sistemas das UCs e desenvolvimento das áreas protegidas, que vai de encontro com vários modelos de gestão que vem sendo adotado em outras regiões do mundo e praticamente na região da África Austral, que tem logrado bastante sucesso, e que os mecanismos institucionalizados facilitam obter apoios técnico e institucional, incluindo financeiro.

Contudo, poderá falhar na operacionalização e se não existir uma vontade política institucional nesse sentido para sua inserção. Outros consideram que, a ANAC, pode ser uma solução para os problemas atuais das UC, mas é importante acima da vontade política, que haja muita clareza em relação ao seu papel e que seja incorporado de pessoal altamente qualificado para orientar a institucionalização da ANAC. Entretanto, outro aspeto já forma avançado como a criação de entidade que apoiará no financiamento (Biofundo) às unidades de conservação pelo Conselho de Ministro através de mobilização de recursos para as unidades de conservação.

Uma vez alcançados e mobilizados os recursos necessário para ANAC será facilitado todo o processo para operacionalização da instituição que as atribuições e competências, autonomia administrativa e financeira para executar as suas atividade e buscar recursos necessários e capacidade técnica adequada para reforçar o seu quadro de pessoal.

Em princípio parece teórico que cada um dos atores tenham um papel específico nas unidades de conservação onde estes atuam. Mas na prática não acontece e não é assim, porque tem muitas sobreposições de responsabilidade e competências. Por exemplo, WWF nas áreas de conservação que atua é proibido de fiscalizar qualquer atividade relacionada à conservação, mas levou muito tempo a exerce este papel que é de responsabilidade do Estado devido à falta de capacidade e limitações de recursos. O WWF só parou quando montou uma estrutura mais operacional e funcional, mas de alguma forma gerou certos conflitos em relação ao papel do Estado. Ao mesmo tempo os operadores turísticos tende ter o mesmo problema pelo mero fato de estarem no terreno, força a estes a para estar numa posição de assumir algumas funções de Estado que não fluem na maneira mais adequada. Estas situações podem se tornarem favoráveis como também não para uma articulação mais efetiva com o Estado. Portanto, o desafio para ANAC será de ver em que medida, a atual estrutura ou arranjos institucionais montadas e presença destas novas figuras nas unidades de conservação será benéfica ou efetiva irá maximizar as sinergia e minimizar as potências conflitos.

Uma multiplicidade e intervenção de vários agentes são sempre difíceis de gerir, e neste sentido torna-se negativo. Por outro lado o Estado não tem experiência de como gerir estas sinergias em prol do turismo. Alguns exemplos, na África (modelo implementado pela African Park Foundation) tem avançado com proposta de negociação com o governo para liderar e assumir a gestão dos parques incluindo o desenvolvimento do turismo. Considera ser um modelo “estranho” à margem da inclusão dos diferentes atores, e que gestão é na totalidade ou 100% privado. Talvez do ponto de vista de desenvolvimento do Turismo funcione, mas para conservação e gestão de Reserva pode ter certos problemas ou dificuldades. Portanto, a questão de definição de papel dos diferentes atores dever ser ponto crítico a considerar na Reserva Especial de Maputo (por exemplo, a questão da fiscalização, operador não tem atribuições para fiscalizar, mas na prática exercem esta atividade).

O arranjo institucional montado na Reserva Especial de Maputo apresenta um ambiente favorável que garante a participação de todos atores envolvidos com conservação em Matutuine e desenvolvimento da unidade de conservação, e principalmente para as comunidades locais residentes.

A criação de Conselhos Consultivos de Gestão das Áreas de Conservação e entrada em funcionamento pela imposição legal na unidade de conservação, torna a representação das

comunidades locais a ainda mais diluída e pouco significativa na média em que os assuntos tratados ao nível deste órgão da unidade de conservação apenas, e provavelmente, participaram poucos membros (não mais que dois), e muitos casos já conhecidos o repasse de toda informação aos outros membros das comunidades são limitadas ou raramente acontece.

Importante que esclarecer que a delegação de gestão das unidades de conservação não significa passar a responsabilidade de gestão para Conselhos de Consultivos de Gestão. A gestão vai continuar ser feita pelo próprio Estado, nos casos em tem uma gestão direta, e por outra entidade no caso de uma co-gestão, mas com uma autoridade de gestão dessa unidade de conservação. Os Conselhos Consultivos de Gestão ou Conselho de Gestão apenas tomaram decisões sobre algumas matérias de acordo com as competências que fomos atribuídas para este órgão. Portanto, será um órgão meramente de consulta em relação a determinadas matérias, serão consultados em relação a um e outros problemas antes de qualquer deliberação. Este órgão não tratar dos problemas ou questões que afetam diretamente a comunidades local e das partes interessadas ligadas a conservação de recursos, mas pode tratar de questões que de imediato são do nível da administração da UC.

Dentro da atual política de conservação não está muito claro sobre esta matéria, mas a intenção visível é que este seja organizados e que de alguma forma seja ouvidos e consultados no contexto da gestão da unidades de conservação sobre sugestões para melhoramento do próprio performance de gestão da unidades de conservação, papel responsabilidade dos atores e seu envolvimento, participação das comunidades locais e partilha de benefícios. Portanto, está garantido legalmente a gestão participativa e inclusiva das unidades de conservação. A Lei de Floresta e Fauna Bravia e a Política de Conservação e sua Estratégia de Implementação cria o COGEP e CGAC respectivamente. Estes instrumentos já evidenciam a intenção legal de envolvimento de vários atores para gestão das unidades de conservação, onde participam o governo local, comunidades locais, setor privado, ONGs e interessados.

Outra questão importante a ter em consideração na constituição do CGAC, é com trazer atores bastantes heterogêneos e com interesses diferentes para o mesmo órgão com vista alcançar objetivos coletivos ou comuns. Esta questão constitui um desafio para as unidades de conservação que devem conciliar os diferentes interesses para promover a conservação, geração e partilha de benefícios e o desenvolvimento local. Outra questão não menos importante que não está muito claro é relacionada a participação e organização das comunidades dentro na nova

configuração institucional para unidade de conservação tendo consideração as características heterogêneas das próprias comunidades e própria localização bastante dispersa.

Em geral, o CGAC não terá a responsabilidade de gerir unidades de conservação, mas participa na discussão sobre questões de gestão de cada unidade de conservação. Esta tarefa é de responsabilidade de órgão executivo a ANAC que terá em nível local uma representação para administração direta da unidade de conservação. Contudo, os CGAC criados será um órgão onde se debatem e analisam as questões de gestão, mas sem qualquer poder de decisão. Será um órgão meramente consultivo e não deliberativo, e não interfere na administração direta da unidade de conservação. A constituição e composição do CGAC serão definitivamente em função de cada especificidade de unidades de conservação.

5.5. Inventivos e partilha de benefício para gestão de participativa das unidades de conservação em Moçambique

Realmente 20% das taxas de utilização das áreas de conservação e da atividade do turismo representa um bom incentivo garantido pelo governo para partilhar e beneficiar comunidades locais envolvidas com a conservação das unidades de conservação e preservação de recursos naturais em áreas onde ocorre a exploração desses recursos. Mas em prática não trás benefícios esperados. Entretanto, o atual mecanismo adotado praticamente não funciona, a distribuição é pouco abrangente e dispersa e mal interpretada a sua abordagem em algumas áreas onde estão garantidos esses valores. As taxas que são revertem a favor das comunidades poucas vezes chegam a estas, porque se funcionasse bem, mesmo o valor de 20% sendo baixo poderia fazer certa diferença e criaria mais comprometimento, confiança das comunidades locais de usar recursos de maneira sustentável e a colaborar melhor com os gestores locais nas áreas de conservação, e com o setor privado particularmente.

Por exemplo, onde funciona de forma mais ou menos adequada em Moçambique (por exemplo em Matondue no distrito de Chiringoma) parece ter bons resultados, mas, são daquelas promessas que quando não se cumpre provoca sérios descontentamentos, e por isso deve-se pensar seriamente na execução e implementação dessa política e também treinar as comunidades envolvidas no uso e aplicação dos 20%. Estes valores não são destinados para qualquer uso, mas para manter a base dos recursos naturais que criam os 20%.

Por que na verdade, se de fato há essa deficiência há uma grande limitação na implementação dessa política que vai afetar incentivo das populações diretamente envolvidas e sintam que realmente tenham adquirido tais benefícios por via da conservação dos seus recursos. Na situação atual de uma área protegida, por exemplo, envolvendo o setor privado, paga taxa e as comunidades vêm presença dos turistas naquela área. Obviamente que os 20 % que revertem a favor das comunidades resultaram das taxas de entrada e visita dos turistas à reserva.

Se o número médio de turistas por ano for muito pequeno por vários fatores (falta de serviços adequados, infraestruturas e outros atrativos naturais e culturais, etc.,) os 20% podem estar em risco de ser um incentivo para as comunidades locais afetadas. Dai que é urgente a regulamentação e revisão dos modelos de gestão participativa ou cogestão e partilha de benefícios em áreas protegidas incorporando mais benefícios para as comunidades locais através de investimento privado e concessões do turismo.

Experiências revelam que o Estado tem muito investimento em recursos financeiros para desenvolver e criar estruturas de funcionamento institucional, aquisição de meio, equipamento para funcionamento, despesas com salários e outros custos fixos e investimentos dentro das unidades de conservação. Por exemplo, o caso dos programas conservação comunitários de Chipanje Chetu e Tchuma-Chato, custa menos investimento ao Estado e está numa melhor posição por não ter criado uma administração pesada com encargo maior, em que o próprio estado encontrou uma solução inteligente de gerir os recursos naturais com o envolvimento em totalidade das comunidades locais. Embora seja permitida a extração de recursos para as próprias comunidades no âmbito do programa Chipanje Chetu, as comunidades recebem um valor médio anual US\$ 50 a 120 mil por ano de contrato de exploração com setor privado diferente dos 20% numa situação de um número médio baixo por ano de visita de turistas. Entretanto, são estas análises que devem ser feitas em Moçambique no contexto de gestão de recursos naturais e repensar com profundidade sobre as categorias de áreas conservação porque todas são do domínio do Estado.

Portanto as áreas de conservação devem ser mais abrangentes e inovadoras para elevar os níveis atuais de conservação e gerar mais benefícios para as comunidades locais residentes. Por exemplo, se olharmos para as coutadas oficiais que são áreas de caça que são áreas extensas, numa avaliação rápida desde 1997 a 2010, a cobertura florestal mantém quase preservada, ou

seja, perdeu-se menos da cobertura florestal do que em comparação com as outras áreas de conservação que são do domínio e de gestão direta do Estado.

Além dos 20% das taxas de exploração de recursos florestais e faunísticos e utilização das áreas de conservação que é um incentivo garantido às comunidades locais pelo Estado e por Lei, na definição de outros incentivos para gestão participativa, não se deve esquecer-se da questão do ser humano, que busca atingir suas necessidades fundamentais a vida através desse mesmo recurso.

O outro problema que ainda coloca as comunidades distante de todo processo de participação é a obtenção de benefícios diretos da conservação em áreas protegidas. Por outro, a questão está associada também a forma como se encara as comunidades como uma entidade que deve ser tratada numa determinada abordagem, entretanto, se ignora que são pessoas que vivem e gerem os recursos no dia a dia. É com as comunidades residentes que as autoridades e gestoras das unidades de conservação devem se relacionar e deixar a visão “romântica” de um olhar para as comunidades locais, e que muitas das vezes o conceito é induzido por doadores e “importados” em relação ao tratamento das comunidades locais. Isto na verdade, afasta o tratamento normal da comunidade na relação de “homem para homem” na gestão participativa e tomada de decisões conjuntas para gestão de recursos naturais, tanto que, as comunidades são constituídas por indivíduos com determinada experiência e conhecimento sobre o recurso local diferenciado de certa forma pelo seu grau de escolaridade. Ou seja, deve se olhar para questão no seu sentido mais “tradicional” e não olhar para as comunidades de forma contextualizada e baseado em definições e conceitos “importados” para tratamento das comunidades negligenciando a sua própria capacidade como um atore fundamental na gestão de recursos naturais e tomada de decisão nas unidades de conservação.

Para alguns, a questão dos 20% nas áreas protegidas deve ser vista e colocado em dois níveis, político institucional e prático. De ponto de vista político institucional não há qualquer dúvida que os 20% constituem um incentivo importante garantido as comunidades diretamente envolvidas na conservação. Por outro lado, de ponto de vista prático abre-se muitos questionamentos porque 20%? e não 25%? e não 10%?.

Na circunstância de ausência de receitas que é situação presente hoje, obviamente os 20% são muito questionados porque tem uma faceta de valor reduzido, mas quando o nível de receita aumentar a proporção em relação aos 20% aumentará e terá outros resultados na sua percepção.

A outra análise que pode se fazer sobre os 20% de ponto de vista prático é a análise prática que efetivamente a rede nacional das áreas de conservação por um lado não gera receita suficiente para permitir a coleta e redirecionamento dos 20% para as comunidades locais e, por lado o mecanismo usado devido ao atual sistema de gestão centralizado ao Estado a sua gestão através do governo.

Quando se trata de receitas públicas, o governo segue um canal próprio onde intervêm em primeira instância pelo Ministério de Finanças e isso torna o processo menos célere. Entretanto, a canalização e entrega dos 20% cria expectativas as comunidades locais pelos sistemáticos atrasos e burocracia que gera um quadro bastante mau para o setor. Mas, no dia em que o 20% for implementado de forma mais eficaz e canalizado estes valores para o beneficiário direto que são próprias comunidades locais produzirá os resultados desejado, o quadro geral mudará porque o grande problema na atualidade é o mecanismo instituído e velocidade para canalização dos 20% das taxas de utilização das unidades de conservação que revertem a favor das comunidades.

Portanto, a participação das comunidades locais deve ser entendido desde que a comunidade é primeiro fiel depositário dos recursos. E é nesta ótica que para lograr sucesso da conservação, o Estado considera que não basta garantir e dar benefício derivado desse processo, como acontece com os 20% as comunidades locais. Isto é, não seria apenas 20% com que as comunidades se beneficiariam para garantir os objetivos da conservação, mas fazer com que estas sejam parceiras do desenvolvimento que se pretende como se elas fossem donas do próprio recurso, e também sentir que os 20% são os tais ganhos que vão resultar da conservação dos recursos, ou seja, resultado de processo de conservação bem-sucedido. Contudo, garantir e dar 20% para as comunidades locais não é sinônimo de que estas percebam a importância da conservação. Mas diferentemente daquilo que seria o envolvimento direto da comunidade para resultar naquilo que são os 20% ou mais. Esta via seria a base, mas para se alcançar estes resultados em que a comunidades passam a assumir a gestão de recursos naturais é preciso implementar vários arranjos: um é canalizar e garantir 20% das taxas de utilização das unidades de conservação e de exploração de recursos naturais, e outra é alternativamente a participação das comunidades em investimento privado direto nas áreas protegidas, quer por exploração direta de concessões e em regime de parceria e contratos de exploração. Na Reserva Especial de Maputo, 20 % é uma prática incontornável que foi adotada e vem sendo implementada desde 2007 (Anexo 19).

De um total de vinte e quatro comunidades envolvidas apenas dezessete (da parte terrestre) beneficiaram deste valor dos 20%, e doze desta já se beneficiam de 2007. Portanto, como pode constar, a canalização ainda é diferente e limitada, por um lado devido aos fatores já mencionados, por outro, está associado a sucessivas transformações de extensão reserva vem ocorrendo em Matutuine para integração da área marinha e corredor de Futi que são áreas de conservação com forte presença da população que demanda novos lavamentos, necessidade de capacitação das comunidades, registros, legalização e entre outros atos administrativo ligado ao mecanismo de canalização desses valores. As receitas provenientes do turismo na Reserva Especial de Maputo variam consideravelmente e tendem a diminuir por vários fatores. É incentivo garantido pelo Estado, mas por outro pode gerar um conflito ou dilema de percepção e interpretação na medida em que valores referentes a 20 % continuarem a ser até irrisórios, e principalmente se autoridades gestora não explicarem com clareza as comunidades locais beneficiárias. As comunidades de Madjadjane na Reserva Especial de Maputo que recebeu o apoio necessário da IUCN para desenvolver o turismo comunitário, que embora os resultados não satisfatórios são também um incentivo para conservação. Por outro lado, as concessões na reserva especial também alocadas as comunidades locais aumentam os benefícios para as comunidades garantido em bom incentivo para conservação. Para além dos 20% das taxas de utilização dos recursos e da atividade do turismo pelo envolvimento das comunidades, o investimento privado e com participação das comunidades em unidades de conservação através de exploração direta das concessões e acordo de operacionalização de contrato, valoriza ou reforça o incentivo para conservação, exigindo assim a criação de bases para estrutura os incentivos institucionais e econômicos.

Fazendo uma análise mais precisa pode-se verificar que estes valores pagos pela exploração em concessão não correspondem ao potencial da área se tomar em consideração os rendimentos que podem resultar destas áreas pela sua natureza em recursos, potencial turístico, valorização cultural e históricos preservados pelas comunidades. De um lado, o valor para as comunidades vai aumentando pouco a pouco em função das atividades desenvolvidas, mas nunca acompanham a mesma velocidade da inflação. Por outro, o Estado também precisa da mesma taxa para o funcionamento e ao ser partilhado com as comunidades será sempre difícil que o Estado tenha recurso para implementar a conservação. Assim, propõe-se que o investidor pague mais sobre a exploração do recurso, os rendimentos que revertem a favor das comunidades não

devem apenas considerar volume do investimento para determinar áreas, mas os próprios rendimentos do investimento.

Os 20% não podem ser vistos ou entendidos apenas como um número ou montante, mas sim pelo peso seu 20% como incentivo direto para as comunidades, mas que o incentivo melhor a condição de vida da população afetada com a conservação. Se as receitas forem muito baixas, falta de infraestrutura, obviamente os 20% não contribuirão em nada para modificar e reduzir a pobreza da população, modificar a percepção da comunidade sobre a conservação e melhorar o comportamento sobre uso dos recursos. Se os 20% for pouco dinheiro, as comunidades não estarão interessadas, e a ideia de envolvimento do setor privado e desenvolvimento de infraestrutura pode atrair mais turistas e elevar os níveis de captação de receita na Reserva Especial de Maputo. Os 20% será o valor mais alto que vai fazer diferença na vida da comunidade, então o desenho do modelo proposto é aceitável nesse sentido, e se faz importante ver quanto e quais os benefícios, como recebem, como usam, incluindo a própria organização das comunidades para gerir os 20%, quer por via de comitês de gestão e outras entidade locais legais reconhecidas localmente.

Na atualidade 20% é um incentivo mais adequado para a conservação em Moçambique. Mas prevalece ainda um nível de preocupação, pois o Diploma Ministerial 93/2005 de 4 de maio de 2005 não estabelece regras para sua aplicação e onde aplicar. A legislação deve ser mais clara e precisa sobre estas questões mesmo que a liberdade do uso seja totalmente da própria comunidade. O Estado deve assumir o papel de capacitar e treinar as comunidades e não limitar apenas na entrega do que se reverte a favor das comunidades. Contudo, outro fator que limita as comunidades na aplicação dos 20% é principalmente o baixo grau de escolaridade, daí que se recomenda a formação mais formal de maneira que esta tenha intervenção mais ativa no processo, caso contrário corre-se o risco de mantê-la ainda mais excluída do processo de tomada de decisões no âmbito da gestão participativa em áreas protegidas. Portanto, não se pode olhar para as comunidades como se apenas se tratasse de entidade que só recebem, vistos sem capacidade de agir e participar e isenta de tomar decisões. Para além dos 20%, participação em investimento privado através das concessões do turismo na Reserva Especial de Maputo, está sendo implementado projetos de desenvolvimentos comunitários financiado pelo Banco Mundial como estratégia de desenvolvimento comunitário dentro de projetos e iniciativa de investimento local financiado diretamente através do governo local em Matutuíne.

CAPÍTULO - 6

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação das evidências empíricas coletadas ao longo da atividade de campo, conclui-se que a hipótese segundo a qual a incorporação de novos atores à arquitetura institucional voltada à gestão do território, associando turismo e conservação ambiental, representa um potencial inovador, indutor de novas dinâmicas que conciliem o desenvolvimento socioeconômico à preservação dos recursos naturais em Matutuíne, foi amplamente corroborada. A corroboração e evidência de tal hipótese, responde a pergunta da pesquisa na medida em que as mudanças institucionais em curso em Moçambique, tanto no setor do turismo como no do meio ambiente podem contribuir para aliar a conservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico induzido pelo turismo no distrito de Matutuíne. Entretanto algumas pistas para responder à pergunta da pesquisa foram apresentadas anteriormente, ainda que não tenha sido possível apresentar conclusões definitivas.

A primeira delas é a criação de uma política de conservação e a estratégia para sua implementação que crie um sistema unificado para gerir essas áreas de conservação e que garantam a criação de uma instituição formal para administrar a rede nacional das áreas de conservação, a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), com implicações diretas na transformação institucional da Reserva Especial de Maputo e institucionalização de incentivos para promover sua conservação e o desenvolvimento local através do turismo. Entretanto, deve ser encarada como uma inovação dentro das transformações institucionais em curso para a gestão das unidades de conservação dentro de um sistema unificado que procurará, de acordo com as suas características específicas, diferentes abordagens e criação de incentivos. Contudo, o sucesso da ANAC dependerá da vontade política institucional, da definição da clareza do papel e intervenção da instituição nas unidades de conservação, e da alocação de recursos necessários por parte do Estado.

O surgimento da ANAC deve trazer uma nova configuração institucional para a gestão da Reserva Especial de Maputo, mas deverá imprimir certa dinâmica para facilitar a ponte e a articulação desejada entre a reserva e entrada de novos atores, tanto quanto na definição das responsabilidades, partilha de rendimentos e tomada de decisão. Com o surgimento dessa nova

figura institucional, a introdução e execução de novas abordagens através do desenvolvimento de parcerias para exploração de concessões de turismo dentro das áreas de conservação devem assentar claramente nas atribuições e competências para a tomada de decisão na condução do processo.

Em termos práticos, a ANAC terá suas atribuições e competências. O nível local e em cada UC será instituído um Conselho de Gestão Local que atuará como um órgão consultivo e congregará vários atores e diferentes interesses ligados à conservação e gestão da unidade de conservação. Portanto, há dificuldade neste momento em avaliar desempenho da ANAC, e a capacidade institucional criada em nível local. Primeiro porque a ANAC está na sua fase de implantação ao nível central, que deve ainda criar o quadro do pessoal, desenvolvimento de uma capacidade técnica institucional, elaboração de estatutos e regulamento de funcionamento incluindo o delineamento das grandes linhas de atuação e articulação ao nível local com diferentes atores e interesses em cada unidade de conservação.

Entretanto, devem ser esclarecidos que na atuação do órgão colegiado dentro da ANAC existe um Conselho de Administração, que é um órgão deliberativo, e outro órgão colegiado ao nível de cada unidade de conservação, é o conselho de gestão que tem a função eminentemente consultiva onde participam as diferentes representações. O Conselho de Gestão é um órgão consultivo, e emite opiniões de acordo com os processos de gestão de cada área e de gestão do dia a dia que ocorrem em cada unidade de conservação.

A nova política de conservação, a criação da ANAC, rede unificada de gestão das áreas de conservação, aprovação de plano de manejo e plano de desenvolvimento do turismo, incluem as concessões do turismo da Reserva Especial de Maputo e Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro, e o plano de desenvolvimento do corredor do Futi constituem uma nova estrutura de incentivos institucionais montados na Reserva Especial de Maputo para garantir a conservação ambiental e desenvolvimento do turismo sustentável no distrito de Matutuíne.

Dentro desses incentivos institucionais estão inseridos os mecanismos de gestão, normas e regras que vão gerar redes conectadas tanto na forma vertical quanto horizontal através das características das instituições como capital social importante para gestão da Reserva Especial de Maputo e da conservação em Matutuíne. Assim, a ANAC é um capital social importante para a Reserva Especial de Maputo que para além da sua representação hierárquica direta com as autoridades da administração da Reserva Especial de Maputo (rede vertical), tem uma estrutura

de incentivo institucional para operacionalizar e executar regras e regulamentos efetivamente envolvendo uma estrutura de rede horizontal onde estão inseridos os comitês de gestão locais de recursos naturais, e os fóruns comunitários, fortalecendo os laços de cooperação e confiabilidade com outros agentes envolvidos na Reserva Especial de Maputo.

Tal como a institucionalização da ANAC é muito recente, os planos de manejo da Reserva Especial de Maputo e da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro também foram recentemente aprovados pelas autoridades do governo central, e a sua aplicação ainda não são muito bem efetivados. Se a execução desses instrumentos for deficiente tanto por falta de recursos, habilidades por parte do Estado e por diante, a conservação ambiental e desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo pode ser considerada falha e mal sucedida. Entretanto o sucesso vai em parte depender fundamentalmente dos investimentos destinado a Reserva Especial de Maputo, alocação de recursos necessários e contratação de pessoal qualificado para atender aos novos desafios da conservação e do desenvolvimento do ecoturismo no distrito de Matutuine, e por outro lado, pela compreensão precisa dos instrumentos de gestão da Reserva Especial de Maputo (Plano de manejo, lei e regulamentos) envolvendo todas as partes interessadas, desde as próprias autoridades gestora da reserva, privados e as comunidades locais, e outros dentro da estrutura do capital social definida para promover a conservação e a própria gestão.

Apesar das grandes transformações e mudanças dentro da arquitetura institucional de gestão das unidades de conservação em Moçambique, na Reserva Especial de Maputo prevalecerá uma administração centralizada do Estado. Contudo, o modelo que se propõe para a Reserva Especial de Maputo através do desenvolvimento de parcerias privada-comunidade e público-privado para exploração de concessões de turismo, bem concebidas a sua institucionalização dentro do arranjo institucional montado na nova abordagem de gestão das unidades de conservação abre espaço o surgimento de novos atores e criação de incentivos para a conservação ambiental e desenvolvimento do turismo no distrito de Matutuine, e garante uma transformação para o início do processo de descentralização e delegação de gestão em nível local, e sobretudo, a participação das comunidades locais.

Porém, a conservação ganha com os recursos naturais gerando benefícios para as comunidades locais e outras partes interessadas que dela dependem, e aumenta o volume de captação de investimento para sua gestão. Particularmente na Reserva Especial de Maputo, com

recursos naturais ainda intactos, e com potencial para o ecoturismo, não prescinde de conciliação de projetos de investimentos, entretanto, tem falhado no cumprimento dos objetivos devido a limitação da capacidade técnica institucional envolvendo toda a cadeia de planejamento, burocracia, falta de estudos adequados, cumprimento da legislação sobre conservação e uso de recursos naturais, falta de infraestrutura necessária, recursos financeiros limitados e investimento e uma forte dependência de doares internacional como, por exemplo, o Banco Mundial.

Embora ainda se necessite de estudos profundos e adequados para manejo da fauna e sua reintrodução incluindo e desenvolvimento de infraestrutura apropriada para o ecoturismo e conservação, os seguimentos do turismo orientando para natureza e ecologia, investigação científica, aventura e lazer são os mais indicados e prontos para emergir da Reserva Especial de Maputo. Contudo, o turismo de massas continuará a crescer significativamente no distrito de Matutuine, entretanto, carece ainda de planejamento integrado que permita conciliar os incentivos montados para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo.

Com base em análise geral dos dados disponíveis sobre a tendência global do turismo a nível mundial, as evidências apontam para o ecoturismo como um dos seguimentos do turismo que mais cresce em escala global nas últimas décadas com uma média anual de 5% a 10% em relação ao turismo tradicional (turismo de massas), com cerca de 20% de turistas a nível mundial buscando preferência pelo turismo ecológico, concentrando 90% de investimento em muitos países do Mundo. Particularmente na Reserva Especial de Maputo, essa tendência ainda é insignificante e carece de altos investimentos.

Outra questão é a relevância do papel do Estado para assumir e liderar todo o processo de gestão das áreas protegidas dentro do sistema unificado da unidade de conservação redefinindo o papel das comunidades locais e partilha de benefícios dentro da questão da conservação e incentivos para surgimentos de novos atores e suas relações. A relação entre as comunidades locais e as autoridades de gestão da Reserva Especial de Maputo, ainda não é satisfatória para corroborar com os objetivos de gestão e os interesses das comunidades locais. As evidências empíricas revelam que desde 2007 a ligação com as comunidades era mantida através dos comitês de gestão locais instituídos para a gestão dos 20% das taxas de receitas de entrada e visita de turistas a Reserva Especial de Maputo, que um nível de ligação com autoridades gestora dentro do arranjo montado, menos interativos com as comunidades locais.

Os comitês não abrangiam todas as comunidades afetadas pela Reserva Especial de Maputo e não estão devidamente preparados para representar os interesses das comunidades locais. Por outro lado, as comunidades não possuem uma estrutura devidamente organizada que garante que elas sejam identificadas como parte do processo do desenvolvimento da reserva e participem em todas as etapas de tomada de decisões. As evidências corroboram que a falta de ligação e o mau relacionamento com as autoridades gestoras da Reserva Especial de Maputo é devido à falta e ausência de mecanismo e incentivos para o seu envolvimento na sua extensão mais abrangente através dos fóruns regionais e comunitários, comitês de gestão, grupos de interesse e associações comunitárias que são pequenos grupos organizados e reconhecidos para representar os interesses coletivos das comunidades locais.

Também a falta de informação e conhecimento sobre o processo de desenvolvimento da reserva e a sua transformação institucional para conservação em Matutuine aliado a ausência de incentivos clara (socioeconômicos e institucionais) afeta em grande medida a participação das comunidades locais para gerar ações coletivas com interesses na conservação ambiental na reserva como uma das suas principais bases de sustentação para melhoramento de qualidade de vida e bem-estar. Entretanto, grandes avanços ocorreram ao longo dos anos subsequentes a partir de 2007 com recuperação dos espaços coletivos onde as autoridades gestoras da reserva passaram a debater várias questões com as próprias comunidades locais envolvendo diferentes níveis de liderança local.

Os resultados diretos dessas intervenções foram revelados pelas próprias comunidades com redução efetiva de práticas de queimadas, redução da caça e exploração florestal ilegal através de uma maior fiscalização com a participação das comunidades locais, maior conscientização do imperativo de assentamento das populações residentes no interior da reserva e necessidade de mitigação de conflito homem e fauna selvagem que afeta grande parte da população, tornando novos temas centrais partilhados entre as partes em torno da conservação em Matutuine e críticos para a gestão participativa da Reserva Especial de Maputo. Outras evidências que corroboram para essa constatação é o grau de participação satisfatória e aderência das comunidades locais nos debates da revisão do plano de manejo e plano de gestão e desenvolvimento do turismo da Reserva Especial de Maputo, incluindo a extensão dos seus limites da reserva e declaração do corredor de Futi como uma área importante para a conservação da diversidade ecológica e expansão do desenvolvimento regional.

A introdução de projeto econômico incluindo as concessões de turismo, e os benefícios partilhados dos 20% das taxas de exploração do turismo na Reserva Especial de Maputo são incentivos direto garantidos pelo Estado para as comunidades locais que movem a ação coletiva para conservação da natureza em Matutuine, podem de forma muito objetiva induzir o assentamento da população residente no interior da reserva através de medidas e projetos adequados.

Em contraste com essas evidências, segundo afirmado por Beduschi (2002), o Estado não pode negligenciar o desenvolvimento de tais projetos, dos aspetos econômicos que movem a ação coletiva na unidade de conservação. A ideia de que apenas com palestras de capacitação e educação ambiental se consegue transformar profundamente as práticas locais em relação aos usos dos recursos parece estar um tanto quanto equivocada, uma vez que os incentivos econômicos são fundamentais para estimular os residentes locais com forte tradição e dependência sobre os recursos naturais a se engajar em ação coletiva que tem na conservação da natureza um dos seus principais elementos.

Ainda de acordo com Beduschi (2002), é necessário que se abram novos canais de comunicação entre os diferentes atores que, de uma forma ou de outra, estão ligados à questão do desenvolvimento sustentável na região. Atividades como seminários, workshop e grupos de discussão e trabalho conjuntos podem se constituir como verdadeiros espaços de construção de futuro mais sustentável para a região. Segundo Hanningan (1995) apud Beduschi (2002) é nessa arena que os diferentes atores poderão identificar os pontos divergentes entre si, bem como aqueles que convergem para o mesmo fim.

Com base nessas premissas pode-se concluir que estão criadas as bases para revisão da estrutura organizacional e institucional da Reserva Especial de Maputo ao incorporar uma nova configuração dentro da arquitetura institucional montada e orientada para gestão partilhada envolvendo diferentes redes de atores compartilhando espaços comuns deliberativos e tomada de decisão. A nova configuração será designada de Conselho Consultivo de Gestão da Reserva Especial de Maputo e irá compor os seguintes atores: Estado através do governo local, autoridade de gestão da Reserva Especial de Maputo, setor privado, ONGs, comunidades locais e doadores.

As comunidades locais serão representadas nesta configuração através dos comitês locais de gestão de recursos naturais, fóruns comunitários, grupos de interesses e associações

comunitários de desenvolvimento local (forma de capital social) distribuído pelos três fóruns regionais comunitários que é órgão de representação das comunidades locais localizados nos regulados de Zitundo, Madjadjane e Machangulo.

Apesar da existência atual dessa organização institucional montada na Reserva Especial de Maputo em que vários atores interagem e participam, ainda não foram adotados mecanismos que funcionem e garantam a participação efetiva dos diferentes atores dentro da estrutura da arquitetura institucional existente, porque por um lado trata de uma abordagem introduzida muito recentemente depois da aprovação do plano de manejo em 2010, e por outro lado, trata-se de um espaço que incorpora atores com interesses diferentes e complexos que demanda e exige uma experiência e amplo domínio das autoridades gestoras para interagir a este nível, que não é o caso. Entretanto, as alterações globais propostas para as unidades de conservação com a criação da ANAC favorecem o aparecimento de oportunidades seguras para legitimar estas conexões que antes haviam sido instituídas na reserva que envolvia vários interesses na forma de redes verticais e horizontais para cumprimento das diretrizes emanadas no plano de manejo e plano de gestão desenvolvimento do turismo.

As parcerias envolvendo as iniciativas “privada-comunidade”, “público-privado”, “público-privada-comunidades” estão muito bem definidas quanto à natureza de participação de capital e do próprio investimento, geração de empregos, partilha de receitas, capacitação, definição dos objetivos de conservação e sociais. Contudo, o sucesso da iniciativa da parceria privada-comunidade na Reserva Especial de Maputo reside no fato de existir pré-estudos de viabilidade financeira e econômica, social e ambiental.

O projeto de desenvolvimento do turismo foi anteriormente aprovado pelas autoridades do governo central, e com financiamento garantido. Os contratos de parceria e acordo de gestão empresarial foi devidamente assinado entre a associação A Hi Zamene Chemucane que representa os interesses das comunidades locais como investidor privado a Fundação Bell, incluindo o reconhecimento legal pelo governo central, o estatuto de constituição de parceria. O acordo de parceria define que o privado para além de participar com capital financeiro, deverá agregar a sua experiência e conhecimento sobre as operações do investimento, planejamento de exploração do ecoturismo, estudos e pesquisas relevantes sobre mercados e gestão, operações de marketing e desenvolvimento do produto, captação de investimento e financiamento para conservação e desenvolvimento do turismo na região.

A comunidade local garante a terra garantida pelo Estado através da concessão por um período de 50 anos e um capital financeiro mínimo, e participa com a mão de obra local. A exploração das concessões garantidas para exploração da atividade do ecoturismo tanto nas parcerias privado-comunidade e público-privado será com base nas licenças especiais previsto nos termos legais e sem exceder os limites do contrato de concessão e prejuízo do plano de manejo da reserva.

Ao contrário da parceria privada - comunidades locais, a parceria público-privada envolvendo uma empresa de capitais nacionais a Mozaico do Índigo e o Governo de Moçambique representado pelo MITUR, encara enormes dificuldades para execução e operacionalização do contrato de concessão devido à falta de clareza e da abordagem institucional em relação aos outros atores envolvidos partilha de benefícios e altos risco que estão sujeito ao investimento privado. Ao se introduzir as concessões de turismo na Reserva Especial de Maputo tem-se em vista uma nova abordagem da gestão de recursos, e não há nenhuma certeza em relação aos resultados esperados ou que possam resultar no futuro, entretanto, quanto mais demorados pode efetivamente minar todo o processo iniciado no envolvimento das comunidades locais.

Neste caso concreto, tentativas de implementar ou introduzir um novo modelo em unidades de conservação devem ter uma base segura de estudos que sustente todas as fases de implementação sob-risco de se incorrer em erro com promessas não realizáveis e afetar a confiança das comunidades locais depositadas às autoridades gestoras da Reserva Especial de Maputo. Ao optar por um modelo de concessão, as autoridades competentes gestoras deveriam ter com clara evidência de disponibilidades financiamento e garantia de investimentos privados, e também não apenas focados nos investidores estrangeiros como também nos investidores nacionais e com relação a apropria estrutura de organização do mercado financeiro.

Como se conclui, os resultados até então alcançados no contexto do modelo de parceria público-privada evidência claramente que o processo não teve o preparo necessário, não houve estudo detalhado com antecipação e rigor. Isto não significa necessariamente que o modelo não seja o mais adequado desde que sejam acauteladas todas as fases anteriores, porque outras experiências em Moçambique tem relavado resultados contrários e muito positivos. Na Reserva Especial de Maputo provavelmente foi introduzido sem a atenção para as questões anteriormente apresentadas.

A contribuição da pesquisa, ainda que não seja um estudo conclusivo sobre o ecoturismo e seu desempenho em áreas protegidas de Moçambique, se realizou em uma fase em que áreas de conservação vêm sofrendo transformações e mudanças profundas de natureza institucional que coloca um conjunto de desafios para áreas de protegidas em Moçambique dentro das novas abordagens que envolvem a gestão partilhada, partilha de benefícios, surgimento de novos temas e atores, partilha de responsabilidade e tomadas decisões, introdução de modelos de exploração de concessões e desenvolvimento de parceria, envolvimento das comunidades locais, criação de estratégia de investimento e financiamento das áreas protegida com vista à reestruturação, desenvolvimento de quadro e capacidade institucional à altura dos atuais desafios para conservação em Moçambique.

A pesquisa procurou aprofundar e debater sobre questões atuais de gestão das áreas protegidas em Moçambique e suas implicações, buscando compreender a atual configuração institucional montado para administrar as áreas de conservação e a criação de incentivos que garante o surgimento e entrada de novos atores dentro da gestão institucional compartilhada das áreas protegidas. Entretanto, o que tem sido verificado ao longo da pesquisa, é que ainda pouco tem sido feito ou nada em relação aos desafios colocados a ANAC que procura ainda identificar e criar uma capacidade institucional que vá responder para tais desafios e viabilizar as áreas protegidas dentro do sistema unificado das unidades de conservação.

As expectativas atuais criadas em Moçambique demandam que a ANAC seja compreendida como uma instituição que vem resolver os problemas da conservação e manejo de fauna selvagem que o país tem ainda como um dos recursos potencialmente imenso para gerar altos níveis de receitas através da conservação e desenvolvimento do turismo.

Atualmente, as unidades de conservação não possuem infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo e a conservação ambiental em Moçambique. Para conciliar esta questão face aos atuais desafios colocadas as unidades de conservação, devem avançar para o conceito de desenvolvimento de “*clusters*” do ponto de vista de desenvolvimento regional e territorial. Considerando a Reserva Especial de Maputo, com potencial para vários tipos de atividade com o turismo, conservação, agricultura, pecuária, exploração industrial e extração mineira, entretanto, devem olhar de forma estratégica como uma potencial região buscando recurso para desenvolvimento de infraestruturas complementar que vão induzir investimentos para toda a região do distrito de Matutuíne promovendo pacotes atrativos de investimentos.

Outro aspeto relevante para a Reserva Especial de Maputo são potências conflitos de interesse econômico que estão vinculados sobre uma área de conservação muito pequena, que ao serem executados podem afetar drasticamente os objetivos da conservação da diversidade biológica, e conseqüente os próprios objetivos da área protegida. A Reserva Especial de Maputo é uma reserva que pode ser tipificada de acordo com seu potencial como um ponto intermediário em comparação com as outras áreas de conservação em Moçambique. De ponto de vista de paisagem, ecossistemas, objetivo de manejo e gestão, e oportunidade para o desenvolvimento do turismo provavelmente é uma das áreas mais valiosas de Moçambique, localizada na região de Maputolândia que é uma área de alto endemismo e biodiversidade. É uma área com potencial turístico extremamente elevado e com capacidade de geração de receitas muito alta, mas, carente em infraestruturas e como uma forte presença humana significativa dentro da reserva. Portanto, a Reserva Especial de Maputo requer investimento prévio em infraestruturas, marketing e capacidade técnica. Uma vez realizados estes três investimentos a Reserva Especial de Maputo alcançará seu potencial máximo para o seu desenvolvimento.

Para o desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo, e antes de se definir o turismo como prioritário para negócio e promover a conservação ambiental, devem ser estudos ambientais como a Avaliação Ambiental Estratégica incluindo Estudos de Impacto Ambiental que devem ser adequados dentro do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuíne. Estes estudos para além de serem utilizados como uma ferramenta de planejamento e tomada de decisão política e institucional permite incorporar outros estudos relevantes para direcionar projetos e investimento de desenvolvimento territorial integrado, reduzir potenciais conflitos de interesses econômicos, sociais e ambientais que tem incidido sobre uma área de conservação muito pequena com a Reserva Especial de Maputo.

Em Moçambique as áreas de conservação só podem ser úteis e benéficas, não apenas por gerar benefícios e vantagens sociais, garantir a conservação e preservação ambiental, vantagens político-institucional e econômico, desde que ocorram investimentos para induzir o desenvolvimento local e atrair novos investimentos. No caso da Reserva Especial de Maputo para melhor maximizar o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento do país e particularmente do distrito de Matutuíne, devem-se criar incentivos que mobilizam outros investimentos através de uma diferenciação em nível e qualidade de infraestrutura necessária como as vias de acesso, comunicação, energia, infraestruturas e serviços turísticos, e, sobretudo

providenciar serviços de qualidade que deixa marcado na agenda dos visitantes e turistas para um breve regresso.

Isto é, para além de elevar o nível do investimento na área, deve-se criar o valor acrescentado na Reserva Especial de Maputo como área de conservação que proporciona um turismo de qualidade e classe médio e alta buscando identificar segmentos e mercados mais atrativos onde os turistas encontra uma real satisfação em contato com a natureza, novos e diferentes hábitos culturais, e que possa adquirir novos conhecimentos e troca de experiência com contextos altamente diferenciados.

Valorização e criação de pacotes do turismo baseado em recursos naturais envolvendo as UC para promover o turismo nacional doméstico interno. No caso vertente de Moçambique e particularmente da Reserva Especial de Maputo são poucas as pessoas nacionais que tem acesso para visitar esta área de importante valor ecológico e com oportunidades de turismo e lazer, pelas seguintes razões. Primeiro são as taxas praticadas para o acesso as unidades de conservação e os custos envolvendo (transporte, acomodação e alojamento, etc.) que são altamente proibitivos favorecendo principalmente ao mercado estrangeiro. Também, e provavelmente, esta limitação deve-se falta recursos e poder aquisitivo por parte de nacionais por lado, e por outro, principalmente a falta de interesse e motivação dos nacionais pelo próprio desconhecimento e acesso a informação adequada.

Segundo as autoridades gestoras envolvidas nas unidades de conservação, ainda não há o preparo suficiente e prioridade na criação de pacotes que incentivam o turismo doméstico interno nacional. Esta situação leva aos nacionais a sentir-se excluído das unidades de conservação sem qualquer motivação e incentivo para a valorização das áreas protegidas perdendo o seu sentido para a conservação e percepção da sua importância, como um destino para investigação, lazer e outros. Portanto, este seria o ponto de partida para mudança de mentalidade em relação às áreas protegidas em Moçambique.

A estrutura institucional montada para exploração das concessões e desenvolvimento do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo, envolvendo parceria publica-privada não está clara e é bastante confusa em relação a participação dos diferentes intervenientes, interesses institucionais e os próprios incentivos definidos. Portanto se recomenda a revisão dessa abordagem principalmente no que se refere ao papel das partes interessadas, partilha de benefícios e o arranjo institucional definido para introduzir ou executar da parceria.

Recomenda-se ainda o cancelamento da concessão garantida à empresa Mozaico do Índico S.A e a revogação dos respectivos contratos devido a sua natureza institucionalmente não viável e sobrepor interesses institucionalmente conflitantes pela falta de clareza em relações as instituições envolvidas tais como: Mozaico do Índico S.A, IGEPE, INATUR, DNAC, REM, ANAC, privado e comunidades locais, e alto grau de incerteza e riscos exposto para o investimento privado. Entretanto, concessão deverá passar à gestão direta das autoridades gestora da Reserva Especial de Maputo que adstrita a ANAC com mandato para administrar as áreas de conservação em Moçambique.

A crise financeira internacional e rápida deterioração do mercado do turismo durante as etapas anteriores contribuíram significativamente para as incertezas e as limitações do funcionamento da parceria público-privado. Mas foi também um resultado das mudanças sucessivas das estruturas de incentivos institucionais montados pelo governo de Moçambique que careciam ainda de um aprimoramento e aprendizado. Entretanto, até muito recentemente em 2012 a empresa Mozaico do Índigo, para as duas concessões de Dobela e Milibangalala garantida pelo Estado, ainda não tem vista perspectivas de investimento privado tanto nacional ou estrangeiro que de certa forma afeta o plano de desenvolvimento da reserva.

Dado o número de instituições e atores que estão envolvidos dentro da estrutura institucional montada na Reserva Especial de Maputo, se recomenda introdução de mecanismos que garante maior participação das partes interessadas e que seja definido e estabelecidos novos espaços dentro da arena intencional em que todas as partes interessadas participam e debatem todas as questões sobre a conservação e outras de interesse coletivo para reduzir tensões e potenciais conflitos institucionais e alcançar metas favoráveis que beneficiam as partes interessadas. Portanto, a incorporação e surgimento de novos atores através das de parcerias público-privado e privada-comunidade e introdução de modelos de concessões dentro da estrutura montada na Reserva Especial de Maputo deve conduzir e induzir para definição de vários acordos de entendimento sob-regimes de contratos, que permitam definir com clareza a atuação dos diferentes atores incluindo seu papel para operacionalizar e viabilizar os investimentos na reserva.

A formação das comunidades locais é uma exigência obrigatória na Reserva Especial de Maputo, e deve ser de total responsabilidade das autoridades gestoras garantir que tal aconteça. Portanto, capacitação depende das necessidades reais locais e de acordo com cada contexto que

deverá favorecer com que as comunidades participem efetivamente de forma segura em investimentos previstos na reserva e tome decisões sobre seus próprios interesses coletivos e beneficiem a conservação em Matutuine.

Nesta fase é muito importante olhar para esta questão, e desde já recomendar que seja identificado diferentes abordagens para capacitação das comunidades locais porque se corre o risco de ter entidades a representar os interesses das comunidades bastante fragilizada e não cumprir com as suas obrigações dentro do esforços da conservação. O princípio de envolvimento das comunidades em Moçambique está muito bem direcionado na Política. Mas ainda se precisa trabalhar mais no envolvimento da comunidade, porque por de traz das comunidades estão as ONGs que acabam agindo em nome da comunidade representando seu interesse o que acaba desviando os princípios de participação da própria comunidade e coloca de lado o papel ativo da comunidade.

Ou seja, deve ser desenvolvido e garantido que comunidade por si só participa de todo processo de planejamento e tomada de decisões. Contudo, há um trabalho de base que deve ser feito em relação à capacitação e mecanismo de atuação das comunidades de forma que elas sejam mais presente e interventivas. Este fenômeno em que as ONGs representam a comunidades locais em determinadas unidades de conservação, o Estado também tem passado por estas vias o que dificulta a apropriação da gestão partilhada e partilha de responsabilidade na gestão da unidade de conservação.

Existe o consenso que as comunidades devem se beneficiar da utilização do recurso no âmbito do desenvolvimento da Reserva Especial de Maputo. Mas deve-se criar uma plataforma que permita que as comunidades se beneficiem mais, entretanto, o benefício maior das concessões deve lograr oportunidades que serão criados pelos investimentos privado através do emprego direto, formação e treinamento, fornecimento e troca de serviços (por exemplo, com atividade de pesca, agricultura, artesanato, apicultura) como forma de diversificar a renda familiar. Para além destes benéficos diretos garantidos para as comunidades locais, pode-se resgatar outras experiências que já vem sendo adota em alguns países da região e do mundo, que é a fixação de uma taxa deduzidas para as comunidades dentro de qualquer transação que venha a ocorrer nas unidades de conservação, desde investimento total aplicado e transações diárias que constar de qualquer faturamento.

Este formato de garantir benefício direto para as comunidades locais pode ser o recomendável e viável para beneficiar as comunidades afetadas. Para além das taxas de concessões e de uso da terra, dos dividendos e partilha de benefícios dos acordos e contratos de parceria envolvendo as comunidades locais, e de 20% das taxas de entrada e visitas de turista a Reserva Especial de Maputo deve ser agregada a outros benefícios citadas para as comunidades locais como incentivo institucional e econômico garantido pelo Estado que estimulará a ação coletiva dos membros das comunidades para garantir a conservação da natureza no distrito de Matutuíne.

Todavia, recomenda-se que seja aperfeiçoado o mecanismo de canalização e utilização das taxas que revertem a favor e beneficiam as comunidades locais sustentado pelo Diploma Ministerial 93/2005 de 4 de Maio sobre 20% das taxas de exploração de recursos naturais e do turismo nas unidades de conservação, realização de estudos para adoção de outros mecanismo que garantem que outras taxas agregadas aos benefícios legalmente garantido sejam deduzidas e beneficie mais as comunidades locais, como por exemplo, “turista dorme uma noite, o valor que reverte à comunidade é a taxa de entrada mais uma sobretaxa que a % de faturação, ou seja, benefício para comunidade por turista será o valor de 20% da taxa de entrada ou visita a unidade de conservação incluindo a % da faturação de qualquer despesa por turistas e uma % do qualificador”. Portanto, é importante que se crie um instrumento que permita que essas taxas sejam deduzidas, e não se sobrepõe a margem comercial que possa afetar a sustentabilidade do investimento. Ou seja, deve-se encontrar uma plataforma mais ajustada, sob-risco de inviabilizar o investimento.

De fato, sem participação das comunidades em áreas protegidas não se pode falar de conservação em Moçambique, a consciência ambiental das comunidades poderá se perder, e está provado que com pouco estímulo as comunidades locais podem fazer o papel de “ecologista” no seu sentido mais tradicional. Portanto, esta suposição confirma que as comunidades podem e vão adotar os princípios da conservação e se elas veem os benefício da sua participação. Entretanto compete para as autoridades gestora de explicar todos esses aspectos importantes.

Se olharmos para a dinâmica do turismo nas unidades de conservação, começaram a surgir outros conceitos dos quais o primeiro foi o ecoturismo na óptica de preservação e contacto com natureza ou recursos naturais, e várias correntes no mundo vem sendo difundido e promovido como outros seguimentos turístico ligado a natureza tais como geoturismo,

agroturismo, turismo científico, etc., porque hoje os turistas não apenas querem ver a composição de recursos naturais, mas querem aprender e conhecer outras culturas nativas, e sem estes aspectos culturais os empreendimentos falham de ponto de vista turísticos.

Nas unidades de conservação deve-se identificar e buscar valor ou produto turístico que valoriza as comunidades locais e os aspectos culturais localmente nelas inseridos, e se possível resgatar esses hábitos. Para além do ecoturismo como um seguimento pronto na Reserva Especial de Maputo, a diversidade cultura e as tradições locais incluindo a sua história local e da população nativa representam um forte produto e seguimento turístico que se recomenda a explorar para diversificar a atratividade turística em Matutuine.

Em geral, a dinâmica que existe atualmente diante as UC, não favorece uma mobilidade para participação e investimento do setor privado. A situação atual é uma reação aos modelos adotados no Parque Nacional de Gorongosa e Reserva Nacional do Niassa. No Parque Nacional de Gorongosa onde foi estabelecido um acordo de gestão no âmbito de parceria público-privado, e na Reserva Nacional do Niassa, onde havia sido celebrado um contrato com Sociedade de Desenvolvimento e Gestão da Reserva Nacional do Niassa e delegada a sua gestão a gestão com supervisão do Estado. Esta última visão não avançou, e o Estado voltou a fazer a administração direta.

Outro aspeto está relacionado à implementação da política e legislação ao nível local em que o Estado deve ter a capacidade de acompanhar o desenvolvimento dessas áreas sob o risco de perder o controle e conhecimento das potencialidades de cada uma das áreas, para além das oportunidades de capacitação na medida em que são transferidos os conhecimento e experiências para as outras áreas, em caso de sessão de acordo de delegação da gestão e regime de propriedade. Neste contexto, e em termos práticos, olhando os diferentes modelos, pode se concluir que as áreas protegidas em Moçambique estão perante os seguintes desafios:

1 - As perspectivas de desenvolvimento do turismo nos níveis desejado no futuro visível serão baseadas na atual estratégia do setor no que refere a atração de turística de diferentes seguimentos e potenciais mercados. Isto porque os Estados Unidos de America e alguns países Europa que são potencial mercado estão em recessão econômica, e poderá levar seu tempo. Não há uma previsão para a estabilização econômica e seguidamente a Europa também está no mesmo percurso. Isto acontece pela primeira vez na história do mundo, em que estamos a chegar ao momento em que os limites ambientais já não estão apenas nas contas das economias mais

potentes do mundo. Isto é, pela primeira vez os limites do planeta estão a intervir nas questões de desenvolvimento económico, temos limitações sérias em matéria-prima, espaço para seres humanos, tem sido cada vez mais difícil de gerir uma economia saudável.

2 - O futuro do chamado desenvolvimento do turismo de longo prazo nos EUA e na Europa, sem dúvida que no futuro visível com esta dinâmica revitalizaram as tendências do turismo particularmente nos países em desenvolvimento. A opção pode ser a China em termos segmento de mercado e fonte de investimentos, mas sem muita tradição.

3 - Introduções da taxa de conservação, porque as taxas de entrada não serão suficientes para o Estado e nem para partilhar com as comunidades. Outro mecanismo poderá ser a introdução de habitação fracionada “Time Sharing” em que os proprietários pagam uma taxa de conservação.

4 - realização de estudos de sistematização de todos os modelos de gestão partilhada em Moçambique incluindo uma proposta de regulamento para desenvolvimento de parcerias e exploração de concessões dentro das unidades de conservação.

Existe um conflito eminente envolvendo as autoridades gestoras da Reserva Especial de Maputo e as comunidades locais, principalmente aquelas que estão localizadas no interior da reserva. Esta comunidade vem oferecendo resistência para sua retirada e ser assentadas em áreas de menos riscos e menos propensas a conflitos com a população de elefantes. A justificação apresentada pelas comunidades locais é que estas preservam e mantêm suas tradições, hábitos culturais, residem nestas áreas há longos anos e mantêm vínculos muito fortes com os recursos aí existentes. Os conflitos envolvendo perdas e destruição de habitação e áreas de cultivos das comunidades e algumas mortes têm vindo a se intensificar na área provocando fortes tensões entre as autoridades de gestão da Reserva Especial de Maputo, o governo local e as próprias comunidades locais. Por lei em Moçambique, a presença das comunidades dentro das áreas protegidas é ilegal. Existe também um acordo regional para gestão partilhada no contexto das Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo envolvendo Moçambique através da Reserva Especial de Maputo, África do Sul e Suazilândia que tem em vista o repovoamento e o manejo da fauna selvagem “big-five” que não podem coabitar com a população humana.

Dentro destas questões que logo a partida levanta conflitos envolvendo as comunidades locais devido à forte presença humana na Reserva Especial de Maputo recomenda-se o seguinte: (i) realizar o levantamento mais preciso das comunidades afetadas e concluir o processo de

vedação da reserva; (ii) redefinição e revisão dos limites atuais da REM priorizando a localização da população local incluindo a sua recategorização dentro das categorias da conservação e objetivos gestão da área protegidas com base nas diretrizes internacionais da IUCN, (iii) realização de estudo cuidadoso sobre as alternativas para o assentamento da população afetada envolvendo as próprias comunidades incluindo estudos de desenvolvimento de projetos econômicos como incentivos que induzem a ação coletiva para garantir a conservação de recursos e a integridade das próprias populações locais. Atualmente a Reserva Especial de Maputo classificadas como unidade de conservação da categoria IV segundo as diretrizes da IUCN, integrar Reserva Marinha Parcial Ponta de Ponta de Ouro (categoria II da IUCN) e o Corredor do Futi (Ramsar) tornando-se uma das unidades de conservação e área protegida mais importante em Moçambique. A Reserva Especial de Maputo é ainda integrada dentro da categoria das Áreas de Conservação Transfronteiriça do Libombos (categoria VI da IUCN). Portanto, esta situação demanda a prior a reflexão sobre a atual categoria da REM classificada dentro dos critérios internacionais reconhecidas pelas Nações Unidas segundo as diretrizes das IUCN sobre os objetivos de manejo e conservação. Assim, pode concluir que Reserva Especial de Maputo é uma categoria confusa e complexa dentro das categorias das unidades de conservação e gestão de áreas protegidas da IUCN, não permitido estudo de comparação e uma avaliação do grau de conservação e os objetivos de manejo em escala global.

Por outro lado, ampliam-se os níveis de atuação e responsabilidade das autoridades gestoras em relação à UC, que diante de uma fraca capacidade técnica instalada e recursos limitados tanto financeiros e humanos não irá responder cabalmente aos desafios que são colocados para conservação ambiental no distrito de Matutuine. Essas questões vêm ainda reforçar a necessidade para revisão da estrutura institucional montada da REM de forma a harmonizar e integrar os planos de manejo e gestão das às outras unidades de conservação como a RMPPO e corredor do Futi dentro de um sistema unificado da rede das unidades de conservação em Matutuine. Portanto, é importante que seja clarificado a relação e ligação institucional entre as unidades de conservação desde a própria gestão e objetivos de cada unidade de conservação que passam a integrar a mesma rede incluindo a definição ou estabelecimento de canais de comunicação que possibilita e facilita a articulação entre vários níveis, procurando minimizar os custos operacionais envolvidos e maximizar os escassos recursos disponíveis para a conservação e a gestão das áreas protegida em Matutuine.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AHN, T. K. & OSTROM, E. **Social capital and the second – generation theories of collective action: analytical approach to the forms of social capital**. Workshop in political theory and policy analysis. Boston, Massachusetts: Indiana University, 2002.

Beduschi Filho, L. C. **Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidade de conservação na região do Pontal do Paranapanema**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)- Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BENI, M. C. **Análise Estrutura do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2005.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em área protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERKES, F., VIERA, P. F., SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiência**. Florianópolis: APED, 2005.

BEÚLA, E. **Reserva Especial de Maputo: Uma maravilha penalizada pela (falta de) Estrada**. Maputo, 2010. Disponível em <<http://www.macua.blogs.com>>. Acesso em 22/11/2012.

BM & IFC. **Setor de turismo em Moçambique: Análise da cadeia de valor, serviços consultivos para investimento estrangeiros**. Maputo, 2006

BOITANI, L; COWLING, R. M. DUBLIN, H. T; MACE, G. M. PARRISH, J; POSSINGHAM, H. P.; ROBERT L. PRESSEY, R. L.RONDININI, C; WILSON, K. A. **Change the IUCN Protected Area Categories to reflect the Biodiversity outcomes**. PlosBiology Journal: Vol. 6. 2008 Disponíveis em: <<http://www.plosbiology.org>> Acesso 4/01/2012 em São Paulo.

BROUWER. R. **From Farmland to wilderness – The redefinition of resources and their access in the Machangulo Peninsula, Mozambique**. Maputo, 1998.

CAVALCANTE, M.B; FURTADO, E. M. **Políticas públicas de turismo em unidades de conservação**. Mercator- Revista de geografia da UFC, vol. 10, nº 21, enero-abril. Fortaleza, Brasil: Universidade Federal do Ceará, 2011. Disponível em <http://www.redalyc.org> Acesso em 20/09/2012.

CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. A. B. et al. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

COELHO, V. S. P & NOBRE, M. **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo, 2004.

COLEMAN, J. S. **Social capital in the Creation of human capital.** The American Journal of sociology. Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the analysis of social structures. USA: Chicago University Press, 2006.

DIAS, R. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas S.A, 2008a.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas S.A, 2008b.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____ **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIEGUES, A. C; Moreira A. C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/LASTROP, 2001.

DNTF. **Cadastro Nacional de Terras.** Disponível em <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/> acesso em 17/09/2012.

DOUROJEANNI, M, J & PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva.** 2ª Ed. Curitiba: UFPR, 2007.

_____ **Biodiversidade: a hora decisiva.** Curitiba: UFPR, 2001.

DUDLEY, N. **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories.** Gland, Switzerland: IUCN, 2008.

FEENY, D., BERKES. F; MCCAY. B. J., ACHESON. J. M. **The Tragedy of the Commons: Twenty-Two Years Later.** Human Ecology, vol. 18. Nº 1, 1990.

FERRÃO, J. **As gestões comunitárias dos recursos naturais versus conservação transfronteiriça: convergência e discontinuidades.** In: Revista de Economia e Relações Internacionais. Vol. 6, nº 12 (2008). São Paulo: Faculdade de Economia da Fundação Armando Alves Penteadado (FEC-FAAP), 2008.

FIRMINO, M. B. **Turismo: organização e gestão.** Lisboa: Escolar editora, 2007.

GOMES DE OLIVEIRA RAMOS, C. M. **Turismo em áreas protegidas: uma estratégia de intervenção.** III congressos da Geografia Portuguesa, Setembro de 1997. Edições Colibri e associações de Geógrafos. Lisboa, 1999.

HARDIN, G. **The Tragedy of the commons**. From Science, nº 162 (1968), 1968.

HENRIQUE DA SILVA, J; BRITTO DE AZEVEDO, F. **Organização local e gestão participativa do turismo em unidades der conservação: a difícil tarefa de integração no parque Nacional da Catimbau (PE)**. Caderno virtual do Turismo. Vol 11 nº 1. Abril, 2011.

IFC. **Mozambique: securing a community-private partnership for ecotourism development in the Maputo Especial Reserve**. IFC investment climate advisory services in Africa. Maputo, 2011.

IUCN. **Guidelines for Protected Area Management Categories: Commission on National Parks and Protected Areas (CNPPA) with the assistance of the word conservation monitoring centre**. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 1994.

KPMG. **Mapeamento de Avaliação de direto de uso de terra no distrito de Matutuíne**. Maputo, 2005.

LAMARQUE & MAGANE. S. **Vantagens e desvantagens da gestão das áreas de conservação em Moçambique por uma entidade Paraestatal**. Programa de Parceria FAO - Países Baixos (FNPP - Florestas): FNPP/GLO/003/NET. Maputo, 2007.

LASKOSKI, G. T. **Ecoturismo: meio ambiente**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2006.

LIMA, M. L. F. DAC. **Eco (Turismo) em áreas protegidas: um olhar sobre Fernando de Noronha**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAGANE, S; BOULET, H.; CHARDONNET, P.; LAMARQUE, F. **Avaliação preliminar do estado atual da caça desportiva em Moçambique**. Maputo, 2009.

MAGANE, S; BOULET, H; LAMARQUE, C. F. **Avaliação preliminar do estado de caça atual desportiva em Moçambique**. Assistência técnica à DNAC-MITUR para a proteção e gestão da fauna selvagem nas zonas de caça em Moçambique. Maputo, 2009.

MATAKALA. P. W. & MUSHOVE. P. T. **Arranjos institucionais para o manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN): perfis e análise de 42 iniciativas de MCRN em Moçambique**. MINAG-DNFFB: Maputo, 2001.

MATIMBE, H. T. **Competitividade do turismo em Moçambique**. 2006. Monografia (Licenciatura em Gestão). Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UEM, 2006.

MATOS, E. A. C. **A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: caso de Chimanimane no centro de Moçambique**. 2001. Dissertação

(Mestrado em Geografia) Instituto de Geociência – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

MENDES DE ARAÚJO, M. G. **Espaços Urbanos Demográficos Multifacetados: As cidades da Maputo e Matola.** Maputo; 2011. Disponível em: <<http://www.apdemografia.pt.pdf>>. Acesso em 17/09/2012.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falácia ou oposição? In: GERAIGES DE LEMOS, A. I. et al. **Turismo: impactos socioambientais.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MIKHAILOVA, I; MULBEIER, J. **Ecoturismo em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas- RS.** Caderno virtual do Turismo. Vol. 8 n° 3. 2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org>>. Acesso em 21/09/2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo em Moçambique e os Desafios de Integração SADAC.** Maputo: MITUR, 2008

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Tourism development framework for the Maputo Special Reserve and Futi extension TFCA components.** Maputo, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Áreas de conservação transfronteiriça e desenvolvimento do turismo.** Maputo, 2012. Disponível em: <<http://www.actf.gov.mz/>>. Acesso em 14/09/2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Conservação transfronteiriça.** Maputo, 2011. Disponível em: <<http://www.actf.gov.mz/>>. Acesso em 22/11/2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Fatos e dados. Maputo.** Maputo, 2005. Disponível em <<http://www.mitur.gov.mz/fatos.htm>>. Acesso em 3/11/2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Maputo Special Reserve and Ponta do Ouro Partial Marine Reserve action plan: Maputoland component Lubombo Transfrontier conservation area.** Maputo, 2010a.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Aprovação do plano de manejo da Reserva Especial de Maputo:** Despacho de 9 de Fevereiro de 2011. Maputo, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. UCATF. **Relatório anual: Projeto das áreas de conservação transfronteiriça e desenvolvimento de turismo.** Maputo, 2010b. Disponível em <[http://www.actf.gov.mz.](http://www.actf.gov.mz/)> acesso em 28/11/2012.

MINISTÉRIO DE TURISMO . Direção Nacional das Áreas de Conservação (DNAC). **Plano de Manejo da Reserva Especial de Maputo:** Componente da Maputolândia da Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo. 1ª Ed. Maputo, 2010c.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes. **Plano de Negócio da Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes**. Maputo, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Balanço do I semestre do Plano econômico e social (PES) 2012**. Maputo, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Balanço sobre o desempenho do setor do turismo no período 2005/2009**. Maputo, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório da análise funcional e plano de reestruturação do Ministério do Turismo**. Maputo: MITUR, 2009.

MORAN, E. F & OSTROM, E. **Ecosistemas florestais: Interação homem-ambiente**: tradução Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. SENAC São Paulo: EDUSP, 2009.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

NHACALE, C. C. **Uma análise ao processo participativo no estabelecimento e governação dos recursos naturais no Parque Nacional de Limpopo**. Cruzeiro do Sul: instituto de Investigação para o desenvolvimento José Negrão. Maputo, 2005. Disponível em <<http://www.iese.ac.mz/>> acesso em 30/01/2013.

NORTH D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**: Political economy of institutions and decisions. New York: Cambridge University, 1990.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

OSTROM, E. & AHN, T. K. **Introduction: “Foundation of Social Capital”**. USA: Indiana University, 2003

OSTROM, E. & AHN, T. K. **Social capital and the second-generation theories of collective action: an analytical approach to the forms of social capital**. USA: Indiana University, 2002.

OSTROM, E. **Coping with Tragedies of the Commons**. Workshop in political theory and policy analysis. Annual Reviews. Political Science. 1999. USA: Indiana University Press, 1999.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of Institutions for collective action**. USA: Cambridge Univesity Press, 2002.

OSTROM, E; GARDNER, R. & WALKER, J. Rules, games and common pool resources. USA: The University of Michigan, 1994.

OSTROM. E, DIETZ. T, DULSAK. N, PAUL C. STERN. P. C & STONICH. S. **The Dram of the Commons**. National Academy Press: Washington, 2002.

PUTNAM, R. D: **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Varga (FGV), 2006.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS. **Decreto nº 42/2009, 21 de Agosto de 2009: Cria a Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro**. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo, 2009a.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS. **Decreto nº 63/2009, 2 de Novembro de 2009: Política de conservação e estratégia de sua implementação**. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo, 2009b.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. GOVERNO DO DISTRITO DE MATUTUÍNE. Direção Provincial de Plano e Finanças (DPPF) **Plano Estratégico de Desenvolvimento do distrito de Matutuíne (2009-2013)**. Maputo, 2008.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Administração Estatal (MAE). **Perfil do distrito de Matutuíne província de Maputo**. Maputo, 2005.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS. Direção Nacional de Floresta e Fauna selvagem. **Lei de Floresta e Fauna selvagem (Lei no 10/99 de 7 de Julho)**. UMC/DNFFB: Maputo, 1999.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DE AÇÃO AMBIENTAL. Gabinete do Ministro: N/Refª 702/GM/MICOA/11 de 25 outubro de 2011. **Despacho que aprova o plano de manejo da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro**. Maputo, 2011.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Informação geral sobre Moçambique**. Maputo, 2006. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>. Acesso em 14/09/2012

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Relatório das atividades realizadas no distrito de Matutuíne pela equipa Multisetorial Ad-Hoc**. Maputo, 2005.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Legislação sobre a terra (Lei nº 19/97) e Regulamento da Lei de terra (Decreto nº 66/98)**. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo, 2002.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS. **Resolução nº 52/2009 e 53/2009 de 18 de Setembro**. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). GOVERNO DE SÃO PAULO. Secretária do Meio Ambiente, Fundação Florestal. **Ecoturismo: caderno de educação ambiental**. São Paulo: SMA, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, C. M. **Coletânea de Legislação do ambiente**. Ministério da Justiça: Centro de Formação Jurídica e Judiciária. Maputo, 2007.

SERRA, C. M. **Direitos das comunidades: da retórica à prática**. Maputo, 2009. Disponível em < <http://www.growingforestpartnerships.org>> acesso em 01/02/2012.

SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Quality mark, 2005.

SOTO, B. **Application of framework to assess wildlife policy and its implementation in Mozambique**. 2004. Submitted in fulfillment of requirement for the degree of Master of Science (Dissertação de Mestrado) – Centre of Environment and Development, University of Natal. South Africa, 2011.

Strauss A.; Corbin J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Califórnia: Newbury Park, 1990.

STRAUSS; A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Califórnia: Newbury Park, 1990.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciência Social: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas S.A. 1994.

UN Cartographic Section: **Political and Administrative Map of Mozambique**. Disponível em <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/mozambique_map.htm>. Acesso em 14/09/2012.

UNWTO. **World tourism barometer: tourism highlights**. Vol. 10. Setembro 2012. Madri, 2012. Disponível em <http://www.unwto.org/facts> acesso em 27/09/ 2012.

USAID. **Mozambique Community based natural resources management (CBNRM) country profile**. Maputo, 2011.

USAID. **Tourism concessions in protected areas in Mozambique**: Analysis of tourism concessions models in protected areas in Mozambique. Maputo: USAID, 2012

YIN. R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4º Ed. Porto Alegre: Bookman. 2010

ANEXOS

ANEXO 1: CATEGORIAS DAS ÁREAS PROTEGIDAS SEGUNDO AS CATEGORIAS DA IUCN.

Categoria	Designação	Características e objetivo
Reserva Natural		
Ia	Reserva natural integral	Área de terra ou mar que possui um ecossistema excepcional ou representativo das condições específicas da região biogeográfica, características geológicas ou fisiológicas ou espécies de interesse primário para a conservação da biodiversidade, que estão disponíveis principalmente para ou seu estudo científico ou seguimento ambiental e onde a presença humana é interdita ou fortemente condicionada.
Ib	Reserva natural	Área de terra ou mar sem modificações ou com pequenas modificações pela ação humana, que mantém o seu caráter natural e influência, sem presença ou com pouca presença humana, que são protegidos e geridos de maneira de preservar a sua condição natural.
Parque Nacional		
II	Parque nacional	Área natural extensa de terra ou mar de grande relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, destinada a: (1) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; (2) excluir a exploração ou ocupação não ligadas à proteção da área; e (3) prover as bases para que os visitantes possam fazer uso educacional, lúdico, ou científico de forma compatível com a conservação da natureza e dos bens culturais existentes;
Monumento Natural		
III	Monumento natural	Área que contém um ou mais lugares específicos de valor e importância natural ou cultural excepcional devido a sua raridade, qualidades estéticas inerentes ou significado cultural.
Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies		
IV	Área protegida para a gestão de habitats ou espécies	Área de terra ou mar sujeita a medidas ativas de gestão e intervenção com propósitos de gestão para preservar a manutenção de habitats ou para satisfazer objetivo e necessidades específicos de conservação de determinada espécie ou espécies.
Paisagem Protegida		
V	Paisagem protegida	Paisagem de terra, costa ou mar onde a interação das pessoas com a natureza através do tempo tem produzido uma área de caráter distinto com grande valor estético, ecológico ou cultural, e frequentemente com diversidade biológica e na qual a preservação da integridade desta interação tradicional é vital para a proteção, manutenção e evolução da área.
Área Protegida para gestão de recursos		
VI	Área protegida para gestão de recursos	Área que contém predominantemente sistemas naturais sem modificação, geridos para garantir a proteção em longo prazo, à manutenção da biodiversidade e manter um fluxo sustentável de produtos e serviços necessários para satisfazer de forma sustentável as necessidades socioeconômicas das regiões circundantes.

Fonte: IUCN (1994).

ANEXO 2

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E SUA EVOLUÇÃO⁷

Parques Nacionais

Província	Designação	Ano de Criação	Área (km ²)
Cabo delegado	Parque Nacional das Quirimbas	2002	7.500
Sofala	Parque Nacional de Gorongosa	1960	5.300*
Inhambane	Parque Nacional de Zinave	1973	6.000
	Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto	1971	1.600
Gaza	Parque Nacional do Limpopo	2001	10.000
	Parque Nacional de Banhine	1973	7.000
Área Total			37.470

Reservas Nacionais

Província	Designação	Ano de Criação	Área (km ²)
Niassa	Reserva Nacional do Niassa	1964	32.000*
Zambézia	Reserva Nacional de Gilé	1960	2.100
Sofala	Reserva Especial de Marromeu	1960	1.500
Manica	Reserva Nacional de Chimanimani	2000	7.500
Inhambane	Reserva Nacional de Pomone	1964	200
Maputo	Reserva Especial de Maputo	1960	700

Coutadas oficiais

Província	Designação	Ano de Criação	Área (km ²)
Manica	Nº 04	1969	4.300
	Nº 09	1969	4.333
	Nº 07	1969	5.408
	Nº 13	1960	5.683
Sofala	Nº 05	1972	6.868
	Nº 06	1960	4.563
	Nº 08	1969	310
	Nº 10	1961	2.008
	Nº 11	1969	1.928
	Nº 12	1969	2.963
	Nº 14	1969	1.353
	Nº 15	1969	2.300
Área Total			42.017

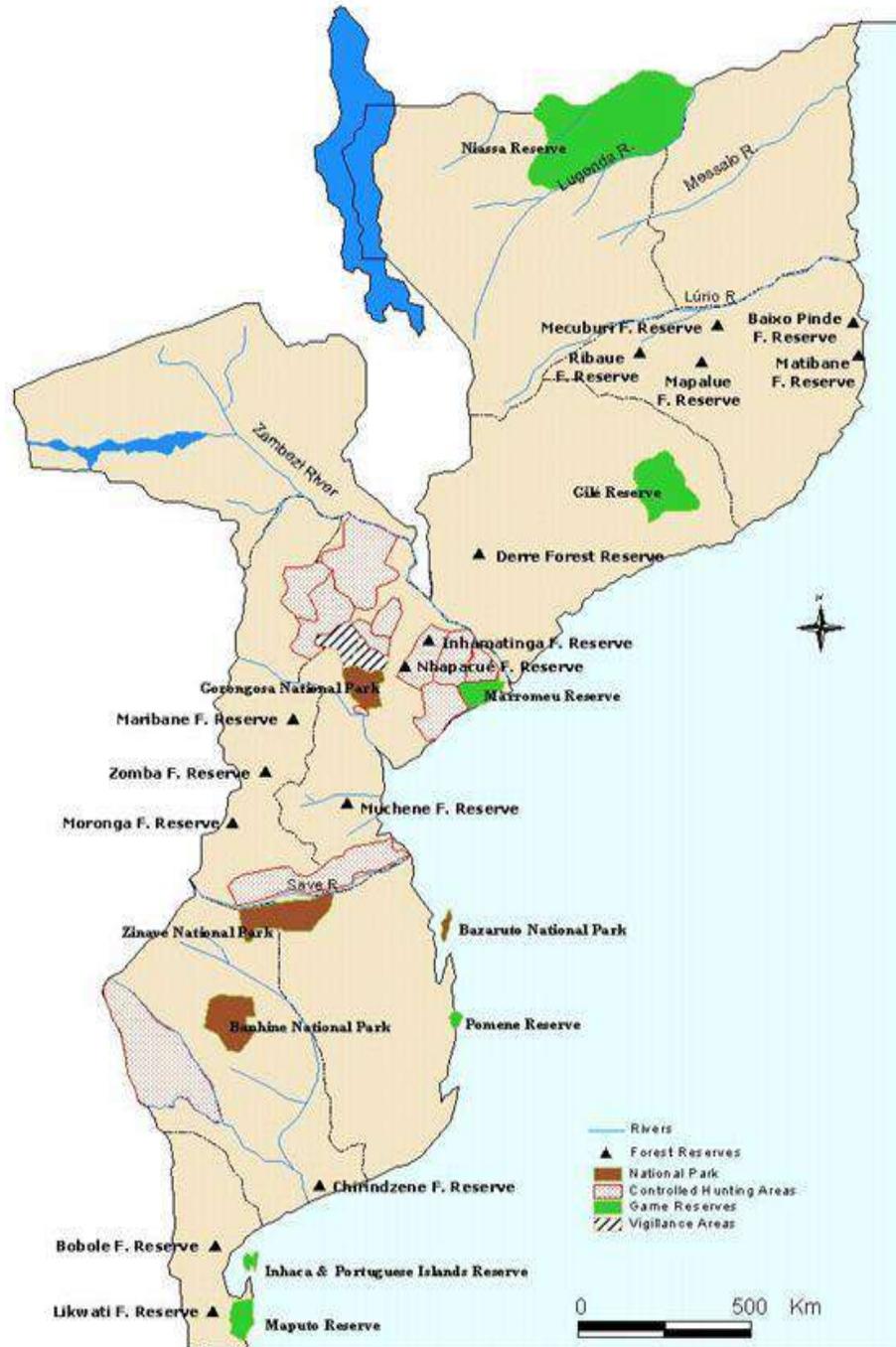
Fazendas de Bravio

Província	Designação	Ano de Criação	Área (ha)
Cabo delegado	Negomano Safáris Lda	2000	10.000
	Messalo Safáris	2000	10.000
	Cabo Delegado Biodiversity & Tourism	-	5.342
Sofala	Sabie Safaris Touris Lda	2000	10.000
Zambézia	Game Farm Naora Gile	2000	10.000
Gaza	Paul & Ubisse	2000	30.000
Maputo	Sabie Game Park	2001	40.000
SAPA	(Sociedade de Abastecimento e produção Agro – Pecuária)		
Área Total			125.342

⁷ Fonte: MITUR (2004).

ANEXO 3

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: . PARQUES E RESERVAS, E COUTADAS OFICIAIS



Fonte: MITUR (2004).

ANEXO 4

RECATEGORIZAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.

Nova categoria	Característica principal		Categorias Segundo				
	Descrição	Presença legal da população local	Lei 19/97	Lei 10/99	Decreto 43/03	Lei 10/88	IUCN
Reserva Total	Área com acesso proibido e sem intervenção de manejo, declaradas pelo Conselho de Ministros.	Não	Total	-	-		I
Parque Nacional	Área manejada para a conservação dos ecossistemas e paisagens com acesso restrito para o turismo de contemplação; intervenção de manejo de animais e árvores apenas para o controlo das populações das respectivos espécies.	Não	Total	Parque Nacional	Parque Nacional Marinho	-	II
Monumento	Elementos naturais com valores estéticos, geológicos, cultural, religiosos, particulares. Manejo consoante à tradição e as necessidades de conservação de momento	Não	Total	Área de valor Cultural	-	Monumento	III
Reserva Especial (Nacional, Provincial).	Manejo para a conservação de um ou mais grupos de espécies, declaradas pelo CM, Ministérios que superintendem as áreas de conservação ou pelo Governador	Sim	Total com enclaves sem proteção	Reserva Nacional, Coutadas Oficial	Reserva Natural Marinha	-	IV
Paisagem protegidas	Áreas geridas de uma forma integrada em que há elementos de conservação de biodiversidade natural, agrárias e valores culturais e que produz serviços ecológicos importantes para seus residentes e seus vizinhos e que contém áreas de conservação com maior rigor de tipo I, II e II e onde o uso controlado faz parte do objetivo de manejo.	Sim (exceto nas zonas de proteção total)	Contêm núcleos de zonas de proteção total	-	-	-	V

Cont...

(Anexo 4. Cont.)...

Nova categoria	Característica principal		Categorias Segundo				
	Descrição	Presença legal da população local	Lei 19/97 ⁸	Lei 10/99 ⁹	Decreto 43/03 ¹⁰	Lei 10/88 ¹¹	IUCN
Biosfera (UNESCO)	Área de uso múltiplo com valor cultural e biológicos elevados reconhecidos internacionalmente.	Sim (exceto nas zonas de proteção total)	Contêm núcleos de zonas de proteção total	-	-	-	VI
Áreas de Conservação Transfronteiriça	Áreas de conservação que é parte de uma região ecológica que atravessa fronteiras de dois ou mais países envolvendo uma mais áreas de conservação e áreas de uso múltiplo dos recursos	Sim	-	-	-	-	VI
Reserva Privada	Áreas de domínio privado gerida para a conservação	Sim	DUAT	Fazenda de Bravio	-	-	II-V
Reserva Comunitárias	Áreas de domínio privado sob gestão de uma ou mais comunidades locais para a conservação e turismo	Sim	Certificado ou DUAT	-	-	-	II-V
Santuários Comunitários Distrital, provincial ou Nacional	Área terrestre ou aquática de domínio público onde existem restrições temporárias à entrada e ou uso para permitir e recuperação das populações de certas espécies para um prazos de 3 anos renováveis.	Sim	-	-	Área Marinha Protegida	-	-

Fonte: GoM (2009)

⁸ Lei de Terras

⁹ Lei de Florestas e Fauna Bravia

¹⁰ Regulamento Geral da Pesca Marítima

¹¹ Lei do Patrimônio e Cultura

ANEXO 5

QUADRO DESCRITIVO DAS CATEGORIAS PARA ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Categoria proposta	Valor ecológico	Papel do Homem	Acesso	Tamanho	Tipo IUCN
Reserva Total	Valor ecológico como resultado da presença de espécies raras e ou ameaçadas cuja preservação depende da minimização da presença do homem.	Presença do homem ameaça a preservação	Área de acesso difícil ou vedação fácil	Pequeno até moderados (< 1.000 ha)	I
Parque Nacional	Valor ecológico elevado mais robustos em relação ao Homem que pode ser conservado mediante um uso contemplativo	Presença de Homem sob condições controladas não ameaça a preservação; o manejo ajuda a manter o equilíbrio entre espécies.	Área moderada ou facilmente acessível	Grande (> 1.000 ha)	II
Monumento	Elemento natural com valor estéticos, geológico, cultural elevado numa área relativamente pequena (menos que 100 ha) que pode ser conservado mediante o uso restrito.	Apreciar o valor estéticos ou participar nas cerimônias	Varia entre difícil ou fácil e pode ser restringido por mecanismos culturais	Maior (> 10.000 ha)	III
Reserva Especial	O valor depende da conservação de um número reduzido de espécies que pode ser atingido através do uso restrito incluindo a caça desportiva.	A presença do homem permitida tal como a extração de recursos até um certo nível, mas existem questões de segurança e controlo.	Acesso fácil	Maior (> 100 ha)	IV
Paisagem Protegida	Zona com alto valor de biodiversidade natural e antropogênica	Homem faz parte dos valores a conservar embora haja núcleo com valores biológicos elevados em pelo menos 30 % da área.	Acesso fácil; Homem é parte integrante da paisagem	Maior (> 10.000 ha)	V
Biosfera (UNESCO)	Zona onde é preciso vedar temporariamente o acesso e explorar para permitir uma recuperação de certas populações de plantas, animais ou ecossistemas.	As comunidades locais têm um papel importante na identificação e na implementação da veda	Acesso fácil	Pequeno até moderados (< 1.000 ha)	-

Fonte: GoM (2009)

ANEXO 6

ALGUNS EXEMPLOS DE ÁREAS PROTEGIDAS SEGUNDO IUCN (1994).

Nº	Nome	Designação Nacional	País
Categoria Ia da IUCN			
1	Cabo Blanco	Reserva Biológica	Costa Rica
2	Mount Nimba	Reserva Natural Estrita	Guinéia
3	North-East Bailey Península	Sítio de Espécies de Interesse científica	Antártica
4	Repetekskiy	Reserva Natural do Estado	Turquia
5	Snares Islands	Reserva Natural	Nova Zelândia
6	Sundarbans	Parque Nacional	Índia
Categoria Ib IUCN			
7	Bolshoi Arktichesky	Reserva Natural do Estado	Rússia
8	Kootznoowoo	Flora e Fauna Selvagem	USA
9	Nort-Esat Svahard	Reserva Natural	Noruega
10	Polar Bear Pass	Área Nacional de Fauna e Flora	Canadá
11	Tasman	Área de Fauna e Flora	Nova Zelândia
Categoria II IUCN			
12	Canaima	Parque Nacional	Venezuela
13	Kakadu	Parque Nacional	Australia
14	Kruger	Parque Nacional	África de Sul
15	Ras Mohammed	Parque Nacional	Egito
16	Sagarmatha	Parque Nacional	Nepal
17	Tairansky	Parque Nacional	Eslovénia
18	Tongariro	Parque Nacional	Nova Zelândia
19	Waterton Lakes	Parque Nacional	Canadá
20	Yellowstone	Parque Nacional	USA
Categoria III IUCN			
21	Devils Tower	Monumento Nacional	USA
22	Mateora		Grécia
23	Ngerukewid Islands	Reserva de Fauna	Palau
24	Skoejanske Jame	Monumento Natural	Eslovénia
25	Vitória Falls	Parque Nacional	Zimbabwe
Categoria IV IUCN			
26	Haleji Lake	Santuários de Fauna	Paquistão
27	Harrat al Harrah	Área de manejo de fauna do Nordeste	Arábia Saudita
28	Lieneburger Heide	Reserva natural	Alemanha
29	Selous	Reserva de Caça	Tanzânia
30	Stans Fjord V	Reserva de Aves	Dinamarca
Categoria V IUCN			
31	Cevennes	Parque Nacional	França
32	Dartmoor	Parque Nacional	UK
33	Martinique	Parque Regional Natural	França
34	Pinelands	Reserva nacional	USA
35	Sctomaikai	Parque Nacional	Japão
36	Taishan	Zona de Interesse Histórico e Beleza Cénica	China
Categoria VI IUCN			
37	Bustard	Reserva de habitat de peixe	Australia
38	Kiunga	Reserva Nacional Marinha	Kenya
39	Tamshiyaeu-Tahuayo	Reserva Comunitária	Peru
40	Tonda	Área de manejo de Fauna	Papua Nova Guiné

Fonte: IUCN (1994)

ANEXO 7

DESCRIÇÃO DAS ABORDAGENS NUM QUADRO CONTÍNUO DA GESTÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO.

Abordagem		Critérios/Descrição
I	Administração Exclusiva do Governo	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão da área de conservação assenta somente numa agência de governo que não tem nenhuma obrigação de envolver outros intervenientes antes da tomada de decisões.
II	Administração Consultiva do Governo	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão assenta numa agência do governo que normalmente consulta e pode ter a obrigação de consultar outros intervenientes antes da tomada de decisões
III	Administração Cooperativa do Governo	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão da área de conservação assenta numa agência do governo que tem, como exigência, cooperar com outros intervenientes identificados na tomada de decisões.
IV	Administração Conjunta	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão da área de conservação assenta numa agência do governo (ou agências) e representantes de outros intervenientes não governamentais que junto colaboraram na tomada de decisões.
V	Delegação da Administração	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão da área de conservação é delegada a uma ou mais organizações claramente designadas (estas poderiam incluir instituições do governos locais, organizações da comunidade, instituições privadas, ONGs ambientais ou múltisetoriais) que administram a área e toma as decisões dentro de princípios definidos.
VI	Administração pela Comunidade ou Privado	<ul style="list-style-type: none">▪ A responsabilidade pela gestão da área de conservação é de indivíduos não pertencentes ao governo, cooperações ou representes de comunidades locais que são donos da terra que foi usada para a conservação, que administram a área e tomam decisões.

Fonte: MITUR (2004)

ANEXO 9

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Nº	Relação Nominal	Instituição (Função/Tarefa)
1	Afonso Madope	DNAC/MITUR - Assessor principal da DNAC; coordenação de monitorias das ACTFDT, investigador (desde, 1990).
2	Alberto Magaia –	Governo local – Presidente de localidade da Ponta de Ouro; MCCD (desde, 2007).
3	Amélia Tembe	Governo local - Chefe do Posto Administrativo de Bela – Vista (sede do distrito de Matutuine), MPCCD (desde, 2009).
4	Armando Jeque.	Mozaíco do Indico, S.A.- PCA (desde, 2008).
5	Armando Nguenha	REM/MITUR: Assessor técnico principal e membro do PIU (desde, 2003).
6	Avelino Mutchine	Governo local - Administrador do distrito de Matutuine; presidente do CCD e do CGP da REM (desde, 2009);
7	Bartolomeu Soto	DNAC/MITUR – Assessor da DNAC e Coordenador Nacional da ACTFDT (desde, 2005): membro do CNCB; investigador.
8	Bernardo Womuana	Governo local - Chefe do Posto Administrativo de Zitundo; MCCD (desde, 2009).
9	Brite Zolho	WWF Moçambique- Gestora Nacional de Políticas de Conservação (desde, 2000); Membro do Conselho Nacional de Conservação e Biodiversidade.
10	Carlito A. Rupia	DP ICT - Diretor Adjunto Provincial; membro do CGP da REM; membro do CONDES no nível da província de Maputo (desde, 2010).
11	Custódia Banze	REM/MITUR: Administradora da Reserva e Presidente do PIU (desde, 2007).
12	Felismina Langa.	DNAC/MITUR - Diretora Adjunta Nacional, MCNCB (desde, 2009).
13	Fernanda Matsinhe	MITUR - Secretária Permanente (SP); MCMCB (desde, 2005).
14	Fernando S. Júnior	MITUR- Ministro Turismo; membro do CNCB; MCM e do CONDE (desde; 2000).
15	Francisco A. Pariela	DNAC/MITUR- Diretor Nacional, MCNCB; Investigador (desde, 1990).
16	Francisco X. Tembe	Líder tradicional - Régulo de Zitundo, líder do FRC de Zitundo (desde, 2007); MCCL.
17	Gil Mutemba	PPF- Assistente técnico de campo (desde 2008)
18	Hussene Juma	Associação comunitária Ahi Zamine Chemucane: secretário geral (desde 2007)
19	Jorge Ferrão	Universidade Unilúrio – Reitor e Investigador (desde, 1990).
20	Lote Simione Maueia	DPCOA- Diretor Adjunto Provincial; MCGP da REM; vice-presidente CONDES no nível da província de Maputo (desde, 2005)
21	Marcelino Foloma	DNTF/MINAG - Chefe Departamento de Fauna (desde, 2005); MCNCB).
22	Paulo A. Miguel de	RMPPO/MITUR – Gestor e membro do PIU (desde, 2007).
23	Paulo B. Nhampossa	INATUR/MITUR – Técnico e investigador (desde 2006).
24	Peter Bechtel	WWF Moçambique – Coordenação de projeto de conservação na região norte de Moçambique (desde, 1995): RLN; PNQ; Zona Conservação Marinha das Ilhas 1ª e 2ª; MCNCB.
25	Regina Cruz.	IUCN- Representante Nacional; MCNCB; Investigadora (desde, 1990).
26	Rodolfo Cumbane	REM/MITUR – Ecologista, membro do PIU (desde 2007).
27	Roland Brouwer.	FAEF/UEM- Docente e investigador; MCNCB (desde, 1990)
28	Samiro Magane	DNAC/ACTFDT/MITUR - Assessor para área de caça; investigador (desde a década de 1990).
29	Sanção Bonito	MINAG/DNTF – Representante da CITES em Moçambique; investigador (desde, 1996).
30	Simião Chicaunde	Autoridade tradicional - Secretário da Localidade da Ponta de Ouro, líder CLGRN da Ponta de Ouro (desde, 2008); Gestor de RH do empreendimento turístico Motel do Mar.
31	Tiago Nhazilo	PPF - Assessor técnico, coordenador do projeto, membro de PIU (desde, 2007)
32	Valério Macanza	FAEF/UEM- Docente e investigador (desde, 2005).
33	Zefania João Tembe	Líder tradicional - Régulo de Machangulo, líder do FRC de Machangulo (desde, 2007).

ANEXO 10

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURAD APLICADO AS INSTITUIÇÕES E, PROFISSIONAIS RNVOLVIDOS NA CONSERVAÇÃO

Dados do Entrevistado: Nome, naturalidade, idade, escolaridade, profissão ou ocupação, tempo de residência ou na profissão (Não de caráter obrigatório).

1. Como conciliar a conservação e desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas em Moçambique, particularmente na Reserva Especial de Maputo no distrito de Matutuine? “Existência de legislação adequada, ambiente e quadro institucional favorável para gestão das áreas protegidas em Moçambique e combate a pobreza”.
2. A atual configuração institucional para gestão das áreas protegidas em Moçambique abre espaço para participação de novos atores (parceria público-privado comunidades) na gestão de recursos naturais e para o desenvolvimento de projeto de ecoturismo e entre outros. Em sua opinião, como estes diferentes atores irão articular (em conformidade com atual política de conservação) ou vão atuar dentro da nova abordagem institucional? Quem são estes atores e como participam neste processo. Que incentivos institucionais estão sendo criados ou já existe para induzir está configuração institucional e garantir a participação destes diferentes atores?
3. Como avalia participação das comunidades locais dentro desta configuração institucional tendo em conta benefícios de conservação e o desenvolvimento do Turismo na Reserva Especial de Maputo alcance de rendimentos e face ao nível de investimentos de diferentes atores e interesses envolvidos?
4. Que benefícios tangíveis as comunidades locais envolvidas na gestão das áreas protegidas em Moçambique tem garantido para além dos 20% das taxas de exploração da atividade do turismo nestas áreas?
5. A criação da ANAC é marco de mudança estrutural e institucional para gestão das áreas de conservação em Moçambique. Que avaliação faz sobre a atual figura institucional? Como se adequará à administração e governação local? Que particularidade distinta a ANAC traz para gestão das áreas protegidas em Moçambique. Como se relacionará com outros atores? Quais os desafios, oportunidades e limitações e, entre outras questões relevantes determinará operacionalização da ANAC? Como se articulará ou articulará com outros atores e instituições (como por exemplo, a Mozaico do Indico, INATUR) na gestão da Reserva Especial de Maputo?
6. Na estrutura da ANAC está previsto a criação dos conselhos de gestão das áreas de conservação (Órgão a nível gestão de cada área). Qual o papel e função deste Órgão e como se articula com o órgão local já existente? Que atores participarão deste colegial? Que assuntos serão tratados neste órgão colegial e, que impacto as deliberações poderão resultar na gestão das áreas protegidas? Será um órgão deliberativo ou consultivo? E Por quê? Como estarão representados os atores e os diferentes interesses ao nível conselhos de gestão das áreas protegidas? Como se articulará com atores não envolvidos na gestão direta das áreas protegidas?
7. Considerações gerais sobre a evolução institucional para gestão das áreas protegidas e de conservação em Moçambique: antes e depois da independência até ao estágio atual (resgatar a história da conservação e gestão das áreas protegidas em Moçambique)

ANEXO 11

ROTEIRO DE ENTREVISTA E QUESTÕES DIRIGIDO AO CONSELHO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO.

Dados dos Entrevistados: Nome, naturalidade, idade, escolaridade, profissão ou ocupação, tempo de residência ou na profissão (Não de caráter obrigatório).

Sessão A. Concepção e tipo Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

1. O que deveria um Conselho de Gestão Participativa fazer?

Sessão B. Quem? Seleção e Recrutamento do Participante do Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

2. Quem são os participantes?

2.1. Como deveriam os indivíduos vir participar de um Conselho de Gestão Participativa?

Sessão C. O Quê? Temas e Escopo da Deliberação do Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

3. Que assuntos públicos são apreciados/tratados pelos participantes nos Conselho de Gestão Participativa?

3.1. Que outros assuntos importantes não são apreciados pelo conselho da administração? Por quê?

3.2. Como os assuntos importantes não apreciados pelo Conselho de Gestão Participativa tem espaço/são colocados?

Sessão D. Como? O Modo Deliberativo do Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

4. Quem participa?

4.1. Quais os fatores que aumentariam a propensão de um determinado ator a se engajar nos novos arranjos institucionais de participação?

4.2. Quais fatores levam a que os atores coletivos a participar dos novos arranjos institucionais da política participativa na Reserva Especial de Maputo?

Sessão E. Quando? Recorrências e Iterações de Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

5. Qual é frequência que o Conselho de Gestão Participativa da Reserva Especial de Maputo se reúne?

Sessão F. Por Quê? Apostas de Conselho de Gestão Participativo da Reserva Especial de Maputo.

6. As discussões dizem respeito algum assunto que afetam os participantes?

6.1. Estão os participantes interessados?

ANEXO 12

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NO WORKOSHO INTENACIONAL SOBRE CONCESSÃO DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS



Mozambique Support Program for Economic Enterprise Development

Sun Square Commercial Centre, 2nd Floor, Rua Beijo da Mulata n° 98, Sommerschild II

Email: SPEEDMozambique@dai.com

Tel: (+258) 21 498169 or 82 3073688

REGISTRATION NOW OPEN

International Workshop on

Tourism Concession Opportunities in conservation areas and maximising rural development:

Lessons and the way forward for Mozambique and other Southern African countries

19-22 March 2012, Maputo, Mozambique

Background

USAID's SPEED program is conducting work to review the experience of tourism concessions in Mozambique, and to develop a manual to guide the engagement of the private sector on concessions. As part of this process, the IUCN's World Commission on Protected Areas (WCPA) Tourism and Protected Areas Specialist Group are hosting a 4-day international training workshop on tourism concessions between 19 and 22 March 2012 in Maputo. The meeting is being organised by USAID/SPEED, Technoserve, the African Safari Lodges Foundation and the Ford Foundation. The focus of this event will be to review best practices and challenges from southern Africa, to build capacity regionally on tourism concessions, and to strengthen networks and communication between interested stakeholders.

The workshop will provide presentations and working sessions on:

- Concessions models – how these can contribute to achieving national conservation objectives;
- Concessions process (i.e. tenders, applications, concession contract management);
- Legal and institutional frameworks;
- Sustainable tourism and rural development;
- Guidance for planning and implementing concessions: what the public and private sector need to know; and
- A field trip to Maputo Special Reserve to discuss concessions processes with representatives of communities, conservation authority, and private sector and NGO broker.

The findings of the training workshop will not only be used to inform the finalisation of a Mozambican concessions manual, but will also be incorporated within a new IUCN Best Practice Guideline on Sustainable Tourism in Protected Areas, to be presented at the 2014 World Parks Congress. The training workshop will form part of the IUCN World Commission on Protected Areas (WCPA) Tourism and Protected Areas Specialist Group activities.

Registration information

Please complete the enclosed registration form and return it to speedmozambique@dai.com by 9 March 2012. Spaces are limited to 40 people, and will be allocated on a first come-first serve basis, so please return your form by the deadline.

Remember to indicate if you would like to participate in the field trip to Maputo Special Reserve so that we can organise transport for you, or if you prefer to participate in a seminar to review the draft Concessions Manual for Mozambique.

Best wishes,

Dr Anna Spenceley
Chair, Tourism and Protected Areas Specialist Group
IUCN World Commission of Protected Areas

ANEXO 13

ANÁLISE DAS ATAS DAS REUNIÕES REALIZADOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA REMN ENVOLVENDO AS COMUNIDADES LOCAIS ENTRE 2008 & 2010.

ANO DE 2008: Oito (8) de atas analisadas.

Principais comunidades e membro envolvido

- Comunidades envolvidas – Sete (7) comunidades: Muvukuza; Gala; Phuza; Tchia; Matchia; Tsolombane; Mussongue
- Número de participantes envolvidos: Duzentos (200) membros e residentes das comunidades incluindo os líderes tradicionais e influentes.

Atores envolvidos e reuniões realizadas :Quatro (4) atores envolvidos.

Mês/Ano	Atores Intervenientes			
	Comunidade/Líderes Tradicionais	Autoridades da REM	Governo Local	PPF, ONG
Maio/2008	xxxx	-	-	xxxx
Agosto/2008	x ¹²	-	-	X
Setembro/2008	X	-	-	X
Dezembro/2008	X	+ ¹³	-	x /+

Reuniões/encontros realizados - Oito (8) encontros realizados ao total:

- Sete (7) reuniões/encontros realizados com o apoio e assistência direta da ONG, a Peace Parks Foundation (PPF) envolvendo as comunidades locais.
- Um (1) encontro/reunião realizado pelas autoridades da Reserva Especial de Maputo no âmbito da Unidade de Implementação do Projeto.
- Em 2008, nenhum encontro foi promovido e realizado pelas autoridades do Governo local.

Principais temas deliberados

- Gestão de conflito homem e fauna selvagem derivado do crescimento da população de elefantes na reserva;
- Assentamento e compensação das comunidades abrangida pelo desenvolvimento da reserva;
- Elaboração do plano de manejo e zoneamento da reserva;
- Envolvimento da comunidade local na gestão participativa da reserva;
- Desenvolvimento do turismo na reserva e participação da comunidade;
- Relacionamento e articulação com atores envolvidos na gestão da reserva;
- Implementação do projeto das Áreas de Conservação Transfronteiriça e Desenvolvimento do Turismo

¹² (x) representa o numero de encontro e ou reuniões realizadas pelo PPF com o envolvendo a comunidade abrangida pela Reserva Especial de Maputo no âmbito da implementação da estratégia de desenvolvimento comunitário e gestão participativa.

¹³ (+) Represente o número de encontros e ou reuniões realizadas pelas autoridades da administração da Reserva Especial de Maputo no âmbito da Unidade de Implementação do projeto das Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento do Turismo do Lubombo e gestão da reserva. Trata-se de fórum para Monitoria e controle, avaliação, planificação das atividades e gestão administrativa da Reserva Especial de Maputo, o PPF é membro permanente deste fórum. O PPF, a ONG parceira da REM é membro permanente e, geralmente as Comunidades não são convidadas a participar.

ANO DE 2009: Vinte e duas (22) atas analisadas .

Principais comunidades e membro envolvido

→ Comunidades envolvidas – Treze (13) comunidades:

- Tchia
- Matchia
- Gueveza
- Huco
- Machangulo
- Muvukuza
- Tsolombane
- Gala
- Mussoa
- Bungane
- Lihundo
- Massoane
- Phuza
- Mabuluku
- Massale

→ Número de participantes envolvidos: Seiscentos e seis (606) membros e residentes das comunidades incluindo os líderes tradicionais e influentes.

Atores intervenientes e reuniões realizadas : Quatro (4) atores envolvidos.

Mês/Ano	Atores Intervenientes			
	Comunidade/Líderes Tradicionais	Autoridades da REM	Governo Local	PPF, ONG
Fevereiro/2009	-	*	* ¹⁴	*
Março/2009	X	-	-	X
Maió/2009	Xxx	-	+	xxx/+
Agosto/2009	xxxxxxx	xxxxxxx	xx	xxxxxxx
Setembro/2009	xxxxxxx	+	x	xxxxxxx/+

→ Reuniões/encontros realizados - Dezoito (18) encontros realizados ao total:

- Dezoito (18) reuniões realizadas com o apoio e assistência direta da ONG, a Peace Parks Foundation (PPF) envolvendo as comunidades locais. Deste total de encontros as autoridades da Reserva Especial de Maputo e Governo local participaram apenas em seis (6) e dois (2) respectivamente.
- Duas (2) reuniões realizado pelas autoridades da Reserva Especial de Maputo no âmbito da Unidade de Implementação do Projeto.
- Uma (1) reunião realizada pelo governo local, envolvendo as autoridades da REM e o PPF.

Principais temas deliberados

- Operacionalização do plano de gestão de conflito homem e fauna selvagem com envolvimento da comunidade local;
- Implementação e operacionalização do Diploma Ministerial 93/2005 de 4 de Maio sobre os 20% das taxas que revertem para comunidade;
- Aprovação do projeto de ecoturismo e estabelecimento de Fazenda de Bravio na Reserva Especial de Maputo;
- Aprovação e implementação de concessões turismo com participação da comunidade e desenvolvimento de parcerias
- Definição de projetos alternativos de rendimento para desenvolvimento comunitário e local;
- Desenvolvimento institucional e mecanismo de articulação envolvendo diferentes atores para gestão da Reserva Especial de Maputo;
- Aprovação e implementação do plano de Maneio e zoneamento da Reserva Especial de Maputo;

¹⁴ (*) Representa encontros realizados e promovidos pelas autoridades do Governo Local do distrito de Matutuine. Estes encontros têm um carácter diferenciado dos restantes e geralmente são convocados para intermediar conflitos e impasse entre as autoridades de gestão da Reserva Especial de Maputo e as comunidades.

ANO DE 2010: Três (3) atas analisadas.

Principais comunidades e membro envolvido

- Comunidades envolvidas – Três (3) comunidades:
- Guengo
 - Matchia
 - Phuza
- Número de participantes envolvidos: Cento trinta e um (131) membros e residentes das comunidades incluindo os líderes tradicionais e influentes.

Atores intervenientes e reuniões realizadas

- Quatro (4) atores envolvidos:

Mês/Ano	Atores Intervenientes			
	Comunidade/Líderes Tradicionais	Autoridades da REM	Governo Local	PPF, ONG
Março/2010	x	-	-	X
Outubro/2010	x	-	-	X
Novembro/2010	x	-	-	X

- Reuniões/encontros realizados - Três (3) encontros realizados ao total:
- Três (3) reuniões/encontros realizados com o apoio e assistência direta da ONG, a Peace Parks Foundation (PPF) envolvendo as comunidades locais. As reuniões basicamente para auscultação da comunidade para implementação de projetos que ampliam os objetivos conservação ambiental e conciliando com o desenvolvimento local. Durante o ano de 2010, não foram envolvidos diretamente no processo de consulta e trabalhos com a comunidade no âmbito da gestão e desenvolvimento da reserva.

Principais temas deliberados (Auscultação da comunidade):

- Financiamento e desenvolvimento de parceria para implementação de projeto de cavalos e desenvolvimento do turismo com participação da comunidade;
- Financiamento e desenvolvimento de parceria para implementação do projeto e cultivo e comercializa de *Piri-piri* com participação da comunidade;
- Financiamento para criação dos Santuários e implementação de plano de gestão do corredor de Futi.

ANO DE 2011: Sete (7) atas analisadas.

Principais comunidades e membro envolvido

- Comunidades envolvidas – Seis (6) comunidades: Guengo; Matchia; Chemucane; Muvukuza; Madjadjane; Salamanga
- Número de participantes envolvidos: Cento trinta e dois (132) membros e residentes das comunidades incluindo os líderes tradicionais e influentes.

Atores intervenientes e reuniões realizadas: Quatro (4) atores envolvidos:

Mês/Ano	Atores Intervenientes			
	Comunidade/Líderes Tradicionais	Autoridades da REM	Governo Local	PPF, ONG
Janeiro/2011	*	*	*	*
Junho/2011	xx	-	-	Xx
Agosto/2011	**/+	**/+	**/+	**/+
Dezembro/2011	*	*	*	*

→ Reuniões/encontros realizados – Sete (7) encontros realizados ao total:

- Duas (02) reuniões realizadas com o apoio e assistência direta da ONG, a Peace Parks Foundation (PPF) envolvendo as comunidades locais. Destes encontros, as autoridades da Reserva Especial de Maputo e Governo não foram envolvidos no processo de organização e capacitação comunidade em associativismo.
- Uma (01) reunião realizada pelas autoridades da Reserva Especial de Maputo envolvendo todos os atores, em um processo de diálogo com as autoridades tradicionais locais sobre o impacto do desenvolvimento da reserva nas comunidades, gestão de conflitos e estabelecimento de mecanismo de articulação e relacionamento com vários atores.
- Quatros (04) reuniões realizados pelo governo local, envolvendo todos os atores com propósito de aproximá-los e consolidar a gestão participativa da reserva para o desenvolvimento do turismo e conciliar a conservação ambiental e, o desenvolvimento local.

Principais temas deliberados

- Implementação do Diploma Ministerial 93/2005 de 4 Maio sobre 20 % das taxas para as comunidades locais;
- Organização e capacitação das comunidades para a gestão participativa da reserva e implementação de projetos de desenvolvimento local;
- Incentivos institucionais para gestão de conflitos em relação à fauna selvagem, assentamento da comunidade e utilização de recursos;
- Desenvolvimento de ecoturismo e conservação ambiental na Reserva Especial de Maputo e participação de atores;
- Implementação do plano de manejo da Reserva Especial de Maputo e da Área Parcial Marinha Protegida da Ponta de Ouro e gestão do corredor Futi; e
- Implementação do projeto ACTFDT.

Total de atas analisadas: Quarenta (40) entre 2008 e 2010.

ANEXO 14

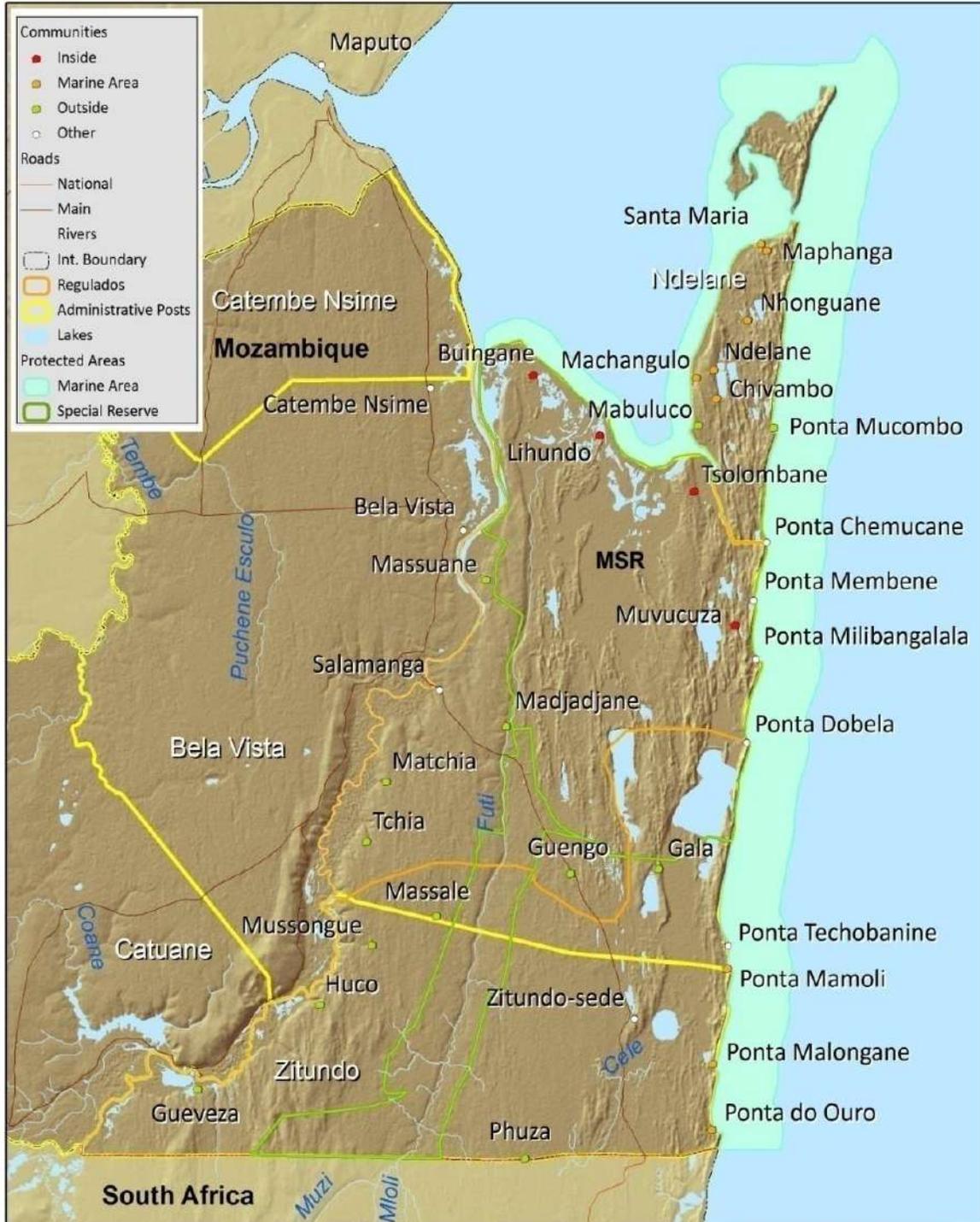
MAPA DE RMPPO E LOCALIZAÇÃO DA REM



Fonte: MITUR (2010)

ANEXO 15

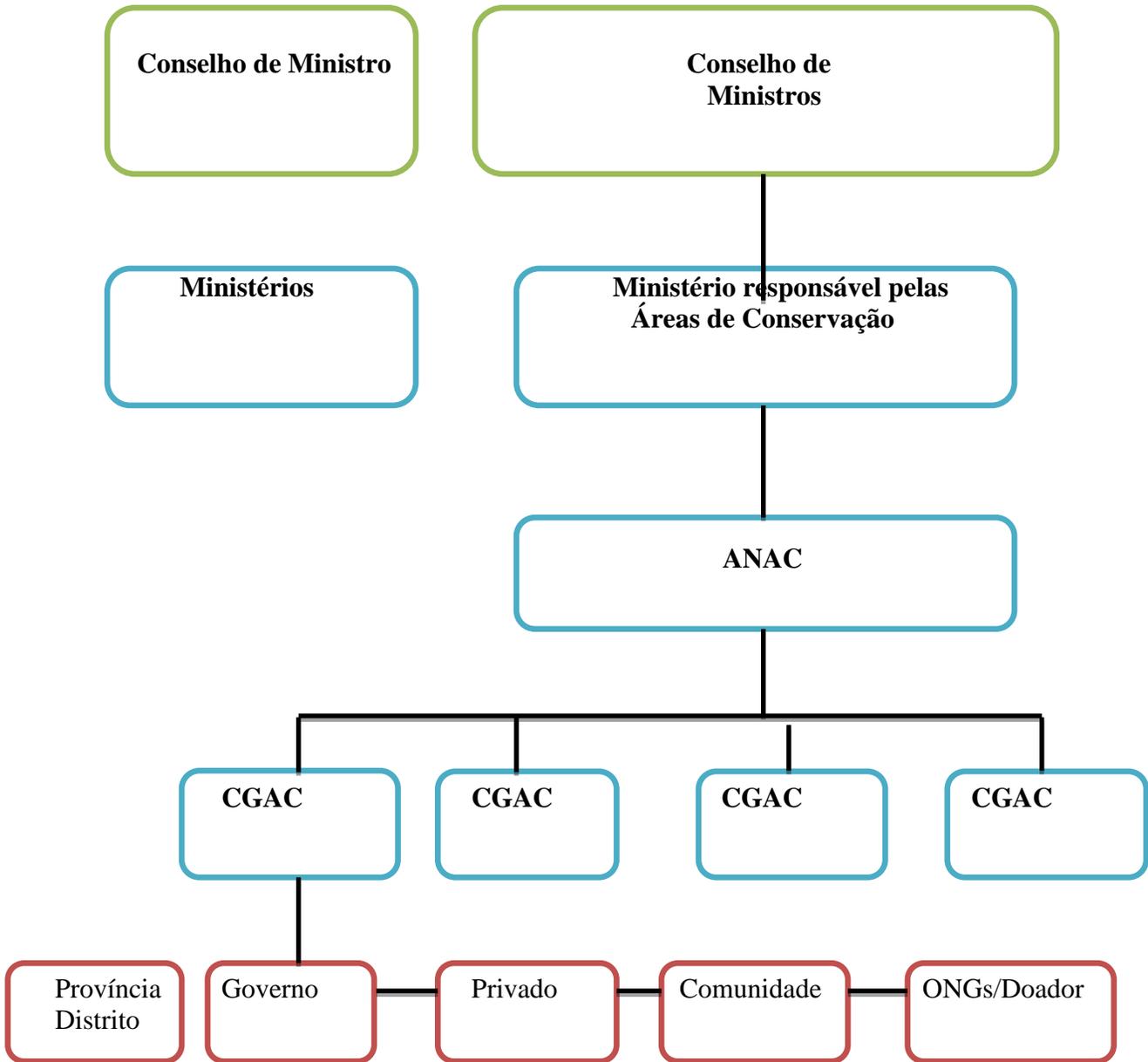
MAPA DE DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS . COMUNIDADES LOCAIS A AFETADAS PELA CONSERVAÇÃO EM MATUTUINE.



Fonte: MITUR (2011)

ANEXO 16

ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA GESTÃO UNIFICADA DA REDE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.



Fonte: Moçambique (2009)

ANEXO 17

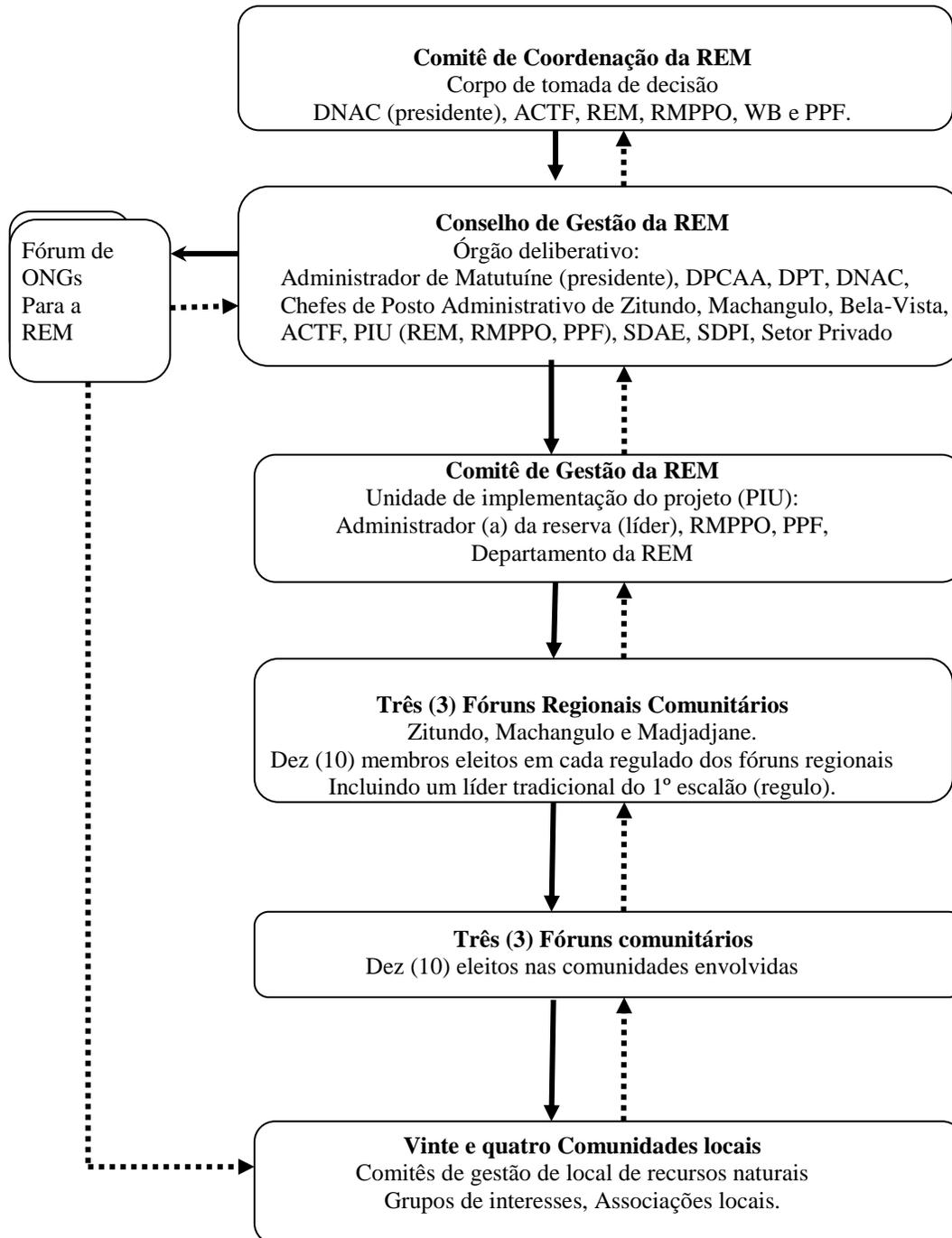
QUADRO RESUMO DO PAPEL DAS ENTIDADES PÚBLICAS INTERESSADAS

Instituições	Papel e responsabilidades
Governo a nível central	
Conselho de Ministros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tem competência para criar ou estabelecer, modificar ou proclamar áreas para finalidade de conservação e desenvolvimento turismo.
CONDES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgão Consultivo do CM tem a responsabilidade de garantir desenvolvimento de políticas e atividades forma sustentável por todas as instituições relevantes envolvidas.
Ministério do Turismo (MITUR)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela administração da área protegidas para fins de conservação e turismo, incluindo para representar a GoM sobre a aprovação de plano de manejo e garantias de contratos para explorações concessões dentro das áreas de conservação.
Direção Nacional das Áreas de Conservação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela parte técnica para estabelecimento e administração dos Parques Nacionais, Reservas Nacionais e Coutadas Oficiais, e também para emissão de licenças para autorização de projetos de turismo e atividade nas áreas protegidas.
Direção Nacional do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tem competências gerais para o licenciamento de projetos de turismo e atividades relacionadas
Administração de Parque/Reservas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localmente são instituições responsáveis pela administração direta das unidades de conservação.
Ministério das Pescas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela gestão de recursos pesqueiro é áreas marinhas protegidas, incluindo propor a criação de Reservas Marinhas.
Ministério para Coordenação e Ação Ambiental (MICOA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tem toda a responsabilidade para coordenar toados assuntos relacionados com meio ambiente em Moçambique e reporta ao Conselho Nacional de Conservação da Diversidade Biológica. Uma vez criada ANAC, o MICOA supervisionará agência pública na administração das áreas de conservação e do turismo.
DNGA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável para coordenar o plano de conservação, gestão e monitoramento da biodiversidade em todo o país.
DNAIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela a aprovação de estudos de impacto ambiental e emissão de licenças Ambientais para projetos de turismo em áreas protegidas.
MINAG	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável para garantir os DUAT (Direitos de Uso e Aproveitamento de Terras) for da às áreas protegidas, tais como nas zonas tampão.
MTC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Através do Instituto Nacional Marítimo (INAMAR) é responsável pelo licenciamento da atividade de mergulho
IACM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pelo licenciamento e regulamentação dos transportes aéreos e aeronáuticos.
Ministério do Plano e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável para elaboração e monitoramento de todo plano de desenvolvimento de Moçambique, incluindo orçamento.
Centro de Promoção de Investimento (CPI)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela avaliação e aprovação dos projetos de investimentos, autorização para beneficiar de incentivos fiscais para investimentos e se necessária s sua criação, e dependente do valor do investimento do protejo também tem competência para aprovação.
Ministério das Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsável pela observância de cumprimento dos planos financeiros das parcerias público-privado.
Nível Provincial e distrital	
Direções e Serviços de Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as licenças e autorizações são solicitadas antes ao nível local às instituições competentes que podem ser as Direções Provinciais, Serviços Distritais, delegações ou institutos localmente representados (incluindo o CPI). ▪ Os Parques e Reservas tem uma Administração, responsável pela gestão cada UC. ▪ Os SPFFB têm competências para de fiscalizar, incluído os agentes comunitários reconhecidos pelas autoridades locais.
Agência Autônoma	
ANAC	Uma Agência para administração das áreas protegidas tem sido criada como uma entidade responsável para a gestão de todas as áreas protegidas e concessões de turismo nas UC. Ex

Fonte: USAID (2011).

ANEXO 18

FLUXO DE ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO



Fonte: adaptado de Nhacale (2005).

ANEXO 19

VALOR DE 20% DAS TAXAS CANALIZADAS PARA COMUNIDADES LOCAIS NA REM DURANTE ÚLTIMOS CINCO (5) ANOS.

Nº	Comunidades	Valor de 20 % em US\$				
		2007	2008	2009	2010	2011
1	Buingane	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
2	Chia	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
3	Gala	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
4	Gueveza	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
5	Huco	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
6	Liundo	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
7	Machia	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
8	Madjadjane	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
9	Massale	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
10	Mussongue	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
11	Muvukuza	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
12	Tsolombane	1.500,02	820,94	505,14	1.287,08	1.071,31
13	Guengo	-	-	-	-	1.071,31
14	Phuza	-	-	-	-	1.071,31
15	Massuhane	-	-	-	-	1.071,31
16	Mabuluko	-	-	-	-	1.071,31
17	Mucombo	-	-	-	-	1.071,31
TOTAL		19.032,00	9.851,33	6.049,64	15.445,01	18.217,34

Fonte: REM (2012) ¹⁵.

¹⁵ REM. Relatório de balanço sobre a distribuição dos 20 % na Reserva Especial de Maputo. Maputo, 2012.